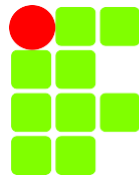




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ**

BOLETIM DE SERVIÇOS

ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 4.965, DE 05/05/1966.

EDIÇÃO EXTRA Nº 16, DE 20 DE MARÇO DE 2025.

ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO A CARGO DA DIGEP

Av. Presidente Jânio Quadros, 330 – Santa Isabel – Teresina – PICEP. 64.053-390 – Fone (086) 3131-141



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 13/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Aprova a Criação do Curso de Qualificação Profissional em Relações Étnico-Raciais, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.00903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do Curso de Qualificação Profissional em Relações Étnico-Raciais: uma proposta formativa, na modalidade EaD, no âmbito do IFPI, conforme anexo.

At. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:49:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 341099
Código de Autenticação: d96d9356be



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA FORMATIVA



EJA INTEGRADA - EPT
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Teresina, março de 2025

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Larissa Santiago de Amorim Castro

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Paulo Henrique Gomes de Lima

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

José Luís de Oliveira e Silva

DIRETOR DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Morais

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

COORDENAÇÃO DO CURSO

Louise Tatiana Mendes Rodrigues

ELABORAÇÃO

Prof. Edvaldo Cesar da Silva Oliveira

SUMÁRIO

1.DADOS DA INSTITUIÇÃO DO CURSO	5
1.1. Dados de Identificação da Mantenedora e Mantida	2
1.2. Identificação do Curso:	2
1.3. Características do Curso Modalidade de Ensino: Educação a distância (EAD).....	2
1.4. Coordenação do Curso	3
1.5. Justificativa e o Programa EJA-EPTCoordenação do Curso	3
2. APRESENTAÇÃO	6
3. BREVE HISTÓRICO, MISSÃO, VISÃO E VALORES DA INSTITUIÇÃO.....	7
4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	15
5. OBJETIVOS DO CURSO	18
5.1 Objetivo Geral	18
5.2 Objetivos Específicos	18
6. PÚBLICO ALVO	3
6.1. Contribuição que pretende dar em termos de competências e habilitações aos egressos.....	10
7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	15
8. CORPO DOCENTE	15
9. METODOLOGIA	19
10. INTERDISCIPLINALIDADE	15
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	15
12. TECNOLOGIA	15
13. INFRAESTRUTURA FÍSICA	15
14. CRITÉRIO DE SELEÇÃO	15
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA	15
15.1. Ensino Aprendizagem	15
15.2. Avaliação do Corpo Docente	23
15.3. Avaliação do Curso	23
16. CERTIFICAÇÃO	15
17. INDICADORES DE DESEMPENHO.	15
18. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS	15
19. REFERENCIAL TEÓRICO	15
REFERÊNCIAS	32

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO DO CURSO

1.1 Dados de Identificação da Mantenedora e Mantida

MANTENEDORA	<p>Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí Sigla: IFPI CNPJ: 10.806.496/0001-49 Natureza Jurídica: Autarquia federal End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390 Fone: (86) 3131- 1443 Representante legal: Paulo Borges da Cunha Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 Página Institucional: <www.ifpi.edu.br></p>
MANTIDA	<p>Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí Código: 1820 Sigla: IFPI CNPJ: 10.806.496/0001-49 End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390 Fone: (86) 3131- 1443 Reitor: Paulo Borges da Cunha Credenciamento: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 Recredenciamento: PORTARIA No 1.479, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016, retificada em 13 de julho de 2017. Página Institucional: <www.ifpi.edu.br></p>

1. 2 Identificação do Curso:

Nome: RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: UMA PROPOSTA FORMATIVA

Área do conhecimento: Interdisciplina

Área de Avaliação: Interdisciplinar

Graduação na área ou em área afim: Graduados em Cursos de Licenciatura e Afins

Ano de início: 2025

1.3. Características do Curso Modalidade de Ensino: Educação a distância (EAD)

Tempo de duração: 10 meses

Carga horária Total: 180 h

Número de vagas: 200 vagas Máximo

Requisitos de acesso: Professores da Rede Pública Municipal, Estadual e Federal

Periodicidade de oferta: Edição Piloto

Certificação: Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico raciais

1.4. Coordenação do Curso

Coordenação Geral do Programa EJA Integrada - EPT

Louise Tatiana Mendes Rodrigues

louisetatiana@ifpi.edu.br

Coordenação Pedagógica do Projeto EJA Integrada - EPT

Leia Soares da Silva

leia.silva@ifpi.edu.br

Coordenação de Execução e Acompanhamento Orçamentário do Projeto EJA Integrada - EPT

Wennia da Silva Costa Amaro

wennia.costa@ifpi.edu.br

Coordenação de Registros Acadêmicos do Projeto EJA Integrada - EPT

Nayra Christina Andrade Marques

nayra.marques@ifpi.edu.br

1. 5 Justificativa e o Programa EJA-EPT

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado.

É fundamental que se implemente uma política pública estável voltada para a Educação de Jovens e Adultos, a qual deve contemplar a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral de um grande contingente de cidadãos cerceados no seu direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

No entanto, as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais que vêm alargando a oferta de matrículas para o ensino fundamental, universalizando o acesso a essa etapa de ensino ou, ainda, ampliando a oferta no ensino médio, no horizonte prescrito pela Carta Magna. As lutas sociais têm impulsionado o Estado a realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação, processualmente instaurando a dimensão de perenidade nas políticas, em lugar de ofertas efêmeras, traduzidas por programas e projetos. Essa dimensão de perenidade para o direito à educação implica sistematicidade de financiamento, previsão orçamentária com projeção de crescimento da oferta em relação à demanda potencial e continuidade das ações políticas para além da alternância dos governos, entre outros aspectos.

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

Apesar de as questões da EJA não estarem resolvidas no nível de ensino fundamental, cuja oferta é dever do Estado por força constitucional, entende-se ser impossível ficar imóvel diante de algumas constatações que vêm sendo apontadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como, por exemplo, a baixa expectativa de inclusão de jovens de classes populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional.

Por ser esse um campo peculiar de conhecimento, a EJA exige que se implante e implemente uma política específica para a formação de professores para nele atuar, uma vez que há carência significativa no magistério superior de uma sólida formação continuada de professores para atuar nessa esfera. Entende-se que a formação de servidores é uma das maneiras fundamentais para se mergulhar no universo das questões que compõem a realidade desse público, de investigar seus modos de aprender de forma geral, tendo em vista compreender e favorecer lógicas e processos de sua aprendizagem no ambiente escolar.

Devido ao exposto, portanto, o Programa EJA Integrada – EPT é de fundamental pois se trata de uma política pública voltada para a EJA contemplando a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sociolaboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

O Programa EJA Integrada – EPT prever de forma integrada, as seguintes ações: a) Articulação com as redes de educação municipal ou estadual, os parceiros e uso dos arranjos produtivos locais para escolha e oferta dos cursos; b) Mobilização e busca ativa dos estudantes; c)

Oferta de cursos de EJA integrada alinhada com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; d) Monitoramento da permanência nos cursos: criação de estratégias que diminuam os altos índices de abandono; e) Formação continuada de docentes e demais profissionais da educação para a oferta da EJA integrada; f) Produção de material pedagógico que atenda às especificidades da oferta de EJA integrada; g) Avaliação da aprendizagem e reconhecimento de saberes: considerando a educação e aprendizagem ao longo da vida; h) Pesquisa e inovação visando contribuir para o aprimoramento da oferta de EJA integrada.

2. APRESENTAÇÃO

O curso, será ofertado nos campi de Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Teresina Dirceu Arcoverde, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piripiri, São João, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí, Valença, para atendimento às demandas da SECADI para atuar na formação continuada de professores da educação básica é uma ação especial gerida pela SECADI/MEC, e destina-se ao cumprimento da estratégia da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e suas modificações, acrescida da inserção do artigo 60-a, que constitui a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino, além da aplicação da Lei 10.639/03, reformulada para lei 11.645/08.

A proposta a seguir, que visa fomentar a educação étnico-racial, é um dos frutos desta sementeira e vem demonstrar a persistência dos negros e negras das diásporas latinoamericanas para reconquistar cada pedaço de sua humanidade negada pelo colonialismo e o mais brutal genocídio que o mundo produziu. Ela deve ser vista, portanto, como etapa ou parte de uma mesma luta que vem se estendendo por séculos, perfazendo incontáveis e inumeráveis gestos de superação do colonialismo, do etnocentrismo e do racismo. Lutas que partiram sobretudo, da confiança na educação como fator transformador, que a elegeram como ferramenta de ação pedagógica e revolucionária, como a única via capaz de fazer frente ao preconceito, a insensibilidade e a ignorância perante as diversidades culturais.

Marcando essa trajetória de lutas para alcançar a educação, podemos identificar o espaço exíguo do navio negreiro como a primeira escola intercultural dos africanos capturados, escravizados e transformados em mercadoria. Em seguida, esses espaços de transmissão de saberes

foram exercidos nos locais de trabalho, nos quintais, nas cozinhas, nas senzalas, nos quilombos e nos terreiros, gerando lições de solidariedade e trocas criativas as mais diversas.

Esses processos de educação e capacitação procura os fundamentos de uma nova tradição, baseada na semântica da cura e da superação, de um projeto civilizatório alternativo em meio a todas as adversidades e a marginalização social e política dos afrodescendentes.

Os esforços educacionais dos africanos e seus descendentes, para além das teorias embranquecedoras, insiste na retomada da herança cultural africana negada, esmagada, ridicularizada e reduzida ao status de folclore, problema que precisa ser reparado por meio de processos educacionais coerentes com a verdadeira historiografia dessas comunidades negras e indígenas que no Brasil foi organizadamente desqualificada em diferentes aspectos e espaços sociais.

Em todos os momentos da história e em todos os espaços de sociabilidade negra encontramos o recurso à educação como forma de elevação e superação da violência epistêmica caracterizada pela sua redução a uma natureza inferiorizada, a uma desfiguração moral e estética que antes de qualquer coisa representou a negação dos saberes milenares advindos de uma região do mundo que paradoxalmente foi o cenário cultural de invenção da vida cultural dos humanos no planeta.

Com os povos indígenas originários o processo foi ainda mais violento promovendo em alguns locais um apagamento historiográfico, um verdadeiro genocídio sociocultural, levando essas comunidades a negarem suas origens para garantir sua sobrevivência.

É ainda muito recente e inacabado o processo de descolonização do pensamento, das mentalidades e das teorias científicas. Diálogos transepistemológicos, introduzidos por autores como Valter Mignolo, vem destacando, sobretudo, a necessidade atual de um reordenamento do conhecimento em sua geopolítica, seja na direção da reconstrução radical das relações de saber e poder, seja pelas próprias formas de entrelaçamento das categorias e conhecimentos suprimidos, na implosão dos padrões organizados pelo eurocentrismo em direção aquilo que ele concebe como decolonialidade.

No Brasil, os estudos e pesquisas sobre África e sobre os afro-brasileiros e indígenas estiveram mais de um século após a abolição do regime escravista mergulhados em uma pretensa e sinistra imparcialidade. Neles, os africanos e seus descendentes foram reduzidos a uma condição

precária de vítimas ou heróis da hipotética luta pela civilização moderna. Foi necessário que intelectuais e militantes negros como Manuel Querino, Edison Carneiro, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Beatriz Nascimento e tantos outros, como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, denunciassem de forma veemente as armadilhas da própria Ciência e o banimento da África e seus saberes, técnicas, artes e conhecimentos de todos os espaços culturais, mas sobretudo dos currículos escolares e da Educação.

Foi mesmo necessário que estes intelectuais denunciassem as representações dos negros como meras curiosidades científicas. Abdias do Nascimento, poeta, ator, escritor, artista plástico, militante e parlamentar atuou em tribunas nacionais e internacionais, sendo um dos mais incansáveis defensores da Educação como forma de superação das desigualdades impostas pelo racismo.

A proposta de curso pretende qualificar os professores das redes Municipais, Estaduais e Federais, bem como a comunidade em geral, sobre o tema das relações étnico-raciais. O IBGE divulgou os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 para a população quilombola residente no Brasil. Foram contadas 1.327.802 pessoas quilombolas, residindo em territórios quilombolas oficialmente delimitados ou não, o que correspondia a 0,65% da população do país. No Piauí foram contadas 31.686 pessoas quilombolas, o que representa cerca de 0,97% da população do estado, indicador superior à média do país. Em termos quantitativos, o Piauí tem a sétima maior população quilombola do Brasil.

O município de Piri-piri possui uma grande concentração de povos quilombolas e indígenas, seguido por cidades da região de Campo Maior -PI, Valença-PI, São João do Piauí-PI e Pio IX é importante perceber que existe uma distribuição dentro de todo território piauiense, mostrando a necessidade da ação do Estado na figura do IFPI para atender essas populações de maneira igualitária e com qualidade.

No Piauí, dentre as 31.686 pessoas recenseadas como quilombolas, um total de 8.411 pessoas reside efetivamente em territórios quilombolas oficialmente delimitados, o que dá cerca de 26,54% do total de quilombolas ou, aproximadamente, 1 a cada 4 quilombolas recenseados no Estado. Portanto, 23.275 quilombolas piauienses, cerca de 73,46%, residiam fora dos territórios quilombolas oficialmente delimitados.

Dentro dos territórios quilombolas oficialmente delimitados, nem todos chegaram a concluir

o processo de regularização fundiária com o recebimento da titulação das terras por órgão de estado. Assim, no Piauí, apenas 1.785 pessoas residiam em territórios quilombolas com titulação das terras, ou cerca de 5,63% do total de quilombolas do estado, enquanto 29.901 pessoas residiam fora de territórios titulados, ou cerca de 94,37% da população total quilombola.

Dentre os territórios quilombolas oficialmente delimitados no país, o de Lagoas, no Piauí, localizado na macro região de Campo Maior-Pi, apresentou a 3ª. maior população efetivamente quilombola do Brasil, com 5.042 quilombolas, ficando atrás apenas dos territórios quilombolas de Alcântara (MA), com 9.344 quilombolas, e o território quilombola que engloba as comunidades de Alto Itacuruçá, Baixo Itacuruçá e Bom Remédio (PA), com 5.638 quilombolas.

Hoje as políticas afirmativas que surgem em resposta a estas lutas seculares estão trazendo os estudantes negros e negras para as universidades públicas e para as academias científicas. Estão incorporando também a África, esse continente tão covardemente espoliado, como o berço da cultura humana, seus saberes, técnicas, artes, filosofias – as riquíssimas contribuições em todas as áreas de conhecimento, alterando inclusive a feição das supostas matrizes disciplinares e as áreas de formação e qualificação profissional.

Esta proposta pedagógica de um curso de enfrentamento ao racismo estruturalizado indica, sem subterfúgios e com a máxima nitidez, quais as ações possíveis que poderão de fato, alterar os efeitos do passado e, sobretudo, libertar a própria Ciência do elitismo, da arrogância e da ação irresponsável e antiética da suposta neutralidade. Trata-se, portanto, de um ato (pro)positivo, para ser discutido, reformulado, detalhado, para que mais um passo seja dado em direção ao aperfeiçoamento da sociedade brasileira em especial dos professores da Educação básica.

3. BREVE HISTÓRICO, MISSÃO, VISÃO E VALORES DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 113 (cento e treze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linha histórica a seguir.

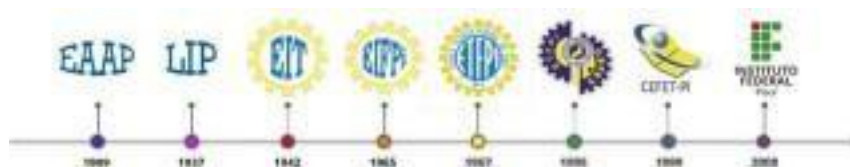


Figura 01 - Escola de Aprendizes Artífices do Piauí.

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí(EAAP).

Liceu Industrial do Piauí

A segunda denominação da EAAP surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As

perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

Escola Industrial de Teresina

Esse nome proveio da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficaram geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásio (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira

vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola.

Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de

Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente.

Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piri-piri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior,

Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

Atualmente, o IFPI conta um total de 20 Campi, distribuídos em 17 cidades, em todos os territórios de desenvolvimento do estado do Piauí. Desse total, 17 Campi ofertam ensino superior. São eles: Campus Angical, Campus Campo Maior, Campus Cocal, Campus Corrente, Campus Floriano, Campus Oeiras, Campus Parnaíba, Campus Paulistana, Campus Pedro II, Campus Picos, Campus Piripirí, Campus São João do Piauí, Campus São Raimundo Nonato, Campus Teresina Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Uruçuí e Campus Valença.

O IFPI possui, no momento, 63(sessentaetrês) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86% das matrículas da instituição. As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas : Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Lingüística, Matemática,

Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais".

A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

4. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

As comunidades remanescentes dos quilombos e a comunidade negra e indígena em geral, nos termos descritos pela Constituição, se constituem numa das formas mais importantes de resistência, de luta pela liberdade e de preservação do patrimônio cultural dos grupos humanos. O Estado Brasileiro, através do Artigo 68 da Constituição de 1988, ao garantir aos remanescentes de quilombo e indígenas o direito à propriedade de suas terras, realiza uma reparação histórica a esta parcela da população brasileira.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, ao conceituar as comunidades remanescentes de quilombo, estabelece como critério para o reconhecimento e a titulação das terras a autodefinição. Possibilitou-se com as autodefinições dos grupos, o questionamento do ensino que não valoriza a cultura local, que reproduz o poder hegemônico, os valores eurocêntricos, impondo-os como verdades universais, contribuindo para a persistência de uma identidade cultural inferiorizada. Hoje, com as políticas de inclusão de indígenas, negras e negros nas universidades, abre-se uma perspectiva diferenciada para a juventude negra. Espera-se que esse avanço reverta em uma vida digna para todos/as os negros e negras e demais grupos sociais excluídos dos principais direitos sociais e das políticas públicas.

O sistema de ensino brasileiro se caracteriza, de um lado, em um modelo com

predominância dos valores civilizatórios europeus, que ignora os valores civilizatórios de origem negroafricana. A consequência mais grave desta hegemonia é a alienação, os altos índices de reprovação, o analfabetismo e a evasão da população negra em geral e mais especificamente das comunidades remanescentes de quilombo. No sistema de ensino regular, baseado na tradição europeia, a transmissão do conhecimento se dá através da ênfase na comunicação escrita. O tempo, demarcado pelo ano letivo, pela individualidade, tem a função de vetar a expressão direta das crianças, das mulheres e dos homens negros, através da escrita mecânica e do silêncio gerador da violência.

Na tradição africana, a transmissão dos conhecimentos se dá de forma direta, dinâmica, coletiva, intergruppal e participativa. O tempo de transmissão se caracteriza pela comunicação ligada a uma experiência vivida, o que contribui para a reprodução de um sistema cultural específico e processos de construção de especificidades históricas e culturais que precisam ser levadas em conta. Grande parte dos estudos tem demonstrado que nas sociedades africanas a transmissão dos saberes se dá dos mais velhos para os mais jovens.

Esta especificidade se justifica pela necessidade de uma Educação Escolar voltada para a reconstrução da identidade negada, a superação dos estigmas vigentes. Ao deslocar a história, a cultura e a ancestralidade na direção da inferiorização, da marginalização, realizam e potencializam o racismo. A presente proposta de uma formação qualificada para professores da Educação Básica e sociedade em geral valoriza as experiências dos sujeitos em relação aos seus próprios sistemas de valores compartilhados, os sentidos de pertencimento a uma experiência capaz de fortalecer a sua auto-estima e os projetos de profissionalização futuros. Os descendentes dos africanos que foram escravizados, os que se auto-identificam como remanescentes de quilombo sofreram as influências do projeto de embranquecimento que se desenvolveu no País, progressivamente, e que os empurrou para a assimilação e o etnocídio.

Esses processos de apagamento do sentido de “ser negro “ devem ser combatidos, para que haja a possibilidade de enfrentar os aspectos de racismo presentes no Brasil como algo normalizado, é a escola e a educação correta o caminho para conseguir mudar essa situação tenebrosa de nossa sociedade.

A presente proposta visa a criação de um curso de formação tendo como conteúdo curricular História da África, da cultura afro-brasileira e indígena e saberes correlatos, potencializando

conteúdos escolares reivindicados pelas comunidades em processo de reconhecimento por direitos. Busca-se com isto garantir uma formação capaz de identificar, reconhecer e valorizar os modos de produção de conhecimento e práticas tradicionais locais, a partir de uma perspectiva crítica comparativa desses conteúdos locais com outros modos de produção de conhecimentos científicos banidos até o momento das universidades brasileiras. Dessa forma, visa-se à acumulação desses conteúdos, sua possibilidade de ampliação e, sobretudo, a interlocução desses mesmos conhecimentos e práticas tradicionais com todas as formas de produção de conhecimentos científicos.

Essa orientação pedagógica encontra-se também em consonância com as diretrizes propostas no documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (CONAE - 2012, p. 49), ou seja, a garantia da participação plena dos membros das comunidades quilombolas. Trata-se, também, de uma proposta inovadora e pioneira no sentido de valorizar, reconhecer e potencializar saberes, conhecimentos, tecnologias e formas específicas de cuidar e preservar o meio ambiente, valorizar e preservar os conhecimentos tradicionais, os quais, na maioria das vezes, são totalmente ignorados e desconsiderados pelos gestores do poder público.

Além disso, tais conteúdos possibilitam aos alunos se reconhecerem na alteridade, e não na inferioridade, como tem ocorrido. O projeto aposta na incorporação de saberes, diversidades de “seu próprio mundo” e o “mundo do outro”, permitindo a emergência de novos conhecimentos a partir de um patamar que garanta melhores níveis de democratização da sociedade brasileira

5. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

Potencializar o desenvolvimento profissional de docentes de modo que compreendam criticamente as questões educacionais locais, regionais e nacionais, por meio da cultura afro brasileira, indígena e quilombola com cunho técnico/ tecnológico garantindo equidade de possibilidades que o mercado de trabalho atualmente necessita.

4.2 Objetivos Específicos

- Compreender a importância que os professores sejam pesquisadores, tornando-se atores protagonistas das transformações da própria realidade;
- Promover ações e espaços de valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais da

população negra e indígena;

- Fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão de acordo com os interesses de escolarização da comunidade indígena e negra brasileira;
- Desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos das escolas com desenhos curriculares e percursos formativos diferenciados e que atendam às suas especificidades étnicas, culturais e linguísticas;
- Desenvolver projetos de pesquisa e de extensão de forma relacionada, integrada e articulada com comunidade negra;
- Formar professores pesquisadores, autores e produtores de seus próprios materiais didáticos e pedagógicos, respeitando-se a realidade sociocultural e linguística da comunidade negra e indígena.
- Aperfeiçoamento e formação sobre história, cultura afro-brasileira e territórios quilombolas voltada aos professores do ensino fundamental, médio, superior nos diferentes níveis(Estadual, Municipal e Federal);
- Incentivar a produção de material de forma a reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais das comunidades negras e quilombolas, a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território;
- Propiciar formação sobre as realidades sociais e culturais específicas e, segundo a legislação nacional, que trata da educação escolar;
- Estimular a aproximação entre a educação técnico/tecnológica, educação básica, tendo as comunidades negras e quilombola e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa.
- Desenvolver estudos, serviços de extensão e pesquisas sobre questões educacionais técnico/tecnológica visando contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica;
- Situar o momento histórico, reconhecendo suas potencialidades e limitações, assumindo compromissos éticos com a valorização dos profissionais da educação técnico/tecnológica e a defesa da escola pública, bem como uma educação de qualidade socialmente referenciada.

6. PÚBLICO-ALVO

Profissionais que trabalhem nas Redes Públicas Federal, Estadual e Municipal de Ensino e atuem na Educação Profissional e/ou na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos ou que venham a atuar em programas e projetos pedagógicos que integrem esses cursos. O propósito do curso é formar cerca de 200 (duzentos) profissionais com o perfil acima delineado, distribuídos em turmas nos municípios de Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Teresina Dirceu Arcoverde, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piri-piri, São João, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí, Valença.

5.1. Contribuição que pretende dar em termos de competências e habilitações aos egressos

Capacitar profissionais para atuar de maneira crítica e reflexiva com as questões étnico raciais no Estado do Piauí e/ou fora dele com conhecimentos teórico-práticos na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas e projetos educacionais, políticas educacionais e gestão democrática tendo em vista a sua atuação na Educação Profissional integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Este curso de aperfeiçoamento é fundamental para a implantação da EJA com a qualidade que este programa requer, uma vez que ao se tratar de uma nova forma de atuar na educação profissional e na EJA não existe formação sistemática de profissionais para esse campo. De tal sorte, o programa fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

- A necessidade da formação de um novo profissional que possa atuar na educação profissional integrada a EJA como docente-pesquisador; formador de formadores, gestor educacional de programas e projetos; e formulador e executor de políticas públicas;
- A integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, a qual contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam nessa esfera educativa, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência historicamente construída pela sociedade;
- Espaço para que os professores estudantes possam compreender e aprender uns com os outros, em fértil atividade cognitiva, afetiva, emocional, contribuindo para a problematização e produção

do ato educativo com uma perspectiva sensível, com a qual a formação continuada de professores nesse campo precisa lidar.

A natureza do curso exige metodologias participativas, laboratoriais, oficinas, que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência pedagógica de cada professor estudante, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

8. CORPO DOCENTE

Os professores do Aperfeiçoamento são membros do NEAD (Núcleo de Educação a Distância), e, assumem o compromisso de participação em atividades que precedam e concluam o desenvolvimento dos referidos cursos de aperfeiçoamento. Antes do início da disciplina, o professor terá que encaminhar a Coordenação Geral, um pré-projeto de pesquisa-ação, onde durante o desenvolver da disciplina, o professor emitirá relatórios parciais da pesquisa-ação desenvolvida, e ao final, apresentará os resultados na forma de Artigo (científico, revisão, outros).

9. METODOLOGIA

Funcionamento do Programa

O Programa será organizado no ambiente virtual tendo sua sede em dois campus(Teresina Central e Teresina Dirceu), escolhidos por conta da facilidade de acesso e contingente de demanda:

Serão disponibilizadas vagas para os professores do Município, do Estado e da Rede Federal por demanda espontânea. Os futuros alunos irão fazer inscrição por meio digital em endereço eletrônico futuramente criado e divulgado na plataforma do IFPI, obedecendo os requisitos de acesso e tabela de pontuação posteriormente divulgada nos canais de divulgação do IFPI. Em todas as seleções, serão observadas as vagas destinadas para cotas sociais e políticas afirmativas, obedecendo à legislação vigente.

As vagas são distribuídas considerando o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei 14.723, sancionada em 13 de novembro de 2023 que aprimora a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº Lei 14.723/2023);
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 14.723/2023);
- Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº14.723/2023);
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 14.723/2023);
- Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº14.723/2023);
- Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 14.723/2023).

Além da política de cotas, o IFPI adota, como ação afirmativa própria, uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não são egressos da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação para ingresso nos Cursos Técnicos e de Graduação, no âmbito do IFPI.

Chamadas Públicas

Caso não ocorra o preenchimento de todas as vagas ofertadas no processo seletivo, será realizado processo de Chamada Pública, com a seleção de candidatos para provimento das vagas remanescentes com base na maior nota obtida pelo candidato na avaliação de títulos seguindo a

tabela de pontuação posteriormente publicada.

Processo Pedagógico

A proposta será desenvolvida de forma virtual por meio da educação a distância(EAD), havendo etapas remotas; o curso está organizado três(03) disciplinas/ módulo de 40h e duas (02) disciplinas/módulos de 30h, totalizando 180 horas; cada módulo aborda um eixo temático (descritos abaixo), sendo compostos por vários momentos:

- a) Abertura para apresentação da equipe de coordenação, prof. formadores (as) e tutores (as), com duração de 8 horas;
- b) Momentos síncronos via plataforma Google Meet, complementados com atividades disponibilizadas em um drive com acesso aos participantes;
- c) Audiências dirigidas, onde atividades serão propostas no Google Classroom ou plataforma MOODLE com acompanhamento de formadores (as) e tutores (as).
- d) Participação de professores convidados (as), os quais farão exposições temáticas via ambientes virtuais, complementando o processo educativo;

Em cada módulo teremos 01 encontro presencial com no mínimo um (a) convidado (a), os quais farão uma exposição presencial destinada a todos (as) os (as) professores (as) em formação, objetivando fornecer constructos teórico-metodológicos e compartilhando experiências em formação em Educação Etnicorraciais (ERER).

O Programa de formação terá início com um encontro de integração, onde todos os participantes se encontrarão no ambiente virtual; neste encontro, será apresentado o projeto, onde todos (as) assistirão uma aula inaugural no ambiente Virtual ministrada por um (a) convidado(a) tratando das relações etnicorraciais e seus desdobramentos na sociedade. Também haverá a participação de um (a) convidado (a) dos NEABIs/IFPI que fará uma abordagem dos desafios da formação em ERER. Esta atividade será inserida no módulo I para fins de contagem de carga horaria(Ch).

Nos módulos II, III e IV, serão desenvolvidas oficinas presenciais, visando proporcionar vivências aos docentes em formação, as quais poderão subsidiar atividades no espaço escolar

Ministradas por profissionais envolvidos na formação das relações etnicorraciais. Ao final do curso no módulo V, teremos a apresentação de um projeto construído pelos alunos com objetivo direto de combater o Racismo e a valorização das relações etnicorraciais, bem como, o desenvolvimento do sentido de ser negro no Brasil e a valorização da cultura negra em seus mais diferentes aspectos.

A aprendizagem deve ser interpretada como um caminho que possibilita ao sujeito social transformar-se e transformar seu contexto. Ela deve ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta à resolução de situações problema como uma das estratégias didáticas. As Diretrizes Curriculares do Curso deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso. A Formação de Professores segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação. O Currículo poderá incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento da região.

O Projeto Pedagógico por meio de suas diretrizes deverá orientar o Currículo para um perfil acadêmico e profissional do egresso que contribua, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural. Deverá estimular a integração do curso com as atividades de pesquisa e de extensão como mediadoras da formação.

Propõe-se a seguinte estruturação da matriz curricular do curso:

- **Módulo I (30h)** – Fundamentos da Legislação e Políticas Antirracistas
- **Módulo II (40h)**– Preconceito racial e seus impactos na sociedade
- **Módulo III (40h)**– Contribuições Históricas e Culturais dos Negros na Sociedade Brasileira
- **Módulo IV(30h)** – Histórias e Culturas dos Povos Indígenas do Nordeste
- **Módulo V(40h)**- Decolonialidade, Culturas e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo

A INTERAÇÃO COM O ESTUDANTE

Um sistema de ensino à distância, para um funcionamento eficaz, deve ser adaptado ao aluno, da melhor forma, objetivando motivar e satisfazer as necessidades do estudante, tanto em termos de conteúdo quanto de estilos de aprendizagem.

A interação e interatividade são os aspectos mais importantes para garantir a qualidade e eficácia do processo formativo a distância e manter o estudante participante ativo no processo, além de permitir ao professor e/ou tutor identificar e atender as necessidades individuais dos estudantes, ao mesmo tempo em que se possibilita um fórum de sugestões para o aprimoramento do curso.

Belloni (2001) alerta que a interatividade com o aluno remete também a uma questão política, como se pode observar na citação a seguir:

a integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais é antes de mais nada, uma questão política: os processos de socialização dependem das escolhas políticas da sociedade [...] a integração das inovações tecnológicas vai depender então da concepção de educação das novas gerações que fundamenta as ações políticas do setor. (p.54-55)

Tal afirmação nos leva a refletir sobre a importância do processo educacional que vai desencadear a partir da integração dos novos meios, como é o caso deste curso. Desta forma, o desenvolvimento metodológico deverá ultrapassar a mera inserção das técnicas e a partir delas promover um verdadeiro processo de emancipação. Assim, deve-se considerar as estratégias para a interação e o feedback para o estudante, tais como:

- a integração de vários meios de interação: telefone, fax, computador para acesso a ferramentas de comunicação como correio eletrônico, fóruns, chats, Web Conferência e Ambiente Virtual de Aprendizagem, para contato individual e tutoria mesclado com encontros presenciais e virtuais;
- o contato com cada polo (ou com estudante), com regularidade, especialmente no começo do curso;
- comentários detalhados sobre as tarefas por escrito, indicando fontes adicionais para informação suplementar. Devolver as tarefas sem demora, usando fax, correio eletrônico ou Ambiente Virtual;

- o estabelecimento de horas de atendimento aos estudantes;
- ao iniciar o curso, solicitar que os alunos estabeleçam contato com o professor e interajam entre si através de correio eletrônico, telefone ou outro meio, para que se sintam à vontade com o processo;
- manter e partilhar fontes de pesquisa nas áreas curriculares do curso como revistas eletrônicas e links pode ser bastante eficaz neste sentido;
- a garantia da participação de todos os estudantes nos encontros presenciais ou por videoconferência, desencorajando, educadamente, aqueles que são monopolizadores; e o uso de um “facilitador” em cada grupo para estimular a interação dos alunos que se mostrarem hesitantes em fazer perguntas ou participar. O facilitador pode agir como sendo os “olhos e ouvidos” do professor nas unidades remotas.

OS MATERIAIS DIDÁTICOS E O AMBIENTAL VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Os materiais didáticos do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos serão utilizados para mediação do processo ensino-aprendizagem e será produzido pelos professores conteudistas que fazem parte de cada disciplina. Será utilizado material em formato específico para a Internet, veiculado por meio do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, impresso, CD ROM, vídeos aulas e outros.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA – oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos à distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo, numa única plataforma, possibilidades de acesso online ao conteúdo de cursos. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre aluno e professor, aluno e tutor, aluno e conteúdo, aluno e aluno.

A plataforma Moodle demonstra ser bastante adequada ao propósito do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Profissional, Científica e Tecnológica na modalidade a Distância, pois disponibiliza diferentes ferramentas para alunos e formadores. Compreendendo que a comunicação se faz muito necessária em AVAs, o Moodle trabalha com a ferramenta Fórum de Notícias, onde são colocados avisos importantes para que o curso transcorra com tranquilidade. O Fórum de Tutores é outro espaço importante no programa, pois permite um ambiente reservado

para conversas entre tutores e professores.

Os módulos são apresentados em formato de tópicos. As atividades de cada disciplina estão à disposição dos alunos neste espaço. Essas atividades são diversificadas, podendo ser avaliadas pelo professor quantitativamente e qualitativamente.

Ferramentas interativas como chat, fórum, diários, diálogo, questionário, wiki, dentre outros são trabalhadas no Moodle, possibilitando significativas trocas entre tutor e aluno. A ferramenta “Tarefa” consiste na descrição ou enunciado de uma atividade a ser desenvolvida pelo aluno. Ela é enviada em formato digital pelo Moodle, - normalmente construída no word. Alguns exemplos dessas atividades: projetos, relatórios, artigos, imagens, etc.

Portanto esse Ambiente Virtual dá o suporte pedagógico e tecnológico necessário para que o curso atinja seus objetivos.

A webconferência, como ambiente de ensino e de aprendizagem, não é um novo método didático, constitui-se, sim num novo meio técnico para o ensino. Como todo meio, não possui nenhuma vertente pedagógica intrínseca. A vertente será definida no planejamento de acordo com os objetivos e necessidades pedagógicas do curso e das disciplinas.

Alguns benefícios de se adotar esta tecnologia encontram-se listadas abaixo:

- Eleva a motivação: os alunos ficam entusiasmados por utilizarem uma nova tecnologia para interagir com professores e outros alunos remotos.
- Aumenta a capacidade de comunicação e de apresentação: os estudantes consideram os “visitantes” da tela importantes e ficam mais conscientes da importância de aparecer e falar bem. Além disso, ao planejar e preparar uma videoconferência, os estudantes desenvolvem a capacidade de comunicação.
- Aumenta o contato com o mundo externo: muitas vezes uma visita ao vivo não é possível e, assim, o aluno tem a possibilidade de manter contato com pessoas distantes e, às vezes, bem diferentes dele.
- Aumenta a profundidade do aprendizado: Os estudantes aprendem a fazer melhores perguntas e o aprendizado se dá a partir de uma fonte primária, em vez de um livro texto.

10. INTERDISCIPLINARIDADE

A principal proposição do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências e objetos

de análise da Educação Profissional, da Educação Básica e da Educação de Jovens e Adultos, sendo a interdisciplinaridade constituinte e constituidora dos cursos traduzida em seminários, visitas de observação, oficinas, concepção dos projetos políticos pedagógicos pelos professores estudantes, entre outras estratégias de integração.

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Constituem-se como atividades complementares a participação dos estudantes e professores em eventos científicos, visitas técnicas junto a organizações e entidades públicas, desenvolvimento de estudos de caso, realização de workshops e colóquios sobre temáticas específicas; produção de artigos científicos e publicação em revistas digitais e impressas, participação em listas de discussão virtual destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre professores estudantes e professores do curso e participação em atividades de extensão universitária e de oficinas temáticas.

12. TECNOLOGIA

O curso será oferecido na modalidade semipresencial, utilizando recursos tecnológicos para favorecer o processo ensino-aprendizagem, mediante:

- Projeções de slides e filmes com recursos de multimídia;
- Criação de um grupo de discussão virtual;
- Produção de materiais de apoio disponibilizados por via eletrônica em formato .pdf;
- Tutoria à distância a partir da utilização da plataforma Moodle de EaD.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, em seus Campi apresenta infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1679/99.

As atividades acadêmicas dessas unidades educacionais são desenvolvidas em prédios com ampla área de livre. Diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, centros de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, complexo

desportivo e de lazer assim como estacionamento próprio. Os laboratórios de Informática são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

As aulas do curso serão realizadas no Ambiente de Videoconferência, com tela para projeções por meio de retroprojetor e projetor multimídia, computador conectado à rede mundial de computadores. Espaço físico adequado para turmas compostas por até 50 pessoas alunos em local com boa ventilação e iluminação.

Biblioteca

O curso pode contar com a infraestrutura, o acervo e os serviços do Sistema de Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Orientada pelas políticas definidas pela Instituição com relação às condições de armazenagem, preservação ao acervo e funcionamento. Igualmente, seguem as políticas definidas de aquisição, expansão e atualização do acervo que contemplam a proporcionalidade do número de alunos. A Biblioteca do IFPI conta com pessoal qualificado para orientar os usuários na identificação da natureza e extensão das necessidades e fontes de informação.

14. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

A seleção dos servidores será de responsabilidade de cada sistema de ensino parceiros.

15. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

15.1. ENSINO-APRENDIZAGEM:

A avaliação da aprendizagem adotada em todos os cursos do IFPI é entendida como um processo contínuo, sistemático e cumulativo, tendo o objetivo de promover os discentes para a progressão de seus estudos. Na avaliação, os aspectos qualitativos preponderarão sobre os aspectos quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo como no desenvolvimento de hábitos e atitudes.

A avaliação do aluno será realizada de forma contínua, sendo a expressão do desempenho

e rendimento discente na disciplina.

A avaliação será feita por meio de provas, produção científica, atividades, participação em fóruns, chats, estudos de caso e pesquisa da prática. O resultado final do aproveitamento nas disciplinas do Curso é expresso por meio de notas graduadas de zero a dez, permitida a fração decimal.

A avaliação da aprendizagem dos cursistas em cada disciplina levará em consideração os seguintes critérios:

I – Apuração da frequência às aulas ou às atividades na modalidade a distância previstas;

II – atribuição de notas em instrumentos de avaliação da aprendizagem. Para a avaliação de aprendizagem ficam estabelecidas notas numéricas, obedecendo-se a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo a média para aprovação em cada disciplina igual a 7,0 (sete);

III – Cada disciplina contará com uma avaliação. A média da disciplina será composta com a atribuição de 100% de nota obtida nas atividades via moodle:

Frequência (%)

Avaliação Online 50%

Fóruns no AVA Moodle 20%

Envio de Tarefas e Atividades de Autocorreção 30%

TOTAL	100%
-------	------

IV – será considerado reprovado, por falta, o aluno que deixar de frequentar mais de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total presencial de uma disciplina ou atividade, ou que, no somatório das cargas horárias presencial e à distância também não obtenha 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total de uma disciplina ou atividade.

V – A frequência exigida será de 75% da carga horária prevista para cada disciplina, controlada a partir de chamada nominal durante os encontros presenciais e das atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem e das ferramentas de interação da Web conforme frequências abaixo:

Frequência (%)

Avaliação Online 50%

Fóruns no AVA Moodle 25%

Envio de Tarefas e Atividades de Autocorreção 20%

Bate-papo (Chat)/Webconferência 5%

TOTAL	100%
-------	------

VI – O controle da frequência dos alunos nas aulas presenciais será feito pelo professor ministrante da disciplina, com o auxílio da Coordenação do Curso. Ao passo que o controle de participação nas atividades de EaD será feito, exclusivamente, pelos docentes, os quais atribuirão, sob critérios próprios, as horas de efetiva participação de cada aluno nas atividades propostas a partir da EaD.

Para ser aprovado no Curso, além de satisfazer a todas as exigências estabelecidas para os Cursos de Aperfeiçoamento do IFPI e aproveitamento de notas de igual ou maior que 7,0 (sete), os alunos deverão ter a frequência mínima estipulada no parágrafo anterior.

15.2. AVALIAÇÃO DO CORPO DOCENTE:

Os professores serão avaliados durante a realização do período letivo, devendo ser considerados os aspectos referentes a: responsabilidade, pontualidade, interesse, relacionamento e habilidades técnicas na condução do curso. Para obtenção de dados a respeito, serão adotados critérios e indicadores adequados, tais como: auto-avaliação, observação em sala de aula, avaliação do docente pelo discente e supervisão da Coordenação do Curso.

15.3. AVALIAÇÃO DO CURSO:

O Programa será avaliado durante o processo pelo Corpo Discente e Coordenação do Curso no que tange aos conteúdos das unidades curriculares, qualidade do material didático, instalações físicas, período de funcionamento do curso, etc.

16. CERTIFICAÇÃO

Após a integralização das disciplinas, será conferido ao egresso o Certificado de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico- Raciais.

17. INDICADORES DE DESEMPENHO

- Número de alunos a serem formados: 1000, distribuídos em 20 turmas que se desenvolverão simultaneamente.

- Índice máximo de evasão admitido: 25%

- Média mínima de desempenho de alunos: 70%

- Número mínimo de alunos para manutenção da turma: 75% do número total de alunos que iniciarem o curso.

- Número máximo de alunos por turma: 50 alunos

18. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

- Formação de 200 professores e professoras da rede básica de ensino e/ou comunidade em geral ao final do curso;

- Construção de materiais didático-pedagógicos para trabalhar a ERER nas escolas;

- Criação de um grupo de pesquisa interdisciplinar no CNPQ que estude, aprimore e construa novas metodologias na implantação do ERER;

- Construção de um observatório sobre a implantação da ERER nas escolas de ensino básico na abrangência Municipal, Estadual e Federal;

- Diálogo com os demais cursos do IFPI no intuito de instrumentalizar para implantação da ERER nos currículos para todos os níveis de ensino (Educação básica, Técnica, Superior e pós-graduação);

- Orientações para produção de artigos científicos sobre a formação a serem publicados em periódicos afins.

19. REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas institucionais do IFPI para seus cursos de maneira geral são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como com as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando, assim, ao profissional proposto a percepção do contexto social no qual está

inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas pelo domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos do IFPI um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Buscando trabalhar demandas existentes na sociedade como um todo, dentre elas o racismo que se apresenta de maneira nefasta e cruel. O Racismo estrutural no Brasil, herdeiro de uma sociedade colonial escravagista, influencia a postura do Estado brasileiro, a qual exclui sistematicamente as populações negras e indígenas, condenando-as à subalternidade. No entanto, a pressão dos movimentos sociais fez com que fossem aprovadas as Leis federais 10.639/03 e 11.645/08, as quais buscam interferir no processo educacional, resgatando a importância do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e Indígena no ensino fundamental e médio; isto visa resgatar da invisibilidade estas populações, as quais acabam inferiorizadas diante de um pensamento eurocêntrico, o qual é hegemônico na formação de nossos educadores. Acabam estes, reproduzindo a crença na inferioridade de negros e indígenas, mascarado pelo mito da democracia racial.

A Lei 10.639/2003 alterou os artigos 26 A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, nº 9.394/96) e instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Dispõe que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, em homenagem ao líder negro Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra contra o regime de escravidão. Os pareceres CNE/CP nº 03/2004 e Resolução CNE/CP nº. 01/2004 disciplinaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Com a promulgação da Lei 11.645/2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, nº 9.394/96) recebeu nova alteração no seu Artigo 26 A, com a inclusão da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena.

Mas, este novo aparato legal enfrentou limitações para a sua efetivação nas práticas pedagógicas. Dentre essas dificuldades, pode-se destacar a ausência de formação específica dos professores para as relações étnico-raciais, a resistência enfrentada nos espaços escolares. As situações de preconceito e discriminação ainda presentes no ambiente escolar são, muitas vezes, ignoradas no espaço escolar, e comprometem, desse modo, a construção da identidade negra e indígena, conforme os estudos realizados por (HALL, 2001, SANTOMÉ, 1995, MUNANGA, 2000, SANTOS, 2007, GOMES, 2011, MARQUES, 2014).

As inovações pedagógicas são inibidas no espaço escolar, sendo relegadas a cultura afro-brasileira e indígena a momentos específicos nos meses de novembro e abril. Um trabalho cotidiano de questionamento da desigualdade racial, bem como, demais desigualdades, ainda é pouco evidente; sendo limitado os esforços realizados para promoverem ações mais sistemáticas e menos pontuais no universo escolar (Silveira,2009). Segundo esta autora, as justificativas apresentadas pelos docentes e gestores são a carência de materiais didáticos, a falta de conhecimento sobre as temáticas étnico- raciais e a falta de metodologias para desenvolver a ERER.

Nesse contexto, os estudos que fundamentaram esses deslocamentos epistêmicos trazidos por essas legislações no Brasil, objetivaram a superação do monoculturalismo e a visão essencialista de cultura e conhecimentos impostos pela colonialidade que subjulgaram e subalternizaram as minorias culturais e possibilitam a compreensão de que

[...] para além da oposição reducionista entre o monoculturalismo e multiculturalismo surge à perspectiva intercultural. Esta emerge no contexto das lutas contra os processos crescentes de exclusão social. Surgem movimentos sociais que reconhecem o sentido e a identidade cultural de cada grupo social. Mas, ao mesmo tempo, valorizam o potencial educativo dos conflitos. E buscam desenvolver a interação e a reciprocidade entre grupos diferentes como fatos de crescimento cultural e de enriquecimento mútuo. Assim, em nível das práticas educacionais, a perspectiva intercultural propõe novas estratégias de relação entre sujeitos e entre grupos diferentes. Busca promover a construção de identidades sociais e o reconhecimento das diferenças culturais. Mas, ao mesmo tempo, procura sustentar a

relação crítica e solidária entre elas (FLEURI, 2001, p. 48. Grifos nossos).

O desafio apresentado à educação intercultural é o de compreender a formação de identidades culturais e o processo de integração das diferenças no Brasil, no contexto da luta contra-hegemônica dos Movimentos Sociais pela redução das desigualdades, da exclusão social e da discriminação racial. Ao refletir sobre essas vertentes e o modo como os conhecimentos do colonizador foram legitimados no Brasil, questionamos os modelos teóricos eurocêntricos e as suas metanarrativas que silenciaram outras experiências políticas e epistêmicas dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros.

Na formação de professores para EREER torna-se fundamental o compartilhamento de saberes entre experiências já desenvolvidas e com os representantes dos povos negros e indígenas. Estas vivências podem potencializar a construção de novas práticas pedagógicas.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE) e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE, destacam-se:

- ☐ oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem do aluno ingressante;
- ☐ acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- ☐ oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo, incluem-se:

- ☐ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- ☐ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- ☐ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- ☐ Residência Pedagógica (RP).

O planejamento e a implantação das ações e atividades que são desenvolvidas no âmbito do Curso também ocorrem com a participação da comunidade negra e indígena, de forma que a experiência vivenciada pelos discentes durante a sua formação seja coerente com os princípios da Educação intercultural, diferenciada e específica.

A participação preta/indígena não está restrita aos representantes discentes ou lideranças, mas também inclui a participação das suas comunidades por meio de Práticas Pedagógicas, de Pesquisa e de Extensão. Portanto, são previstas Práticas Pedagógicas aos discentes, que se efetiva por meio de visitas alternadas dos docentes às comunidades. Esse procedimento possibilita uma melhor compreensão das realidades locais, de como funcionam as escolas, de seus problemas e de como são viabilizadas ou não as medidas para solucioná-los.

O Decreto 4.887 de 2003, que regulamenta o artigo 68 das ADT da Constituição Federal do Brasil de 1988; • A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo decreto 5.051, de 2004, reconhece entre outras questões, o direito à autoidentificação étnica e o direito de uma educação apropriada às diferenças das populações (o Brasil é signatário dessa convenção desde 1989. A lei foi ratificada pelo governo em 2002.)

As Leis 10.639/2003 e atual 11.645/2008, que incluem as temáticas relacionadas à História e cultura indígenas e afrobrasileiras no ensino de níveis fundamental e médio, requerendo dos professores formação universitária adequada ao trabalho com esses conteúdos de ensino básico, onde atuarão os egressos desse curso; • Resolução nº 7 de 2010 do CNE (Conselho Nacional de Educação), que avança na garantia de uma educação diferenciada ao mencionar a necessidade de respeito por parte das escolas que atendem às populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, para com suas peculiaridades de modos de vida. Além disso, esta mesma Resolução recomenda a utilização de pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir

conhecimento;

Portaria CNE/CEB nº 5/2010, das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação, que institui na modalidade de ensino da Educação Básica a modalidade de ensino Escolar Quilombola, nos seguintes termos:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural.

Documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), com o Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e igualdade, a questão da diversidade foi efetivamente problematizada e debatida no campo da política educacional. Segundo o documento final da CONAE (2010):

[...] É preciso compreender a diversidade como a construção histórica, cultural, social e política das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural do homem e da mulher, no meio social e no contexto das relações de poder. Para avançar na discussão, é importante compreender que a luta pelo reconhecimento e o direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Pelo contrário, ela coloca em questão a forma desigual pela qual as diferenças vêm sendo historicamente tratadas na sociedade, na escola e nas políticas públicas em geral. Essa luta alerta, ainda, para o fato de que, ao desconhecer a diversidade, pode incorrer no erro de tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade, que se propaga via a conjugação de relações assimétricas de classe, étnico-raciais, gênero, diversidade religiosa, idade, orientação sexual e cidadecampo. As questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da

superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes e da justiça social se colocam para todas as instituições de educação básica e superior, independentemente da sua natureza e do seu caráter. (BRASIL, CONAE, 2010, p. 128) (Grifo nosso)

Tabela 01- descrição de disciplinas e ementários

MOD.	DISCIPLINA/CH	EMENTÁRIO	BIBLIOGRAFIA
I	Fundamentos da Legislação e Políticas Antirracistas; (30h)	Uma análise crítica dos processos de implantação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, relacionando-as com o processo de racismo estrutural e sua implicação educação;	<ul style="list-style-type: none"> ● GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. Racismo e Antiracismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo - Fapesp, 1999; ● CHAUI, Marilena. Direito à Memória: natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental. In: CHAUI, Marilena. Cidadania Cultural. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 103-128; ● FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.; ● SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implantação da Lei 10.639/03. São Paulo: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007
II	Preconceito Racial e Seus Impactos na Sociedade (40h)	Conceito de raça,etnia,negritude. Racismo e seus tipos.sociedade e racismo. Politicas afirmativas de combate ao racismo. Importancia da politica antirracista escolar. Mito	<ul style="list-style-type: none"> ● MUNANGA, Kabengele (org) - Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; ● PANTOJA, Selma; ROCHA, M.

		da democracia racial no Brasil	<p>J. (orgs.). Rompendo silêncios. História da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2004.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. "O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a lei 10639." Revista África e Africanidades, São Paulo, ano 3 (2010);; ● REGINALDO, Lucilene. "Vagas informações, fortes impressões: A África nos livros didáticos de história." Humanas, Feira de Santana 2 (2002): 99-121
III	Contribuições Históricas e Culturais dos Negros na Sociedade Brasileira (40h)	Identidade negra e sua valorização, construção do modelo social negro positivo, contribuições negras na sociedade, importância do negro na construção da cultura brasileira, negro e seus desafios estruturais da sociedade brasileira	<ul style="list-style-type: none"> ● STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. ● BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 69-81; ● FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.; ● FONSECA, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.; ● GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007
IV	Histórias e Culturas dos Povos Indígenas do Nordeste (30h)	A presença Indígena no Nordeste. Historiografia recente sobre a História dos povos indígenas no Brasil. O processo de	<ul style="list-style-type: none"> ☐ OLIVEIRA, João Pacheco de (org). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de

		<p>apagamento dos povos indígenas no Nordeste. As etnogêneses e reapropriações identitárias das populações indígenas em contextos sociopolíticos contemporâneos. Diálogos interdisciplinares entre História e Antropologia</p>	<p>reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.</p> <p>☐ OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste. Recife: Fundaj, 2013.</p> <p>☐ PALITOT, E. M. Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. 1. ed. Fortaleza: SECULT/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009. v. 01. 461p</p> <p>☐ GOMES, Helane Karoline Tavares. “Etnicidade e mobilização indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (2000-2018)”. Vozes, pretéritos & devir, v. 11, p. 52-72, 2020.</p>
<p>V</p>	<p>Decolonialidade, Culturas e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo (40h)</p>	<p>De forma decolonial resgatam-se elementos da cultura dos povos originários e compartilham-se vivências a partir das suas lideranças; Conceito de Sociedade e de Cultura; “Raça” e Cultura; A crítica às concepções deterministas; O elogio da miscigenação e as concepções assimilacionistas; “Raça” e os dilemas do Brasil moderno e do Brasil contemporâneo; Patrimônio Cultural; Memória Coletiva (Temas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995. ● BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquidade no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquidade e branquesamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002; ● BOTEGA, Gisely Pereira. Relações raciais nos contextos educativos: implicações na constituição do autoconceito das crianças negras moradoras da comunidade de Santa Cruz do município de

		Contemporâneos	<p>Paulo Lopes/SC. Florianópolis: Dissertação de Mestrado / UFSC, 2006;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.; ● GOFFMAN, Irving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1963.
--	--	----------------	--

Composição da Equipe

Função	Titulação	especificidades
Coordenador:	Mestre ou Doutor	Graduação ou Bacharelado em qualquer área do conhecimento, com formação e experiência comprovada na área social, de estudos sobre negritude, povos originários, movimentos sociais, história negra e/ou indígena brasileira
Professor conteudista:	No mínimo especialista	Graduação e/ou bacharelado em qualquer área do conhecimento, com formação continuada na área da negritude e de povos originários, Conhecimento Profissional Prática profissional Intercultural Engajamento profissional Intercultural, conhecimento comprovado sobre estudos relacionados ao racismo e seus desdobramentos, identidade e movimentos sociais.
Professor Tutor	No mínimo especialista	Graduação e/ou bacharelado em qualquer área do Conhecimento e Prática profissional Intercultural, conhecimento comprovado sobre estudos relacionados ao racismo e seus desdobramentos, identidade e movimentos sociais e história.
Palestrante	Mestre ou doutor	Graduação ou Bacharelado em qualquer área do conhecimento, com formação e

ento do curso										
Avaliação								X		
Relatório Final									X	X
Certificação									X	X

REFERÊNCIAS

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história afrobrasileira e africana. Brasília: SECAD/ME, 2004.

Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Secad/Seppir, 2009.

_____. Os Usos Sociais das Ciências: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Por um conhecimento engajado. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 36-45.

_____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. O olhar etnográfico e a voz subalterna. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001.

_____. Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: normas vigentes e propostas. 1 v. Manaus: Programa de Pós-graduação da Universidade do Amazonas – UEA/Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/ Fundação Ford/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 mai. 2015. Acesso em: 05 dez. 2022.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índios: Uso Comum e Conflito. In: CASTRO, Edna e HÉBETE, Jean (org). Na trilha dos grandes projetos: Modernização e Conflito na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 1989, p. 163-196.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. São Miguel e Rincão dos Martimianios. Porto Alegre: Editora da URGs, 2004.

ARRUTI, Jose Mauricio Andion. Por uma História a Contra Luz: as sombras historiográficas, as paisagens etnográficas e o mocambo. Palmares em Revista: Fundação Cultural Palmares (1), 1996, p. 71-96.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco. São Paulo: Brasiliense, 1988. _____ . Terras Negras: invisibilidade expropriadora. Textos e Debates 2. Florianópolis: NUER/UFSC, 1991, p. 7-23.

BARCELLOS, Deyse Macedo et al. Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BAUMAN, Z. A Sociedade Individualizada; Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p. 69-81.

BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (orgs.). Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afrobrasileira. São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023.

BOLETIM INFORMATIVO DO NUER. Quilombos no sul do Brasil: Perícias Antropológicas. Florianópolis: NUER/UFSC, v. 3, n. 3, 2006.

BOLETIM INFORMATIVO DO NUER. Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras. Florianópolis: NUER/UFSC, v. 2, n.2, 2005.

BOSI, Ecléia. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. Queiroz, 1979. BOLETIM INFORMATIVO DO NUER. Regulamentação de Terras de Negros no Brasil.v. 1, n. 1. Florianópolis: NUER/UFSC, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. p. 107-132.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000.** Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Brasília/DF: 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

BRASIL. **Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei nº 9.394/96, de 24 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998. Disponível em:

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-10/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá

outras providências. Brasília/DF: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL **Lei nº Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.** dispôr sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília/DF: 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 18/02/25 as 09:23min

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 10 Jun 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso 15 Jun 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília/DF: 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília/DF: 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto Nº 9.057/2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso 10 Jun 2021. BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução Nº 1, de 11 de março de 2016.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3 BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução Nº 1, de 11 de março de 2016.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3 5541-res-cne-ces-001-14032016-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso 10 Jun 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006,** institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CARVALHO, José Jorge. Quilombos: símbolos da luta pela terra e pela liberdade. Cultura Vozes. n. 5, p. 149–159, set./out., 1997.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: SeloNegro, 2000. CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais, suas intersecções na educação escolar indígena.** Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 303-318, jan./dez. 2012.

CAVALLEIRO, E.S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo; In: Educação anti racista : caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03; Brasília, SECAD MEC, 2005.

CHAGAS, Miriam. Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da história: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005.

CHAUI, Marilena. Direito à Memória: natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental. In: CHAUI, Marilena. Cidadania Cultural. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 103-128.

Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024. Teresina/PI: 2020. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024_-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view. Acesso em: 05 dez. 2022.

Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF, 4 ago. 2000.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à educação intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade e Cultura, n. 16, p. 45-62, 2001.

FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
FONSECA, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1995.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil = 25 yearsoftheblackmovement in Brazil/: Concepção, organização e fotografia Januário Garcia. 2 ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GOMES, Flavio dos Santos. A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão; In: Educação anti racista : caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03; Brasília, SECAD MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves. (org.) Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, S. A identidade cultural na pós modernidade. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , 1. reimp . Rio de Janeiro: DP&A, 2011;

HORN, M. STAKER, H. **Blended**: usando inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.
Acesso em: 04 dez. 2022.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Org.). El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARQUES; Eugenia Portela de Siqueira Marques, CASTRO , Marta Coelho. (Organizadoras). **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar** , - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018. 257 p.

MESSIAS, Marta Iris Camargo A importância da capoeira como conteúdo da Educação Física escolar Dissertação de mestrado Pós graduação em Educação/UFSM 2004.

MIGNOLO, Walter. **Cambiando las Éticas y las Políticas del Conocimiento**: La Lógica de la Colonialidad y la Postcolonialidad Imperial. 2005. Disponível em: www.tristestopicos.org. Acesso em 09 de jul. de 2015.

MUNANGA, Kabengele. **O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizagem do “alunado negro”**. In: Azevedo, J. C. (Org.). Utopia e democracia na Escola Cidadã (pp. 235-244). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

SILVEIRA, Marta Iris Camargo Messias A trajetória do Movimento Social Negro da contestação as políticas de ações afirmativas e as implicações a para aplicação da Lei Federal 10.639 03: O caso da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria Programa de pesquisa e pós graduação em Educação Faculdade de Educação/ UFBA 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução nº 039/2013**. Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências. Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpIdpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022**. Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022**. Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022**. Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022**. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021.** Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021.** Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021.** Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021.** Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021.** Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021.** Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021.** Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021.** Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021.** Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências. Teresina/PI: 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Conselho Superior. **Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022.** Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>.

Documento Digitalizado Público

PROJETO EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL

Assunto: PROJETO EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL

Assinado por: Louise Tatiana

Tipo do Documento: Anexo

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Louise Tatiana Mendes Rodrigues, COORDEJA - EJA-EPT-IFPI**, em 18/02/2025 10:10:44.

Este documento foi armazenado no SUAP em 18/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 618787

Código de Autenticação: 076fa999db



Documento Digitalizado Público

Projeto Relações-Étnicos Raciais - uma proposta formativa

Assunto: Projeto Relações-Étnicos Raciais - uma proposta formativa
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:37:01.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629979

Código de Autenticação: d12c992aa8





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 14/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Aprova a Criação do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra - semiárido, no IFPI, a partir do primeiro semestre de 2025, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:50:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339904
Código de Autenticação: 2a2a14fd2c





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA -SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PIAUI

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA -PROJETO DE CURSO 2025-2026

I. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
1.2 CNPJ:	10.806.496/0001-49
1.3 Endereço:	Av. Pres. Jânio Quadros, 330 - Santa Isabel, Teresina - PI, 64053-390
1.4 Contatos:	Telefone: (86) -----
1.5 Curso:	ESCOLA DA TERRA
1.6 Nível:	APERFEIÇOAMENTO
1.7 Modalidade:	Presencial: Pedagogia/Regime da Alternância
1.8 Carga Horária:	Total: 180 horas
	Presencial (Tempo-Universidade): 126 h/a
	Tempo-Escola/Comunidade: 54 h/a
1.9 Meta Física:	120 vagas para professoras e coordenadoras pedagógicas de turmas multisseriadas.
1.10 Custeio:	R\$ 144.000,00
1.11 Local de Realização:	Território da Chapada Valo do Rio Itain e Vale do Rio Guaribas
1.12 Municípios de abrangência	Paulistana -PI, Jacobina do Piauí-PI, Caridade do Piauí - PI, Patos do Piauí - PI, PIO IX -PI, Fronteiras -PI, Padre Marcos -PI, Caldeirão Grande do Piauí -PI, Alagoinha -PI São Julião -PI.
1.13 Início do curso:	Março/2025
1.14 Término do curso:	Janeiro /2026
1.15 VIGÊNCIA PROJETO/TED	MARÇO DE 2025 ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2026
1.16 Coordenador do Curso:	Gilson Mendes Araújo - CPF: 889,824,911-04 - Categoria: Professor Dr. Do Ensino Básico e Tecnológico - EBTT (89) 994014780 / E-mail: gilson.mendes@ifpi.edu.br
Informações Sobre a Oferta	Nova oferta/2025

II. OBJETO E JUSTIFICATIVA

Trata-se de um TED para prover recursos/custeio para a realização de um curso de formação continuada, em nível de Aperfeiçoamento presencial, para professores e coordenadores pedagógicos de **turmas multisseriadas**, vinculado à Coordenação Geral de **Educação do Campo (CGEC)**, da **DIPECEI/SECADI/MEC**, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no âmbito do Programa Escola da Terra.

A educação escolar é uma prática educativa de caráter intencional e planejado, de ampla complexidade, por abarcar uma série de componentes que condicionam sua qualidade. Além da infraestrutura física, disponibilidade de recursos e materiais, condições de trabalho docente, há, ainda, as relações interpessoais que são construídas/vivenciadas no contexto da escola e em seu entorno, a disponibilidade e compromisso dos diversos agentes escolares, dentre outros componentes. No entanto, é inquestionável que a formação continuada de professores constitui-se um dos elementos mais importantes para o êxito da prática educativa na escola, sobretudo porque vivemos um contexto histórico de grandes e rápidas mudanças na teia social.

A educação no campo apresenta desafios únicos que demandam uma abordagem específica e contextualizada, especialmente quando se trata de classes multisseriadas. A formação continuada de professores que atuam nesse contexto é essencial para garantir uma educação de qualidade, que respeite e valorize as particularidades das comunidades rurais.

A formação continuada em serviço está amparada pela Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que, em seu Art. 61, Parágrafo único, trata dos profissionais da educação. A educação no campo enfrenta desafios como a falta de infraestrutura, distância geográfica, e a diversidade de idades e níveis de aprendizagem em uma mesma sala (multisseriação) (ARROY, 2011). Esses fatores exigem que os professores desenvolvam habilidades específicas para lidar com a complexidade do ensino em contextos rurais.

Para além da multiplicidade de formas de organização da formação continuada, é importante assegurar que a especificidade do contexto de atuação do professor seja valorizada e considerada nos processos formativos, resultando em transformações na prática docente. Nunes (2001, p. 38) enfatiza a importância de se:

[...] repensar a concepção da formação dos professores, que até a pouco tempo objetivava a capacitação destes, através da transmissão do conhecimento, a fim de que „aprendessem“ a atuar eficazmente na sala de aula, vem sendo substituído pela abordagem de analisar a prática que este professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimento para os professores, considerando os saberes da experiência.

A formação continuada precisa considerar que o professor é um profissional, com saberes, experiências, portanto, deve ser ativo no seu processo formativo. Portanto, a formação em serviço deve possibilitar-lhe refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática. Para tanto, precisa levar em conta, dentre outros elementos, o seu contexto de atuação. Esse é um aspecto de grande importância na formulação de políticas de formação específica para professores que atuam em escolas localizadas no meio rural, tendo em vista a necessidade de se considerar uma abordagem concebida a partir do campo e para o campo, obedecendo o que prescrevem os ordenamentos legais que regulamentam a Educação do Campo, como a LDB n. 9394/96 (LDB); a Resolução CNE/CEB n. 01/2002 e a Resolução CNE/CEB n. 02/2008.

Na LDB, a necessidade de formação continuada dos professores que atuam em escolas do campo está assegurada no seu Art. 28, que estabelece o direito da população do campo a um sistema de ensino adequado às suas peculiaridades regionais e de vida. O Art. 12 da Resolução

CNE/CEB n. 01/02 recomenda que os sistemas de ensino desenvolvam políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes.

A formação inicial dos professores muitas vezes não contempla as especificidades da educação no campo, o que torna a formação continuada uma necessidade urgente (CALDART, 2012). A educação continuada permite que os professores atualizem seus conhecimentos, desenvolvam novas estratégias pedagógicas, e se adaptem às demandas específicas de suas realidades.

Em se tratando das escolas multisseriadas, é necessário assegurar formação continuada específica, pois conforme Hage (2003), sem uma compreensão mais abrangente sobre o trabalho com multisséries, esses professores e professoras organizam seu trabalho pedagógico desenvolvendo atividades educativas referenciadas por uma visão de ajuntamento de várias séries, condição que os obriga a elaborar vários planos de ensino e estratégias de avaliação diferenciadas.

Apesar de Ximenes-Rocha e Colares (2013), em seus estudos, afirmarem que não há um marco histórico exato de início das classes multisseriadas no Brasil, considera-se que existam desde o período imperial. Por ser uma realidade histórica presente até os dias atuais, a existência dessas turmas encontra respaldo legal na LDB vigente, em seu Artigo 23, ao definir que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados. Neste último caso, incluem-se as classes multisseriadas, que se fazem presentes em considerável número de escolas. No Piauí, as escolas do campo com turmas multisseriadas é uma realidade em praticamente todos os municípios.

Em 2023, conforme dados do Censo Escolar, havia, no Brasil, 51.856 escolas públicas localizadas em área rural. **No Piauí, de um total de 4.154 escolas públicas, 1.750** estavam localizadas no campo. Nessas escolas, as matrículas estavam mais concentradas nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo de 60.207 e possuíam um quantitativo de 4.751 professores atuando.

Dessa forma, é necessário investir em políticas públicas específicas que contribuam para a oferta de educação do e no campo, cumprindo os requisitos legais das Diretrizes Complementares (2008), mais precisamente de seu Art. 3º, que define: “A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças” (Brasil, 2008).

Contudo, tem-se observado que a municipalização do ensino fundamental representou ônus para as prefeituras, dificultando a oferta de vagas e a manutenção de escolas no meio rural, tendo em vista que a maioria dessas escolas possui um número reduzido de matrículas, fato que dificulta o financiamento nesse âmbito. A ausência de políticas públicas específicas para esta área vem ocasionando a diminuição no número de escolas rurais e, conseqüentemente, nos quantitativos de matrículas ao longo dos anos, sobretudo na esfera municipal, conforme registrado nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Total de escolas rurais públicas de educação básica, por competência administrativa – Brasil e Piauí (2018 – 2023)

Ano	Brasil			Piauí		
	Total	Municipal	Estadual	Total	Municipal	Estadual
2018	56.954	51.519	5.343	2.261	2.190	68
2019	54.600	49.267	5.333	2.055	1.988	67
2020	53.659	48.407	5.252	1.967	1.900	67
2021	52.821	47.628	5.193	1.887	1.820	67
2022	51.992	46.786	5.206	1.827	1.760	67
2023	51.083	45.788	5.295	1.747	1.681	66

Fonte: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Quadro 2 - Total de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas rurais públicas de educação básica – Brasil e Piauí (2018 – 2022)

Ano	Brasil	Piauí
2018	2.271.786	78.844
2019	2.170.918	73.476
2020	2.080.586	68.918
2021	2.037.573	67.199
2022	1.980.160	63.204
2023	1.916.684	60.207

Fonte: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Analisando ambos os quadros, é notória a redução no número de escolas e, conseqüentemente, de matrículas, no meio rural, seja em âmbito nacional seja em termos estaduais. Resumidamente, comparando os dados de 2018 e 2023 constantes no Quadro 2, constata-se que, nos anos iniciais do ensino fundamental, a diminuição do número de crianças atendidas em escolas do campo é significativo: 355.102 no Brasil e 18.637 no Piauí. Embora isso venha acontecendo em toda a educação básica, urbana e rural, devido à redução da taxa de natalidade no Brasil, no meio rural a diminuição do número de matrículas é mais acentuada.

Entre as razões apontadas pelos gestores educacionais para o fechamento das escolas multisseriadas situadas no campo, encontra-se a ausência de políticas de formação continuada para professores que atuam em classes multisseriadas, fato que contribui para os baixos índices de aprendizagem nessas turmas.

Reconhece-se que as escolas multisseriadas e unidocentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam historicamente um quadro de atendimento precário por parte do Estado e de gestão deficitária, bem como, de esvaziamento do conteúdo teórico desenvolvido em seu interior, por essa razão têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade, conforme dados da pesquisa do INEP/MEC (2006):

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental.

Ao analisar o resultado dessa pesquisa, é possível afirmar que o Programa Escola da Terra configura-se, nesse ínterim, como uma relevante estratégia de investimento na formação continuada dos professores e conseqüente melhoria do processo de aprendizagem dos estudantes que são atendidos nessas turmas multisseriadas, tendo em vista contemplar as especificidades da educação do campo, que defende o acesso de todos os estudantes ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, à ciência, à tecnologia, às artes. Dessa forma, a formação continuada de professores deve pautar-se no estímulo à capacidade de criação, possibilitando ao educador constituir-se enquanto ser social responsável, capaz de autoformar-se, de refletir sobre a sua prática, cooperar e relacionar-se eticamente.

A educação contextualizada surge como uma proposta pedagógica inovadora, que busca romper com os modelos tradicionais de ensino, centrados em conteúdos desconectados da realidade dos estudantes. Essa abordagem valoriza os saberes locais, a cultura e as experiências cotidianas das comunidades, integrando-os aos conhecimentos científicos e globais. No contexto da educação no campo, a educação contextualizada é essencial para garantir uma formação significativa, crítica e transformadora, que respeite as especificidades das populações rurais.

A educação contextualizada tem suas raízes em teorias pedagógicas que defendem a importância de uma educação crítica e emancipatória. Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia do Oprimido" (1968), já destacava a necessidade de uma educação que parta da realidade do educando, promovendo a conscientização e a transformação social. Freire argumenta que o conhecimento não deve ser imposto, mas construído a partir do diálogo entre educador e educando, valorizando os saberes prévios e as experiências de vida. A educação contextualizada é pautada pelos princípios: Valorização dos saberes locais, diálogos entre saberes, respeito à diversidade, sustentabilidade e participação comunitária.

A educação contextualizada no Semiárido brasileiro é uma proposta pedagógica que busca valorizar os saberes, a cultura e as práticas das comunidades que vivem nessa região, caracterizada por desafios climáticos, econômicos e sociais. Essa abordagem reconhece a importância de uma educação que dialogue com a realidade local, promovendo o desenvolvimento sustentável e a convivência harmoniosa com o bioma caatinga.

O Semiárido brasileiro é uma região marcada por longos períodos de seca, mas também por uma rica biodiversidade e uma cultura vibrante. A educação contextualizada nesse contexto parte do princípio de que o conhecimento deve ser construído a partir da realidade local, integrando os saberes tradicionais das comunidades com os conhecimentos científicos. Como afirma Paulo Freire em "Pedagogia do Oprimido" (1968), a educação deve ser um processo de diálogo e conscientização, que parta da realidade do educando para promover a transformação social.

De acordo com Silva (2018), a educação contextualizada deve ser pautada por alguns princípios fundamentais. Em seu artigo "*Educação e Convivência com o Semiárido: Uma Abordagem Contextualizada*", a autora afirma:

"A educação no semiárido deve partir da realidade local, integrando os saberes tradicionais das comunidades ao processo de ensino-aprendizagem. Só assim será possível construir uma educação verdadeiramente significativa e transformadora" (SILVA, 2018, p. 45).

Em "*Pedagogia da Convivência: Educação e Sustentabilidade no Semiárido*", Silva ressalta: "*O semiárido não é um espaço de escassez, mas de possibilidades. A educação deve ajudar os estudantes a compreenderem e valorizarem as riquezas desse bioma, promovendo práticas sustentáveis e conscientes*" (SILVA, 2020, p. 12).

Além disso, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002) reforçam a necessidade de uma educação que considere as peculiaridades da vida no campo, adaptando currículos e metodologias às realidades locais. No Semiárido, isso significa valorizar práticas de convivência com a seca, a agroecologia e a preservação da caatinga. Alguns exemplos de educação contextualizada com o semiárido são: 1) Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2): Desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), o programa promove a construção de cisternas e outras tecnologias sociais de captação de água, integrando práticas educativas que valorizam a convivência com o Semiárido. 2) Escolas Famílias Agrícolas (EFAs): Modelo de escola que alterna períodos de estudo na escola e na propriedade rural, integrando a educação formal com as práticas agrícolas familiares. 3) Projetos de agroecologia: Desenvolvimento de hortas comunitárias, sistemas agroflorestais e outras práticas sustentáveis que envolvem os estudantes e a comunidade.

O Programa Escola da Terra, como ação dentro do PRONACAMPO, foi lançado pelo Governo Federal através da Portaria n. 86/2013, buscando promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas

comunidades, dirigindo sua atuação às classes multisseriadas que atendem alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Como objetivos, o Programa Escola da Terra define: I - promover a formação continuada específica de professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas; II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, tendo, em seu bojo, quatro componentes: I - formação continuada de professores; II - materiais didáticos e pedagógicos; III - monitoramento e avaliação e IV - gestão, controle e mobilização social.

O Instituto Federal do Piauí, com o apoio financeiro do MEC, e em parceria com a Secretaria Estadual da Educação (Seduc/PI) e Secretarias de Educação de municípios piauienses, implementou, no estado do Piauí, uma edição do Programa Escola da Terra, em nível de aperfeiçoamento, nos períodos 2024/2025 com o objetivo de aperfeiçoar a prática docente de professores que atuam em escolas que recebem estudantes quilombolas.

Para esta segunda edição, foi realizado levantamento de dados sobre os territórios piauienses que apresentam quantidades consideráveis de escolas localizadas no meio rural e, conseqüentemente, de classes multisseriadas. Os resultados evidenciaram que o Território Vale do rio Itaím e Vale do rio Guaribas apresentam grande demanda de formação no viés abordado pelo Programa Escola da Terra, como pode ser constatado pelo Quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativos de escolas e matrículas em área rural, por município (Territórios Vale do Rio Itaím e Vale do Rio Guaribas)

MUNICÍPIOS	ESCOLAS	MATRICULAS
Vale do Rio Itaím AG 14*		
Acauã	05	424
Betânia do Piauí	04	616
Caridade do Piauí	05	376
Curral Novo do Piauí	10	381
Jacobina do Piauí,	06	292
Patos do Piauí	03	469
Paulistana	11	1.463
Queimada Nova	03	449
Vale do Rio Guaribas AG 15*		
Alagoinha do Piauí	04	448
Alegrete do Piau	03	165
Campo Grande do Piauí,	04	410
Francisco Santos	03	381
Fronteiras	03	115
Monsenhor Hipólito	09	891
Pio IX	11	1.563
São Julião	03	220
Vila Nova do Piauí	02	145
	89	8.808

Fonte: Censo Escolar (2023) * Aglomerado de municípios.

Assim, além de uma grande demanda de formação continuada para professores que atuam em escolas do campo, há condições reais de se implementar um processo formativo condizente com os anseios e necessidades desses professores, tendo em vista a experiência formativa do IFPI articulada à disponibilização de recursos materiais e financeiros da Secadi/MEC.

III. OBJETIVOS

- Ofertar curso de aperfeiçoamento de 180 horas em regime presencial/alternância, para 120 professores e coordenadores pedagógicos da rede municipal, que atuam em classes multisseriadas de escolas do campo no estado do Piauí;
- Possibilitar suporte aos professores para a organização do trabalho pedagógico em classes multisseriadas no campo, abordando o contexto da educação contextualizada ao semiárido;
- Desenvolver currículos e materiais didáticos que dialoguem com a realidade do Semiárido;
- Conhecer e aplicar metodologias pedagógicas adequadas ao contexto do Semiárido.
- Delimitar problemáticas significativas da metodologia do ensino nas classes multisseriadas e apresentar proposições ao trabalho docente e à aprendizagem dos alunos;
- Contribuir para o fortalecimento da escola do campo como espaço de apropriação do conhecimento historicamente produzido;
- Capacitar os professores para a elaboração de projetos pedagógicos que integrem a realidade do Semiárido.
- Promover a formação docente com visão ampliada de mundo, da sociedade brasileira, dos processos sociais contemporâneos e a compreensão do campo, com sua história, seus valores, sua cultura, seus saberes, sujeitos e determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos, contextualizando com o semiárido.
- Contribuir para o desenvolvimento de experiências pedagógicas voltadas para a produção de estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do campo;

IV. BENEFICIÁRIOS

O curso destina-se a 120 cursistas, professores e coordenadores pedagógicos vinculados a redes de ensino de municípios piauienses, que atuam em classes multisseriadas no campo voltadas para os anos iniciais do ensino fundamental.

Poderão participar os professores e coordenadores pedagógicos cujos municípios aderirem à ação Escola da Terra, do Ministério da Educação.

V. DESENVOLVIMENTO

Metodologia

O curso, definido como de Aperfeiçoamento, terá duração de 180 horas/aula presenciais, divididas em cinco módulos (componentes curriculares), sendo cada módulo ministrado em 30 horas/aula, divididas em 20 horas/aula (cada), nos dias de sexta-feira e sábado, para o tempo-universidade e 10 horas/aula para o tempo- comunidade/alternância. As 20 horas/aulas presenciais restantes serão complementadas por dois Seminários Temáticos, a serem realizados no início e final do Curso, com carga horária de 10 horas/aulas, cada um.

O material didático específico para cada módulo contemplará conhecimentos formativos em relação à organização do trabalho pedagógico em classes multisseriadas, com temáticas voltadas à avaliação, ao planejamento, à alfabetização e letramento, e às áreas do conhecimento.

Os conteúdos dos cinco primeiros módulos, tanto no que diz respeito ao tempo-universidade (5 tempos de 20 h/a cada) quanto ao tempo-comunidade/alternância (5 tempos de 10 h/a cada) serão desenvolvidos de forma integrada e contextualizada ao semiárido. Antes do início do curso para os cursistas, os professores formadores e os Tutores serão reunidos para esclarecimentos acerca da metodologia do Curso e do material didático a ser utilizado nas formações.

O primeiro Seminário Temático (Abertura) será desenvolvido com o intuito de acolher os participantes e inseri-los em discussões sobre aspectos históricos e políticos da Educação do Campo. Além disso, serão apresentados a metodologia da formação e os conteúdos os módulos. O segundo Seminário Temático (Encerramento) será realizado na forma de exposição de trabalhos e experiências em que os cursistas apresentarão projetos de intervenção local com ênfase na prática pedagógica. Nessa ocasião, os cursistas serão distribuídos em grupos de trabalhos temáticos. Os Seminários contarão com a presença de professores pesquisadores convidados que desenvolvem seus estudos em educação e, em especial, na educação do campo.

A infraestrutura ficará sob a responsabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, conforme termo de pactuação entre o MEC e esta instituição. A ideia é constituir dois polos para as formações do tempo-universidade, localizados em dois municípios que sejam centrais, de modo a atender satisfatoriamente os outros municípios beneficiários. Esses municípios deverão possuir a infraestrutura necessária para a realização dos encontros de tempo-universidade.

O curso será ofertado, de forma sucessiva, para 04 turmas de 30 cursistas, cada uma. Foi utilizado como critério para escolha dos municípios, o atendimento a uma mesma região do Estado que aglomerasse municípios com uma rede de escolas públicas rurais, e que nessas escolas estivessem organizadas classes multisseriadas.

O deslocamento e alojamento dos cursistas durante as atividades pedagógicas de formação do tempo-universidade, serão de responsabilidade das instituições parceiras do convênio do projeto. O IFPI, na gestão dos recursos financeiros disponibilizados pelo MEC, será responsável pela alimentação dos cursistas, descolamento e estadia dos seus formadores e convidados, além do material didático pedagógico confeccionado, disponibilizando, também, outros recursos pedagógicos para realização dos estudos nos tempo-universidade e tempo-comunidade.

Estrutura Curricular

A linha formativa a ser contemplada na formação será Currículo e prática pedagógica nas escolas multisseriadas, cuja ementa é: Constituição histórica e dimensões político, pedagógica e epistêmica da Educação do Campo. Políticas Educacionais e Marco Normativo da Educação do Campo. O tempo-espaço e a lógica da homogeneidade versus heterogeneidade na escola. Organização do trabalho pedagógico nas escolas/turmas multisseriada. Gestão escolar, currículo e organização do trabalho pedagógico no contexto das classes multisseriadas. Ensino e aprendizagem nas classes multisseriadas do campo: currículo e interdisciplinaridade. Práticas Pedagógicas nas turmas multisseriadas. Seminário de socialização dos trabalhos.

A estrutura curricular do curso reconhece os educadores cursistas como sujeitos ativos em seu processo formativo. Para tal, a fundamentação de proposta metodológica ancorar-se-á na Pedagogia da Alternância e nos pressupostos da Educação do Campo contextualizada ao semiárido

com as especificidades do conhecimento, que serão trabalhados durante os cinco módulos e os dois Seminários Temáticos.

Como princípios educacionais, levar-se-á em consideração a organização dos componentes curriculares por área de conhecimento, trabalhando com enfoque especial os conteúdos formativos socialmente relevantes, por meio da Pedagogia da Alternância, tendo em vista que segundo Gadotti (2003, p. 69, p. 48), neste tipo de organização metodológica, “é o sujeito que aprende através da experiência. Não é um coletivo que aprende. Mas é no coletivo que se aprende. Eu dialogo com a realidade, com os autores, com meus pares, com a diferença”.

A Pedagogia da Alternância não é só um procedimento das ações pedagógicas, pois tem a intencionalidade de valorizar no processo educativo as manifestações sociais, principalmente as reivindicações de direitos da comunidade, como é o caso da educação dentro das expectativas da Educação do Campo. A Pedagogia da Alternância trabalha em dois momentos: *tempo-universidade* e *tempo-comunidade*.

Durante o tempo-universidade, os educadores cursistas participarão de momentos de discussão com base em referencial teórico que contemple as especificidades da educação do campo, no contexto do semiárido, voltada para as classes multisseriadas, e o trabalho com as diversas áreas do conhecimento, bem como desenvolverão, com orientação dos professores formadores/pesquisadores, oficinas de planejamento do trabalho pedagógico e elaboração de materiais didáticos/pedagógicos para a potencialização desse trabalho.

A partir desses estudos e oficinas desenvolvidos no tempo-universidade, serão elaboradas, no coletivo, atividades a serem implementadas no tempo-comunidade, sob orientação do Professor Formador e Supervisor de Curso, e no espaço profissional dos educadores cursistas. O tempo-universidade seguinte será, também, um momento de sistematização, síntese e consolidação do que foi desenvolvido no tempo-comunidade. A Estrutura Curricular básica, de todo o Projeto, se expressará da seguinte forma:

1º Momento:

Seminário temático (Abertura) - 10 h

Temas: Educação do Campo no contexto do semiárido; Desafios atuais da Educação multisseriada;

2º Momento:

Desenvolvimento dos módulos – 160 h

Temas: 1) Introdução à Educação do Campo e ao Contexto do Semiárido; 2) Educação Contextualizada no Semiárido; 3) Turmas Multisseriadas: Desafios e Possibilidades; 4) Currículo e Materiais Didáticos Contextualizados; 5) Metodologias e Práticas Pedagógicas para o Semiárido.

3º Momento:

Seminário Temático (Encerramento) – 10h

Temas: Apresentação dos projetos desenvolvidos nas escolas, troca de experiências entre as participantes, avaliação coletiva do curso, elaboração de propostas para dar continuidade às práticas desenvolvidas.

Quadro 4. Módulos do curso

Módulo	Tema	Ementa	C/H
01	Introdução à Educação do Campo e ao Contexto do	Histórico e princípios da Educação do Campo; o Marcos legais e	20 h TU 10hTEC

	Semiárido.	políticas públicas para a Educação do Campo; Características socioambientais do Semiárido: clima, biodiversidade, cultura e modos de vida; Desafios e potencialidades da educação no contexto rural e semiárido.	
02	Educação Contextualizada no Semiárido.	Educação contextualizada e sua importância para o Semiárido; Saberes locais e diálogo entre conhecimentos tradicionais e científicos; Práticas de convivência com o Semiárido: manejo da água, agroecologia, preservação da caatinga; Integração da educação com o desenvolvimento sustentável local.	20 h TU 10hTEC
03	Turmas Multisseriadas: Desafios e Possibilidades.	Características das turmas multisseriadas: desafios e potencialidades; Planejamento pedagógico para turmas multisseriadas: organização do tempo, espaço e recursos; Metodologias ativas e participativas para o ensino em salas multisseriadas; Avaliação formativa e processos de aprendizagem em turmas multisseriadas.	20 h TU 10hTEC
04	Currículo e Materiais Didáticos Contextualizados.	Construção de currículos adaptados às realidades locais; Produção e uso de materiais didáticos contextualizados; Integração de temas locais ao currículo: agroecologia, história, cultura e meio ambiente; Experiências exitosas de educação contextualizada no Semiárido.	20 h TU 10hTEC
05	Metodologias e Práticas Pedagógicas para o Semiárido em turma mutisseriadas.	Pedagogia da Alternância e suas aplicações no Semiárido; Projetos interdisciplinares: integração de diferentes áreas do conhecimento; Uso de tecnologias sociais e práticas sustentáveis no processo educativo; Atividades práticas: hortas escolares, cisternas, sistemas agroflorestais.	20 h TU 10hTEC

TU: Tempo Universidade; TEC: Tempo Escola/Comunidade.

+

As atividades realizadas no tempo comunidades serão estabelecidas ao final de cada módulos de acordo com as características da turma e seu local de atuação. No quadro 5, segue algumas sugestões que serão apresentadas as professoras e aos professores cursistas.

Quadro 05. Sugestões de tempo comunidade de acordo com cada módulo.

Módulo	Atividades propostas
01	Levantamento dos desafios e oportunidades da educação rural em sua escola de atuação, planejamento de e execução de uma aula que fala das características do semiárido.
02	Elaboração de materiais didáticos, exposição de práticas de conservação do meio ambiente; roda de conversa sobre as práticas agrícolas utilizadas pelos pais dos alunos.
03	Elaboração de um plano de aula para turma multisseriada; aplicar e registra uma metodologia ativa em sala multisseriada.
04	Desenvolvimento de um projeto comunitário, envolvendo a escola e a comunidade, registrar e documentar o processo.
05	Confecção de materiais didáticos com recursos disponíveis na comunidade; Aplicação de uma atividade prática com metodologias ativas.

Avaliação

A avaliação das ações do Programa será realizada ao longo de todo o processo formativo, de forma integrada, com vistas a subsidiar as decisões da equipe do Programa e fornecer dados para a construção do relatório final, conforme especificado a seguir:

1. Reuniões: serão realizadas sistematicamente, objetivando promover uma maior articulação entre a equipe responsável pela formação;
2. Visitas: são executadas sistematicamente com vistas a conhecer, *in loco*, as contribuições da formação para a ressignificação da prática educativa.

O processo avaliativo do Curso incluirá, ainda, a adoção de um instrumento a ser elaborado pelos professores formadores, com questões referentes aos seguintes aspectos: infraestrutura, conteúdo, coordenação e participação do processo formativo de todos os envolvidos no curso.

Este instrumento será aplicado após a realização de cada um dos módulos, pois se entende que a avaliação representa responsabilidade coletiva e particular, tendo como eixo a autoavaliação para a superação das falhas e para novas aprendizagens.

Os cursistas também produzirão um relato de experiência sobre as contribuições do Programa Escola da Terra para a ressignificação da prática educativa.

Equipe de desenvolvimento

Os profissionais que compõem a equipe de desenvolvimento da formação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí têm experiência comprovada na educação básica, bem como atuação no ensino superior, seja na formação inicial seja na continuada.

No Quadro 4 estão especificados nomes de alguns profissionais, função que exercerão,

titulação e atribuições inerentes a cada função, bem como o período de atuação de cada um.

Quadro 4 – Equipe de desenvolvimento da formação no âmbito da IFPI

NOME/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	MESES DE ATIVIDADES	ATRIBUIÇÕES
Coordenadora do Curso			
GILSON MENDES ARAÚJO - CPF: 889.824.911-04 Telefone: (86) 99998-2389 E-mail: gilson.mendes@ifpi.edu.br Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/7622775264703824	Doutor	104	Responsável por toda a atividade pedagógica e atividades da equipe de Formação, orientações na execução do curso e elaboração de relatórios e prestação de contas.
Supervisor(a)			
A DEFINIR		1	Responsável pela logística, acompanhamento e monitoramento do Programa.
Formador(a)			
A DEFINIR		1	
Professor Pesquisador Formador			
A DEFINIR		05	

VI. CRONOGRAMA

Atividades/Subatividades	Período / mês
1. Planejamento	
1.1. Elaboração do projeto do curso	Jan./Fev./2025
1.2. Definição da coordenação do curso, equipe técnico-pedagógica, administrativa e tecnológica	Jan. Fev. Mar./2025
1.3. Tramitação e aprovação do projeto do curso	Fev/Mar/2025
2. Preparação	
2.1. Articulação de parcerias (Secretaria Estadual de Educação do Piauí - Seduc/PI e Secretarias Municipais de Educação)	Mar./2025
2.2 Atualização de material didático	Mar./Abr/2025
2.3. Seleção de cursistas e tutores	Abr/2025
2.4 Inserção de cursistas no SISFOR	Abr./2025
3. Desenvolvimento	
3.1. Seminário Temático de Abertura	Mai/2025
3.2. Desenvolvimento do Curso: Tempo Universidade (Encontros presenciais) e Tempo Comunidade	Junho a Outubro./2025
3.3. Seminário Temático de Encerramento	Nov./2025

3.4. Análise processual da execução do curso e relatório parcial	Nov./2025
3.4. Monitoramento e avaliação de trabalho/atividades de intervenção pedagógicas suscitadas no último seminário	Dez./2025
4. Finalização	
4.1 Relatório final e parecer de cumprimento do objeto	Janeiro./2026

VII. CERTIFICAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, certificará como tendo concluído o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, de 180 horas, o cursista que, a contento, concluir o curso, em conformidade com as normas da IFPI.

VIII. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO DO CURSO

DETALHAMENTO E JUSTIFICATIVA DAS DESPESAS DE CUSTEIO

RUBRICA: 33.90.39 – SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA				
1.1	Formação de 120 professores	120	1.200,00	144.000,00
	Total			144.000,00
	Diárias			
1.2		175	335,00	58.625,00
	Subtotal			58.625,00
	Passagens e despesas com locomoção			
2.1	Passagens aéreas	4	2.500,00	10.000,00
	Subtotal			10.000,00
	Material de consumo			

3.1	Kit de Material de consumo	1	9.220,00	9.545,00
	Subtotal			9.545,00
Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica				
4.1	Locação de veículo para deslocamento da equipe formadora	1	10.000,00	10.000,00
4.2	Serviços gráficos para produção dos módulos	650	15,00	9.750,00
4.3	Lanche para os cursistas durante o Tempo Universidade	1440	22,00	31.680,00
4.4	Despesas Orçamentárias Administrativas - FAIFPI	1	14.400,00	14.400,00
	Subtotal			65.830,00

JUSTIFICATIVA DAS DESPESAS DO QUADRO ANTERIOR

ORD.	ITEM	JUSTIFICATIVA
1	1.1 Diárias	Pagamento de diárias para custeio pessoal de despesas com alimentação e hospedagem para deslocamento da equipe formadora no desenvolvimento das atividades pedagógicas no Tempo Universidade, pois os polos onde ocorrerão a formação serão fora da capital Teresina, além do acompanhamento do Tempo Escola/Comunidade, participação em reuniões técnico-pedagógicas e seminários, e diárias para convidados e/ou palestrantes para os seminários de abertura e encerramento do Curso.
2	2.1 Passagens aéreas	Aquisição de passagens aéreas para a coordenadora do curso participar de reuniões nacionais e para convidados e/ou palestrantes para os seminários de abertura e encerramento.
3	3.1 Aquisição de material de consumo	Custeio de material de apoio didático para as atividades administrativas e pedagógicas. Aquisição de combustível para deslocamento da equipe formadora e de cursistas durante atividades do Curso. Custeio de alimentação dos cursistas (120 participantes) durante atividades do Curso.
4	4.1 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	Locação de veículo para deslocamento da equipe formadora no desenvolvimento das atividades pedagógicas no Tempo Universidade e acompanhamento do Tempo Escola/Comunidade, participação em reuniões técnico-pedagógicas e seminários. Contratação de serviços gráficos para diagramação e impressão de materiais didáticos de apoio às disciplinas destinados aos cursistas.

IX - REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo: por uma educação básica do campo. Brasília: MST/Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2011.
- BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 20 maio. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação/ FNDE. **Resolução nº 2**, de 28 de abril de 2008. Institui as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. **Portaria n. 579/2013**. Institui a Escola da Terra. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_579_de_02_de_julho_de_2013_institu_escola_da_terra.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 213p.
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. NovoHamburgo: Feevale, 2003.
- HAGE, Salomão M. (Org). **Educação do Campo na Amazônia: retratos das escolas multisseriadas no estado do Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2003.
- NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panoramada pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, abr/2001. p. 27-42.
- SILVA, Maria do Socorro da; ARAÚJO, Maria Aldenôra de. "Educação Contextualizada no Semiárido: Uma Proposta de Convivência com o Bioma Caatinga". *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 3, n. 2, p. 45-60, 2018.
- SILVA, M. S. . Educação Popular como Teoria e Prática da Educação do Campo: Diálogos com Paulo Freire. *REVISTA INTERTERRITÓRIOS* , v. 7, p. 44-68, 2021.
- XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, M. L. I. S. A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas: na contramão da legislação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 50 (especial), p. 90-98, maio. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os itens serão adquiridos, bem como os serviços a serem prestados seguirão o disposto na Lei n.º 8.666/93, no qual institui normas para licitação e contratos da Administração Pública.

Prof. Dr. Gilson Mendes Araújo
Coordenadora do Projeto



Documento assinado digitalmente

GILSON MENDES ARAUJO

Data: 26/02/2025 20:34:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento Digitalizado Público

Aperfeiçoamento escola da Terra - semiárido

Assunto: Aperfeiçoamento escola da Terra - semiárido
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:32:35.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629973

Código de Autenticação: 489078bd30





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 15/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Aprova a Reformulação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Reformulação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet, concomitante/subsequente, presencial, no âmbito do IFPI, conforme anexo.

At. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:51:17.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339442
Código de Autenticação: 67f2f7fd0c



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET NA FORMA CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE

TERESINA – PI

2024



REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Larissa Santiago de Amorim Castro

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Paulo Henrique Gomes de Lima

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

José Luís de Oliveira e Silva

DIRETORIA DE ENSINO TÉCNICO

Nalva Maria Rodrigues de Sousa

DIRETORIA DE POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Orideia de Sousa Lima

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO:

Presidente: Julian Rodrigues Valério

Adão José Martins

Andréia Luciana Macedo

Aline Montenegro Leal Silva

Maíla de Lima Claro

Yulianne Maria de Siqueira Bezerra

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:.....	7
1. JUSTIFICATIVA.....	8
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
2.2 Objetivos Específicos.....	11
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	12
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	12
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
5.1 Componentes Curriculares e Módulos com Carga Horária.....	13
5.2 Ementas e Bibliografia Básica e Complementar.....	16
5.3 Orientações Metodológicas para Execução Presencial.....	34
5.4 Prática Profissional.....	35
5.5 Estágio Profissional Supervisionado.....	36
6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	37
7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	39
8. PRAZO PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	40
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	40
9.1 Descrição das Salas de Aula.....	41
9.2 Descrição da Sala de Professores.....	41
9.3 Descrição da Sala de Reuniões.....	41
9.4 Descrição do Auditório.....	42
9.5 Quadra Poliesportiva.....	42
9.6 Posto Médico e Enfermaria.....	42
9.7 Acessibilidade para Pessoas com Deficiências.....	42
9.8 Estacionamento, Área de Lazer e Circulação.....	43
9.9 Biblioteca e Acervo Bibliográfico.....	43
9.10 Laboratórios e Equipamentos.....	43
9.11 Laboratórios de Informática.....	44
10. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	45
10.1 Perfil dos Docentes.....	45
10.2 Técnicos Administrativos em Educação.....	49
11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS A SEREM EMITIDOS.....	51
REFERÊNCIAS.....	52

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição de caráter superior, básico e profissional, pluricurricular e multicampi, dedicada à oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades de ensino.

A instituição tem suas raízes na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, fundada em 1909. Posteriormente, foi convertida em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e, em 1998, foi elevada à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. Finalmente, em 2008, adquiriu o status de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Diante do histórico do IFPI, acima exposto, como instituição centenária engajada na política local, regional e estadual, comprometida com a formação de mão de obra qualificada e com a missão social de oferecer e promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o IFPI propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet na forma Concomitante/Subsequente, presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade e irá atender aos anseios formativos demandados pelas atuais requisições advindas do mundo globalizado e tecnológico.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didáticos pedagógicos estruturantes da Proposta Pedagógica do curso Técnico em Informática para Internet, na forma Concomitante/Subsequente, presencial, referente ao Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Esta proposta tem como meta principal contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas e curriculares para o respectivo curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, destinado a estudantes na forma subsequente,

exclusivamente a quem já o tenha concluído. Este foi elaborado em conformidade com as bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N° 9.394/96 e atualizada pela Lei n° 11.741/08 e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

Portanto, esta proposta vislumbra a readequação do Curso Profissional Técnico de Nível Médio em Informática para Internet na Forma Subsequente, definido de acordo com o inciso II do art. 1º e o inciso I do parágrafo primeiro do art. 4º do Decreto n° 5.154, de 23 de julho de 2004.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

NOME DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

SIGLA: IFPI

ENDEREÇO: Av. Presidente Jânio Quadros, 330. Bairro Santa Isabel. Teresina – PI.

CEP: 64.053-390

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Técnico em Informática para Internet.

EIXO TECNOLÓGICO: Informação e Comunicação.

TÍTULO CONFERIDO: Técnico em Informática para Internet.

MODALIDADE DE OFERTA: Presencial.

TURNO: Diurno/Noturno.

ESTÁGIO: 300 horas (Não Obrigatório).

DURAÇÃO DO CURSO: Mínima: 03 semestres e Máxima: 06 semestres.

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1.000 horas.

AUTORIZAÇÃO DO CURSO:

1. JUSTIFICATIVA

A Internet é provavelmente o maior sistema de engenharia já criado pela humanidade, com bilhões de usuários que se conectam por meio de computadores, smartphones, tablets, entre outros. Conforme resultados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Internet já está presente em 90% dos domicílios brasileiros. De acordo com essa pesquisa, 84,7% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram a internet no período de referência da pesquisa. O estudo revelou ainda que, em casa, o celular é o dispositivo mais utilizado para acessar a internet. Segundo levantamento e análise de dados do Data.AI, o tempo médio que o brasileiro passa utilizando a Internet chega a 5,3 horas por dia, colocando o Brasil no segundo lugar do ranking de utilização diária da Internet, conforme observado na Figura 1.

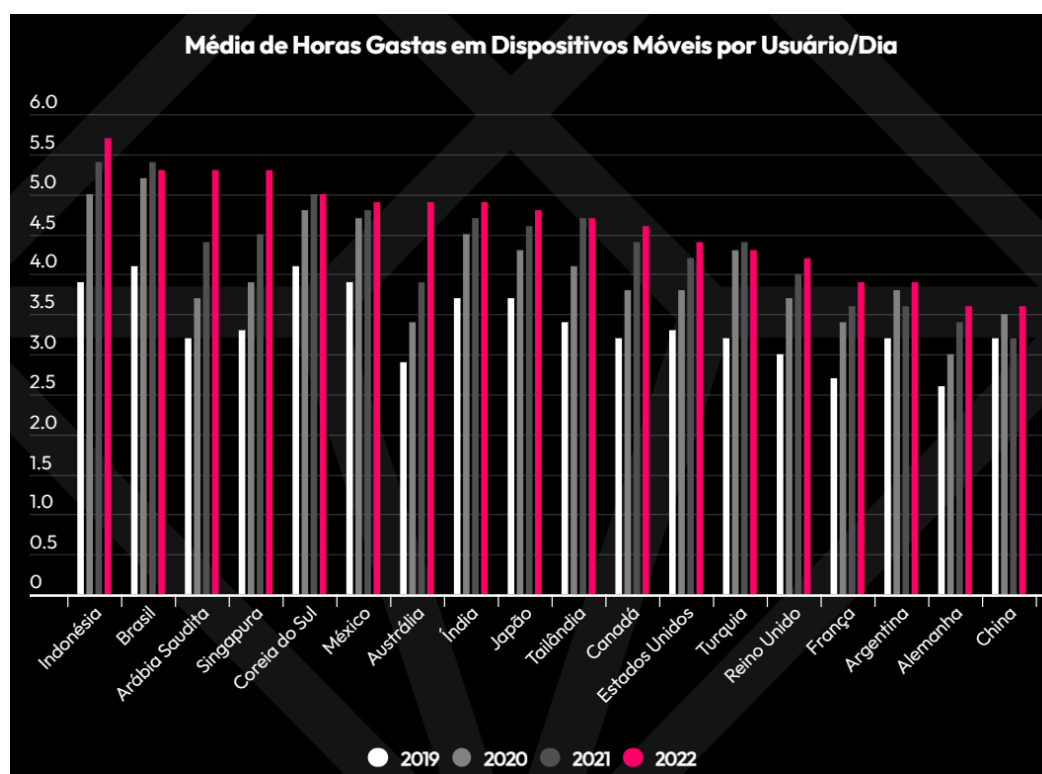


Figura 1: Ranking de países mais conectados da Data.AI, lançado em junho de 2023. Imagem: Data.AI/Reprodução

Os dados apresentados nessas pesquisas mostram que a internet está presente na vida do brasileiro cada vez mais cedo, e a cada dia o brasileiro está passando mais tempo utilizando a Internet, seja para utilização de serviços ou para entretenimento.

Segundo Alexandre Sanches Magalhães, gerente de análise do **IBOPE/NetRatings**, o ritmo de crescimento da internet brasileira é intenso. A entrada da

classe C para o clube dos internautas deve continuar a manter esse mesmo compasso forte de aumento no número de usuários residenciais.

Os dados apresentados pela Data.AI também apontaram que na maior parte do tempo em que o brasileiro está na internet, ele está utilizando redes sociais. Isso mostra algumas tendências de mercado e criação de demanda de profissionais capacitados para atuarem nesse setor.

Na Internet, uma área que certamente ganha importância não só pelo número de usuários envolvidos, mas também pelo montante financeiro movimentado, é a de comércio eletrônico (*e-commerce*). Segundo dados do Observatório de Comércio Eletrônico, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o comércio eletrônico digital cresceu 20% em 2022, em relação ao ano anterior. O observatório disponibiliza um dashboard com dados de 2016 até 2022, onde é possível observar a tendência crescente do comércio eletrônico.

Esse crescimento do comércio eletrônico, assim como de todos os serviços ligados à Internet, aumentam a demanda por profissionais capacitados para atuarem na área de tecnologia da informação. De acordo com pesquisa realizada pelo Google em parceria com a Associação Brasileira de Startups, no Brasil, entre os anos de 2021 e 2025 se formarão cerca de 53 mil profissionais de TI, mas de acordo com a Brasscom, a demanda por profissionais de TI no mesmo período será de 800 mil, prevendo que haverá um grande déficit de profissionais no setor.

Os programas desenvolvidos para dispositivos móveis, como smartphones ou tablets, conhecidos popularmente por aplicativos, oferecem diversas funcionalidades para seus usuários, principalmente ligadas à comunicação, jogos e serviços. Um estudo realizado pela empresa Statista, apresentou dados relacionados à receita gerada pelo mercado de aplicativos e sua expectativa de crescimento para os próximos anos, conforme observado na figura 2. Essa expectativa de crescimento do mercado de aplicativos, também sugere que haverá um aumento na demanda de profissionais para atuarem diretamente nesse setor de tecnologia.

Em virtude dessa crescente demanda do setor de TI, profissionais de diversas áreas têm migrado para a Internet em busca de oportunidades de crescimento. O profissional de Internet até há pouco tempo era aquele que atuava no segmento tecnológico (informática, computação, processamento de dados) ou no segmento da comunicação (design, publicidade, audiovisual) e se adaptava à realidade deste novo meio, incorporando conhecimentos aos já existentes para desenvolver suas atividades.



Figura 2: Receita global do mercado de aplicativos por tipo. Imagem: Statista/Reprodução

Atualmente, pela sua característica multifacetada e por ser suporte digital online que atende a uma infinidade de aplicações, a Internet requer para o seu ambiente de trabalho, profissionais que transitem confortavelmente pelas ferramentas de produção gráfica, animação, multimídia, gerenciamento de banco de dados e projetos de comércio eletrônico, associando preocupação ética, mercadológica e empreendedora.

Nessa perspectiva, o IFPI – campus Paulistana propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet, na forma subsequente/concomitante, presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Informática para Internet, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Formar técnicos capazes de formular soluções tecnológicas para sistemas web, numa perspectiva dinâmica, inovadora e ética tornando-os aptos a avaliar, diagnosticar, projetar, implementar e manter sistemas de comunicação no escopo da Internet.

2.2 Objetivos Específicos

Oportunizar atividades de ensino que possam atender a demanda social regional onde o estudante está inserido;

Prover ao estudante uma visão sistêmica do papel da informação e comunicação na sociedade, que atua de forma independente e inovadora, acompanhando a evolução da profissão;

Permitir o conhecimento de dinâmica organizacional podendo atuar em empresas públicas e privadas bem como gerir seu próprio negócio;

Estabelecer atuação com ética profissional, sustentabilidade, iniciativa empreendedora, responsabilidade social e domínio do saber-fazer, do saber-ser, do saber-conhecer e do saber-conviver;

Facilitar o acesso e a disseminação do conhecimento relativo ao seu campo de atuação;

Promover a atuação profissional revelando habilidades de comunicação e de trabalho em equipes multidisciplinares;

Aplicar e respeitar as normas de proteção e de prevenção ao meio ambiente, higiene e segurança no trabalho;

Possuir conhecimentos técnicos gerais em planejamento e implementação de sistemas de informação e/ou comunicação voltados para web;

Promover a aplicação de técnicas de interação humano-computador voltados para web;

Aplicar técnicas de segurança para o desenvolvimento nas aplicações web; Conhecer os modelos de negócio e técnicas de marketing existentes na web e dar suporte ao software e aos usuários.

3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Para ingresso ao curso Técnico em Informática para Internet na forma Concomitante/Subsequente, o candidato deverá estar cursando ou ter concluído o Ensino Médio ou equivalente. O acesso ocorrerá por meio de processo seletivo público - Exame Classificatório - obedecendo ao Edital do certame que determinará o número de vagas e os critérios de seleção dos candidatos, devendo o número de vagas atender ao que está designado no Projeto do Curso em conformidade com as capacidades físicas e técnicas do Campus.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O egresso do curso Técnico em Informática para Internet na forma Subsequente é um profissional que atua de forma criativa, ética, empreendedora, consciente do impacto socioambiental e cultural de sua atividade.

Esse profissional será habilitado para:

- Planejar e documentar aplicações para Web e dispositivos móveis;
- Desenvolver e organizar elementos estruturais e visuais de aplicações para Web e dispositivos móveis;
- Monitorar projetos de aplicações para Web e dispositivos móveis;
- Estruturar e implementar banco de dados para aplicações Web;
- Codificar aplicações para Web e dispositivos móveis;
- Publicar e testar aplicações para Web e dispositivos móveis;
- Documentar e realizar manutenção de aplicações para Web e dispositivos móveis;

Para atuação como Técnico em Informática para Internet, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados aos processos de planejamento e

execução de projetos em websites focados na experiência do usuário, na testagem e análises de produtos web, na liderança de equipe e na ética profissional.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Informática para Internet do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Paulistana, na forma Concomitante/Subsequente, foi estruturado em 3 (três) módulos com um total de 19 disciplinas.

O Curso de Educação Profissional Técnica em Informática para Internet na forma Concomitante/Subsequente, do IFPI, será desenvolvido em regime semestral, diurno/noturno, sendo o semestre civil de, no mínimo, 100 dias letivos de trabalho escolar efetivo.

O Curso desenvolverá um percentual de 100% (cem por cento) de sua carga horária na modalidade presencial.

5.1 Componentes Curriculares e Módulos com Carga Horária

O curso foi estruturado numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas áreas do conhecimento e ainda das suas interações no contexto da formação do profissional. Os componentes curriculares de cada etapa estão apresentados na matriz curricular a seguir:

Matriz Curricular

DISCIPLINAS	1º Módulo		2º Módulo		3º Módulo	
	AS	CHT	AS	CHT	AS	CHT
Fundamentos de Lógica, Algoritmos e Estrutura de Dados	4	80				
Introdução à Ciência da Computação	3	60				
Prática de Linux	2	40				
Inglês Instrumental	2	40				
Redes de Computadores	3	60				
Introdução à programação para web	3	60				
Carga Horária Total (Semana/Módulo)	17	340				
Programação Orientada a Objetos			3	60		
Banco de Dados			3	60		
Engenharia de Software			2	40		
Segurança da Informação			2	40		
Programação Avançada para Web			4	80		
Interface Humano-Computador			2	40		
Leitura e Produção Textual			1	20		
Carga Horária Total (Semana/Módulo)			17	340		
Ética					1	20
Tópicos Especiais em Informática					3	60
Projeto de Banco de Dados					3	60
Sistemas Distribuídos e Infraestrutura de Rede					3	60
Empreendedorismo					2	40
Desenvolvimento para dispositivos					4	80

móveis						
Carga Horária Total (Semana/Módulo)					16	320
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1000					

OBS: Hora-aula de 60 minutos.

AS = Aulas semanais.

CHP = Carga Horária Presencial.

CH EAD = Carga Horária Ensino a Distância

CHT = Carga Horária Total da Disciplina.

O desenho curricular do curso Técnico em Informática para Internet Concomitante/Subsequente aqui proposto observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394/96 e atualizada pela Lei Nº 11.741/08, bem como, nas Resoluções nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet Concomitante/Subsequente está organizado em 3 semestres que se compõem em disciplinas técnicas específicas da área.

5.2 Ementas e Bibliografia Básica e Complementar

O quadro a seguir contém as ementas, cargas horárias e as bibliografias de todas as disciplinas do Curso Técnico em Informática para Internet.

Disciplina: FUNDAMENTOS DE LÓGICA, ALGORITMOS E ESTRUTURA DE DADOS		
1º Módulo	Carga horária total: 80 h	Aulas semanais: 04
Ementa		
Introdução à lógica matemática. Apresentar os conceitos, métodos e técnicas que guiam a construção de algoritmos. Estruturas de dados: conceitos iniciais, lista, pilha, fila, técnicas de ordenação.		
Bibliografia		
Bibliografia básica		
IEPSEN, Edécio Fernando. Lógica de Programação e Algoritmos com JavaScript: Uma introdução à programação de computadores com exemplos e exercícios para iniciantes . Novatec Editora, 2022.		
LAGES & GUIMARAES. Algoritmos e Estrutura de dados . Ed. LTC, 1994.		
MEDINA, M.; FERTIG, C. Algoritmos e Programação: Teoria e Prática . 2ª Ed. Novatec, 2006.		
FORBELLONE, A.; EBERSPÄCHER, H. Lógica de Programação: A construção		

de algoritmos e estruturas de dados. 3ª ed. Pearson 5 Education, 2005.

Bibliografia complementar

ASCENCIO, A. F. G.; CAMPOS, E. A. V. **Fundamentos da Programação de Computadores.** 2ª ed. Editora Pearson Education, 2008.

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à Lógica Matemática.** Ed. Nobel, 2002.

DAMAS, L. **Linguagem C.** Editora LTC, 2016.

BACKES, A. **Linguagem C: Completa e Descomplicada,** Elsevier-Campus, 2013.

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J. **C++ Como Programar.** 3ª ed. São Paulo: Bookman, 2001.

Disciplina: INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

1º Módulo

Carga horária total: 60 h

Aulas semanais: 03

Ementa

Histórico dos computadores. Organização de computadores. Sistemas de numeração. Sistemas Operacionais. Banco de Dados. Fundamentos de Sistemas de Informação. Redes de computadores. Novas Tecnologias.

Bibliografia

Bibliografia básica

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática - Conceitos Básicos.** Editora Gen LTC, 2022.

FEDELI, R. D. **Introdução à Ciência da Computação.** 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

B. FOROUZAN, F. MOSHARRAF. **Fundamentos da Ciência da Computação.** Cengage Learning, 2008.

Bibliografia complementar

SOUSA, F. R. C., MOREIRA, L. O., MACHADO, J. C. **Computação em Nuvem: Conceitos, Tecnologias, Aplicações e Desafios.** Universidade Federal do Ceará. In ERCEMAPI '09.

MARQUES, M. A. **Introdução à ciência da computação.** LCTE Editora, 2005.

MARCULA, Marcelo; FILHO, Pio Armando Benini. **Informática**, Editora Érica, 2019.

MARIMOTO, C. E. **Servidores Linux, guia prático**. Porto Alegre: 2009.

ARAÚJO, R. B. **Computação Ubíqua: Princípios, Tecnologias e Desafios**, Em: Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores, XXI, Natal. Minicurso: Livro Texto. Natal, RN: UFRN/DIMAp: UnP, 2003.

Disciplina: PRÁTICA DE LINUX

1º Módulo

Carga horária total: 40 h

Aulas semanais: 02

Ementa

Introdução ao sistema operacional Linux. Sistema de arquivo; Árvore de diretórios; Instalação do sistema operacional Linux. Utilização de terminais. Comandos básicos do Linux. Manutenção de arquivos compactados. Permissões de arquivos. Administração básica de usuários e grupos. Configuração de redes.

Bibliografia

Bibliografia básica

BARRET, J, DANIEL. **Linux Guia Prático – 4ª Edição: Comandos Essenciais**. Novatec, 2024.

LUNARDI. **Comandos Linux**. Ciência Moderna, 2007.

BLUM, R; MACHADO, E. **Linux Para Leigos**. 10ª ed. Alta Books, 2023.

Bibliografia complementar

MORIMOTO, Carlos E. **Hardware: o Guia Definitivo**. GDH Press e Sul Editores, 2007.

NEMETH, E; SNYDER, G; HEIN, T. **Manual Completo do Linux: Guia do Administrador**. Pearson, 2007.

MOTA, F; ERIBERTO, J. **Descobrendo o Linux**. 3. ed. Novatec: São Paulo, 2012.

RIBEIRO, U. **Certificação Linux. Guia Para os Exames Lpic-1, CompTIA Linux+ e Novell Linux Administrator**. Novaterra, 2012.

LUNARDI. **Comando Linux**. Edição Compacta. Ciência Moderna, 2007.

Disciplina: INGLÊS INSTRUMENTAL		
1º Módulo	Carga horária: 40 h	Aulas semanais: 02
Ementa		
Interpretação de manuais técnicos no idioma inglês; Redação de textos técnicos da área de informática; Leitura de termos específicos da área de informática.		
Bibliografia		
Bibliografia básica		
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura: Módulo I. São Paulo: Disal, 2004;		
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura: Módulo II. São Paulo: Disal, 2004;		
CRUZ, D. Inglês instrumental para informática- english online. Disal Editora, 2019.		
Bibliografia complementar		
SOUZA, A. G. F; ABSY, C. A. Leitura em Língua Inglesa. Disal, 2010.		
LINS, L. M. A. Inglês Instrumental: estratégias de leitura e compreensão textual. São Paulo: LM Lins, 2010		
GALLO, L. R. Inglês Instrumental para Informática - Módulo I. 1. ed. Ícone Editora, 2017.		
GADELHA, Isabel Maria Brasil. Compreendendo a Leitura em Língua Inglesa. Teresina: EDUFPI, 2007;		
GLEDINNING, Eric H. & Mac EWAN, John. Basic English for Computing. Oxford, 2003.		

Disciplina: REDES DE COMPUTADORES		
1º Módulo	Carga horária: 60 h	Aulas semanais: 03
Ementa		

Redes de Computadores (MAN, WAN, LAN). Modelo de Referência OSI. Arquitetura de Redes (TCP/IP). Redes públicas de comunicação de dados (tipos, padrões, protocolos e utilização). Princípios básicos de Interligação de redes de computadores.

Bibliografia

Bibliografia básica

TANEMBAUM, A. S; WHETHERALL, D. E. **Redes de computadores**. 6ª Edição. Pearson: São Paulo, 2021.

KUROSE, J. F; ROSS, K. W. **Redes de Computadores e a Internet**. 8ª edição. Pearson, 2021.

BENEDETTI, R; ANDERSON, A. **Use a cabeça! Redes de computadores**. Alta Books, 2010.

Bibliografia complementar

TORRES, G. **Redes de computadores: versão revisada e atualizada**. 2ª Edição. Novatec: São Paulo, 2014.

COMER, D. E; LIMA, J. V; ROESLER, V. **Redes de Computadores e Internet**. Bookman, 2016.

PEREZ, C. C. S. **Trabalhando Com Redes De Computadores Conceito E Prática**. Viena, 2017.

MENDES, Douglas Rocha. **Redes de Computadores: Teoria e Prática**. 2ª Edição. Novatec. 2020

BUNGART. José Wagner. **Redes de Computadores: Fundamentos e Protocolos**. 1ª. Edição. SENAI-SP. 2017.

Disciplina: INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO PARA WEB

1º Módulo

Carga horária: 60 h

Aulas semanais: 03

Ementa

Introdução. HTML. CSS. JavaScript. Utilização de Frameworks: Twitter, Bootstrap e JQuery.

Bibliografia

Bibliografia básica

BALDUINO, Plínio. **Dominando JavaScript com jQuery**. São Paulo : Casa do Código, 2013.

MACEDO, Marcelo da Silva. **Construindo sites adotando padrões Web**. Ciência Moderna, 2004.

SILVA, M. S. **Construindo Sites com CSS e (X)HTML**. Novatec, 2007 LEWIS,

Bibliografia complementar

SILVA, Maurício Samy. **HTML 5: a linguagem de marcação que revolucionou a Web**. São Paulo: Novatec, 2019.

NIELSEN, Jakob. **Usabilidade na web**. Elsevier Brasil, 2007.

CAELUM. **Desenvolvimento Web com HTML, CSS e JavaScript**. Disponível em: <http://www.caelum.com.br/download/caelum-ruby-on-rails-rr71.pdf>.

W3C Escritório Brasil. **HTML5**. Disponível em:

<http://www.w3c.br/pub/Cursos/CursoHTML5/html5-web.pdf>.

Joseph R.; MOSCOVITZ, Meitar. **CSS avançado**. São Paulo: Novatec, 2010.

Disciplina: PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS

2º Módulo

Carga horária: 60 h

Aulas semanais: 03

Ementa

Fundamentos da programação orientada a objetos: Atributos, modificadores de acesso, classes, objetos, construtores, encapsulamento, herança e polimorfismo. Tratamento de exceções. Classes concretas e abstratas, Interfaces, Sobrecarga e sobreposição, Métodos e Atributos Estáticos. Padrões de Projeto. Linguagem de programação orientada a objetos.

Bibliografia

Bibliografia básica

DA SILVA, Fabricio Machado; LEITE, Márcia Cristina D.; OLIVEIRA, Diego Bittencourt D. **Paradigmas de programação**. Sagah, 2019.

ORLANDO SARAIVA JR. **Introdução a Orientação a Objetos Com C++ E Python** - Novatec. 1. NOVATEC ED LTDA 192 ISBN 9788575225486, 2017.

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J. **Java: como programar**. 4ª Edição. Bookman, 2003.

Bibliografia complementar

BARRY, Paul. **Use a Cabeça! Python**. Editora Alta Books, 2018.

MACIEL, Francisco Marcelo de B. **Python e Django**. Editora Alta Books, 2020.

RAMALHO, Luciano. **Python Fluente: Programação clara, concisa e eficaz**. Novatec Editora, 2015.

WAZLAWICK, Raul S. **Introdução a Algoritmos e Programação com Python**. São Paulo: Elsevier, - 2017.

MONTEIRO, J. **Google Android - Crie Aplicações para Celulares e Tablets**. Editora Casa do Código, 2013.

Disciplina: BANCO DE DADOS		
2º Módulo	Carga horária: 60 h	Aulas semanais: 03
Ementa		
<p>Conceitos de banco de dados. Modelos de dados e linguagens de modelagem. Introdução ao projeto de banco de dados com o modelo entidade-relacionamento. Modelo relacional. Linguagem de consulta estruturada (SQL).</p>		
Bibliografia		

Bibliografia básica

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6ª Edição. Addison Wesley, 2011.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Banco de Dados Projeto e Implementação**. Saraiva Educação SA, 2020.

MANZANO, J. A. **MySQL 5.5 Interativo – Guia essencial de orientação e desenvolvimento**. Érica, 1ª Ed, 2011.

Bibliografia complementar

BEIGHLEY, L. **Usando a cabeça – SQL**. Altabooks, 1ª Ed, 2009.

HEUSER, Carlos Alberto. **Projeto de banco de dados: Volume 4 da Série Livros didáticos informática UFRGS**. Bookman Editora, 2009.

SILBERSCHATZ, Abraham; SUNDARSHAN, S.; KORTH, Henry F. **Sistema de banco de dados**. Elsevier Brasil, 2016.

DATE, C. J. **Introdução a sistemas de banco de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TEOREY, Toby J; LIGHTSTONE, Sam; NADEAU, Tom. **Projeto e modelagem de banco de dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Disciplina: ENGENHARIA DE SOFTWARE**2º Módulo****Carga horária: 40 h****Aulas semanais: 02****Ementa**

Introdução a Engenharia de Software. Ciclos de vida de desenvolvimento de software. Engenharia de requisitos: tipos de requisitos, técnicas de elicitação de requisitos e documentação. Análise estruturada de sistemas: visão geral, diagramas de contexto, diagramas de fluxo de dados e diagrama entidade-relacionamento. Metodologias Ágeis de desenvolvimento de software.

Bibliografia

Bibliografia básica

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. **Engenharia de Software**. McGrawHill, 2021.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de software**. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2019.

VETORAZZO, Adriana de S. **Engenharia de Software**. Sagah, 2018.

Bibliografia complementar

MASCHIETTO, Luís G.; RODRIGUES, Thiago N.; BIANCO, Clécides M D.; et al. **Processos de Desenvolvimento de Software**. Sagah, 2020.

MASCHIETTO, Luís G.; MORAES, Diego Martins Polla D.; ALVES, Nicolli Souza R.; et al. **Desenvolvimento de Software com Metodologias Ágeis**. Sagah, 2021.

ROCHA, Ana Regina C. **Qualidade de Software**. Prentice Hall, 2001.

SBROCCO, José Henrique T.; Macedo, P. C. **Metodologias Ágeis - Engenharia de Software sob Medida**. Editora Saraiva, 2012.

PETERS, James F; PEDRYCZ, Witold. **Engenharia de software: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2001

Disciplina: SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**2º Módulo****Carga horária: 40 h****Aulas semanais: 02****Ementa**

Propriedades da segurança da informação: confidencialidade, integridade, autenticidade, disponibilidade. Tipos de ataque. Noções de criptografia. Funções de resumo. Assinaturas digitais. Certificados digitais. Infraestrutura de chaves públicas (ICP-Brasil). Softwares maliciosos.

Bibliografia

Bibliografia básica

BARRETO, Jeanine dos S.; ZANIN, Aline; MORAIS, Izabelly Soares D.; VETTORAZZO, Adriana de S. **Fundamentos de segurança da informação**. Sagah, 2018.

IMONIANA, Joshua O. **Auditoria de Sistemas de Informação**, 3ª edição. Grupo GEN, 2016.

Bibliografia complementar

AGRA, Andressa D.; BARBOZA, Fabrício Felipe M. **Segurança de sistemas da informação**. Sagah, 2019.

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança em Auditoria e Sistema de Informação**. Editora Ciência Moderna. 2017.

Hintzbergen, Jule, et al. **Fundamentos de Segurança da Informação: Com base na ISO 27001 e na ISO 27002**. Brasport, 2018.

GIL, Antonio de L. **Auditoria do negócio com TI: gestão e operação**. Editora Saraiva, 2018.

MACHADO, Felipe Nery R. **Segurança da informação - princípios e controle de ameaças** - 1ª edição - 2014. Editora Saraiva, 2019.

Disciplina: PROGRAMAÇÃO AVANÇADA PARA WEB**2º Módulo****Carga horária: 80 h****Aulas semanais: 04****Ementa**

Instalação e configuração do ambiente de desenvolvimento WEB. Introdução a linguagens server-side. Variáveis, constantes e tipos de dados. Desvio condicional. Controle de fluxo. Vetores. Formulários. Integração entre aplicação e BD. Hospedagem de sites.

Bibliografia

Bibliografia básica

QUEIRÓS, R; PORTELA, F. **Desenvolvimento Avançado Para A Web: Do Front-end Ao Back-end**. Editora FCA, 2020.

GRINBERG, M. **Desenvolvimento web com Flask: Desenvolvendo aplicações web com Python**. Novatec, 2019.

SILVA, M. S. **React - Aprenda Praticando: Desenvolva Aplicações web Reais com uso da Biblioteca React e de Seus Módulos Auxiliares**. Novatec, 2021.

Bibliografia complementar

MILETTO, E. M; BERTAGNOLLI, S. C. **Desenvolvimento de Software II: Introdução ao Desenvolvimento Web com HTML, CSS, JavaScript e PHP**. Bookman, 2014.

ZEMEL, Tácio. **Web Design Responsivo - páginas adaptáveis a todos dispositivos**. São Paulo. Casa do Código, 2016.

GOLDBERG Josh. **Aprendendo TypeScript: Melhore Suas Habilidades de Desenvolvimento web Usando JavaScript Type-Safe**. Novatec Editora, 2022.

KRONIKA, J; BENDORAITIS, A. **Desenvolvimento web com Django 3 Cookbook: Soluções Práticas Para Problemas Comuns no Desenvolvimento web com Python**. Novatec, 2020.

OLIVEIRA, C. L. V; ZANETTI, H. A. P. **JavaScript Descomplicado: Programação para a Web, IOT e Dispositivos Móveis**. Editora Érica, 2020.

Disciplina: INTERFACE HUMANO-COMPUTADOR**2º Módulo****Carga horária: 40 h****Aulas semanais: 02****Ementa**

Apresentação dos princípios, paradigmas e conceitos da interação humano-computador. Explicação dos Princípios de usabilidade de sistemas computacionais, fatores humanos de Interação Humano-Computador. Avaliação de interfaces humano-computador. Ergonomia de Software.

Bibliografia

Bibliografia básica

BARRETO, Jeanine dos S.; JUNIOR, Paulo A P.; BARBOZA, Fabrício F M.; et al. **Interface Humano-Computador**. Sagah, 2019.

HANASHIRO, Darcy Mitiko M.; TEIXEIRA, Maria Luisa M. **Gestão do fator humano**. Editora Saraiva, 2020.

RABASCK, Jaqueline R.; JARDIM, Mariana C.; JUNIOR, Carlos Alberto C. **Projeto auxiliado por computador**. Sagah, 2019.

Bibliografia complementar

DA ROCHA, H.V.; BARANAUSKAS, M.C. **Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador**. UNICAMP, 2003.

NIELSEN, Jakob. **Homepage Usabilidade: 50 Websites Desconstruídos**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 315 p.

GOLDBERG, Leonardo; AKIMOTO, Claudio. **O sujeito na era digital: Ensaios sobre psicanálise, pandemia e história**. Grupo Almedina (Portugal), 2021.

WAGNER, Juliana; VOLPATTO, Carlla P.; VOIGT, Fernanda R.; SOUZA, Dulce A D.; MENEGUZZI, Clarissa R. **Projetos bidimensionais auxiliados por computador**. Sagah, 2018.

ROGERS, Yvone; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. **Design de interação: além da interação humano-computador**. Porto Alegre, Bookman, 2013.

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL**2º Módulo****Carga horária: 20 h****Aulas semanais: 01****Ementa**

Leitura, interpretação e produção de textos acadêmicos orais e escritos da área de Informática com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Estrutura e organização dos textos dissertativos: parágrafos e elementos de coesão e coerência. Caracterização da linguagem escrita e falada e sua aplicabilidade para os profissionais da Administração. Gêneros textuais: resumo, resenha, artigo acadêmico, relatório e palestra.

Bibliografia
<p>Bibliografia básica</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38 ed. rev. e ampl. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>DEMAI, Fernanda Mello. Português instrumental. Série Eixos. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Sciliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida & HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa – noções básicas para cursos superiores. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Sciliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>WAZLAWICK, R. S. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação, 2.ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.</p>

Disciplina: ÉTICA		
3º Módulo	Carga horária: 20 h	Aulas semanais: 01
Ementa		
<p>Ética: Panorama conceitual. Conceitos e problemas fundamentais da ética. O comportamento humano: Ética, Moral e Direito. Virtude. Ética cristã e outros contributos religiosos. Cidadania e diversidade. Os múltiplos usos da Ética: na profissão, nas organizações e na sociedade. O inter-relacionamento entre Ética e Filosofia. Comportamento moral e ética. Ética e Informática.</p>		

Bibliografia
<p>Bibliografia básica</p> <p>Vázquez, Adolfo Sánchez. Ética. Civilização Brasileira, 2018.</p> <p>Spinoza. Ética - Edição monolíngue. Autêntica, 2009.</p> <p>Aristóteles. Ética e Nicômaco. Edipro, 2018.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>MIETH, Dietmar. Pequeno estudo de ética. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.</p> <p>VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>PEGORARO, Olinto A. Ética dos maiores mestres através da história. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.</p> <p>SOUZA, Márcia Cristina. Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre a conduta dos colaboradores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p>

Disciplina: TÓPICOS ESPECIAIS EM INFORMÁTICA		
3º Módulo	Carga horária: 60 h	Aulas semanais: 03
Ementa		
<p>Uso de tecnologias atuais relativas a linguagens de programação para web. Abordagens de Frameworks e ferramentas utilizadas no desenvolvimento web e deploy de aplicações web. Tecnologias para automação da construção de aplicativos.</p>		

Bibliografia
<p>Bibliografia básica</p> <p>Alves, William Pereira. Desenvolvimento de Aplicações Web com Angular. Alta Books, 2019.</p> <p>Torres, Dorian. Desenvolvimento de aplicativos web com React (Programação Essencial). 2023.</p> <p>Grinberg, Miguel. Desenvolvimento web com Flask: Desenvolvendo aplicações web com Python. Novatec, 2019.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>Beder, Delano Medeiros. Engenharia web - Uma abordagem sistemática: uma Abordagem Sistemática Para o Desenvolvimento de Aplicações web. EdUFSCar, 2021.</p> <p>Silva, Maurício Samy. Fundamentos de HTML5 e CSS3. Novatec, 2015.</p> <p>Freeman, Eric; Robson, Elisabeth. Use a cabeça! HTML e CSS. Alta Books, 2015.</p> <p>Maciel, F. M. B. Python e Django: desenvolvimento web moderno e ágil. Alta Books, 2020.</p> <p>NAKAGAWA, Marcelo. Empreendedorismo: elabore seu plano de negócio e faça a diferença. 2ª. Edição. Senac São Paulo. 2019.</p>

Disciplina: PROJETO DE BANCO DE DADOS		
3º Módulo	Carga horária: 60 h	Aulas semanais: 03
Ementa		
<p>Processo de projeto de banco de dados. Transformação entre modelo entidade relacionamento e relacional. Normalização de dados. Tópicos avançados em banco de dados (Gerenciamento de usuários e sub-rotinas).</p>		
Bibliografia		

Bibliografia básica

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6ª Edição. Addison Wesley, 2011.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Banco de Dados Projeto e Implementação**. Saraiva Educação SA, 2020.

SILBERSCHATZ, Abraham; SUNDARSHAN, S.; KORTH, Henry F. **Sistema de banco de dados**. Elsevier Brasil, 2016.

Bibliografia complementar

BEIGHLEY, L. **Usando a cabeça – SQL**. Altabooks, 1ª Ed, 2009.

HEUSER, Carlos Alberto. **Projeto de banco de dados: Volume 4 da Série Livros didáticos informática UFRGS**. Bookman Editora, 2009.

BARBETTA, P. A.; REIS, M. M.; BORNIA, A. C. **Estatística para cursos de engenharia e informática**. Editora Atlas, 2004.

PROVOST, F.; FAWCETT, T. **Data Science for Business: What you need to know about data mining and data-analytic thinking** by O'Reilly Media, 2013.

MANZANO, J. A. **MySQL 5.5 Interativo – Guia essencial de orientação e desenvolvimento**. Érica, 1ª Ed, 2011.

Disciplina: SISTEMAS DISTRIBUÍDOS E INFRAESTRUTURA DE REDES**3º Módulo****Carga horária: 60 h****Aulas semanais: 03****Ementa**

Fornecer limitações e características dos Sistemas de Informação Distribuídos evidenciando uma abordagem da arquitetura física e lógica de projeção, desenvolvimento e suporte para prover demasiados serviços executados pelos Sistemas de Informação corporativos, institucionais e residenciais.

Bibliografia

Bibliografia básica

Tanenbaum, Andrew S. & Steen, Maarten Van. **Sistemas Distribuídos: Princípios e Paradigmas**. Pearson, 2ª Edição 2007;

COULOURIS, George. **Sistemas distribuídos: conceitos e projetos**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

FOROUZAN, B. **Comunicação de dados e redes de computadores**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Bibliografia complementar

KUROSE, J.; ROSS, K. **Redes de computadores e a internet**. 8. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2021.

MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. **Arquitetura de Sistemas Operacionais**. LTC, 2018.

MAIA, Luiz Paulo. **Arquitetura de redes de computadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LIMA JUNIOR, Almir Wirth. **Redes digitais de serviços RDSI**. Rio de Janeiro: Book express, 1998.

LOPEZ, Ricardo Aldabo. **Sistemas de redes para controle e automação**. Rio de Janeiro: Book express, 2000.

Disciplina: EMPREENDEDORISMO**3º Módulo****Carga horária: 40 h****Aulas semanais: 02****Ementa**

Aspectos relacionados à prática do empreendedorismo. Oportunidades do mercado digital. Plano de negócios: importância, estrutura e apresentação. Patentes, marcas e proteção de software.

Bibliografia

Bibliografia básica

ANTONIK, L. R. **Empreendedorismo: gestão financeira para micro e pequenas empresas**. Alta Books, 2016.

HISRICH, R. D; PETERS, M. P; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Bookman, 2014.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia complementar

SOSNOWSKI, A. S. **Empreendedorismo Para Leigos**. Alta Books, 2018.

ANDREOLLA, N; PACHECO, J. E. C. **Gestão Financeira para Pequenas e Médias Empresas**. Juruá Editora, 2015.

ABRAMO, Luciane. **Desenvolvendo a mentalidade empreendedora: Transição de funcionário para empreendedor**. Uiclap.2019

RIES, Eric. **A Startup Enxuta: Como usar a inovação contínua para criar negócios radicalmente bem sucedidos**. Sextante, 2019.

FERRARI, R. **Empreendedorismo para computação: criando negócios de tecnologia**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Disciplina: DESENVOLVIMENTO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS**3º Módulo****Carga horária: 80 h****Aulas semanais: 04****Ementa**

Visão geral sobre dispositivos móveis: Comparação entre dispositivos de sensoriamento, celulares, tablets e computadores convencionais; Visão geral sobre as plataformas de desenvolvimento mais utilizadas, como Android SDK, Iphone SDK e Windows Mobile. Requisitos e desafios para computação movel. Arquitetura de Software Móvel. Comunicação para Software movel. Plataforma Android. Activities e Intents. Interfaces e Layouts. Services. Localização e Mapas. Sensores disponíveis.

Bibliografia

Bibliografia básica

Frank Zammetti. **Flutter na Prática: Melhore seu Desenvolvimento Mobile com o SDK Open Source Mais Recente do Google**. Edição Padrão. Novatec, 2020.

LEAL, N. G. V. **Dominando o android: do básico ao avançado**. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2015.

LECHETA, Ricardo R. **Google Android: Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK**. 5ª edição. Novatec, 2015.

Bibliografia complementar

RODRIGUES, José R. **Programação para dispositivos móveis**. Senac São Paulo, 2023.

ESCUDELARIO, B.; PINHO, D. **React Native: Desenvolvimento de aplicativos mobile com React**. Casa do Código, 2020.

MONTEIRO, J. **Google Android - Crie Aplicações para Celulares e Tablets**. Editora Casa do Código, 2013.

DRONGELEN, M. **Android Studio Cookbook**. Editora PacktPublishing, 2015.

ANDROID. **Android Developers**. Disponível em <<https://developer.android.com/>>. Acessado em 20 de Outubro de 2023.

5.3 Orientações Metodológicas para Execução Presencial

Neste projeto pedagógico a metodologia é entendida como o conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da Educação Básica com a Educação Profissional, assegurando uma formação integral do estudante. Durante o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas o docente deve levar em consideração as características individuais de cada estudante contemplando entre outros procedimentos:

Aulas Teóricas – a realizarem-se no âmbito da sala de aula. O assunto será exposto por meio da interação entre o professor e os alunos. Serão disponibilizados ao professor, recursos como quadro de acrílico, pincéis, televisão, data show, etc.;

Aulas Práticas – O laboratório de informática foi montado e disponibilizado aos

professores e alunos para as aulas práticas das disciplinas para quase todas as disciplinas do curso de informática para internet. Com as aulas práticas o ganho para a aprendizagem dos alunos é imenso, pois por meio dos laboratórios, os estudantes compreendem os conhecimentos teóricos das aulas. Os computadores do laboratório vêm configurados com os softwares e ferramentas necessárias para que as disciplinas possam ser executadas de forma eficiente.

Palestras e/ou Seminários – a realizarem-se em sala de aula ou no auditório do IFPI. Oportunidade em que serão debatidos temas de real interesse para a formação profissional do aluno, abordando-se aspectos relevantes da sociedade em geral e da computação de forma particular;

Visitas Técnicas – sempre com a presença de um professor, responsável pela atividade. Serão realizadas visitas técnicas para que o aluno possa confrontar as teorias abordadas em sala de aula com a realidade das organizações. Os alunos, por solicitação dos professores, deverão elaborar relatórios técnicos descrevendo as situações vivenciadas, os processos tecnológicos identificados, as políticas de gestão adotadas pelas organizações visitadas, etc. Será disponibilizado pelo IFPI o transporte para a condução de professores e alunos nos programas de visitas técnicas.

Elaboração de projetos – a partir de uma situação-problema o aluno será estimulado e orientado a desenvolver uma proposta de trabalho buscando resolvê-la.

5.4 Prática Profissional

O currículo engloba o conjunto de todas as atividades desenvolvidas com o objetivo de promover a construção do conhecimento e da aprendizagem. O currículo do Curso Técnico em Informática para Internet, em observância ao disposto na Organização Didática do IFPI, será orientado pelos princípios da integração entre o mundo do trabalho, a ciência e tecnologia de modo a desenvolver aptidões para o profissional atuar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a prática profissional será desenvolvida, ao longo de todo o curso, através de situações de vivência, aprendizagem e trabalho tais como: Olimpíadas de programação; Cursos de extensão; Estudos de caso; Pesquisas individuais e em equipes; Projetos de pesquisa e/ou intervenção; Projetos de extensão; Participação em Congressos e Workshops; Seminários; Semanas de estudo; Monitorias; Visitas técnicas;

Simulações de situações problemas; Organização de feiras e eventos; Aulas práticas em laboratórios; Estágio não-obrigatório.

5.5 Estágio Profissional Supervisionado

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 1/2004, o estágio é um procedimento didático-pedagógico e uma atividade curricular de competência da instituição de ensino, devendo integrar a proposta pedagógica da escola e o planejamento curricular do curso, sendo, portanto, planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos.

Segundo a lei nº 11.788/2008, no art. 2º, o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinações das diretrizes curriculares e do projeto pedagógico do curso. No parágrafo primeiro do artigo supracitado o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O parágrafo segundo do já citado artigo define o estágio não obrigatório como aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No curso técnico de nível médio em Informática para Internet na forma concomitante/subsequente, o estágio será **não obrigatório**, ou seja, desenvolvido como atividade opcional, e celebrado com um termo de compromisso entre educando, a parte concernente do estágio e a instituição de ensino, cumprindo-se, ainda, as determinações do Regulamento de Estágios dos Cursos de Educação Profissional de Nível Médio deste Instituto Federal do Piauí e a Legislação Específica.

As atividades desenvolvidas no estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso e devem ser acompanhados por um professor orientador que, ao final do estágio, receberá do aluno um relatório de estágio. O estágio, embora não obrigatório, deve obedecer às normas instituídas pelo IFPI. As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

O estágio deverá ser acompanhado por um professor orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga horária dos professores. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio;
- b) reuniões do aluno com o professor orientador;
- c) relatório do estágio supervisionado de ensino.

O estágio caracteriza-se pela experiência da observação, evoluindo para a análise da aplicabilidade de métodos. O princípio da sua realização considerará a iniciativa do estudante e sua disponibilidade de horário. Será realizado em empresas que tenham condições de propiciar experiência prática, em conformidade com o curso. Este objetiva oportunizar ao aluno: situações-experiência no mundo do trabalho, de forma a adquirir, construir e aplicar conhecimentos. Caracteriza-se também como uma forma de integração com os setores do processo produtivo, na medida em que estabelece uma relação entre a escola e as empresas. O estágio curricular de habilitação profissional visa, também, transformar-se em instrumento de avaliação e reavaliação do curso, com vistas a atualizações e adequações curriculares, através das informações vindas das empresas em que ocorrem os estágios, bem como dos relatórios finais dos estagiários.

6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

A Legislação educacional confere direitos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, em conformidade com o artigo art. 41 da LDB 9.394/96 e nos art. 46 da Resolução 01/2021-CNE/CP. Estes conhecimentos devem está diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;

- II - em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;
- III - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e
- IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

O aproveitamento de conhecimentos formais será realizado através de análise do histórico escolar do aluno e plano de curso da disciplina no qual será observada:

- a compatibilidade de carga horária e conteúdos que devem estar dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior;
- o estudante deverá ter cursado a(s) disciplina(s) observada a compatibilidade de conteúdos e carga horária em pelo menos 75% dela(s);
- a solicitação poderá ser feita dentro do prazo estabelecido em calendário, independente de oferta no período;
- quanto aos conhecimentos não- formais, será realizada uma avaliação teórico-prática elaborada por uma banca examinadora constituída para este fim.

A competência para análise dos pedidos de aproveitamento é da coordenação de Curso/Área e professores específicos.

7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua, desenvolvida ao longo de todo o processo, e cumulativa, a qual assume, de forma integrada ao processo de ensino e de aprendizagem as funções diagnóstica, formativa e somativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades visando à progressão do estudante para o alcance do perfil profissional de conclusão e a formação do indivíduo como um ser social.

Segundo a Organização Didática do Instituto Federal do Piauí (2022) –, “o processo avaliativo compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, aquisição e/ou desenvolvimento de habilidades e atitudes, pelos alunos, e a ressignificação do trabalho pedagógico”.

Constituem instrumentos avaliativos a serem utilizados para a avaliação do conhecimento adquirido pelo aluno: observação contínua, elaboração de portfólio, trabalhos individuais e/ou coletivos, provas escritas, resolução de exercícios, desenvolvimento e apresentação de projetos, seminários, relatórios, provas práticas e provas orais e outros que podem ser acrescentados, desde que auxiliem no desenvolvimento global do educando.

A verificação da aprendizagem dos estudantes dos cursos técnicos na forma subsequentes, ofertados na forma módulos/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, sendo admitida uma casa decimal. A nota terá a seguinte composição: a avaliação do conhecimento adquirido terá obrigatoriamente o valor máximo de 8,0 (oito) pontos e os aspectos qualitativos, como assiduidade e pontualidade, realização de atividades escolares, disciplina, participação nas aulas, além de outros critérios definidos pelo professor, terão, obrigatoriamente, o valor máximo de 2,0 (dois) pontos.

Para aprovação o aluno deve obter média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da disciplina prevista para o período letivo. Na situação de reprovação, o aluno será submetido a uma Prova Final Semestral (PFS), conforme regulamentação específica

(art.70 da Organização Didática). Além disso, os alunos serão avaliados de forma contínua no conselho de classe, que constitui instância responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e avaliação do desempenho escolar das turmas da Educação Profissional, avaliando assim os procedimentos de ensino e aprendizagem a fim de assegurar a qualidade às práticas educativas e, conseqüentemente, ao processo de avaliação qualitativa.

8. PRAZO PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

A integralização curricular ocorrerá em no mínimo 03 (três) semestres e máximo 06 (seis) semestres. Não serão computadas, para efeito de integralização da carga horária mínima, as atividades que não se articulem com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como as atividades que visem à recuperação de deficiências dos alunos.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Paulistana fica situado na BR 407, s/n a 5km da sede administrativa, no bairro Lagoa dos Canudos, Paulistana – PI, CEP 64.750-000. Além disso, o Campus engloba uma área total de aproximadamente 07 hectares.

As atividades do IFPI Campus Paulistana são conduzidas nas áreas administrativa e de ensino por diversos setores e departamentos que estão disponíveis à comunidade acadêmica. Tais setores e departamentos compõem a estrutura organizacional do campus e que é representada pela Diretoria Geral, Diretoria de Ensino, Departamento de Administração e Planejamento, Chefia de Gabinete da Diretoria Geral, Coordenações de Cursos, Coordenação

Pedagógica, Setor Saúde, Restaurante Institucional, Coordenação de Controle Acadêmico, Setor de Disciplina.

9.1 Descrição das Salas de Aula

O IFPI Campus Paulistana dispõe atualmente de 15 (quinze) salas de aula. As salas de aula possuem dois tamanhos diferentes, 64m² e aproximadamente 32m². As salas são equipadas com aparelho de ar-condicionado, projetor de multimídia, cadeiras com braço, um quadro branco de acrílico.

As salas são utilizadas durante os três turnos, sendo que as turmas do ensino médio são alocadas apenas no período diurno, enquanto que as turmas de cursos subsequentes e superior são alocadas nos turnos diurnos e noturnos de acordo com suas ofertas.

9.2 Descrição da Sala de Professores

A sala de professores é mobiliada com cadeiras com rodízios, mesas para reuniões, armários guarda-volumes, bebedouro e ar-condicionado, possibilitando um ambiente com condições básicas para que os docentes desenvolvam suas atividades de planejamento pedagógico e atendimento à discentes.

9.3 Descrição da Sala de Reuniões

A sala de reuniões fica alocada próxima à Diretoria Geral e Diretoria de Ensino, com ar-condicionado e capacidade para 12 (doze) pessoas. A Sala de Reuniões assume importância estratégica no que toca ao planejamento das ações e discussão de melhorias e aperfeiçoamento dos programas e políticas implementados pelo Campus bem como avaliação das que estão em execução.

9.4 Descrição do Auditório

O auditório do Campus é um espaço confortável e iluminado. Nele são realizados diversos eventos organizados pelos servidores da unidade de ensino, tais como: seminários, palestras, simpósios, reuniões, além de servir esporadicamente às instituições da cidade de Paulistana e região. Tem capacidade para 180 (cento e oitenta) pessoas, possui poltronas estofadas e encosto côncavo, está equipado com sistema acústico de som controlado por mesa de som com sala reservada para operador, 01 (uma) caixa de som amplificada, projetor de multimídia interativo, mesa grande para eventos, além de equipamentos de ar-condicionado.

9.5 Quadra Poliesportiva

O Campus Paulistana conta com uma quadra poliesportiva coberta e iluminada destinada às práticas de educação física do Ensino Técnico integrado ao médio, como também para atividades físicas de docentes e alunos das outras modalidades de educação presentes no Campus. O Campus possui profissional de educação física responsável por conduzir as atividades em práticas curriculares e também referentes a projetos de extensão envolvendo a sociedade paulistanense.

9.6 Posto Médico e Enfermaria

A equipe de saúde é composta por enfermeiro, técnico em enfermagem, psicólogo, assistente social, dentista e técnica em saúde bucal. O consultório odontológico funciona diariamente, prestando serviços como limpeza, restauração e extração de dentes.

9.7 Acessibilidade para Pessoas com Deficiências

O Campus Paulistana desempenha suas atividades em consonância com a legislação nacional que dispõe sobre acessibilidade nas escolas e instituições públicas. As vias de acesso, calçadas, corredores, banheiros, bebedouros e salas de aula são acessíveis aos portadores de

deficiências físicas. A equipe pedagógica do Campus possui metodologia de acompanhamento de alunos com necessidades especiais, permitindo seu acesso ao processo de ensino.

9.8 Estacionamento, Área de Lazer e Circulação

A área do Campus possui amplo estacionamento, com capacidade para atender as necessidades dos técnicos, docentes e alunos. Possui também uma área de lazer e circulação arejada, com corredores sinalizados e áreas de convivência e jardins.

9.9 Biblioteca e Acervo Bibliográfico

O acervo da biblioteca do Campus Paulistana é composto por livros, periódicos, normas técnicas, materiais audiovisuais (CDs e DVDs), obras de referência (dicionários, enciclopédia geral e especializada), coleções especiais (obras raras, documentos da memória do IFPI, etc.), trabalhos acadêmicos produzidos pela comunidade interna do IFPI, multimeios e outros. Mais informações sobre o espaço físico: possui 1 (um) computador exclusivo para pesquisa do acervo, 3 (três) computadores com acesso à Internet para pesquisas acadêmicas, área de estudo em grupo com capacidade para 11 (onze) mesas e 4 (quatro) assentos cada, 8 (oito) cabines de estudo individual, 8 (oito) assentos individuais com pontos de energia e rede wi-fi para uso de equipamento individual das comunidades acadêmica e externa.

A comunidade acadêmica tem acesso ao Portal de Periódicos Capes através de acesso remoto pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) com login e senhas institucionais e a Biblioteca Digital EBSCO com acesso gratuito e ilimitado, além de disponibilizar toda sua produção acadêmica, científica e institucional no Repositório Institucional do IFPI, chamado Base Institucional Acadêmica (BIA). O Pergamum e os demais sistemas podem ser acessados 24h por dia, 7 dias por semana.

9.10 Laboratórios e Equipamentos

O Campus Paulistana possui 12 laboratórios divididos em diversas especialidades, a saber: 03 (três) laboratórios de Informática, 01 (um) laboratório de matemática e física, 01 (um) laboratório de química, 01 (um) laboratório de ciências agrárias, 01 (um) laboratório de geologia,

01 (um) laboratório de mineração, 01 (um) laboratório de zootecnia, 01 (um) laboratório de lácteos, 01 (um) laboratório de carnes e 01 (um) laboratório de música e artes.

Nesse sentido, os laboratórios assumem capital importância, ao se tornar *locus* privilegiado de encontro de técnicas e metodologias diferenciadas visando minimizar o efeito da baixa abstração dos conceitos teóricos ao longo dos anos de estudo, sendo um convite à inovação para reforçar o que tange teoria/prática e garantir qualidade no ensino público federal.

9.11 Laboratórios de Informática

Os 3 (três) laboratórios de informática são utilizados pelos alunos para a realização de atividades práticas relacionadas aos conteúdos vistos em sala de aula e também para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Dois laboratórios estão equipados com 30 computadores e um com 26 computadores, todos com acesso à internet, quadros brancos de acrílico de 40m².

Os laboratórios didático-pedagógico de informática são divididos da seguinte forma:

- LAB 01 – Laboratório Informática com 30 computadores (Windows);
 - 12 MÁQUINAS POSITIVO C6300 e 18 DA HP;
- LAB 02 – Laboratório Informática com 26 computadores (Linux);
 - 20 MÁQUINAS PREGÃO 23/2012 (AMARELOS) e 6 DA HP;
- LAB 03 – Laboratório de Informática com 30 computadores (Windows).
 - 8 MÁQUINAS NOVAS POSITIVO e 22 DA HP;

Configurações de hardware

MÁQUINA	CONFIGURAÇÃO
HP	Computadores HP modelo Compaq 6005 Pro Small: <ul style="list-style-type: none"> ● Processador AMD Phenon(tm) II X4 B95 Processador x4 ● 8 GB RAM ● 320 HD
PREGÃO 23/2012 (AMARELO)	Computadores Pregão: 23/2012 <ul style="list-style-type: none"> ● Processador Intel Pentium(R) CPU G2020 @ 2.90 GHz x 2 ● 4GB RAM ● 320 GB HD

POSITIVO C6300	Computador Positivo C6300: <ul style="list-style-type: none">• Processador Intel® Core™ i5-10400T CPU @ 2.00GHz• 8 GB RAM• 240 SSD
----------------	--

Além dos laboratórios acima expostos, o eixo de Tecnologia da Informação e Comunicação é fortalecido com oportunidade de acesso às atividades possibilitadas pelo Laboratório Maker. Esse laboratório é de natureza multi e interdisciplinar, atualmente coordenado e composto por docentes do eixo, constituído pelo seguintes equipamentos: 7 Notebooks Lenovo (Processador i7, 16gb Ram); 1 Impressora 3D Ender 3; 1 Impressora 3D GTMax3D; 1 máquina de corte e gravação a laser CNC; 1 Scanner 3D EinScan SE V2; 10 Kits Arduino.

10. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

10.1 Perfil dos Docentes

Para ensinar informática em um campus acadêmico, é necessário um corpo docente altamente qualificado, composto por profissionais que dominem não apenas os aspectos técnicos da disciplina, mas também possuam habilidades pedagógicas eficazes para transmitir o conhecimento aos alunos. O perfil ideal de um docente nessa área engloba uma série de características, incluindo formação acadêmica avançada, experiência prática, habilidades de comunicação e um compromisso com o ensino e a aprendizagem contínuos.

Em relação à formação acadêmica, muitos docentes da área de computação possuem títulos de mestre ou doutor. Estes graus representam um alto nível de especialização em um campo particular e indicam que o indivíduo realizou pesquisas originais na área. Professores com essas qualificações são capazes de trazer uma profundidade de conhecimento para a sala de aula que pode enriquecer significativamente a experiência de aprendizado dos alunos.

Além da formação acadêmica, a experiência prática na indústria de tecnologia é outra característica importante do perfil dos docentes. Professores que trabalharam como programadores, analistas de sistemas, gerentes de projeto, ou em outras funções relacionadas, podem oferecer aos alunos uma visão valiosa da aplicação prática dos conceitos que estão sendo ensinados. Esta perspectiva do "mundo real" pode contribuir para melhor entendimento do

aluno em relação à aplicação das habilidades desenvolvidas durante o curso em um contexto profissional.

As habilidades de comunicação também são essenciais para um docente de informática. Por mais que um professor tenha um profundo conhecimento de um componente curricular, ele precisa ser capaz de transmitir esse conhecimento de forma clara e acessível. Isso pode ser especialmente desafiador na informática, onde os conceitos podem ser complexos e abstratos. Portanto, docentes de excelência são aqueles que podem simplificar os conceitos, fazer analogias úteis e engajar os alunos em discussões significativas.

Finalmente, um docente de excelência no campo da informática é aquele que tem um compromisso com o ensino e a aprendizagem contínuos. A tecnologia está sempre evoluindo, e os professores precisam se manter atualizados sobre as últimas tendências e desenvolvimentos. Isso pode exigir que eles continuem a aprender e a se desenvolver profissionalmente ao longo de suas carreiras. Ao mesmo tempo, eles devem estar comprometidos em encontrar abordagens eficazes de ensinar, adaptando-se às necessidades e estilos de aprendizado de seus alunos.

Nesse sentido, o corpo docente de informática do IFPI Campus Paulistana é formado por Especialistas, Mestres e Doutores, podendo ainda contar com a cooperação, se necessário, de professores de outros Campi, com a devida autorização de seus respectivos Diretores Gerais. Atualmente, fazem parte do Corpo Docente no Eixo de Informação e Comunicação do Campus Paulistana:

Titulação dos Docentes do Eixo de Informação e Comunicação

Docente	Regime	Titulação	Condição Atual	Graduação
Aline Montenegro Leal Silva	DE	Doutorado	Doutorado	Informática
Julian Rodrigues Valerio	DE	Mestrado	Mestrado	Informática
Maíla de Lima Claro	DE	Doutorado	Doutorado	Informática
Selles Gustavo Ferreira Carvalho Araújo	DE	Mestrado	Doutorando	Informática
Geugres de Carvalho Santos	Contrato temporário	Especialista	Substituto do Professor Selles Gustavo Ferreira Carvalho Araújo	Informática

Yulianne Maria de Siqueira Bezerra	DE	Mestrado	Mestrado	Informática
------------------------------------	----	----------	----------	-------------

O Campus possui também um excelente quadro de docentes que não fazem parte do eixo de informação e comunicação, mas que podem contribuir com o curso e no processo de formação dos alunos.

Titulação e área de atuação dos Docentes fora do Eixo

Docente	Regime	Titulação	Condição Atual	Graduação
Adriane Garcia Correa	DE	Mestrado	Mestrado	Administração
Agnaldo Ferreira Lessa	DE	Especialização	Especialização	Química
Alexandre Souza Rodrigues	DE	Mestrado	Mestrado	Mineração
Amauri Silva Pereira	DE	Especialização	Mestrado	Administração
Anderson Romário Torres Carvalho	DE	Mestrado	Mestrado	Administração
Ana Lúcia Teodoro	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Andreia Luciana Macedo	DE	Mestrado	Mestrado	Licenciatura/Disciplinas Pedagógicas/Libras
Claudio Evangelista de Sousa	DE	Mestrado	Mestrado	Geografia
Cleiton Araujo Domingos	DE	Doutorado	Mestrado	Agropecuária
David Barroso Braga	DE	Mestrado	Doutorando	Filosofia
Douglas Teixeira Martins	DE	Mestrado	Doutorando	Geologia
Edvaldo Bispo Santana Junior	DE	Doutorado	Doutorado	Agricultura
Elba Borges da Silva Soares	DE	Mestrado	Mestrado	Administração
Elinaldo da Silva Ramos	DE	Mestrado	Mestrado	Administração
Elisangela Campos Damasceno Sarmiento	DE	Doutorado	Doutorado	Língua Portuguesa
Emmely Oliveira da Trindade	DE	Doutorado	Doutorado	Química
Erika Maria Jamir de Oliveira	DE	Mestrado	Doutoranda	Administração
Fernanda Viana de Castro	DE	Mestrado	Doutoranda	Língua Portuguesa
Fernando Alves Nunes	DE	Mestrado	Mestrado	Física
Flavia de Freitas Bastos	40h	Mestrado	Doutoranda	Mineração
Flavio Pessoa Avelino	DE	Doutorado	Doutorado	Estradas

Francisco Fernando Silveira	DE	Mestrado	Doutorando	Química
Francisco Jose Balduino da Silva	DE	Mestrado	Mestrado	História
Francisco Raimundo de Souza Neto	DE	Mestrado	Mestrado	Matemática
Francisco Washington Soares Goncalves	DE	Mestrado	Mestrado	Sociologia
Gil Mário Ferreira Gomes	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Gilson Mendes Araujo	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Gutenberg Lira Silva	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Irlanda Pires de Sa Sousa	DE	Mestrado	Mestrado	Contabilidade
Janiel Martins Neves	DE	Mestrado	Mestrado	Matemática
Jocelia de Jesus Rego da Silva	DE	Mestrado	Mestrado	Licenciatura/ Disciplinas Pedagógicas
Jose Carlos Justino da Silva	DE	Mestrado	Mestrado	Física
Jose Mauricio Maciel Cavalcante	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Josenara Daiane de Souza Costa	DE	Doutorado	Doutorado	Agricultura
Kiscyla Oliveira de Andrade	DE	Doutorado	Doutorado	Biologia
Layanny Samara da Silva Souza	DE	Mestrado	Mestrado	Química
Maraylla Inácio de Moraes	DE	Doutorado	Doutorado	Química
Marcio Harrison dos Santos Ferreira	DE	Mestrado	Doutorando	Biologia
Marcos Maciel Rodrigues de Oliveira	DE	Especialização	Especialização	Matemática
Maria Veras do Nascimento	DE	Especialização	Mestranda	Matemática
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	DE	Mestrado	Doutoranda	Língua Portuguesa
Naedja Vasconcelos Pontes	DE	Doutorado	Doutorado	Geologia
Ovídio Paulo Rodrigues da Silva	DE	Doutorado	Doutorado	Agricultura
Paulo Victor Leoncio Chaves	DE	Mestrado	Mestrado	Direito
Rafael Nogueira Furtado	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Rodolfo Rodrigues	DE	Mestrado	Mestrado	Música
Selles Gustavo Ferreira Carvalho Araújo	DE	Mestrado	Doutorado	Informática

Tiago Correa Menezes	DE	Doutorado	Doutorado	Química
Tiago Henry Borba Brito	DE	Especialização	Especialização	Educação Física
Tomás Guilherme Pereira da Silva	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Valéria Borges da Silva	DE	Doutorado	Doutorado	Agricultura
Vanessa Teresinha Ribeiro	DE	Mestrado	Mestrado	Licenciatura/ Disciplinas Pedagógicas
Verônica Maria Neto Lopes	DE	Mestrado	Mestrado	Administração
Vinícius Dias de Carvalho	DE	Mestrado	Mestrado	Inglês
Vinícius Igor Albuquerque Batista de Araújo	DE	Mestrado	Doutorando	Mineração
Wandemberg Rocha Freitas	DE	Doutorado	Doutorado	Agropecuária/Zootecnia
Wechila Andrade de Brito	DE	Mestrado	Mestrado	Artes
Wladimir José Gomes Florencio	DE	Mestrado	Doutorando	Mineração

10.2 Técnicos Administrativos em Educação

Os técnicos administrativos em educação desempenham um papel crucial na manutenção e aprimoramento do ecossistema escolar, complementando o trabalho dos professores e apoiando os alunos de maneira significativa. Embora o papel do professor seja muitas vezes o mais visível no contexto educacional, o trabalho de um técnico administrativo em educação é fundamental para garantir que o sistema educacional funcione de maneira eficiente e eficaz.

Os técnicos administrativos contribuem para o fluxo de ensino-aprendizagem de várias formas. Primeiro, eles desempenham um papel crucial na organização e na logística da instituição de ensino. Eles são responsáveis por uma ampla variedade de tarefas, desde a matrícula de alunos e a organização de horários de aula até a manutenção de registros acadêmicos e a coordenação de recursos de aprendizagem. Essas funções operacionais são fundamentais para garantir que os professores possam se concentrar em seu papel principal de ensinar, e que os alunos tenham o suporte necessário para aprender efetivamente.

Os técnicos administrativos também são um ponto de contato importante para os alunos. Eles podem fornecer orientações sobre questões administrativas, direcionar os alunos para

recursos de aprendizagem apropriados, ajudar na resolução de problemas e, em alguns casos, oferecer suporte de orientação. Por meio dessas interações, os técnicos administrativos podem contribuir para um ambiente de aprendizado acolhedor e de suporte.

Em muitas escolas, os técnicos administrativos também colaboram diretamente com os professores para apoiar o ensino e a aprendizagem. Eles podem ajudar na preparação de materiais de aula, na organização de atividades de aprendizagem, na administração de avaliações e na gestão de tecnologias de ensino. Essa colaboração direta permite que os professores maximizem seu tempo de ensino e melhorem a qualidade da instrução.

Além disso, os técnicos administrativos são muitas vezes responsáveis pela implementação e manutenção de tecnologias educacionais, um papel cada vez mais importante na era digital. Eles podem ajudar a configurar e gerenciar sistemas de gestão de aprendizagem, plataformas de ensino online e outras ferramentas digitais. Este suporte tecnológico é fundamental para permitir a integração eficaz da tecnologia no ensino e na aprendizagem.

A tabela dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs e seus respectivos cargos, que direta ou indiretamente contribuem com o Eixo de Informação e Comunicação no Campus Paulistana, é apresentada no quadro abaixo:

Técnicos Administrativos em Educação e seus Respetivos Cargos

Técnico-Administrativo	Titulação	Cargo	Regime
Adão José Martins	Mestrado	Técnico em Assuntos Educacionais	40h
Adenildo Rodrigues Gonçalves	Graduação	Assistente de alunos	40h
Débora Laís de Sousa Castro	Graduação	Odontóloga	40h
Deiverson Dênis M de Araújo	Graduação	Técnico em Agropecuária	20h
Ed Carlos Raimundo Luz	Especialização	Assistente em Administração	40h
Edna Ferreira de Oliveira	Especialização	Bibliotecário	40h
Edson Francisco da Rocha	Especialização	Técnico em Assuntos Educaciona	40h
Erinalda de Carvalho Campos Rodrigues	Especialização	Assistente em Administração	40h
Francielson da Silva Barbosa	Mestrado	Técnico de Laboratório - Mineração	40h
Francisca Aldemara Alves Batista	Especialização	Contadora	40h
Francisco Ivan da Silva	Doutorado	Técnico de Laboratório	40h
Gabriela de S Silva Rios	Mestrado	Nutricionista	40h
Hemilly Sabrinne A Sousa	Especialização	Assistente em Administração	40h
Idelvan Rodrigues dos Santos	Especialização	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
Igor Fernando Rodrigues Dia	Especialização	Administrador	40h
Ijan de Carvalho Silva	Especialização	Assistente de Laboratório	40h
João da Costa Carvalho	Especialização	Assistente em Administração	40h
Joceânio Rodrigues de Oliveira	Ensino Médio	Auxiliar em Administração	40h

Jonatas Luan Macedo de Moraes	Graduação	Auxiliar em Administração	40h
Katiana Lira Reis	Especialização	Pedagoga	40h
Layane Almeida Monte	Mestrado	Assistente Social	40h
Leila Maria de Sousa Tavares	Mestrado	Técnico de Laboratório	40h
Leonardo de Moura Santos	Especialização	Técnico de Laboratório	40h
Leonardo Victor da Luz Rocha	Graduação	Técnico de Laboratório - Saúde Bucal	40h
Maria Edinete Carvalho Campos	Especialização	Auxiliar em Administração	40h
Mariana Leal de Moura	Especialização	Enfermeira	40h
Mayane Kelly Arrais Gomes	Graduação	Assistente em Administração	40h
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	Mestrado	Pedagoga	40h
Rodrigo Peres Nascimento	Graduação	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
Romário Barbosa Dias	Especialização	Médico Veterinário	20h
Stefany Emilia Xavier Moreira Teixeira	Especialização	Técnico em Enfermagem	40h
Thalita de Castro Figueiredo Amorim	Especialização	Assistente em Administração	40h
Tueça Érica dos Santos	Mestrado	Assistente de alunos	40h
Welkson Pinheiro do Nascimento	Mestrado	Assistente em Administração	40h
William Rodrigues da Silva	Especialização	Auxiliar de Biblioteca	40h

11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS A SEREM EMITIDOS

É concedido Diploma de **Técnico em Informática para Internet** de Nível Médio do Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, ao aluno que tendo comprovado o requisito essencial de conclusão do Ensino Médio, concluir a carga horária total prevista do curso técnico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB no 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 1999.

BRASIL. Lei no 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. Lei no 11.892, de 30 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 4a Ed. Brasília: dezembro, 2020.

INSTITUTO PET BRASIL. Censo Instituto Pet Brasil 2021: dados do mercado pet no Brasil. São Paulo: Instituto Pet Brasil, 2024.

RESOLUÇÃO CNE/CP No 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica

RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 126/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. Atualiza e consolida o regulamento do Conselho de Classe dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas integrada, concomitante e subsequente, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2022.

Resolução CONSUP No 35 de 19 de maio de 2021, que aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Teresina/PI: 2021

Parecer CEB/CNE n. 15/98 e da Resolução CEB/CNE n. 03/98. Trata das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

Parecer CEB/CNE n. 01/99 e da Resolução CEB/CNE n. 02/99. Trata das Diretrizes para o

Curso Normal de Nível Médio.

Parecer CEB/CNE n. 16/05. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.

Resolução CNE/CEB n. 01/2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

Parecer CNE/CEB n. 39/2004. Trata da aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília/DF: 2004.

Parecer CNE/CEB n. 11/2008. Trata da proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília/DF: 2008.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 – 2025. Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional>

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Galdêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1.979.

KUENZER, Acácia. Pedagogia da Fábrica: As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador. Cortez 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Eixos tecnológicos e mudanças na organização da educação profissional e tecnológica. Linhas Críticas (UNB). v. v. 16, p1-22, 2010.

Documento Digitalizado Público

Informática para Internet - Conc.Subs.

Assunto: Informática para Internet - Conc.Subs.
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 13/01/2025 14:55:50.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/01/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 597672

Código de Autenticação: ca73199490



Documento Digitalizado Público

Informática para Internet

Assunto: Informática para Internet
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:28:17.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629965

Código de Autenticação: 5088f1fb04





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 16/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Atualiza a Reformulação do Curso Técnico de Nível Médio em Cuidados de Idosos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar, **ad referendum**, a Reformulação do Curso Técnico de Nível Médio em Cuidados de Idosos, subsequente, presencial, no âmbito do IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 116 - Conselho Superior, de 11 de dezembro de 2024.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:51:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339366
Código de Autenticação: fd50c71359





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
CURSO TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS

TERESINA-PI
FEVEREIRO/2025



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETOR GERAL DO CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO

Franciéric Alves de Araújo

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, AMBIENTE,
SAÚDE E PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

Layane Ribeiro de Araújo Leal

COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM CUIDADOS DE
IDOSOS

Idna de Carvalho Barros Taumaturgo

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Fernanda Pereira da Silva Rocha – Presidente

Lara Patrícia de Lima Cavalcante

Idna de Carvalho Barros Taumaturgo

Daniel Rocha Cardoso

Hygor Ferreira Fernandes

Telma Teixeira do Nascimento

	SUMÁRIO	
	APRESENTAÇÃO	5
	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	11
1	JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO	13
2	OBJETIVOS DO CURSO	15
2.1	Geral	15
2.2	Específico	15
3	REQUISITOS E FORMA DE ACESSO	16
4	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	19
5	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
5.1	Unidades curriculares, etapas ou módulos, carga-horária presencial e a distância.	22
5.2	Ementas e Bibliografias	24
5.3	Orientações Metodológicas	40
5.4	Estratégias de execução presencial e a distância	41
5.5	Prática Profissional	41
5.6	Estágio Profissional Supervisionado	43
6	CRITÉRIOS PARA APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	43
7	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	45
7.1	Gestão Acadêmica	48
8	INFRAESTRUTURA	61
8.1	Espaço Físico Geral	61
8.2	Espaços Físicos no âmbito do curso	63
8.3	Laboratórios	64
8.4	Biblioteca	66
9	PERFIL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	67
10	CERTIFICADOS E DIPLOMAS	71

Apresentação

No âmbito do Instituto Federal do Piauí, o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso - PPC. Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC - CNCT (documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral) e com a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação profissional e tecnológica, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação. Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Cuidados de Idosos do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional e técnica no Eixo de Ambiente e Saúde. Este documento foi construído nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e demais regulamentações definidas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação.

O presente Projeto Pedagógico de Curso apresenta, portanto, a organização das práticas pedagógicas e constitui-se em um instrumento de ação acadêmica que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso Técnico em Cuidados de Idosos do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão.

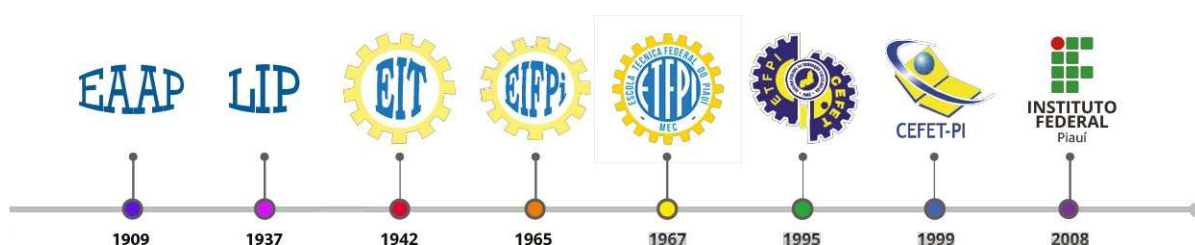
Perfil Institucional

Breve Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 113 (cento e treze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme linha histórica a seguir.



Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio desse Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí (EAAPI).

Liceu Industrial do Piauí

A segunda denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficaram geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

À Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que à Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variedades de opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula

para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola.

Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação,

desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente.

Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve à inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e à interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

Atualmente, o IFPI conta um total de 20 Campi, distribuídos em 17 cidades, em todos os territórios de desenvolvimento do estado do Piauí. Desse total, 17 Campi ofertam ensino superior. São eles: Campus Angical, Campus Campo Maior, Campus Cocal, Campus Corrente, Campus Floriano, Campus Oeiras, Campus Parnaíba, Campus Paulistana, Campus Pedro II, Campus Picos, Campus Piripirí, Campus São João do Piauí,

Campus São Raimundo Nonato, Campus Teresina Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Uruçuí e Campus Valença.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Histórico do Curso no Ifpi

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí oferta diversos serviços a comunidade, entre eles os cursos técnicos. Dessa maneira, acompanhando e atendendo as demandas sociais, implantou o Curso Técnico em Cuidado de Idosos no Campus Teresina Central em 2019. Até o primeiro semestre de 2023 o curso tinha carga horária de 1200h, sendo ofertado duas vezes ao ano para pessoas com Ensino médio que necessitavam de capacitação para cuidar de pessoas idosas em seus diversos aspectos.

Missão, Visão e Valores

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais".

A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

Identificação da Mantenedora

Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí				
CNPJ:	3498224910001-61				
Endereço:	Av. Presidente Jânio Quadros, 330, Santa Isabel				
Cidade:	Teresina	UF:	Piauí	CEP:	64053-390
Telefone:	(86) 3131- 1443				
Representante legal:	Paulo Borges da Cunha				

Pró-Reitora de Ensino	Odimogenes Soares Lopes
Endereço eletrônico:	www.ifpi.edu.br
Ato legal de criação:	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Identificação da Mantida

Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí				
Sigla:	IFPI				
CNPJ:	10.806.496/0003-00				
Endereço:	Praça da Liberdade, 1597, Centro.				
Cidade:	Teresina	UF:	Piauí	CEP:	64000-040
Telefone:	(86) 3131-9402				
Diretor Geral do Campus Teresina Central	Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco				
Diretor de Ensino	Franciéric Alves de Araújo				

Dados Gerais do Curso

Nome da Instituição Proponente	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí
Nome do Curso	Curso Técnico em Cuidados de Idosos
Eixo Tecnológico	Ambiente e Saúde
Título Conferido	Técnico em Cuidados de Idosos
Sigla (se houver):	IFPI
Endereço:	Praça da Liberdade, 1597 – Centro
Endereço postal (CEP):	64.000-060
Responsável pela Instituição	Paulo Borges da Cunha
Responsável pelo projeto	Fernanda Pereira da Silva Rocha
Nº de telefone fixo:	(86) 3131- 1443
Sítio Internet:	www.ifpi.edu.br

Nível	Básico () Técnico (X) Tecnológico ()
Modalidade	Presencial (X) a Distância ()
Forma de Oferta	Subsequente
Período de Duração	12 meses
Escolaridade Mínima:	Ensino Médio Completo
Parceria com outras instituições	Sim () Não (X)
Carga Horária Total	800 h
Nº Vagas	40
Regime de matrículas	Modular
Periodicidade Letiva	Semestral
Turno de Funcionamento	Noturno

Duração Mínima do Curso	2 semestres para integralização curricular
Estágio	Não obrigatório
Autorização do Curso	
Município	Teresina

1 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO

Para a concepção do Curso de Cuidados de Idosos entende-se que além de Teresina, capital do estado do Piauí, destacar-se como um polo de prestação de serviços na área de saúde, o aumento da expectativa de vida e a prevalência de doenças crônicas degenerativas limitam e incapacitam as pessoas para o autocuidado o que exigem qualificação técnica adequada do profissional cuidador.

Em um contexto no qual a sociedade brasileira, com baixo nível de escolarização da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de contribuir à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que pessoas com 60 anos ou mais representam 14,7% da população residente no Brasil em 2021. Em números absolutos, são 31,23 milhões de pessoas. Ademais, nos últimos anos, o contingente de idosos residentes no Brasil cresceu 39,8% em 9 anos. Estima-se que essa parcela da população deve chegar a 38 milhões em 2027. No que se refere ao estado do Piauí dados do censo de 2017 indicam a presença 232.721 idosos acima de 65 anos.

A partir destes dados entende-se que associadamente ao crescimento da expectativa de vida e assim aumento da população idosa, cresça também o número de pessoas com doenças crônico-degenerativas. Dados da Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz) indicam que o Alzheimer deve atingir uma média de 2,5 milhões de pessoas acima de 65 anos. Indicando que esse grupo de indivíduos irão necessitar de atenção e acompanhamento especializado.

Entendendo que a debilidade oriunda dos mais diversos tipos de patologia no idoso promovem alterações em seu quadro funcional e que isso conduz o indivíduo a situações debilitantes. Neste sentido, o idoso muitas vezes até então totalmente independente, passa à condição de dependência. Este processo muitas vezes prolonga-se além do período de internação hospitalar e nem sempre com duração previsível o que o torna dependente de terceiros para o atendimento às suas necessidades básicas, seja ela

total ou parcial, cujo caráter pode variar de temporário a definitivo e estão diretamente relacionadas à qualidade de vida.

De olho nesta perspectiva, será cada vez mais importante a figura do cuidador de idosos para dar apoio à família. Tal fato é previsto no Estatuto do Idoso que conforme o Item VI do Art.3º da Lei 10.741 descreve ser garantia de prioridade do Poder Público assegurar ao idoso a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos e que o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social.

Deste modo, o cuidado ao idoso precisa de mão de obra qualificada. O cuidador de Idosos é o profissional que tem como atribuição os cuidados com a pessoa idosa, no que diz respeito à higiene, conforto, entretenimento, alimentação, mobilidade e saúde, de modo a zelar por sua integridade física e social. Este profissional pode atuar na relação entre o idoso, seus familiares e os integrantes da equipe profissional de saúde não apenas em residências, mas também em hotéis, spas, clubes, instituições de longa permanência, clínicas e hospitais.

Neste sentido, a necessidade de qualificação de mão-de-obra para cuidar dos idosos aumentou pois dados do levantamento realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Previdência, apontam que, nos últimos dez anos, a função de cuidador de idosos foi a que mais cresceu, pulando de 5.263 para 34.051, ou seja, um aumento de 547%.

Associado ao fato de ser missão do IFPI promover à educação de excelência de acordo com as demandas sociais, acredita-se que a oferta deste curso, atenderá, uma demanda urgente da população não só piauiense mas também brasileira, em promover uma melhor qualidade de vida deste público por meio da capacitação de profissionais habilitados às peculiaridades desta faixa da população. Assim, visando contribuir com a formação de profissionais para atuarem nesse novo mercado acredita-se que à oferta do Curso de Cuidador de Idosos trará relevante contribuição para o preenchimento de lacunas no mercado de trabalho, incorporando profissionais qualificados para atender a esta demanda emergente.

2 OBJETIVOS DO CURSO

2.1 Geral

Desenvolver conhecimentos e habilidades necessárias para zelar e se relacionar com pessoas idosas, respeitando os aspectos físico, mental e social, mantendo um relacionamento humanizado com o idoso, seus familiares e equipe multiprofissional.

2.2 Específicos

- Formar o profissional de nível técnico capacitado para atuar como Cuidador de Idoso observando os princípios éticos que regem a vida humana e a prática profissional;
- Evidenciar necessidades específicas no atendimento e assistência ao idoso no tocante à higiene, alimentação e integridade física;
- Capacitar o aluno a promover atividades criativas visando ao lazer e a qualidade de vida do idoso;
- Habilitar o aluno sobre noções básicas para o atendimento em primeiros socorros;
- Proporcionar ao cuidador de idosos conhecimentos sobre o processo de envelhecimento, bem como sobre a legislação e ética relacionada as pessoas idosas;
- Desenvolver as competências técnicas profissionais específicas da profissão de cuidador de idoso, previstas nas legislações pertinentes, como fator essencial para garantir a qualidade do trabalho prestado pelo profissional;
- Ofertar ao longo do curso, todas as condições necessárias para que os futuros técnicos desenvolvam competências comportamentais condizentes com o ambiente organizacional, indispensáveis para o exercício de profissional de cuidador de idosos;
- Inserir no mercado de trabalho um profissional seguro e capaz de atender não somente as necessidades do idoso, mas também da família inserida neste processo;

3 REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

3.1 Requisitos e Forma de Acesso

Para ingresso de alunos ao Curso Técnico em Cuidados de Idosos, ofertado pelo Instituto Federal do Piauí, o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio em quaisquer modalidades regulamentadas e reconhecidas pelas Secretarias de Educação e pelo MEC. O acesso ocorrerá mediante Processo Seletivo Público - Exame Classificatório, Chamadas Públicas ou outro sistema de seleção, conforme Edital próprio elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino que determinará o critério de seleção e o número de vagas atendendo ao que está designado no Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as capacidades físicas e técnicas do Campus.

Serão oferecidas 40 (quarenta) vagas por semestre, podendo esse número ser modificado conforme proposição do Conselho Superior - CONSUP, visando adequar-se às necessidades da Instituição.

3.2 Chamadas Públicas

Caso não ocorra o preenchimento de todas as vagas ofertadas no processo seletivo, será realizado processo de Chamada Pública, com a seleção de candidatos para provimento das vagas remanescentes, respeitando-se a quantidade de vagas oferecidas em cada processo.

3.3 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

O curso Técnico em Cuidados de Idosos, pretende uma formação integral do aluno e, para tanto, estes deverão entrar em contato com o meio onde deverão atuar, experimentando, ainda no decorrer de sua formação, as realidades, os problemas e as atividades relacionadas à sua futura profissão. Nesse sentido, o curso busca oferecer oportunidades de intercâmbio de conhecimento entre os alunos e as diversas instituições públicas ou privadas que atuam na área de assistência ao idoso como as Instituições de Longa Permanência (ILP), por meio de visitas técnicas, que proporcionam experiências valiosas.

As políticas de ensino da instituição pautam-se pela busca da expansão da sua área de atuação para os níveis mais elevados de ensino, investimento na qualificação docente,

melhoria da infraestrutura e atualização de seus cursos e currículos. Para além, no âmbito do curso Técnico em Cuidados de Idosos, as ações materializam-se por meio de mecanismos de acompanhamento dos alunos e dos fatores influenciadores da retenção e evasão; fortalecimento do Colegiado do Curso como mecanismos de contínuo acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC); incentivo à participação em estágios em ILP e clínicas que atuam na atenção ao idoso, incentivo à participação de alunos em eventos científicos e profissionais da área, inclusão de Atividades Complementares como parte integrante do currículo obrigatório para a integralização do curso; oferta de editais de monitoria (remunerada e voluntária) com seleção interna para melhoria do processo ensino aprendizagem dos alunos, dentre outros. As políticas de pesquisa e inovação da instituição dividem-se em dois programas: programa de incentivo à qualificação (especialização, mestrado e doutorado: minter/dinter), para os servidores do IFPI. E o programa de incentivo a pesquisa, onde professores e alunos podem participar.

- O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas do CNPq PIBIC-AF-CNPq tem como objetivo oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. Este Programa está inserido no PIBIC e é resultado de uma parceria entre Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia - CNPq / MCTI e a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial;

- O Programa Institucional de seleção de projetos voluntários de Pesquisa Científica e/ou Inovação Tecnológica é voltado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa por servidores (as), do quadro permanente do Instituto Federal do Piauí – IFPI com ou sem a participação de discentes. Visa selecionar projetos de pesquisa e/ou inovação que possam ser executados com recursos e equipamentos já disponíveis nos campi;

As políticas de Extensão são materializadas por meio do Programa Institucional de Apoio à Extensão - ProAEx. Esse programa contempla diversos subprogramas, aos quais os alunos do curso Técnico em Cuidados de Idosos poderão ter acesso, dentre eles:

- Subprograma de Cooperação e Convênios: promove o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, entidades e outros, a fim de desenvolver trabalhos na área específica do curso;

- Cursos de Extensão: visam capacitar professores, técnicos administrativos, discentes e comunidade em geral por meio de cursos de atualização e aperfeiçoamento nas formas presencial e a distância;

- Bolsa de Extensão - PIBEX: apoiar projetos de extensão que apresentem relevância social ou contribuição potencial à consecução das políticas do estado do Piauí;

- Bolsas para participação em eventos de extensão: incentivar a participação em congressos e eventos de extensão;

- Jogos Intercampi: é um instrumento educacional que tem por objetivo promover à integração entre os diversos campi do IFPI, estimulando o desenvolvimento da cidadania através da prática esportiva;

- Bolsa de Iniciação Profissional: constitui-se na concessão de recurso financeiro aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de dar suporte a permanência no IFPI, contribuindo para a formação acadêmica e profissional destes estudantes;

- Subprograma de Apoio à Promoção de Eventos Institucionais: visa incentivar a promoção de eventos de extensão;

- Apoio a Publicações no âmbito da Extensão: visa incentivar publicações de natureza extensionista nos diversos campi do IFPI;

- Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras: por meio da Diretoria de Relações Internacionais – DIRIN, este subprograma objetiva ofertar, aos servidores, aos discentes e a comunidade externa, o ensino de uma ou mais línguas adicionais;

- Subprograma Extensão Itinerante: implementa junto às escolas da rede oficial de ensino, municipais e estaduais, ações voltadas para a melhoria da educação básica através da promoção de oficinas, minicursos, palestras, encontros, teleconferências, mostras, feiras e exposições de equipamentos;

- Incentivo à Promoção de Eventos Artístico-Culturais: visa incentivar a criação de grupos folclóricos e/ou de atuação artístico-cultural, bem como viabilizar o intercâmbio cultural entre as comunidades e o IFPI;

- Subprograma IFPI em Ação Social: visa incentivar a participação de docentes, técnicos administrativos e discentes, em eventos de prestação de serviços a comunidades carentes, a fim de humanizar e oportunizar a solidariedade no âmbito profissional;

- Benefício Atleta: integra o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social e corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como

incentivo à participação do mesmo em atividades desportivas de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades;

- Inclusão e Diversidade: executado por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, tendo por finalidade promover e desenvolver ações que propiciem à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O profissional concluinte do Curso Técnico em Cuidados de Idosos deve apresentar um perfil de egresso com competências necessárias para o bom desenvolvimento de atividades voltadas para a sua área de atuação. Desse modo, a ocupação do Técnico em Cuidados de Idosos integra a Classificação Brasileira de Ocupações-CBO sob o código 5162-10 que define este profissional como alguém que cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação e lazer da pessoa assistida.

O Técnico em Cuidados de Idosos tem formação técnica baseada em conhecimentos científicos do processo de envelhecimento e atuará orientado por valores éticos e morais, respeitando as diversidades das expressões culturais, sendo capaz de adaptar-se a diferentes estruturas institucionais e familiares, promovendo a qualidade de vida e preservando autonomia do indivíduo. O cuidador de idosos deverá entender sobre a organização, responsabilidade e iniciativa social; determinação e criatividade, buscando promover a humanização da assistência. Ter conhecimento sobre biossegurança e sobre estratégias para o autocuidado físico e mental e, resolução de situações-problema, gestão de conflitos, trabalho em equipe de forma colaborativa, comunicação e ética profissional, bem como, atualização e aperfeiçoamento profissional por meio da Educação Continuada. Para a atuação como Técnico em Cuidados de Idosos, são fundamentais o conhecimento das políticas públicas de saúde e compreensão de sua atuação profissional frente às diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS). Respeitando aos direitos da pessoa idosa; conhecimentos e saberes relacionados aos princípios das técnicas aplicadas na área, sempre pautados numa postura humana e na ética do cuidado. O Técnico em Cuidados de Idosos é capacitado para auxiliar o idoso que apresenta limitações para realizar as atividades da vida diária.

Poderá atuar de forma autônoma ou voluntária no atendimento ao público da terceira idade, em instituições de longa permanência, clínicas, hospitais, centros de atenção ao idoso ou em domicílio.

Deste modo, baseado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, para eixo tecnológico “Ambiente e Saúde” o egresso do curso Técnico em Cuidados de Idosos deve: Acompanhar idosos a serviços previdenciários, de assistência social e de saúde; Administrar medicação oral, tópica e subcutânea conforme prescrição médica; Auxiliar a pessoa idosa nas atividades básicas e instrumentais da vida diária; Cuidar de pessoas idosas, dependentes ou independentes, nos aspectos físico, mental, social e cultural; Estimular atividades ocupacionais e de lazer; Identificar situações de urgência e necessidades de primeiros socorros; Promover o envelhecimento ativo e a saúde funcional; Promover os direitos e a dignidade da pessoa idosa; Realizar atividades de promoção da saúde e cuidados; Recomendar adequações ambientais que previnam acidentes e zelar pela autonomia do idoso e melhoria da qualidade de vida.

4.1 Aspectos Legais

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Cuidados de Idosos, na forma subsequente, na modalidade presencial, pertencente ao Eixo Tecnológico Ambiente e saúde conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Este Projeto Pedagógico de Curso configura-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa, numa perspectiva progressiva e transformadora, nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados nos Preceitos Constitucionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/ 96, e atualizada pela Lei no 11.741/08, bem como, nas resoluções nº 1, de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, , decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no sistema educacional brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

Este documento considera, também, como marco orientador da proposta aqui apresentada, a identidade institucional e as políticas de expansão do IFPI, uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino,

com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com outras e diversas práticas pedagógicas.

No âmbito institucional, observando as disposições legais que regulamentam a educação no Brasil, temos como documento orientador a Organização didático-pedagógica, resolução nº 143 de 25 de agosto de 2022 do Conselho Superior do IFPI, que regerá as atividades e decisões didático-Pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal de Educação do Piauí. Além das resoluções que tratam do conselho de classe e da progressão parcial para os cursos técnicos de nível médio, respectivamente, a resolução normativa 110/2022 e 109/2022.

Está presente, também, como marco orientador dessa proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Político Pedagógico Institucional, traduzidas nos objetivos desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFPI, que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica, que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os componentes curriculares do Curso Técnico em Cuidados de Idosos estão organizados de forma a atender os requisitos legais citados anteriormente no perfil do egresso e serão desenvolvidos através de aulas teóricas e/ou práticas. Distribuem-se em 02 (dois) módulos semestrais, com o total de 18 disciplinas, perfazendo, no total, uma carga horária máxima de 800 (oitocentas) horas em regime semestral, noturno, sendo o semestre civil de, no mínimo, 100 dias letivos de trabalho escolar efetivo, podendo 20% da carga horária total ser ministrada de forma virtual ou remota.

As Disciplinas de caráter teórico e/ou prático obrigatórias estão estruturadas numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas áreas do conhecimento e ainda das suas interações no contexto da formação do profissional recomendada, considerando os pré-requisitos de conhecimento. Foram construídas a partir dos referenciais curriculares de formação geral e específica para a área da Saúde, do perfil profissional pretendido para o egresso do curso e nas descrições constantes do eixo tecnológico de “Ambiente e Saúde” constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT),

aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 2 de 15 de dezembro de 2020, com base no Parecer CNE/CEB nº CNE/CEB nº 5, de 12 de novembro de 2020. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A presente Organização Curricular também baseia-se nos pressupostos da Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, reforçando a finalidade de proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, socio-históricos e culturais.

5.1 Unidades curriculares, etapas, módulos, carga-horária presencial e a distância

Os componentes curriculares estão articulados entre si, fundamentados nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização. As disciplinas que compõem o curso estão orientadas de acordo com os perfis profissionais de conclusão estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso, ensejando a formação integrada que articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como, a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos específicos, tanto do eixo tecnológico quanto da habilitação específica, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos cursistas.

A matriz curricular do curso está organizada por 2 módulos, com uma carga-horária total de 800 horas.

Quadro 1 - Matriz Curricular do curso.

Módulos	Disciplinas	Carga Horária	Nº de aulas semanais
Módulo I	Linguagem e Comunicação	40	2
	Envelhecimento Humano e o Papel do Cuidador de Idosos	60	3
	Ambiente e Segurança para o Idoso	40	2
	Microbiologia	40	2
	Anatomia Humana	40	2
	Fisiologia Humana	40	2
	Bases Técnicas para a Assistência ao Idoso e Biossegurança	60	3
	Atividade Física e Biomecânica Aplicada ao Idoso	40	2
	Preparo e Interpretação de Exames Laboratoriais	40	2
SUB -TOTAL		400	20
Módulo II	Bem Estar e Qualidade de Vida do Idoso	40	2
	Patologias Prevalentes nos Idosos	60	3
	Saúde Pública e Políticas Públicas para o Idoso	40	2
	Nutrição e Dietética do Idoso	40	2
	Cuidados e Orientações Farmacológicas	40	2
	Patologia Básica	40	2
	Saúde Mental do Idoso	40	2
	Primeiros Socorros	60	3
	Bioética	40	2
SUB -TOTAL		400	20

Certificação Final: Técnico em Cuidados de Idosos

CARGA HORÁRIA TOTAL GERAL	800
Estágio Não Obrigatório	200
CARGA HORÁRIA TOTAL GERAL COM ESTÁGIO	1000

5.2 Ementas e Bibliografias

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Linguagem e Comunicação	Código: 01
Módulo: 1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o vocabulário ativo; expressar-se com coerência, concisão e clareza, visando à eficácia da comunicação. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e ampliar a competência linguística • Aprender a usar adequadamente as linguagens oral e escrita em diferentes situações ou contextos. • Ler, compreender e produzir textos de modo proficiente. 		
Ementa		
<p>Linguagem e Comunicação. Variação linguística. Arcaísmos gírios. Processo de comunicação. Gêneros textuais: Conto, Fábula; Carta pessoal; Poema; Romance; Manual de instruções; Piada; Relato; Autobiografia; Relato histórico; Receita culinária. Interpretação de textos voltados à realidade do idoso – bulas, estatutos, manuais. Palavras Cruzadas. Noções de coesão e coerência. Noções de pontuação, concordância e regência.</p>		
Bibliografia básica		
<p>MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2004</p> <p>FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Prática de texto: para estudantes universitários. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2010</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2002-2010</p>		
Bibliografia complementar		
<p>PECORA, Alcir. Problemas de redação. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992</p> <p>SERAFIM, Maria Teresa. Como escrever textos. 7 ed. São Paulo: Globo, 1995. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. Ed. Editora Lucerna, 2001. GARCIA, Othon Moacir. Comunicação em prosa moderna. 23ª ed. Editora FGV, 2000.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 24. ed. Editora Sagra Luzzatto, 2003.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Envelhecimento Humano e o Papel do Cuidador de Idosos	Código: 02
Módulo: 1º	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o Histórico do Envelhecimento Humano aplicadas aos problemas que envolvem o avanço técnico-científico na área médica e social. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a História do envelhecimento com a promoção da saúde do idoso; • Conhecer as Teorias do Envelhecimento; • Desenvolver conhecimentos acerca dos aspectos históricos, culturais e sociais em que o idoso está inserido; • Estudar os conceitos e metodologias atuais em gerontologia e a atuação do profissional Cuidador de Idosos; • Conhecer a atuação do profissional Cuidador de Idosos; • Saber o perfil que o cuidador deve ter para desenvolver suas atividades com o público idoso; • Reconhecer a importância do papel do Cuidador de Idosos; • Compreender do Envelhecimento Humano aplicadas aos problemas que envolvem o avanço técnico-científico na área médica e social; • Estudar o Estatuto do Idoso. 		
Ementa		
<p>Histórico do Envelhecimento Humano; Teorias do Envelhecimento; Conceitos em gerontologia. Senescência e Senilidade. Aspectos demográficos e sociais dos processos de adoecimento e do envelhecimento. Envelhecimento no Brasil. Estatuto do Idoso. Serviços disponíveis e direitos do cuidador e da pessoa cuidada na cidade de Teresina. Atuação do profissional Cuidador de Idosos em Instituições de Longa Permanência (ILP), hospitais, residências e Centro-Dia. A importância do papel do Cuidador de Idosos. O perfil e significado do termo cuidador. Enquadramento no Classificação Brasileira de Ocupações – CBO; habilidade e a qualidade dos cuidadores de idosos.</p>		
Bibliografia básica		
<p>PY, L.; FREITAS, E. V.; GORZONI, M. L. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>FRANCO, Paulo Alves. Estatuto do Idoso Anotado. São Paulo: Editora Servanda, 2012.</p> <p>ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Ribeiro Lins de. Qualidade de Vida do Idoso: A assistência domiciliar faz a diferença? Casa do Psicólogo: Cedecis, 2003.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>BRASIL, Ministério da Saúde. Guia Prático do Cuidador. Brasília: Ministério da Saúde. 2008.</p> <p>FIGUEIREDO, N. M. A. de; VIANA, D. L.; MACHADO, W.C.A.. Tratado Prático de Enfermagem: 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008.</p> <p>FONSECA, N.R.; PENNA, A.F.G.; SOARES, M.P.G.. Ser cuidador familiar: um estudo sobre as consequências de assumir este papel. Physis. Rio de Janeiro, vol.18, n.4, p. 727-743, 2008.</p> <p>JOIA, L. C.; RUIZ, T.; DONALISIO, M. R. Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos. Saúde Pública. São Paulo, 2007, vol.41, n.1, p. 131-138. 2007.</p> <p>BARROS, M.L. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Ambiente e Segurança para o Idoso	Código: 03
Módulo: 1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar o aluno para a identificar e intervir sobre a segurança do idoso minimizando situações de risco para quedas e demais acidentes com idosos <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as principais causas intrínsecas que leva o idoso sofrer quedas e fraturas; • Reconhecer os principais fatores ambientais, assim como as respectivas situações que levam o idoso ser vítima de quedas e fraturas; • Proporcionar conhecimentos técnicos e científicos para a promoção e manutenção de um ambiente seguro para o Idoso; • Descrever métodos de manutenção e segurança em ambientes do domicílio como: sala, banheiro, quarto, cozinha, escadas e corredores; • Capacitar no reconhecimento de riscos propícios em ambiente externo (idoso na rua, em estabelecimentos e em locais públicos); • Explicar o tipo de calçado mais apropriado para o idoso; • Ensinar como reduzir quedas no idoso. • Analisar o risco de automedicação, acesso fácil e risco de intoxicação; • Reconhecer riscos associados a quedas, choques, engasgos, sufocamento por próteses dentárias; 		
Ementa		
<p>Medidas de prevenção de acidente doméstico. Segurança do Idoso. Casa segura para o Idoso. Adaptações ambientais. Riscos de quedas, choques, engasgos, sufocamento por próteses dentárias. Quedas e fraturas associadas a fatores intrínsecos (Hipotensão ortostática; Demências; Sedação; Marcha instável; Baixa Acuidade visual; Osteoartrose; Vertigem e Doenças aguda) e extrínsecos (Fatores Ambientais: Iluminação inadequada; Superfícies escorregadias; Piso irregular). Cuidados com o Idoso na rua e em locais públicos. Adaptações ambiental para idosos. Acessibilidade. Prevenção de riscos associados ao uso de Transportes Públicos. Violência contra o idoso. Golpes frequentes contra a pessoa idosa. Cuidados com intoxicação por medicação, produtos de limpeza e demais substâncias tóxicas.</p>		
Bibliografia básica		
<p>BOTH, Agostinho et al. Envelhecimento Humano: múltiplos olhares. Passo Fundo: UPF, 2003.</p> <p>CHAIMOWICZ, Flávio & BARCELOS, Eulita Maria, Maria Dolores S. Madureira e Marco Túlio de Freitas Ribeiro (Colaboradores). Saúde do idoso. 2 ed. Belo Horizonte: NESCON UFMG: 2013.</p> <p>LITVOC, J. e BRITO, F. Envelhecimento: Prevenção e Promoção da Saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>FREITAS, Elizabete Viana de; Outros; Neri, Anita Liberalesso - Tratado de Geriatria e Gerontologia - Guanabara/Koogan, 2003.</p> <p>JACOB FILHO, W; Amaral, JR. Avaliação Global do Idoso. São Paulo, SP: Atheneu, 2005.</p> <p>HAZZARD W, et al - Principles of Geriatric Medicine and Gerontology, 2004.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Microbiologia	Código: 04
Módulo: 1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a importância e os princípios básicos da microbiologia para reconhecer e diferenciar os principais grupos de microrganismos (vírus, bactérias, fungos e protistas), suas relações com o meio ambiente e atitudes comportamentais, considerando a atividade para estabelecer estratégias de higiene ao público-alvo. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferenciar os principais grupos de microrganismos; • Entender a relações de vírus, bactérias, fungos e protistas com o meio ambiente e atitudes comportamentais; • Estabelecer estratégias de higiene aos idosos e cuidadores. 		
Ementa		
Aspectos Históricos da Microbiologia; Introdução à Microbiologia; O laboratório de microbiologia; Atividade de Microscopia; Diversidade Estrutural dos Microrganismos; e Associação de Processos Saúde-Doenças e Microrganismo. Auxílio nos Cuidados de Higiene.		
Bibliografia básica		
<p>AMABIS, José Mariano. MARTO, Gilberto. Biologia. Volume 2. São Paulo: Moderna, 2016. BROCK, T.D. et al., Microbiologia de Brock. 14 ed. Artmed, 2016. PELCZAR, M.J.; CHAN, E. C, G,.; KRIEG, N. R.. Microbiologia: conceitos e aplicações – Volume 1. Tradução Suely Fumie Yamada, Tania Ueda Nakamura, Benedito Prado Dias Filho; Revisão técnica Celso Vataru Nakamura. 2ª. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil. 1997;</p>		
Bibliografia complementar		
<p>FRANCO, B.D.G.M; LANDGRAF, M; DESTRO, M.T Microbiologia dos Alimentos - São Paulo: Editora Ateneu, 2004. MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M.; DUNLAP, P.V. e CLARK, D.P. Microbiologia de Brock. Porto Alegre: Artmed. 12. ed., 2010. MARTHO, Gilberto. Pequenos seres vivos – viagem ao mundo dos micro-organismos. São Paulo: Ática, 1998. TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia. 12. ed. Artmed, 2017. TRABULSI, L.R; ALTERTHUM, F. Microbiologia – 5. ed. São Paulo: Ateneu, 2008.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Anatomia Humana	Código: 05
Módulo: 1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferecer conhecimentos da Anatomia Humana para que o aluno possa identificar, descrever e localizar elementos anatômicos do corpo humano e a relação com seus sistemas. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar, descrever e localizar Elementos Anatômicos dos órgãos e sistemas: muscular e tecido conectivo, respiratório, cardiovascular, digestivo, urinário, genital, e nervoso. • Identificar os órgãos isoladamente correlacionando-os sistemas restante do corpo humano. • Compreender a aplicação da Anatomia Sistemática e descritiva e suas relações com o envelhecimento; • Conhecer as relações hormonais e sua relação com o envelhecimento; • Possibilitar a construção de uma base adequada de conhecimentos para que o discente possa interagir com outras disciplinas específicas. 		
Ementa		
Nomenclaturas anatômicas. Planos de delimitação e secção do corpo humano. Elementos Anatômicos dos órgãos e sistemas do corpo humano: muscular e tecido conectivo, respiratório, cardiovascular, digestivo, urinário e genital, nervoso, tegumentar e endócrino.		
Bibliografia básica		
<p>BOGART, B. I.; ORT, Victoria H. Anatomia e embriologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.</p> <p>NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>HARTWIG, Walter C. Fundamentos em anatomia. 1. ed Porto Alegre : Artmed, 2008.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>ROHEN, J. W.; YOKOCHI, Chihiro; LÜTJEN-DRECOLL, Elke. Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional . 5. ed. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>SPENCE, Alexander P. Anatomia humana básica. São Paulo: Manole, 1991.</p> <p>CHEVREL, J.-P; GUÉRAUD, J.-P; LÉVY, J.-B. Anatomia Geral: introdução ao estudo da anatomia. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p> <p>JACOB, S. Atlas de anatomia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Fisiologia Humana	Código: 06
Módulo: 1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir uma visão global do corpo humano e de seus sistemas, e dos muitos processos que contribuem para que os sistemas corporais trabalhem de forma coordenada e integrada, observando os processos fisiológicos do envelhecimento. <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender os processos fisiológicos relacionados à integração entre os diversos sistemas do corpo humano; • Relacionar o estudo da fisiologia humana com a futura atividade de cuidador de idosos; • Descrever os processos fisiológicos que integram as atividades dos diversos sistemas corporais; • Compreender os diferentes mecanismos homeostáticos de controle e regulação das funções básicas do corpo humano; • Possibilitar a construção de uma base adequada de conhecimentos para que o discente possa interagir com outras disciplinas específicas. 		
Ementa		
Estudo das funções e processos fisiológicos do corpo humano e o conhecimento das relações entre os sistemas funcionais: circulatório, neuromuscular, cárdio-respiratório, sensorial e endócrino com o movimento humano e suas relações com o envelhecimento.		
Bibliografia básica		
<p>MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; ABRAMOV, Dimitri Marques. Fisiologia essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. 7. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2017.</p> <p>TAYLOR, Albert, W. e Michel J. Johnson. Fisiologia do Exercício na Terceira Idade. Editora Manole, 2015.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>HANSEN, John T.; KOEPPEN, Bruce M. Atlas de fisiologia humana de Netter. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002.</p> <p>JACOB, Stanley W; FRANCONI, Clarice Ashworth; LOSSOW, Walter J. Anatomia e fisiologia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.</p> <p>KAWAMOTO, Emilia Emi. Anatomia e fisiologia humana. 3.ed. São Paulo, 2009.</p> <p>ALBERTS, Bruce. Fundamentos da biologia celular. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Bases Técnicas para a Assistência ao Idoso e Biossegurança	Código: 07
Módulo: 1º	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar conhecimentos técnicos e científicos para a assistência prestada ao idoso. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprender a administrar medicação via oral; enteral/retal; oftalmológica; otológica e nasal. • Especificar sobre sonda nasoenteral (SNE); Sonda Nasogástrica (SNG); jejunostomia; ileostomia; colostomia; sonda vesical de alívio e de sonda vesical de demora (SVD) e suas respectivas formas de manipulação e higienização; • Descrever sobre oxigenoterapia e os tipos de cateteres e máscaras utilizados; • Ensinar os mecanismos aferição dos Sinais Vitais e reconhecimento das alterações; • Capacitar sobre as técnicas de manutenção e recuperação de integridade cutâneo-mucosa e realização de curativos; • Capacitar sobre a técnica correta sobre higienização das mãos; 		
Ementa		
<p>Necessidades humanas básicas: oxigenação; nutrição, eliminação, higiene e Conforto. Alimentação por Sonda. Ostomias. Sondas e dispositivos Urinários externos. Úlcera de pressão, lesão por pressão e feridas. Tipos de curativos. Vias de administração de medicação. Banho no Leito. Sinais Vitais. Higienização das mãos. Uso de EPI's.</p> <p>Infecção Comunitária e Infecção Nosocomial. Prevenção Padrão. Medidas antropométricas. Noções de limpeza, descontaminação, desinfecção e esterilização.</p>		
Bibliografia básica		
<p>BRASIL. Higienização das mãos em serviços de saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2009.</p> <p>BRUNNER & SUDDARTH - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 14. ed. Rio de Janeiro. Guanabara. Koogan, 2020.</p> <p>COUTO, R.C; PEDROSA, T. M.G; CUNHA, Adriana Franca Araújo; AMARAL, Débora Borges do. Infecção hospitalar e outras complicações não-infecciosas da doença: epidemiologia, controle e tratamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. Dicionário de termos médicos, enfermagem e radiologia. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2010.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>CARVALHO, Paulo Roberto de. Boas práticas químicas em biossegurança. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.</p> <p>KAWAMOTO, Emília; FORTES, Júlia Ikeda. Fundamentos de Enfermagem. 3 ed. Guanabara Koogan, 2012.</p> <p>MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. 3 ed. Barueri: Manole, 2016.</p> <p>POTTER, P. PERRY, A. Fundamentos de enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>TAYLOR, C.; LILLIS C.; LEMONE, P. Fundamentos de Enfermagem. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Atividade Física e Biomecânica Aplicada ao Idoso	Código: 08
Módulo:1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estudo das estruturas anatômicas e funcionais mais comprometidas com o processo do envelhecimento em relação aos aspectos biomecânicos das articulações e estruturas de suporte e as possibilidades de desenvolvimento de atividades físicas. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ao educando, conhecimento sobre os princípios fundamentais de biomecânica, com ênfase na mecânica corporal; • Distinguir os instrumentos auxiliares da locomoção; • Descrever medidas de segurança e conforto; • Reconhecer a importância das atividades físicas; • Elencar possíveis atividades físicas e posturais a passíveis de serem desenvolvidos com idosos. 		
Ementa		
<p>Os fundamentos científicos do movimento. Sedentarismo. Importância das atividades físicas. Atividades físicas para Idosos. Atividades posturais para Idosos. Atividades de recreação para idosos. Ginástica preparatória, compensatória, ginástica de relaxamento. Atividades lúdicas para Idosos. Desenvolvimento de Talentos e Novas Habilidades. Noções de biomecânica e princípios fundamentais. Biomecânica aplicada ao Idoso. Mecânica corporal.</p>		
Bibliografia básica		
<p>HALL, S. J. Biomecânica básica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>HAMILL, J.; KNUTZEN, K.M. Bases biomecânicas do movimento humano. 2. ed. São Paulo:Manole, 2008.</p> <p>LORDA, C.Raul. Recreação na terceira idade. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto José Corrêa da. Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Doravante, 2005.</p> <p>CALDAS, Célia P.; SALDANHA, Assuero Luiz. Saúde do Idoso a Arte de Cuidar. 2 ed. Editora Interciência.</p> <p>CICERO, Marco Túlio. Saber envelhecer: seguido de Lelio, ou a amizade. Porto Alegre: LPM, 2002.</p> <p>PAPALEO NETTO, M. Tratado de Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>CARVALHO FILHO, E. T.; PAPALEO NETTO, M. Geriatria: Fundamentos, clínica e terapêutica. São Paulo: Atheneu, 2006.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Preparo e Interpretação de Exames Laboratoriais	Código: 09
Módulo: 1º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os profissionais cuidadores a realizarem as orientações adequadas de preparo para os principais exames laboratoriais de rotina, e a desenvolverem habilidades básicas de interpretação, estabelecendo correlações dos resultados com possíveis alterações patológicas que impactam a saúde e o bem-estar dos idosos sob seus cuidados. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância do preparo adequado para a coleta de exames laboratoriais, assim como os fatores que podem interferir nos resultados; • Utilizar os valores de referência fornecidos no laudo de um exame laboratorial para guiar a interpretação inicial dos resultados. • Correlacionar os achados laboratoriais com possíveis doenças ou condições clínicas. • Reconhecer as limitações dos exames laboratoriais e a relevância do histórico clínico, sinais e sintomas do paciente para interpretar corretamente os resultados obtidos. • Desenvolver competências para realizar monitoramento contínuo com uso de dispositivos portáteis, como o glicosímetro, em pacientes com doenças crônicas. 		
Ementa		
<p>Princípios básicos de exames laboratoriais. Fundamentos, preparo e interpretação dos principais exames de rotina relacionados com a hematologia (incluindo hemograma e coagulograma), bioquímica (incluindo glicemia, perfil lipídico, hormônios e provas de função renal e hepática), sorologias, parasitologia e uroanálise. Uso de dispositivos de monitoramento contínuo: controle da glicemia e colesterolemia.</p>		
Bibliografia básica		
<p>BARCELOS, L. F; AQUINO, J. L. Tratado de Análises Clínicas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018.</p> <p>LOPES, J. L; SILVA, R. C. G. Interpretação de Exames Laboratoriais: Guia Prático para Enfermeiros e Estudantes de Enfermagem. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2015.</p> <p>WILLIAMSON, M. A.; SNYDER, L. M. Interpretação de Exames Laboratoriais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>LIMA, L. M. Exames Bioquímicos: Guia Prático para o Clínico. Rio de Janeiro: Rubio, 2016.</p> <p>LIMA, O. P. S. C; FREIRE, L. P SALES, O; Leitura e Interpretação de Exames em Enfermagem. Editora: Ab Editora, 2021.</p> <p>MCPHERSON, R.A.; PINCUS, M.R. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais de Henry. 21. ed. Manole, 2012.</p> <p>PAGANA, K. D. Guia de Exames Laboratoriais e de Imagem para a Enfermagem. Editora: Guanabara Koogan, 2020.</p> <p>XAVIER R. M.; DORA, J. M; BARROS, E. Laboratório na Prática Clínica: Consulta Rápida. Editora Artmed, 2016.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Bem Estar e Qualidade de Vida do Idoso	Código: 10
Módulo: 2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer aspectos gerais do envelhecimento, aspectos sócio-demográficos, aspectos psicológicos e de saúde para que o profissional lide com idosos (independentes, dependentes, acamados ou não) nas diversas instâncias de atenção: domicílio, clínica, instituição de longa permanência e comunidade com foco no bem estar e qualidade de vida. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orientar sobre como zelar pelo bem-estar, higiene pessoal e qualidade de vida; • Aplicar princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental; • Estimular a prática e execução dos princípios do envelhecimento ativo; • Planejar e organizar o trabalho na perspectiva do atendimento integral e de qualidade; • Estimular a independência e autonomia para o autocuidado. 		
Ementa		
<p>Envelhecimento, longevidade e qualidade da vida. Qualidade de vida e Estratégias de Enfrentamento. Bem estar físico e emocional. Práticas e princípios do Envelhecimento ativo. Acolhimento e bem estar. Visita e bemestar. Contexto Familiar e Qualidade de Vida/ História de Vida. O processo de internação e qualidade de vida. Saúde e bem estar do Idoso: Princípios básicos de higiene pessoal em domicílio ou internação; Estímulo e orientação para o autocuidado. Hábitos culturais do cuidado com a saúde. Educação na terceira idade. Integração social na terceira idade. Resgate da autoestima, valores e afetividade. Independência e autonomia no autocuidado.</p>		
Bibliografia básica		
<p>ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Lins de. Qualidade de Vida do Idoso. Editora Casa do Psicólogo, 2003.</p> <p>CALDAS, Célia P.; SALDANHA, Assuero Luiz. Saúde do Idoso a Arte de Cuidar. 2. ed. Editora Interciência.</p> <p>NUNES, Luís; MENESES, Odete. O bem-estar, a qualidade de vida e a saúde dos idosos. Caminho Editora: Lisboa, 2014</p>		
Bibliografia complementar		
<p>DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto José Corrêa da. Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Doravante, 2005.</p> <p>CARVALHO FILHO, E. T.; PAPALEO NETTO, M. Geriatría: Fundamentos, clínica e terapêutica. São Paulo: Atheneu, 2006.</p> <p>CICERO, Marco Túlio. Saber envelhecer: seguido de Lelio, ou a amizade. Porto Alegre: LPM, 2002.</p> <p>LEITE, Alvaro Jorge Madeiro. Habilidades de comunicação com pacientes e famílias. São Paulo: Sarvier, 2007.</p> <p>PAPALEO NETTO, M. Tratado de Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2007.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Patologias Prevalentes nos Idosos	Código: 11
Módulo: 2º	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL: Descrever conceitos e aspectos relacionados às principais doenças e agravos que acometem o Idoso e compreender a assistência a ser prestada aos portadores de afecções de diversos sistemas a partir do desenvolvimento do raciocínio crítico e do julgamento clínico.</p> <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver conhecimentos e habilidades referentes às doenças crônicas; • Descrever características básicas sobre as doenças crônicas, neurodegenerativas e do envelhecimento; • Repassar conhecimento que embasa o plano de cuidados tanto ao adulto como idoso enfermo; • Aprender sobre a assistência necessária a ser prestada aos portadores de afecções do sistema respiratório, cardiovascular, digestório, renal, neurológico, sistema tegumentar, e endócrino. 		
Ementa		
<p>Neoplasias. Patologias do sistema respiratório: DPOC (Bronquite, Enfizema pulmonar, Asma e Bronquiectasia); Lesão Pulmonar aguda (SARA); Pneumonias, Derrame Pleural, Tuberculose. Patologias do Sistema renal: Infecção do trato urinário; Insuficiência renal aguda e crônica, Doença calculosa renal, Síndrome nefrótica, Incontinência Urinária, Doenças Císticas do Rim. Patologias das doenças do Cardiovasculares: Insuficiência Cardíaca, Doença Cardíaca Coronariana, Angina Pectoris, Infarto Agudo do Miocárdio, Hipertensão, Aterosclerose, Arteriosclerose Tromboembolia, Tuberculose. Patologias do Sistema gastrointestinal: Hepatites Virais, gastrite, úlcera, refluxo esofagogástrico, divertículo, pólipos, apendicite, hérnias, Doença de Crohn. Doenças cérebro-vasculares. Diabetes. Doenças reumáticas. Alzheimer. Parkinson.</p>		
Bibliografia básica		
<p>BOGLIOLO, Luigi; BRASILEIRO FILHO, Geraldo (Trad.). Bogliolo: patologia geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo Patologia. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.</p> <p>ROBBINS. Patologia Estrutural e Funcional. 6ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; FAUSTO, N.; MITCHELL, R. N. Robbins: Patologia Básica. 10ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.</p> <p>FRANCO, Marcello; MONTENEGRO, Mario R. <i>et al.</i> Patologia: Processos Gerais. 6 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.</p> <p>ABBAS, A., LITCHMAN, A. Imunologia Básica. Revinter. Rio de Janeiro, 8. Ed. 2015.</p> <p>BECKER, Paulo F. L. Patologia geral. São Paulo: Sarvier, 1997.</p> <p>DAMJANOV, I. Segredos em Patologia: respostas necessárias ao dia-a-dia em rounds, na clínica, em exames orais e escritos. Porto Alegre: ARTMED, 2005.</p> <p>FARIA, José Lopes de. Patologia especial: com aplicações clínicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Saúde Pública e Políticas Públicas para o Idoso	Código: 12
Módulo: 2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender os princípios de estrutura e organização da saúde pública, bem como os fatores econômicos, sociais e históricos determinantes à formulação de políticas públicas nacionais e em especial para o Idoso. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descrever a história das políticas de saúde no Brasil; • Esclarecer a organização dos serviços de saúde no Brasil e a evolução das políticas de saúde adotadas com suas respectivas legislações; • Discutir o processo de descentralização do sistema de saúde nacional e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS); • Compreender a saúde como resultante de um processo sociocultural; econômico e político. • Pontuar os indicadores de Saúde e a transição epidemiológica; • Capacitar sobre as políticas e sistemas de saúde focados na saúde do Idoso em sua trajetória histórica e suas características atuais. • Descrever os Programas públicos de controle das doenças crônicas não transmissíveis: diabetes mellitus e hipertensão arterial; • Compreender a Política Nacional do Idoso, suas finalidades, princípios e diretrizes. 		
Ementa		
Evolução da Saúde Pública. História da Saúde no Brasil. Programas de Atenção à Saúde. Estratégia de promoção de saúde. Níveis de Atenção a Saúde. Direito e Dignidade: Direitos Fundamentais. Programas e Políticas de Saúde Públicas para o Idoso; Assistência Social e de Saúde. Serviços Previdenciários. Lei nº 8.842/1994 - Política Nacional do Idoso – finalidade, princípios e diretrizes. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – objetivos e diretrizes.		
Bibliografia básica		
<p>SOARES, José Luís. Programas de saúde. São Paulo: Scipione, 1994.</p> <p>FORTES, Paulo Antonio de Carvalho; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone (Org). Bioética e saúde pública. 3. ed. Rio de Janeiro: São Camilo; São Paulo: Loyola, 2009.</p> <p>TARRIDE, Mário Iván. Saúde pública: uma complexidade anunciada. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Czeresnia, D.& Freitas, C.M. (orgs.) Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003.</p> <p>CUNHA, JP, CUNHA, Rosani. Sistema Único de Saúde: Princípios. Cadernos de Saúde I - Planejamento e Gestão em Saúde. Belo Horizonte: COOPMED, 1998. p.12-26. 2.</p> <p>PAIM, J. S. Políticas de Descentralização e Atenção Primária à Saúde. Epidemiologia e Saúde Cap. 21, p. 489 - 494 3.</p> <p>POSSAS, Cristina de Albuquerque. Epidemiologia e sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1989.</p> <p>SANTOS, FP., CUNHA, Rosani. Sistema Único de Saúde: Princípios. Cadernos de Saúde I – Planejamento e Gestão em Saúde. Belo Horizonte: COOPMED, 1998. p.92-102.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Nutrição e Dietética do Idoso	Código: 13
Módulo: 2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar conhecimentos acerca de uma nutrição adequada para o idoso, visando prevenir patologias e a manutenção de uma saúde equilibrada. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar propriedades, funções e fontes de nutrientes para o organismo do idoso; • Reconhecer e aplicar a nutrição adequada através de dietas equilibradas para o idoso. • Conhecer a importância de se ter uma alimentação saudável para prevenir doenças e promover a saúde. • Relacionar o envelhecimento a nutrição, levando-se em consideração os aspectos fisiológicos e necessidades nutricionais; • Reconhecer a importância da terapia nutricional, higiene e controle de qualidade dos alimentos. 		
Ementa		
<p>Bases conceituais em alimentação e nutrição. Noções sobre macronutrientes e micronutrientes, fontes e funções. Fundamentos da digestão, absorção, metabolismo e excreção. Nutrição e envelhecimento: aspectos fisiológicos e necessidades nutricionais. Principais doenças e condutas alimentares. Segurança alimentar. Higiene e controle de qualidade dos alimentos. Noções de Nutrição e Dietética. Terapia Nutricional.</p>		
Bibliografia básica		
<p>DOVERA TMD da S. Nutrição aplicada ao curso de Enfermagem. Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2011.</p> <p>MAHAN LK. et al. Krause: alimentos, Nutrição e dietoterapia. 13 ed. São Paulo: Roca, 2012.</p> <p>TADDEI, Augusto José <i>et al.</i> Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Rúbio, 2011</p>		
Bibliografia complementar		
<p>CARVALHO, G.M. Enfermagem e Nutrição. EPU, 2005.</p> <p>CUPPARI, Lilian. Nutrição: nas doenças crônicas não-transmissíveis. 1. ed. Barueri, SP:Manole, 2009.</p> <p>MAHAN, L K; ALIN, M T. Krause - Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 12. ed. São Paulo: Roca, 2010.</p> <p>MELO, F. Nutrição aplicada à Enfermagem. Goiânia: AB, 2005.</p> <p>SILVA, M R. Manual de nutrição e dietética. 2. ed. Goiânia: UF, 1999.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Cuidados e Orientações Farmacológicas	Código: 14
Módulo: 2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: não possui
Objetivos		
GERAL:		
<ul style="list-style-type: none"> • Descrever princípios de farmacologia clínica, farmacoterapia e farmacocinética. Correlacionar os mecanismos de ação dos principais fármacos utilizados na terceira idade com os riscos decorrentes de possíveis interações medicamentosas, erros na administração e efeitos adversos. 		
ESPECÍFICOS		
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir sobre Tratamento Farmacológico de doenças neurodegenerativas como Mal de Alzheimer e Mal de Parkinson - mecanismos de ação, principais utilizações terapêuticas, principais efeitos adversos; • Relacionar os principais mecanismos de ação e efeitos adversos dos Fármacos usados no tratamento de afetam o trato respiratório: Antiasmáticos, antialérgicos, descongestionantes, antitussígenos; • Relacionar os principais mecanismos de ação e efeitos adversos dos Fármacos usados no tratamento de afetam o trato gastrointestinal: Fármacos usados no tratamento de gastrite, diarreia e constipação; • Analisar mecanismos de ação e efeitos adversos dos anti-hiperglicêmicos, anti-hipertensivos, hipoglicemiantes. 		
Ementa		
<p>Princípios de farmacologia clínica; farmacoterapia e farmacocinética. Estudo dos princípios básicos na administração de medicamentos. Noções dos tipos e vias de administração de medicamento. Interação Medicamentosa. Responsabilidade legal da administração de medicamentos. Os riscos dos erros de medicação. Mecanismos de ação, principais utilizações terapêuticas, principais efeitos adversos dos: Analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios não esteroides (AINES); Anti-inflamatórios esteroides (corticoides); Epilepsia e antiepiléticos; Anticonvulsivantes e relaxantes musculares de ação central, anti-hiperglicêmicos, anti-hipertensivos, hipoglicemiantes. Fármacos de ação no SNC. Fármacos usados no tratamento de afetam o trato respiratório. Fármacos que atuam no tratamento de doenças do trato gastrointestinal. Princípios gerais da ação de antivirais e antibióticos e mecanismos de resistência.</p>		
Bibliografia básica		
<p>CRAIG CR; STITZEL RE. Farmacologia moderna: com aplicações clínicas. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>RANG, H. P. Rang e Dale: farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 829p. ISBN 978-85-352-4172-3.</p> <p>SILVA P. Farmacologia. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>PAGE. C. P. Farmacologia Integrada. Barueri: Manole, 2004.</p> <p>PRADO, F.C. Atualização Terapêutica. Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento. São Paulo: Artes Médicas, 1998.</p> <p>SERTIE, J. A. A. Biodisponibilidade e Farmacocinética. Ed. Atheneu. 1988.</p> <p>SILVA, Penildon. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>ZANINI, A. C. Farmacologia Aplicada. São Paulo: Atheneu. 2018.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Patologia Básica	Código: 15
Módulo: 2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir conceitos básicos dos processos patológicos a fim de capacitar o estudante a compreender e relacionar os conhecimentos com as disfunções orgânicas prevalentes no Idoso. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudar as alterações estruturais, e funcionais das células características das disfunções orgânicas prevalentes no Idoso. • Identificar as alterações patológicas nos tecidos relacionando-as com disfunções orgânicas prevalentes no Idoso; • Caracterizar as alterações patológicas nos diversos órgãos e sistemas; • Entender a correlação clínico-patológica para desenvolver as demais disciplinas. 		
Ementa		
<p>Regeneração Celular: Células lábeis, estáveis e permanentes. Distúrbios do crescimento e diferenciação celular: Conceitos de Agenesia, Ectopia, Hipoplasia, Atrofia, hipertrofia, hiperplasia, metaplasia, displasia. Conceitos de Morte celular, necrose e apoptose. Diferenças entre apoptose e necrose. Perturbações Circulatórias: Edema, Hiperemia e Congestão, Hemorragia, hemostasia, Trombose, Embolia, Infarto e Choque. Tipos de inflamação (aguda e crônica). Reparo tecidual: Regeneração, Cicatrização: Fases da cicatrização, Tecido de granulação, Tipos de cicatrização (1ª e 2ª intenção).</p>		
Bibliografia básica		
<p>BOGLIOLO, Luigi; BRASILEIRO FILHO, Geraldo (Trad.). Bogliolo: patologia geral. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>FRANCO, Marcello; MONTENEGRO, Mario R. et al. Patologia: Processos Gerais. 5ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.</p> <p>KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; FAUSTO, N.; MITCHELL, R. N. Robbins: Patologia Básica. 10ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>ABBAS, A. K.; KUMAR, V.Y.; RICHARD, N. Fundamentos de Patologia - Robbins & Cotran – 8.ed. Elsevier, 2012.</p> <p>ALBERTS, Bruce. Fundamentos da biologia celular. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p> <p>BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo Patologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>NORMAN, Robert I. Biologia celular. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Tradução de: Flesh and bones of medical cell biology.</p> <p>ROBBINS. Patologia Estrutural e Funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Saúde Mental do Idoso	Código: 16
Módulo:2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir conhecimentos sobre as condições mentais na terceira idade, desenvolvendo habilidades para observar aspectos psicológicos do envelhecimento e orientar a família e o idoso sobre condições como a violência contra o idosos. <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ao educando, conhecimento sobre os aspectos psicológicos do envelhecimento; • Desenvolver habilidades interpessoais necessárias à profissão de cuidadores de idosos; • Reconhecer e entender a importância da vivência sexual na terceira idade; • Conhecer o impacto da violência contra o idosos para saúde mental desses indivíduos; • Conhecer as condições mentais que mais afetam a terceira idade; • Compreender sobre a Síndrome de Bournout e stress profissional, e, consequências para o Cuidador de Idosos. 		
Ementa		
Aspectos psicológicos do envelhecimento. Suporte familiar e social do idoso. Habilidades interpessoais necessárias ao cuidador de idosos. Vivência da sexualidade na terceira idade. Violência contra o idoso. Condições mentais que mais afetam a terceira idade. Síndrome de Bournout e stress profissional.		
Bibliografia básica		
<p>BRASIL. Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/publicacoes/violencia-contra-a-pessoa-idosa. Acesso em: 27/01/2015.</p> <p>DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre : Artmed, 2019.</p> <p>LEITE, Álvaro Jorge Madeiro. Habilidades de comunicação com pacientes e famílias. São Paulo: Sarvier, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, José Henriques Banos de. Psicologia do envelhecimento e do idoso. Legis editora, 2005.</p> <p>SILVA, C. F. Psicologia do envelhecimento: como conviver e cuidar de pessoas idosas. São Paulo, 2020.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>CAMARGO, José Alberto. Do que estamos falando quando falamos de ansiedade, depressão e outros problemas emocionais. São Paulo: Vestígio, 2020.</p> <p>DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto José Corrêa da. Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Doravante, 2005.</p> <p>PAPALEO NETTO, M. Tratado de Gerontologia. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>STUART-HAMILTON, Ian. A psicologia do envelhecimento: uma introdução. Porto Alegre. Artmed, 2002.</p> <p>VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria Da Penha De Lima; SARAIVA, Evelyn Rúbia De Albuquerque. A Sexualidade Na Velhice: Representações Sociais De Idosos Frequentadores de Um Grupo de Convivência. <i>Psicologia: ciência e profissão</i>, 36, 1, 196-209, 2016. doi: 101590/1982-3703002392013.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Primeiros Socorros	Código: 17
Módulo: 2º	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Objetivos		
<p>Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar conhecimentos básicos de prestação de socorro ao idoso para os primeiros atendimentos desde o momento em que ocorre a emergência, até a chegada de um serviço de emergência médica; <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar o conhecimento e a proficiência nas técnicas de suporte Básico de vida através de ensinamentos teóricos e de treinamentos práticos; ▪ Discutir os principais temas relacionados à ocorrências das situações de emergências; ▪ Desenvolver a consciência da importância do atendimento rápido e hábil nas diversas situações de emergência; ▪ Fornecer fundamentos teóricos e práticos dos atendimentos as vítimas em situações de Emergência. 		
Ementa		
<p>Avaliação inicial da vítima. Identificação da parada cardíaca, respiratória e do estado de choque. Crises Convulsivas. Crise Asmática. Hiperventilação. Afogamentos. Cuidados com o politraumatizado, imobilizações e transporte. Traumatismos cranioencefálico, torácico e abdominal. Ferimentos; Fraturas; Luxações; Entorses e Distensões. Técnicas de reanimação cardiorrespiratória e controle de hemorragias. Situações de emergência: queimaduras, choque elétrico, desmaios, vertigens, intoxicações, envenenamentos. Mordidas e picadas de animais peçonhentos, crises convulsivas, aspiração de corpos estranhos, afogamento. Obstrução de vias aéreas por engasgo. Sequência de desobstrução de vias aéreas. Emergências Cardiovasculares. Como identificar: Ataque Cardíaco, Acidente vascular encefálico (AVE). Emergências hipertensivas e diabéticas. Transporte de acidentados. Recursos de atendimento.</p>		
Bibliografia básica		
<p>FALCÃO, Luiz Fernando dos Reis. Primeiros Socorros. 1. ed. Martinari, 2010. KARREN, Keith J. Primeiros Socorros para estudantes. 10 ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2013. VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. Primeiros Socorros. Claro Enigma, 2011.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>BRASIL (2016). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. GIMARÃES, Deocleciano Torrieri. Dicionário de termos médicos, enfermagem e radiologia. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2010. TAYLOR, C.; LILLIS C.; LEMONE, P. Fundamentos de Enfermagem. 5. ed. Porto Alegre, Artmed, 2007. POTTER, P. PERRY, A. Fundamentos de enfermagem. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. KAWAMOTO, E.; FORTES, J.I. Fundamentos de Enfermagem. 3. ed. Guanabara Koogan, 2012. MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. 2 ed. Barueri: Manole, 2012.</p>		

Curso	Técnico em Cuidados de Idosos	
Unidade curricular	Bioética	Código: 18
Módulo: 2º	Carga horária: 40h	Pré-requisito: não possui
Objetivos		
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o debate sobre Ética, Cidadania e Reflexão sobre a ética no cuidado com o idoso aliado à Bioética e a Postura Profissional. <p>ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacitar ao estudo crítico das dimensões morais e éticas no contexto da ciência biomédica e das Relações com o idoso; Formar uma postura ética e de responsabilidade social como constituição do sujeito em sua formação como cidadão e profissional; Formar uma consciência crítica em relação às questões morais, éticas e bioéticas; Descrever as questões Bioéticas associadas Autonomia, Privacidade, confidencialidade e eutanásia. 		
Ementa		
<p>Ética, Moral e Deontologia; Princípios Éticos Fundamentais; Princípios de Bioética. Direitos do Paciente. Consciência crítica em relação às questões morais, éticas e bioéticas voltadas ao Idoso. Dilemas éticos: morte, eutanásia e transplante de órgãos. Autonomia, Privacidade e Confidencialidade na atenção ao Idoso. Postura ética dos profissionais em saúde. Compromisso profissional e sua responsabilidade no exercício da profissão.</p>		
Bibliografia básica		
<p>DALL'AGNOL, Darlei. Bioética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.</p> <p>DURAND, Guy. Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos . 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.</p> <p>BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>SEGRE, M.; VIEIRA, T. R. Bioética e sexualidade. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004.</p> <p>HOLLAND, Stephen. Bioética: enfoque filosófico. São Paulo - SP: Edições Loyola, 2008.</p> <p>DINIZ, Debora; COSTA, Sérgio. Ensaio: bioética . 2. ed. Brasília: Brasiliense-Brasília: Letras Livres, 2006.</p> <p>ENGELHARDT, H. Tristram. Fundamentos da bioética. São Paulo: Loyola, 1998.</p> <p>DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. O que é bioética. São Paulo: Brasiliense, 2002.</p>		

5.3 Orientações Metodológicas

Neste projeto pedagógico a metodologia é entendida como o conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para a integração da Educação Básica com a Educação Profissional, assegurando uma formação integral do estudante. Durante o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas o docente deve levar em consideração as características individuais de cada estudante contemplando entre outros procedimentos:

Os procedimentos de ensino a serem utilizados no desenvolvimento do curso contemplam:

- Aulas Teóricas – a realizar-se no âmbito da sala de aula onde serão disponibilizados recursos audiovisuais e de tecnologia da informação. Nesse espaço serão desenvolvidas atividades como leitura, análise e produção de textos, debates, trabalhos em grupo e/ou individual, discussão de artigos científicos, resolução de problemas propostos, apresentação de seminários, dentre outros;
- Aulas Práticas – a realizar-se em laboratórios e/ou sala de aula através de desenvolvimento de práticas de atividades, visando à avaliação das competências e habilidades adquiridas pelo discente, segundo as necessidades do mercado de trabalho;
- Seminários – a realizar-se em sala de aula, oportunidade em que serão debatidos temas de real interesse para a formação profissional do discente ou ainda oportunizando momentos de partilha, onde os discentes serão incentivados a apresentarem os resultados de pesquisas desenvolvidas por eles ao longo de algumas disciplinas do curso;
- Realização de visitas técnicas - onde seja possível estabelecer uma relação entre teoria e prática. As visitas técnicas acontecerão com a presença de um docente responsável pela atividade, sendo solicitado aos discentes a elaboração de relatórios técnicos descrevendo as situações vivenciadas ou em grupos organizados pelo docente, como forma de pesquisa de uma determinada realidade prática, para apresentação de seminários em sala de aula. Nessas oportunidades, caso necessário, será disponibilizado pelo IFPI o transporte para a condução de docentes e discentes.

Nesse contexto, cada docente, de acordo com as características próprias de cada disciplina, utiliza os meios disponibilizados pela Instituição, bem como das estratégias didático-pedagógicas para a concretização de aulas com qualidade. As estratégias didático-pedagógicas utilizadas ao longo das disciplinas são: Aulas expositivas; Utilização de recursos audiovisuais; Apresentação de seminários; Lista de exercício; Prática em laboratório; Visita técnica; Discussão de artigos científicos; Palestras com professores convidados; Oficinas e Exposições.

5.4 Estratégias de execução presencial e a distância

As estratégias de ensino na modalidade presencial se baseará nas práticas semelhantes aos demais cursos técnicos com aulas expositivas orais teóricas, com auxílio de multimeios (datashow, slides, quadro interativo, smartphones, inteligência artificial (IA)), além do uso de trabalhos, avaliações (objetivas, seminários, subjetivas e mistas) tanto quantitativas quanto qualitativas. Além de aulas práticas que se realizará em laboratórios e/ou sala de aula através de desenvolvimento de práticas de atividades, visando à avaliação das competências e habilidades adquiridas pelo discente, segundo as necessidades do mercado de trabalho. As atividades serão realizadas no IFPI Campus Teresina-Central de acordo com os horário previstos e o calendário acadêmico do campus.

Para as postagens à distância, serão enviadas postagem de vídeo aulas e slides comentados na plataforma Google Classroom, resolução de questões no Google Forms, aulas online e chats pelo Google Meet em dias e horários previamente agendados com a turma, fórum de discussão na turma do Google Classroom, resenha, resumos de textos ou vídeos. Os recursos que serão utilizados: computador com acesso à internet, celular smartphone com acesso à internet, vídeos da Internet, textos complementares e livros online.

Nesse contexto, cada docente, de acordo com as características próprias de cada disciplina, utiliza os meios disponibilizados pela Instituição, bem como das estratégias didático-pedagógicas para a concretização de aulas com qualidade.

5.5 Prática Profissional

Na educação profissional não deverá haver dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional. Assim sendo, a prática se configura não como situações ou momentos distintos, mas como elemento que constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporado no Plano de Curso, como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado.

A prática profissional deve ser desenvolvida ao longo do curso de forma a contemplar situações de aprendizagem a partir de atividades como: estudos de caso; pesquisas individuais e em equipes; projetos de pesquisa e/ou intervenção; projetos de extensão; monitorias; simulações de situações problemas; participação em eventos científicos; organização de

eventos; visitas técnicas; aulas práticas; observação e vivência de situações (estágio não-obrigatório) em diferentes espaços de atuação do técnico em Cuidados de Idosos.

As atividades devem ser previstas nos Planos de Cursos das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado, devendo ser acompanhadas pelo coordenador de curso e o professor responsável pela atividade.

Considerando o Artigo 33 da Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de janeiro de 2021, que, ao tratar da prática profissional, afirma que:

A prática profissional supervisionada, prevista na organização curricular do curso de Educação Profissional e Tecnológica, deve estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica.

A prática profissional será desenvolvida, ao longo de todo o curso, através de situações de vivência, aprendizagem e trabalho tais como:

- 2.8.1.1 Estudos de caso;
- 2.8.1.2 Pesquisas individuais e em equipes;
- 2.8.1.3 Projetos de pesquisa e/ou intervenção;
- 2.8.1.4 Projetos de extensão;
- 2.8.1.5 Congressos;
- 2.8.1.6 Seminários;
- 2.8.1.7 Semanas de estudo;
- 2.8.1.8 Monitorias;
- 2.8.1.9 Visitas técnicas;
- 2.8.1.10 Simulações de situações problemas;
- 2.8.1.11 Organização de feiras e eventos;
- 2.8.1.12 Aulas práticas em laboratórios;
- 2.8.1.13 Estágio não-obrigatório.

Assim, a articulação entre a teoria e a prática deve possibilitar ao estudante reconhecer a relevância dos conhecimentos teóricos e específicos da área nas atividades e práticas de desenvolvimento profissional.

5.6 Estágio Profissional Supervisionado

São consideradas como estágio curricular as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao (à) aluno(a) pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação do IFPI.

As normas para realização do estágio supervisionado observarão a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e as resoluções CONSUP 17/2014, 18/2014 e 18/2015 que regulamentam, respectivamente, os estágios no ensino técnico, nas tecnologias/bacharelados e licenciaturas ou demais legislações e atos normativos em vigor.

As atividades de estágio serão organizadas pela Direção e/ou Coordenação de Extensão do Campus que se responsabilizará pela realização de convênios e parcerias entre as instituições e o IFPI, pelo encaminhamento dos estudantes para o estágio, informando a sua conclusão e aproveitamento à Coordenação de Curso/Área e ao Controle Acadêmico, conforme estabelece o Art. 105 da Organização Didática.

O Estágio Supervisionado para o curso de Cuidados de Idosos é considerado como uma Atividade Curricular **NÃO OBRIGATÓRIA**, ou seja, é desenvolvido como uma atividade opcional a partir do 1º módulo. Caso o aluno venha a realizá-lo, será acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso até 200h referente ao estágio, totalizando 1000h.

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante, respeitando sua disponibilidade de horário, sendo realizado em instituições que tenham condições de propiciar experiência prática, em conformidade com o curso.

O estágio deverá ser acompanhado por um professor orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) reuniões do aluno com o professor orientador;
- b) relatório do estágio supervisionado de ensino.

6 CRITÉRIOS PARA APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.

A Legislação da Educação Profissional confere direitos de aproveitamento de estudos aos portadores de conhecimentos e experiências, expressos no artigo Art. 41 da LDB 9.394/96 e nos Art. 46 da Resolução CNE/CEB 01/2021.

Os conhecimentos e experiências adquiridos fora do IFPI, inclusive no âmbito não formal, podem ser aproveitados mediante a avaliação com vistas à certificação desses conhecimentos que coincidam com componentes curriculares integrantes do Curso Técnico de Nível Médio em Cuidados de Idosos.

De acordo com a Lei nº 9394/96, “o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (art. 41).

De acordo com o art. 46 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNE/CEB 01/2021). Diante do exposto, poderão ser aproveitados conhecimentos adquiridos e desenvolvidos em:

- I. em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II. em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III. em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV. por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

O Art. 45 da resolução que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021) orienta que:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão contínua para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo diagnóstica, formativa e somativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, na perspectiva do desenvolvimento das competências profissionais da capacidade de aprendizagem, para continuar aprendendo ao longo da vida.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica podem, respeitadas as condições de cada instituição e rede de ensino, oferecer oportunidades de nivelamento de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação da aprendizagem.

As orientações para o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores seguirá as orientações estabelecidas no capítulo XI da Organização Didática do IFPI cuja solicitação será realizada no período especificado no calendário acadêmico.

O aproveitamento de conhecimentos formais será realizado através de análise do histórico escolar do aluno e plano de curso da disciplina no qual será observada a compatibilidade de carga horária e conteúdos.

Quanto aos conhecimentos não-formais, será realizada uma avaliação teórico- prática elaborada por uma banca examinadora constituída para este fim.

7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação deve ser orientada pelos objetivos, valores, atitudes, competências, habilidades e procedimentos estabelecidos no plano didático e advindos do currículo da Educação Básica, sempre levando em consideração as características dos jovens e adultos e do contexto socioeconômico e cultural. A avaliação é, pois, parte do processo de produção do conhecimento, abrangendo todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo de ensino-aprendizagem.

O processo avaliativo deve contemplar aspectos formativos e contextualizados com a prática profissional com diferentes situações de aprendizagem a fim de orientar o planejamento das ações didáticas utilizando critérios e instrumentos diversificados, atividades contextualizadas em que prevalecem os conhecimentos significativos e as habilidades para a formação requerida. A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo e dinâmico, adequando-se às especificidades do estudante e da sua formação profissional.

Assim, é fundamental, também, a participação dos próprios alunos na avaliação contínua das suas aprendizagens. Logo, o professor não deve enfatizar apenas os erros ou os desconhecimentos do aluno, mas considerar e tornar evidente tudo o que já conseguiram aprender.

Nesse sentido, os instrumentos escolhidos para a avaliação devem atender às exigências do mundo do trabalho globalizado, uma vez que, atualmente, os recursos tecnológicos são cada vez mais avançados, flexíveis e dinâmicos, contendo critérios suficientes e organizados que permitam a análise dos diferentes aspectos da aprendizagem do aluno no seu desenvolvimento intelectual, afetivo, social e do planejamento da proposta pedagógica,

A avaliação não deve ser realizada apenas com a finalidade de classificar, ou atribuir

uma nota ao aluno, muito menos como instrumento de pressão. Ela só adquire significado e faz sentido no contexto do processo de ensino aprendizagem, se os seus resultados forem utilizados como recursos desse processo, com base nos quais o professor deverá conduzir a ação do planejamento, ou replanejamento das atividades de ensino.

Assume-se, portanto, neste plano, a avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, seguindo o princípio da avaliação formativa, na qual o professor é chamado a desenvolver e colocar em prática, algumas competências técnicas essenciais, como por exemplo, a capacidade de observação.

Os critérios e instrumentos de avaliação a serem utilizados pelos docentes na execução deste plano devem ser planejados em conformidade com o princípio da avaliação formativa, no qual, ao avaliar o aluno, deve-se:

- Proceder as observações sistemáticas do acompanhamento da aprendizagem do aluno;
- Analisar as produções dos alunos, além das atividades específicas para avaliação;
- Garantir que as situações de aprendizagem sejam contextualizadas e tenham real significado para o mundo profissional de cada educando;
- Ressaltar a autoavaliação, como forma de incentivar a autonomia intelectual do educando, e como meio de comparar diferentes pontos de vista, tanto do aluno, quanto do professor.

Na definição dos critérios e na preparação dos instrumentos de avaliação, a equipe de professores deve ter o cuidado de contemplar os princípios axiológicos do currículo e pontuar os aspectos considerados acima como importantes, a serem observados e registrados para a comprovação da aprendizagem do aluno tais como:

- O domínio das bases do conhecimento, (conteúdos, conceitos, princípios científicos, dados específicos, regras), ou seja, os aspectos cognitivos – o saber conhecer;
- A formação dos valores sociais, éticos, morais e políticos, ou seja, os aspectos sociais – o saber ser;
- As atitudes, interações e comportamentos, ou seja, os aspectos sócio-afetivos – o saber conviver;
- A mobilização dos saberes no domínio de habilidades específicas, ou seja, os aspectos psicomotores – o saber fazer.

Outros critérios, também poderão ser observados para efeito de avaliação dos alunos, tais como:

- A capacidade de mobilizar, articular, colocar em ação valores, conhecimentos e competências necessárias para o desempenho eficiente de atividades requeridas pela natureza do curso, sendo levados em consideração para critérios de avaliação os seguintes instrumentos:

aulas práticas, seminários, apresentação de trabalhos científicos, etc.

- O registro da avaliação terá caráter diagnóstico (início), formativo (meio– durante) e somatório (fim), atribuindo-lhes notas, conforme organização didática do IFPI.

Sendo contínua, a avaliação da aprendizagem é também um processo, devendo, portanto, estar presente em todas as etapas, de desenvolvimento do processo de aprendizagem. Como tal, ela só será significativa e justificável se os seus resultados forem utilizados pelo professor como recursos metodológicos para instrumentalizá-lo na tomada de decisão, para dar sentido à ação do planejamento e preparação de novas situações de aprendizagem em função do progresso demonstrado pelo aluno.

A avaliação da aprendizagem ainda seguirá as orientações e normas estabelecidas na Organização Didática do IFPI em vigor, composta por aspectos quantitativos e qualitativos. Os critérios da avaliação qualitativa bem como os demais aspectos a serem considerados no processo avaliativo devem ser especificados no plano de curso de cada disciplina.

Avaliação quantitativa: resultado da avaliação dos conhecimentos apreendidos em cada disciplina. Avaliação qualitativa: aspectos como assiduidade e pontualidade, realização de atividades escolares, disciplina, participação nas aulas, além de outros critérios definidos pelo professor que, somados ao resultado da avaliação do conhecimento apreendidos, comporá a nota do aluno.

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos, sendo admitida uma casa decimal, com o valor máximo de 8,0 pontos para avaliação do conhecimento adquirido e o máximo de 2,0 pontos para os aspectos qualitativos, conforme Organização Didática deste IFPI, 17 de março de 2022.

Será aprovado por média, o discente que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de Aprovado.

Para aqueles que obtiverem média menor que 7,0 pontos, serão oferecidos estudos de recuperação contínua e paralela, mediante uma nova avaliação, com valor de 0 a 10, desde que tenha 75% de frequência nas aulas da disciplina em recuperação e tenha realizado as avaliações propostas pelo professor.

Após o cumprimento de todos os componentes curriculares do núcleo, haverá uma prova final (PF) destinada ao aluno que obtiver média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 com 75% de frequência do total da carga horária prevista. O exame será constituído de uma

prova presencial com valor de 0 a 10. Fará exame final o discente que obtiver média semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete). Neste caso a média final para aprovação deve ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de Aprovado após Exame Final. Se, após esse exame, o aluno não demonstrar a aquisição das competências definidas neste Projeto Pedagógico, ele será reprovado.

Será reprovado o discente que obtiver média semestral menor que 4,0 (quatro) ou frequência inferior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de Reprovado por nota e Reprovado por falta, respectivamente.

Nessa situação a média final será calculada da seguinte forma:

$$MF = \frac{MS + EF}{2} \geq 6,0 \text{ (seis)}$$

Onde:

MF – Média Final;

MS – Média Semestral;

EF – Exame Final.

A organização didática do IFPI, regulamenta a verificação de segunda chamada, tendo o aluno direito a mesma desde que solicite, via protocolo, no prazo de 72 horas, mediante apresentação de documentos justificativos descritos na organização didática, artigo 107.

7.1 GESTÃO ACADÊMICA

7.1.1 Coordenação do curso

A coordenação do curso é uma unidade organizacional subordinada ao Departamento de Informação, Ambiente, Saúde e Produção Alimentícia (DIASPA), responsável por planejar, organizar, executar, coordenar e controlar as atividades da área no Campus. A sua competência é dada pelo Regimento Interno Geral do IFPI, aprovado pela Resolução nº 020/2011/Conselho Superior e consiste em:

- Participar do planejamento, execução e avaliação do projeto pedagógico do curso e suas atividades acadêmicas;

- Operacionalizar e executar as normas e diretrizes para o curso;
- Participar do desenvolvimento de metodologias de ensino, da elaboração de materiais didáticos, da sistematização e atualização das listas bibliográficas;
- Planejar e organizar eventos e atividades complementares para o curso;
- Acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;
- Monitorar o andamento e o desempenho do curso;
- Supervisionar as atividades dos docentes, monitores e bolsistas do curso;
- Elaborar e executar instrumentos e procedimentos para o controle e acompanhamento das atividades do projeto pedagógico;
- Promover e executar o aperfeiçoamento, modernização, melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Organizar, coordenar e monitorar as atividades referentes à estruturação, execução e manutenção de laboratórios na área;
- Promover reuniões individuais e em equipe com os docentes do curso;
- Deliberar sobre recebimento de transferências, dispensa de disciplina, reingresso e reabertura de curso;
- Participar do planejamento e acompanhar a execução dos planos de curso e o calendário acadêmico;
- Organizar e informar listas de previsão dos formandos para o Controle Acadêmico.

7.1.2 Apoio ao Discente

Políticas de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - POLAE - regulamentada pela Resolução CONSUP nº 035/2021 - é um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico.

A POLAE obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Gratuidade do ensino;
- II. Garantia de igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão do curso no IFPI;
- III. Formação ampliada na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes;

- IV. Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- V. Defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica.
- VI. Promoção da inclusão social pela educação;
- VII. Divulgação ampla dos serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;
- VIII. Orientação humanística para o exercício pleno da cidadania.
- IX. Participação política dos estudantes a quem se destina esta Política, na perspectiva de cidadania.

Ainda em consonância com os princípios acima relacionados tem por objetivos:

- I. Promover condições para o acesso, a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do IFPI, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino, conforme preconizam os artigos: 206 da CF; 3º da LDB (Lei nº 9.394/96); Lei 8069/90 (ECA); Lei 12852/13 – Estatuto da Juventude e Decreto 7234/10 – PNAES;
- II. Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- III. Proporcionar ao estudante com necessidades educacionais específicas as condições básicas para o seu desenvolvimento acadêmico;
- IV. Contribuir para a melhoria do processo ensino aprendizagem, com vistas à redução da evasão escolar;
- V. Contribuir para redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;
- VI. Identificar anualmente o perfil socioeconômico dos alunos do IFPI;
- VII. Fomentar o protagonismo dos estudantes, assegurando sua representação no acompanhamento e avaliação das ações da Política de Assistência Estudantil;
- VIII. Propor um sistema de avaliação dos Programas e Projetos de Assistência Estudantil;
- e
- IX. implantar um sistema de informação de coleta de dados socioeconômicos dos estudantes do IFPI.

O público alvo da POLAE são os estudantes regularmente matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Concomitante/subsequente e estudantes de graduação.

Programas Universais

Os **Programas Universais** visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

I. Atendimento ao Estudante: Oferta de ações e serviços de acompanhamento biopsicossocial no processo de ensino, incentivo à cultura e ao esporte além de provimento de alimentação básica aos estudantes.

- a) Alimentação estudantil;
- b) Assistência à Saúde do Estudante;
- c) Acompanhamento e Suporte ao Ensino;
- d) Incentivo à Participação Político Acadêmica.

II. Desenvolvimento Técnico Científico: Fomento ao desenvolvimento Técnico-científico dos estudantes por meio de benefícios pecuniários que estimulem a produção do conhecimento bem como incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos. Sendo que serão envolvidas as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão no intuito de contribuir com a formação cultural, científica e ética do estudante.

Os estudantes participantes desta categoria, deverão submeter-se a processo de seleção através de Editais específicos, sob a responsabilidade dos setores competentes, exceto Projetos de Visitas Técnicas que serão analisados pelos próprios projetos.

São Programas/Projetos de Desenvolvimento Técnico Científico:

- a) Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante – PRAEI
- b) Projetos de Monitoria;
- c) Projetos de Iniciação Científica: PIBIC e PIBIC Jr;
- d) Projetos de Extensão,
- e) Projetos de Visitas Técnicas.

III. Necessidades Educacionais Especiais: Apoio às atividades de inclusão social a estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, que apresentam deficiência física ou mental, permanente ou momentânea e que necessitam de ações específicas e adequadas que possam facilitar as suas dificuldades frente ao processo de ensino-aprendizagem, bem como

garantir condições necessárias para o acompanhamento das atividades de Ensino, Pesquisa e extensão.

Alimentação Estudantil

Tem como objetivo oportunizar aos estudantes o atendimento às necessidades básicas de alimentação, de forma gratuita, através da utilização do Restaurante Estudantil. Para tanto, propõe:

- I. Garantir o fornecimento de uma alimentação equilibrada/balanceada e saudável para a comunidade estudantil, por meio dos restaurantes institucionais, com a supervisão de um Nutricionista, contribuindo para permanência dos estudantes nos campi;
- II. Promover a saúde alimentar dos estudantes e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

Assistência à Saúde do Estudante

Tem como foco central a promoção e a prevenção da saúde, na perspectiva da educação em saúde por meio da adoção de hábitos de vida saudáveis, colaborando com o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes.

Para tanto, propõe:

- I. Fomentar o protagonismo estudantil na prevenção e promoção da saúde;
- II. Ofertar assistência médica, odontológica e psicológica para atendimento básico dos alunos regularmente matriculados;
- III. Realizar os encaminhamentos necessários à Rede de Saúde Pública ou Privada;
- IV. Incentivar a cultura de paz, prevenindo as diferentes expressões de violência;
- V. Prevenir o uso e/ou abuso de álcool e outras drogas;
- VI. Abordar questões relativas à sexualidade e à prevenção das DSTs/HIV/AIDS;
- VII. Inserir no cotidiano educacional questões relativas à saúde mental; e
- VIII. Identificar e investigar as condições de saúde dos estudantes.

Monitoria

Ainda em consonância com a RESOLUÇÃO NORMATIVA 94/2021 CONSUP/SUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, a monitoria é entendida como instrumento para a melhoria do ensino dos cursos técnicos e de graduação, por meio do

estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, tendo como finalidade a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

O sistema de monitoria está classificado em dois tipos:

- I. Monitoria voluntária não remunerada – refere-se à atividade de monitoria cuja participação do estudante ocorre de forma volitiva, sem recebimento de bolsa; e
- II. Monitoria remunerada por bolsa - refere-se à atividade de monitoria cuja participação do estudante está condicionada ao recebimento de remuneração por meio de bolsa.

O Programa de Monitoria de Ensino tem os seguintes objetivos:

- I. Estimular a participação de estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação no processo educacional nas atividades relativas ao ensino e à vida acadêmica do IFPI;
- II. Oferecer atividades de reforço escolar ao estudante com baixo desempenho acadêmico, com a finalidade de superar problemas de retenção escolar, evasão e falta de motivação;
- III. Possibilitar o compartilhamento de conhecimentos por meio da interação entre estudantes;
- IV. Favorecer a cooperação entre professores e estudantes, visando à melhoria da qualidade do ensino; e
- V. Estimular a cooperação entre estudantes, como forma de promover a parceria entre colegas e incentivo aos estudos.

Programas Institucionais de Iniciação Científica

Os Projetos de Iniciação Científica, visam colocar os estudantes de cursos técnicos e de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa.

Nesse processo, espera-se proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

São Programas de Iniciação Científica:

- I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC- é um programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de

estudantes em projetos de pesquisa. Participam alunos do Ensino Superior.

II. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC JR é um programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Participam alunos do Ensino Médio Integrado.

Os estudantes são selecionados por meio de Editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa.

Programas Institucionais de Extensão

Os Projetos de Extensão objetivam contribuir para a formação acadêmica, profissional e cidadã do estudante, viabilizando a participação efetiva de estudantes em Projetos de Extensão que venham intervir para o benefício da comunidade externa do IFPI bem como para o crescimento acadêmico do estudante.

Os estudantes que quiserem participar dos Projetos de Extensão também dependerão de Editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Coordenação de Extensão. Ademais, os discentes desenvolvem projetos de extensão através da realização de projetos, programas de extensão, cursos e oficinas de extensão, eventos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade, nos termos das normativas internas que regulamentam a matéria.

Visitas Técnicas

Os Projetos de Visitas Técnicas são projetos que apresentam uma relação entre o ensino e o conhecimento prático a partir de experiência em outras instituições e/ou lugares atendendo às necessidades dos respectivos cursos, proporcionando a troca de experiência e enriquecimento curricular. Trata-se de ajuda de custo, (bolsa deslocamento) aos estudantes a fim de subsidiar a participação dos mesmos em tais visitas. Estes são propostos pelos docentes que são responsáveis pelo acompanhamento dos alunos durante as visitas.

Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social é direcionado ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Para tentar minimizar a desigualdade de oportunidades, este programa visa contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e conseqüentemente prevenir situações de retenção e evasão decorrentes de problemas financeiros e agravantes sociais.

Para ingressar no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social o

estudante deve obedecer alguns critérios:

- I. Estar regularmente matriculado;
- II. Possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio;
- III. Apresentar condições de vulnerabilidade social;
- IV. Estar na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas.

O benefício é assegurado àqueles estudantes que dele necessitam, selecionados através de edital regulamentado pela POLAE e executado pela Comissão de Assistência Estudantil.

Os benefícios estão organizados da seguinte forma:

- **Benefício Permanente:** trata-se do benefício oferecido ao estudante durante o percurso acadêmico, conforme Edital de seleção, sendo reavaliado anualmente em análise socioeconômica e frequência escolar.
- **Benefício Eventual:** Oferecido ao estudante que vivencia situação temporária de vulnerabilidade socioeconômica. O benefício busca suprir necessidades temporárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: fardamento escolar, óculos, aparelho auditivo, entre outros.
- **Benefício Atleta:** Corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como incentivo a participação do mesmo em atividades desportivas de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades.
- **Benefício Cultura:** Corresponde ao repasse financeiro ao estudante, como incentivo a participação do mesmo em atividades culturais de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades.
- **Benefício Moradia Estudantil:** Trata-se de recursos financeiros para assegurar o funcionamento e a manutenção de moradia ou alojamento estudantil nos campi que já dispõe desse serviço ou para aqueles que, dependendo da disponibilidade de recurso financeiro, estrutura física e recursos humanos, comprovar tal necessidade junto à Reitoria.

Política de Diversidade e Inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade

cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE- RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 47/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021 e Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI -RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 56 /21 CONSUP/IFPI.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

- I. Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;
- II. Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;
- III. Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
- IV. Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;

- V. Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;
- VI. Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;
- VII. Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;
- VIII. Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;
- IX. Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi.

A transferência interna de aluno entre seus campi deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de Parecer Social emitido pelo Setor de Serviço Social do Campus no qual o estudante está matriculado;

IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;
- V. Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;
- VI. Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

- I - Adesão a Programas do Governo Federal; e
- II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

- I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;
- II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;
- III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;
- V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e
- VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei de nº 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

- I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;

III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;

IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;

VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 Espaço Físico Geral

O Campus Teresina Central do Instituto Federal do Piauí está localizado à Rua Álvaro Mendes, nº 1597, Centro, CEP: 64040-000 – Teresina/PI. Encontra-se implantando num terreno de 15 mil metros quadrados, com mais de 34 mil metros quadrados de área construída, distribuídos em três blocos: Prédios “A”, “B” e “C”.

O Prédio “A” é patrimônio histórico da instituição e da cidade de Teresina, tendo sido construído em meados de 1937 para abrigar o Liceu Industrial do Piauí – posteriormente rebatizado muitas vezes até se tornar o atual Instituto Federal do Piauí. Nesse prédio ficam instalados as estruturas administrativas do campus, as quadras de esporte, o setor de saúde, os serviços bancários, dentre outros.

O Prédio “B” e “C” concentram as atividades de ensino, as salas de aula, laboratórios de informática e laboratórios específicos dos cursos, os auditórios, o refeitório do campus e a biblioteca.

Quadro 2: Áreas do IFPI - Campus Teresina Central

Discriminação	Quant.	Observações
Biblioteca	01	Biblioteca Dr. Francisco Montojos possui espaços de estudo coletivo e individual; climatização; itens de acessibilidade.
Auditório	02	Auditório Carmen Sinot – capacidade para 70 pessoas, climatizado, sistema de som, projetor multimídia. Auditório Maestrina Clóris de Oliveira - capacidade para 230 pessoas, climatizado, sistema de som, projetor multimídia.
Banheiros	20	Distribuídos entre prédios A, B e C.
Sala de docentes	04	Climatizada com acesso à internet, bebedouro de água, mesas e cadeiras.
Sala de atendimento docente/discente	04	Climatizada com acesso à internet, bebedouro de água, armários individuais e cabines de atendimento.
Quadra poliesportiva	02	Uma delas coberta, possuem bebedouros, banheiro e vestiário.
Refeitório	01	Espaço climatizado com cadeiras e mesas; Cardápio elaborado pela nutricionista do campus; Refeições ofertadas gratuitamente ao longo da semana a todos os discentes regularmente matriculados no IFPI – Campus Teresina Central
Lanchonete	01	Localizada no Prédio C. Possui mesas e cadeiras disponíveis.
Estacionamento	01	2 mil metros quadrados; Reserva de vagas para idosos e portadores de deficiência física.
Serviços médicos	03	Especialidades oferecidas aos discentes e servidores: odontologia, clínico geral, acompanhamento psicológico, fisioterapia, nutrição, enfermagem e exames laboratoriais.

8.1.1 Infraestrutura de segurança

O Campus possui contrato de terceirização, sob responsabilidade da Diretoria de Administração, com empresa de segurança armada que realiza a vigilância e proteção do patrimônio contra depredações e arrombamentos. Os prédios contam com guaritas com

segurança armada e vigilância 24 horas.

8.1.2 Manutenção e conservação das instalações físicas e equipamentos

O serviço de manutenção e conservação das instalações físicas dos prédios ficam sob responsabilidade do Departamento de Administração do Campus, sob a qual estão vinculadas as Coordenações de Logística e Manutenção, de Hidráulica e a de Manutenção de Equipamentos. Essas coordenações possuem em seus quadros servidores da instituição e também prestadores de serviços terceirizados, responsáveis pelas instalações físicas e de equipamentos em geral.

A instalação e manutenção dos equipamentos de informática e a infraestrutura de comunicação do campus ficam sob responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação, que possui servidores públicos para a realização desses serviços.

8.2 Espaços Físicos no Âmbito do Curso

8.2.1 Espaço de trabalho para o coordenador do curso e serviços acadêmicos

A coordenação fica instalada no Departamento de Informação, Ambiente, Saúde e Produção Alimentícia, sala 19 do prédio “B” (B2-19), junto com as coordenações dos demais cursos subordinados ao mesmo departamento. O espaço possui 68 (sessenta e oito) metros quadrados, climatizado e com acesso à internet. O acesso é facilitado aos portadores de necessidades especiais por meio de elevadores e rampas. Os discentes são recepcionados por um servidor assistente de administração, que os encaminha para o coordenador do curso. O horário de atendimento da coordenação fica em conformidade ao horário fixado no mural do departamento e amplamente divulgado nas turmas em cada semestre letivo.

8.2.2 Salas de docentes

Os docentes do curso Técnico em cuidados de Idosos do Campus Teresina - Central dispõem de 01 sala, localizada no prédio B, na sala B2-17, equipada com mesa, cadeiras, armários, computadores, impressora, frigobar, bebedouro e acesso à internet Wireless, onde os docentes podem elaborar e corrigir provas/atividades, realizar pesquisas, preparar aula, e realizar outras atividades.

8.2.3 Salas de atendimento docente/discente

O Campus Teresina Central possui 04 (quatro) salas de atendimento docente/discente, distribuídas no prédio B. As sala possuem 50,4 metros quadrados, cada uma é climatizada, com acesso a internet, bebedouros. Cada sala dispõe de 10 mesas, 20 cadeiras, 10 armários, contendo 40 compartimentos individuais com chave para guardar material de aula ou objetos pessoais. Uma delas fica localizada no segundo andar, sala B2-20, destinada aos docentes vinculados ao Departamento Informação, ambiente, Saúde e Produção Alimentícia e Coordenação do Curso de Cuidados de Idosos.

Nessas salas, os docentes têm plenas condições de prestar um atendimento individualizado e reservado, de modo a contribuir para a satisfação das necessidades dos discentes e fortalecer o processo de ensino aprendizagem.

8.2.4 Salas de aula

As salas possuem 50,4 metros quadrados com capacidade para 40 discentes, e possuem boa iluminação, climatização e carteiras adequadas e suficientes para todos os discentes. Quanto aos recursos multimídia, os mesmos ainda não estão fixos em cada sala, mas há uma coordenação de disciplina que fornece data show (fixos no teto de cada sala) aos docentes, de acordo com a demanda de cada disciplina. Está em execução o processo de aquisição de suportes metálicos para fixar um aparelho de data show em todas as salas de aula. Deste modo, o espaço físico e os recursos disponíveis para o curso de Cuidados de Idosos são favoráveis ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

8.3 LABORATÓRIOS

8.3.1 Laboratório Multidisciplinar

O Laboratório Multidisciplinar atende as necessidades de ensino teórico-prático no que se refere às disciplinas de Patologia Básica, Preparo e Interpretação de Exames Laboratoriais e Microbiologia. O objetivo do Laboratório Multidisciplinar é oferecer espaço e condições para habilitação dos discentes e experiências de ensino relacionadas ao cuidado humano no que se refere ao estado normal e patológico. Este laboratório estará equipado com aparelhos, materiais e instrumentos que favorecem a simulação de situação de necessidades de cuidados. Visa habilitar o futuro profissional para os cuidados, desenvolvendo procedimentos e técnicas aos

quais terá contato em seu ambiente de trabalho. O Laboratório Multidisciplinar poderá também ser utilizado por outras disciplinas afins ao qual este laboratório está vinculado. Sala com 45m²; espaço climatizado com acesso à internet via wi-fi e cabeada.

Equipamentos: 01 Lousa branca Lisa; 01 pia com bancada, mesas de apoio com banquetas; 01 data-show, 01 Televisão 32’’; 01 aparelho de DVD; 04 microscópios óptico; Kit de 50 lâminas de microscopia para Patologia básica; 01 Braço para treino de injeção IV e IM; 04 termômetros clínicos; 01 Coletor de plástico de urina masculino (papagaio); 01 Coletor de plástico de urina feminino (aparadeira); 04 Estetoscópios adulto; 01 Lanterna pupilar; 01 Martelo de Taylor; 01 Balança antropométrica mecânica adulto; 04 Provetas 1000ml; 04 Becker graduado 500ml. 01 Centrifuga; 01 Placa aquecedora; 01 Estante vazada de quatro andares; 01 Estufa; 01 Escaninho; 02 Armários de ferro. 01 Contador de célula; 01 Hematócrito; 01 Estante com pipetas graduadas de vidro.

8.3.2 Laboratório da Longevidade

O Laboratório da Longevidade atende as necessidades de ensino teórico-prático no que se refere às disciplinas de Patologia Prevalentes em Idosos, Bases Técnicas e Biossegurança para Assistência ao Idoso, Anatomia, Fisiologia e Primeiros socorros. O objetivo do Laboratório da Longevidade é oferecer espaço e condições para habilitação dos discentes e experiências de ensino relacionadas ao cuidado humano no que se refere ao estado normal e patológico. Este laboratório estará equipado com aparelhos, materiais e instrumentos que favorecem a simulação de situação de necessidades de cuidados. Visa habilitar o futuro profissional para os cuidados, desenvolvendo procedimentos e técnicas aos quais terá contato em seu ambiente de trabalho.

O Laboratório da Longevidade poderá também ser utilizado por outras disciplinas afins ao qual este laboratório está vinculado. Fica localizado no prédio B, sala 30 (B1-30), sala ampla, espaço climatizado com acesso à internet via wi-fi e cabeada. Equipamentos: 01 Cama hospitalar, 01 Armário de ferro, 02 Armários embutidos; 02 bancadas de granito, 01 Pia, 01 Suporte para soro e medicação, 01 mesa para medicação, 01 mesa de madeira, 01 Carro transporte materiais, 01 Aparelho de aferir glicemia capilar, 04 termômetros, 01 oxímetro, 01 cadeira de banho, 01 bandeja para medicação; 01 aparadeira; 01 papagaio; 02 cubas rim.

8.3.3 Laboratório de informática

O Curso Técnico em Cuidados de Idosos é vinculado ao Departamento de Informação,

Ambiente, Saúde e Produção Alimentícia (DIASPA), do Campus Teresina Central, que conta com 08 (oito) laboratórios de informática, com 20 computadores, cada. Os laboratórios são climatizados, com acesso a internet e projetor multimídia. O Campus possui, também, rede de internet sem fio em todas as dependências (inclusive áreas externas), disponível para todos os servidores e discentes, desde que, previamente, cadastrados no setor responsável.

8.4 Biblioteca

A biblioteca do Campus Teresina Central atende aos discentes, servidores técnico-administrativos, docentes e a comunidade em geral, tem como objetivo principal promover o acesso e a disseminação do saber como apoio ao ensino, à pesquisa e extensão e de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região. Aos usuários vinculados ao Campus e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo de livros e espaços para estudos e pesquisas em acervos bibliográficos impressos, digitalizados em formato multimídia e acesso à internet. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio.

A biblioteca do Campus Teresina Central mede aproximadamente 900 metros quadrados, climatizada, mobiliada com cabines individuais e coletivas e acesso à internet wireless. Destaca-se que o acervo é todo informatizado para consulta, empréstimo e devolução, inclusive via terminais de auto empréstimo e auto devolução. Recentemente, o Campus adquiriu uma assinatura da Biblioteca Virtual Universitária, que disponibiliza aos docentes e discentes cerca de 6.500 títulos, que podem ser acessados 24 horas por dia, via internet. Ambos os acervos possuem registro em nome do IFPI.

A Biblioteca opera com sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição.

O acervo divide-se por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros, contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

9 PERFIL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

9.1 Corpo Técnico-Administrativo

A coordenação do Curso de Técnico em Cuidados do Idoso recebe apoio de uma equipe de profissionais que incluem assistentes de administração, pedagogos, psicólogos, médicos, enfermeiros e técnicos em assuntos educacionais.

9.1.1 Perfil atual do Apoio Administrativo

Cargo	Servidor	Qualificação
Assistente em Administração	Manoel Antônio de Sousa	Licenciatura em Física

9.1.2 Perfil atual do Apoio Pedagógico

Cargo	Qtd	Servidores	Qualificação
Pedagogo	04	Telma Teixeira do Nascimento	Mestrado em Educação
		Lauriane Alves do Nascimento	Mestrado em Educação
		José Carlos dos Santos e Silva	Especialização em Educação Profissional e Tecnológica
		Crisvânia de Castro Aquino	Mestrado em Educação
Técnico em Assuntos Educacionais	03	Marília Lopes de Melo Müller	Graduação em Economia e Licenciatura em Biologia
		Manoel da Silva Xavier	Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Supervisão Educacional
		Yara Silvy Albuquerque Pires de Barros	Mestrado em Educação
Assistente Social	01	Amanda Marques de Oliveira Gomes	Graduação em Serviço Social/ Mestrado
Psicólogo	01	Adriano Mesquita da Silva	Graduação em Psicologia e Especialização em Terapia Cognitiva Comportamental e em Neuropsicologia

9.1.3 Perfil Atual dos Serviços Médicos

Cargo	Quantidade	Servidores
Médico	02	Mario Primo da Silva Filho Thiago Henrique Costa Marques
Enfermeira	02	Ariane Gomes dos Santos Nara Magalhães Carvalho
Técnico em Enfermagem	03	Climenes Lima de Sousa Francisca Maria Michelle Oliveira Lustosa Maura Ivone Alves de Jesus Silva
Técnico em Saúde Bucal	04	Francisca Janaína Chaves Ramos Mércia Luciana Floriano de Sousa Ofélia Soares da Cunha Samara Sintia Pereira do Bonfim
Odontólogo	04	Danielle Benigno de Andrade Márcio Silva de Souza Joarlene de Moura Soares Teresa Marly Teles de Carvalho Melo
Técnico em Análises Clínicas	01	Júlio César Alves Soares Menor
Fisioterapeuta	01	Ytalo Franklin Noletto de Sousa
Psicólogo	02	Anderson de Moura Lima Roberta Oliveira Moura
Farmacêutico	01	Kayo Alves Figueiredo
Nutricionista	01	Naiana Fernandes Silva

9.2 Perfil do Docente

Docentes	Regime de Trabalho	Formação	Titulação
Idna de Carvalho Barros Taumaturgo	Efetiva/Dedicação Exclusiva	Tecnologia em Radiologia	Doutorado
Fernanda Pereira da Silva	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Ed. Física	Mestre
Jâmeson Ferreira da Silva	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Tecnologia em Radiologia	Mestre
Fabiana Neves Lima	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Ed. Física	Mestre
Ricardo Basílio de Oliveira Caland	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Ed. Física	Doutorado

Marcelo Cardoso da Silva Ventura	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Biólogo	Mestre
Daniel Rocha Cardoso	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Ed. Física	Mestre
Francisco das Chagas Cavalcante da Rocha	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Ed. Física	Especialista
Angela Regina dos Reis Arcoverde	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Psicologia	Doutorado
Lara Patricia de Lima Cavalcante	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Enfermagem	Mestre
Lucia Maria de Miranda Hadad	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Medicina	Doutorado
Higor Ferreira Fernandes	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Biomedicina	Doutorado
Rosana Martins Carneiro	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Nutrição	Doutorado
Layane Ribeiro de Araujo Leal	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Nutrição	Mestre
Jorgelene de Sousa Lima	Efetivo/Dedicação Exclusiva	Letras Português	Mestre
Cynthia Roberta Dias Torres Silva	Efetivo/Dedicação exclusiva	Enfermagem	Doutorado

9.3 Colegiado de Curso

No IFPI, os Colegiados de cursos Técnicos são regulados pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 06 de abril de 2021.

O Colegiado do Curso Técnico em Cuidados de Idosos é um órgão consultivo e deliberativo, encarregado da coordenação didática, da elaboração, execução e acompanhamento da política de ensino do respectivo curso. Constituem atribuições do Colegiado do Curso de Tecnologia em Radiologia:

- Propor planos de metas para o curso;
- Acompanhar e avaliar os planos e atividades da coordenação, garantindo a qualidade do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular do curso, para a aprovação nos Colegiados Superiores, sempre que necessário;

- Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação do curso;
- Proceder ao acompanhamento e avaliação do curso, envolvendo os diversos segmentos inseridos no processo;
- Deliberar, conclusivamente, sobre a alocação de recursos destinados ao curso, inclusive em sua fase de planejamento;
- Opinar, em primeira instância, nas questões referentes à matrícula, à dispensa de disciplina, à transferência interna e externa e à obtenção de novo título, bem como às representações e aos recursos apresentados por docentes e discentes;
- Analisar os casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar ao órgão competente;
- Propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares do curso;
- Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões.

O colegiado é composto pelo coordenador do curso, como presidente, quatro docentes efetivos que ministram disciplinas na área do curso, dois representantes docentes efetivos que ministram as demais disciplinas do curso, um assessor pedagógico indicado pela coordenação pedagógica do campus e um representante dos discentes do curso, indicado por seus pares.

O Colegiado reúne-se bimestralmente, seguindo um calendário anual, ou por convocação do presidente ou por convocação de 1/3 (um terço) dos seus membros. As reuniões só ocorrem com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros e as deliberações exigem maioria simples dos votos.

10 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

É concedido o Certificado de Técnico em Cuidados de Idosos de nível médio do eixo Ambiente e Saúde aos estudantes que cursarem e forem aprovados em todas as unidades curriculares obrigatórias do curso. O diploma será acompanhado de histórico escolar em que deverá constar as demais atividades de cunho eletivo que o discente tiver cursado com êxito, tais como: estágio curricular não obrigatório.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996, p.27894.

_____.Congresso Nacional. Lei nº 9.795, de 29 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 abr. 1999.

_____.Congresso Nacional. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 19 de dez. 2000, p.6

_____.Congresso Nacional. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 14 de abr. 2004.

_____.Congresso Nacional. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 11 de mar. 2008.

_____.Congresso Nacional. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 10 de jan. 2003.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 5.526, de 26 de dezembro de 2005. Regulamenta sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 26 de dez. 2005.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 7.277, de 30 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 30 de set. 1985.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.892, de 8 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 08 de dez.2008.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de

2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei no 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nos 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei no 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 23 de set. 2008.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 29 de ago. 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de

9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 31 de dez. 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 27 de dez. 2012.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 25 de jun. 2014.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 09 de dezembro de 1994.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 17 de jul. 2008.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 25 de jun. 2002.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 23 de jul. 2004.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 22 de dez. 2005.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 19 de jul. 2010.

_____. Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 26 de setembro de 1909.

_____. Decreto Nº 3.463, de 17 de maio de 2000. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto Federal nº 2.406/97 (trata da autonomia dos Centros Federais de Educação Tecnológica). **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 18 de maio de 2000.

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 11 de out. 2012.

_____. Ministério da Educação. Traça orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia e formação de tecnólogo. Parecer CNE/CES nº 436, de 06 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2001.

_____. Ministério da Educação Parecer CNE/CP nº 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. **Diário Oficial da União** Brasília/DF, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1/2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 23 mai. 2021.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 239/2008. Traça orientações sobre as atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União** Brasília/DF, 2008.

_____. Ministério da Educação Portaria MEC nº 413/2016. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília/DF, 2016.

_____. Ministério da Educação Portaria MEC nº 18/2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União** Brasília/DF, 2012.

_____. Ministério da Educação Portaria MEC nº 1.291/2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. **Diário Oficial da União** Brasília/DF, 2012.

_____. Ministério da Educação Portaria MEC nº 934/1994. Autorizar a Escola Técnica Federal do Piauí a promover o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED de Floriano-PI. **Diário Oficial da União** Brasília/DF, 17 de junho de 1994.

_____. Ministério da Educação Portaria MEC nº 934/1994. Autorizar a Escola Técnica Federal do Piauí a promover o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED de Floriano-PI. **Diário Oficial da União** Brasília/DF, 17 de junho de 1994.

_____. Ministério da Educação Resolução CNE/CP nº 03/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2002.

_____. Ministério da Educação Resolução CONAES nº 01/2010. Normatiza o núcleo

docente estruturante e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2010.

_____. Ministério da Educação Resolução CNE/CP nº 01/2012. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.

RESOLUÇÃO CONSUP no 143/2022. Institui a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2022.

. RESOLUÇÃO CONSUP no 110/2022. Atualiza e consolida o Regulamento do Conselho de Classe do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2022.

. RESOLUÇÃO CONSUP no 109/2022. Atualiza o regulamento que disciplina o Regime de Progressão parcial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológico Piauí. Teresina: IFPI, 2022.

_____. Ministério da Educação Resolução CNE/CP nº 01/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Ministério da Educação. Brasília/DF, 2016.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.

RESOLUÇÃO CONSUP nº 040/2010. Institui a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2010.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 008/2010**. Estabelece a criação do Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC e Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior – PIBICjr do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2010.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 004/2011**. Institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação – Bacharelado, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia do IFPI. Teresina: IFPI, 2011.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 034/2013**. Aprova o programa institucional de Apoio à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Teresina: IFPI, 2013.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 034/2014.** Aprova a Política de Acompanhamento do Discente Egresso – PAEE do IFPI. Teresina: IFPI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 014/2014.** Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 035/2014.** Regulamenta o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 042/2014.** Estabelece normas e procedimentos referentes à criação de cursos, alteração/reformulação curricular, suspensão temporária e extinção para os cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 064/2014.** Aprova a abreviação dos Cursos de Graduação do IFPI para discentes com extraordinário aproveitamento nos estudos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 07/2018.** Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e Revoga a Resolução nº 40/2010. Teresina: IFPI, 2018.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 069/2014.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional IFPI 2015 – 2019. Teresina: IFPI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 046/2013.** Institui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFPI. Teresina: IFPI, 2013.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 016/2015.** Regulamento do Registro e da Inclusão das Atividades de Extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade – nos Currículos dos Cursos de Graduação do IFPI. Teresina: IFPI, 2015.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 092/2016.** Aprova a Política de Desenvolvimento de Coleções do IFPI. Teresina: IFPI, 2016.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 018/2014.** Aprova o Regulamento de Estágio dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado do IFPI. Teresina: IFPI, 2014.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 117/2016.** Estabelece o Regulamento para os Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação do IFPI. Teresina: IFPI, 2016.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 039/2013.** Dispõe sobre as normas e procedimentos para a Mobilidade Acadêmica nacional e internacional, de estudantes de cursos de graduação do IFPI e dá outras providências. Teresina: IFPI, 2013.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 04/2015.** Regulamento da Política Diversidade Inclusão. Teresina: IFPI, 2015.

_____. **RESOLUÇÃO CONSUP nº 54/2018**. Aprova o Regimento dos Colegiados dos Cursos de Graduação do IFPI e revoga a Resolução nº 08/CD/CEFET-PI/2006, de 25 de outubro de 2006. Teresina: IFPI, 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 – 2019**. Teresina: IFPI, 2015. Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional>. Acesso em: 14/12/2016.

Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico do Curso de Cuidados de Idosos

Assunto: Projeto Pedagógico do Curso de Cuidados de Idosos
Assinado por: Idna Barros
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Idna de Carvalho Barros Taumaturgo, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC0001 - CCTSCI-IFPI - CAMPUS TERESINA CENTRAL**, em 10/02/2025 18:15:03.

Este documento foi armazenado no SUAP em 10/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 614411

Código de Autenticação: ec617bb86e



Documento Digitalizado Público

Cuidados de Idosos - Subsequente

Assunto: Cuidados de Idosos - Subsequente
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:26:35.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629963

Código de Autenticação: 284de90870





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 17/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Aprova a Criação do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, integrado ao Ensino Médio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.00903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, integrado ao Ensino Médio, presencial, no âmbito do IFPI, conforme anexo.

At. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:52:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339364

Código de Autenticação: f4ba5651ad



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM SERVIÇOS JURÍDICOS NA FORMA
INTEGRADA, MODALIDADE PRESENCIAL**



REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORIA DE ENSINO TÉCNICO

Nalva Maria Rodrigues de Sousa

DIRETORIA DE POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Oridéia de Sousa Lima

DIRETOR DO CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS TERESINA CENTRAL

Francieric Alves de Araújo

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E NEGÓCIOS – DGN.

Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes

COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO SERVIÇOS JURÍDICOS

Leonardo José Feitosa Neiva

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Leonardo José Feitosa Neiva

Marília Lopes de Melo Muller

Ivanna Káthia Barbosa de Sousa

Eduardo Fortes Portela de Carvalho

Narice Flaviana de Souza Alves Barbosa Braz

Andrea Melo de Carvalho

Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes

Adecio da Silva Santos

Elton Larry Valerio

Marcus Vinicius Martins Barbosa

Márcia Marques Damasceno

Antônio Joaquim da Silva

Jorgelene de Sousa Lima

Lilian Gomes Silva

Aracely Ferreira Lucena

Ariana Vaz de Sousa

Edivan Amancio da Silva

Sumário

1.	Apresentação do IFPI	5
1.1	Missão, Visão e Valores Institucionais	5
1.2	Sede e Unidades do IFPI	5
1.3	Breve Histórico Institucional	8
2	Identificação do Curso	11
3	Justificativa e Objetivos	12
3.1	Justificativa	12
3.2	Objetivo Geral	13
3.3	Objetivos Específicos	13
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	14
4.1	Perfil Profissional de Conclusão	14
4.2	Organização Curricular	14
4.2.1	Componentes Curriculares	16
4.2.2	Prática Profissional: Núcleo Tecnológico	18
4.2.3	Constituição do Núcleo Integrador	21
4.2.4	Constituição do Núcleo Complementar	22
4.3	Campo de Atuação	23
4.4	Instalações, Laboratórios e Equipamentos	23
4.4.1	Instalações	23
4.4.2	Laboratórios e Equipamentos	24
4.5	Perfil de Professores, Instrutores e Técnicos	24
4.6	CrITÉrios e Procedimentos de Avaliação de Aprendizagem	25
4.7	CrITÉrios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores	28
4.8	Estágio Profissional Supervisionado	28
4.9	Monitoria	29
4.10	Linhas de Pesquisa	29
4.11	Ações de Extensão	29
4.12	Diplomas e Certificados	29
5.	EMENTAS DAS UNIDADES CURRICULARES	31
5.1	Ementas das Unidades Curriculares do 1º Ano do Ensino Médio	31
5.1.1	1º Semestre	31
5.1.1.1	Núcleo Básico	31
5.1.1.2	Núcleo Tecnológico	38
5.1.1.3	Núcleo Integrador	41
5.1.2	2º Semestre	42

5.1.2.1 Núcleo Básico	42
5.1.2.2 Núcleo Tecnológico	48
5.1.2.3 Núcleo Integrador	50
5.2 Ementas das Unidades Curriculares do 2º Ano do Ensino Médio	52
5.2.1 1º Semestre	52
5.2.1.2 Núcleo Tecnológico	59
5.2.1.3 Núcleo Integrador	60
5.2.2 2º Semestre	64
5.2.2.1 Núcleo Básico	64
5.2.2.2 Núcleo Tecnológico	70
5.2.3 Núcleo Integrador	72
5.3 Ementas das Unidades Curriculares 3º Ano do Ensino Médio	74
5.3.1 1º Semestre	74
5.3.1.1 Núcleo Básico	74
5.3.1.2 Núcleo Tecnológico	79
5.3.1.3 Núcleo Integrador	81
5.3.2 2º Semestre	83
5.3.2.1 Núcleo Básico	83
5.3.2.2 Núcleo Tecnológico	88
5.3.2.3 Núcleo Integrador	90
5.4 EMENTAS DAS UNIDADES CURRICULARES DO NÚCLEO COMPLEMENTAR	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

1. Apresentação do IFPI

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a instituição é vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal do Piauí busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumentou significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

1.1 Missão, Visão e Valores Institucionais

O IFPI destaca-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com responsabilidade econômica e social, incluindo, a partir de 2015, a responsabilidade ambiental em suas estratégias. Assim, o IFPI tem missão de **“promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais.”**

A visão de uma instituição reflete um desejo coletivo a ser alcançado, em um espaço de tempo de médio a longo prazo, buscando dar-lhe identidade. O IFPI tem como visão de futuro: **“consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País”.**

Os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, organizados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são:

- Ética;
- Respeito;
- Solidariedade;
- Diálogo;
- Participação;
- Transparência;
- Equidade;
- Responsabilidade.

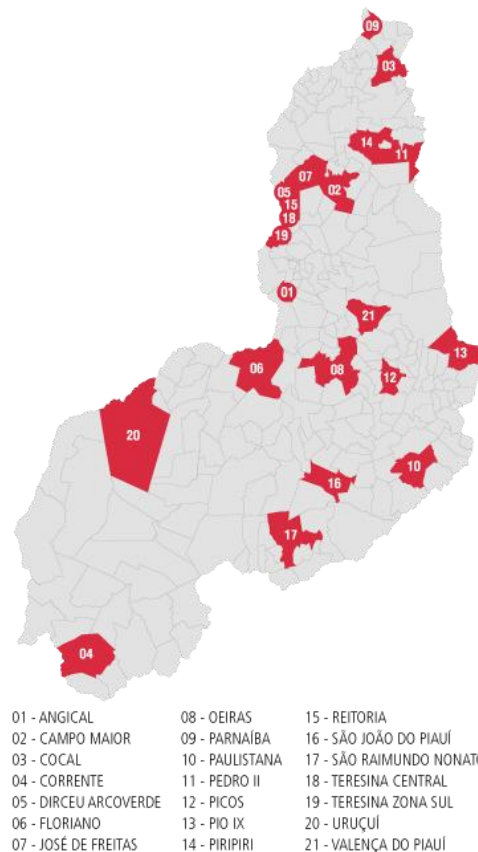
1.2 Sede e Unidades do IFPI

A portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabelece que o processo de expansão dos Institutos Federais pode ocorrer mediante a constituição e estruturação das seguintes unidades administrativas, desde que sejam observados os objetivos, as finalidades, as características e a estrutura organizacional:

- 1.2.1 Campus, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial;
- 1.2.2 Campus Avançado, vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;
- 1.2.3 Polo de Inovação, destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica;
- 1.2.4 Polo de Educação a Distância, destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, podendo ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal;
- 1.2.5 Centros de Referência, vinculados à Reitoria, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica.

Com isso, IFPI possui 1 Reitoria, 20 campi, distribuídos em 18 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria, 2 campi e 2 campi avançados em Teresina, e os demais, assim distribuídos: Angical do Piauí, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, José de Freitas, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piri-piri, Oeiras, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença do Piauí (**Figura 1**).

Figura 1 – Distribuição das Unidades do IFPI



1.3 Breve Histórico Institucional

Em 1909, 20 anos após o advento da República e 21 anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Pensando em minimizar as desigualdades e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

Por meio do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A segunda denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP).

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficaram geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial. A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Assim, passando a ser chamada de Escola Industrial Federal do Piauí (EIFPI). Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

A promoção para Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses pelo Ministério da Educação. Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variedades de opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística.

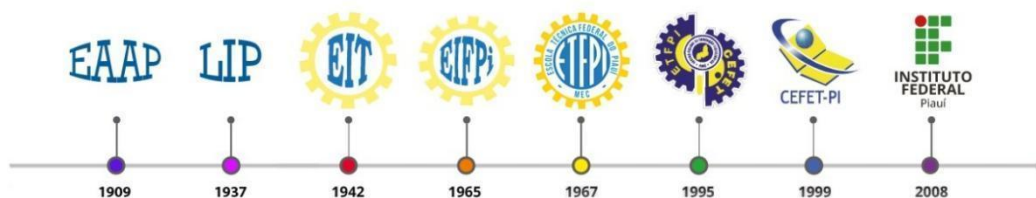
O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999. O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999,

ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status atual de Instituto Federal do Piauí (IFPI), conforme ilustra a linha do tempo na Figura 2.

Figura 2 – Linha do Tempo do IFPI



Fonte: DIRCOM, 2019.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada pelo Reitor, Prof. Paulo Henrique Gomes de Lima. A unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí foi instalada numa estrutura ampla, moderna e adequada às atividades gerenciais.

Hoje, o Instituto Federal do Piauí atende a mais de 25 mil matrículas, com uma oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes/subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, além de cursos de formação inicial e continuada, cursos a distância, especializações e mestrados em Engenharia de Materiais, Análise e Planejamento Espacial, Educação Profissional e Tecnológica e Matemática. Serão mais de 4 mil vagas para o Exame Classificatório 2025.1.

Com 112 anos de existência, a Instituição continua firme no propósito de oferecer aos piauienses uma educação profissional focada na tecnologia, no empreendedorismo, na pesquisa e na extensão.

2. Identificação do Curso

Denominação: Técnico Integrado em Serviços Jurídicos.

Eixo tecnológico: Gestão e Negócios.

Modalidade de oferta: presencial.

Instituição proponente:

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Campus: Teresina Central

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Praça da Liberdade, 1597 - Centro | Teresina - PI

Telefone: (86) 3131-9430

E-mail de Contato: tsj.catce@ifpi.edu.br

Vagas: 40 (quarenta).

Turno: diurno.

Periodicidade da oferta: anual.

Carga horária total do curso: 3.200 horas.

Estágio profissional supervisionado: 200 horas (Não obrigatório).

Duração: Mínimo de 36 meses (correspondente a 6 módulos semestrais), com Máximo de 72 meses (correspondente a 12 módulos semestrais).

Título conferido: Técnico em Serviços Jurídicos.

Autorização do curso: Resolução CONSUP Nº

Periodicidade de atualização e revisão do Projeto Pedagógico: A cada 3 anos.

Legislação:

Plano de Desenvolvimento Institucional IFPI

Projeto Político-Pedagógico Institucional

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)

Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021



3. Justificativa e Objetivos

3.1 Justificativa

Segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB nacional, atualmente há mais de 17 mil advogados inscritos da OAB-PI¹. Porém, a área jurídica é muito mais ampla que a advocacia em si, uma vez que engloba profissionais que atuam em outras organizações públicas e privadas, tais como o Ministério Público, o Poder Judiciário, o sistema de segurança pública e os cartórios. Com relação aos estudantes da área de direito, segundo dados do último Censo Nacional da Educação Superior, ano 2022, a Taxa de ocupação das vagas novas oferecidas é de 171.180 mil estudantes de Direito, destes 12.074 matriculados no estado do Piauí². Nesse contexto, é potencialmente significativa a demanda por profissionais qualificados para apoio a atividades tipicamente jurídicas, na modalidade de técnico.

Diante disso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI, em atendimento às demandas socioeconômicas e ambientais do mundo do trabalho local e regional, mediante realização de estudo no setor produtivo e consulta à comunidade³, em suas aspirações e interesses, oferta o Curso Técnico de Nível Médio em Serviços Jurídicos Integrado ao Ensino Médio, na modalidade Presencial.

O objetivo do curso é a formação de profissionais que executam serviços de suporte e apoio técnico-administrativo a escritórios de advocacia, departamentos jurídicos, cartórios judiciais e extrajudiciais, departamento de Recursos Humanos, Financeiro e Contábil, e Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC).

Nos termos do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, do MEC:

O Técnico em Serviços Jurídicos será habilitado para:

- Executar atividades administrativas de planejamento, organização, direção e controle em rotinas de escritórios de advocacia e demais organizações que dispõem de departamento jurídico.
- Prestar suporte e apoio técnico-administrativo a profissionais da área jurídica.
- Acompanhar, gerenciar e arquivar documentos e processos de natureza jurídica.
- Prestar atendimento receptivo ao público.

Para atuação como Técnico em Serviços Jurídicos, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados ao direito, de modo a atuar em conformidade com as legislações e diretrizes de órgãos reguladores, como também com as normas de saúde e segurança do trabalho.

¹ Confira-se em: <https://www.oab.org.br/institucionalconselhoederal/quadroadvogados>. Acesso em 16. Abril. 2024.

² Confira-se: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/piaui/>. Acesso em 27/09/2023.

³ Em consulta pública realizada no período de 19 de abril a 17 de maio deste ano, com estudantes do IFPI e Estado, demonstrou que o curso Técnico Integrado em Serviços Jurídicos, dentre as 12 opções de curso apresentadas, estaria dentre as escolhas de 209 respondentes, especialmente, quando perguntado sobre a escolha do curso a ser ofertado no Campus Teresina Central.

- Atuação de forma proativa em atividades de mediação, de resolução de conflitos, de situações-problema e trabalho em equipe, com comunicação clara e cordial e respeito à diversidade.

Assim, os discentes, ao concluírem o curso, terão alcançado aprimoramento profissional, com conseqüente aumento de sua capacidade pessoal de proporcionar a celeridade dos feitos e a elevação do percentual de satisfação, tanto do empregador como dos clientes.

A proposta consiste na formação do Técnico em Serviços Jurídicos, profissional que atuará na rotina do escritório de advocacia ou nas demais organizações que dispõem de um setor ou departamento jurídico.

Atualmente, a oferta do curso Técnico Integrado ao Médio em Serviços Jurídicos, na região Nordeste, se dá pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e Piauí. Assim, vislumbra-se uma exponencial demanda pelo curso, observando-se também, a possibilidade de verticalização entre o ensino técnico e o superior.

A verticalização oferece uma série de benefícios, tanto para os estudantes quanto para a sociedade como um todo. A grande vantagem para os estudantes é a possibilidade de prosseguirem em sua formação acadêmica dentro da mesma área de conhecimento, o que resulta numa experiência educacional mais fluida e coerente, com currículos alinhados e oportunidades de aprendizado contínuo. A verticalização também pode contribuir para o desenvolvimento regional e nacional, ao formar profissionais melhor qualificados e preparados para atuar nos diversos setores da economia. Ou seja, com a verticalização obtém-se resultados qualitativos superiores, o que implica em benefícios tanto para o estudante quanto para a comunidade. Cumpre lembrar que a educação profissional e tecnológica desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento socioeconômico, ao fornecer mão de obra especializada e inovadora.

3.2 Objetivo Geral

Formar profissional crítico, solidário e ético, em que inserido em um contexto plural e diverso, seja capaz de articular teoria à prática, demonstrando conhecimentos, habilidades e atitudes para atuação e execução de serviços de apoio técnico administrativo e de suporte em escritórios de advocacia, auditoria jurídica, recursos humanos e em departamentos administrativos de organizações públicas e/ou privadas.

3.3 Objetivos Específicos

- Promover aos estudantes uma sólida formação intelectual, ética, cívica e técnica, associada ao desenvolvimento do pensamento crítico, ao incentivo à participação social efetiva, consciente e responsável;
- Preparar o estudante para o trabalho e para a cidadania, com o senso de aprendizagem contínua para a adaptabilidade ao dinamismo do mercado de trabalho;
- Propiciar aos estudantes a aquisição integrada de conhecimentos teóricos e práticos que permitam o competente exercício da profissão, tendo em vista as atribuições específicas que lhe serão legalmente conferidas;



- Formar profissionais para auxiliar em escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, recursos humanos, cartórios, e em departamentos administrativos, executando serviços de apoio técnico-administrativo e de suporte.
- Formar profissionais conscientes e comprometidos com a visão sistêmica do seu papel na sociedade no que tange a meio ambiente, saúde e segurança;

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Para o ingresso no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Serviços Jurídicos o interessado deverá ter concluído o Ensino Fundamental ou equivalente. O acesso ocorrerá por meio de processo seletivo público - Exame Classificatório -, obedecendo ao Edital do certame que determinará o número de vagas e os critérios de seleção dos candidatos, devendo o número de vagas atender ao que está designado no Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as capacidades físicas e técnicas do Campus.

4.1 Perfil Profissional de Conclusão

O Técnico em Serviços Jurídicos, será habilitado para:

- Executar atividades administrativas de planejamento, organização, direção e controle em rotinas de escritórios de advocacia e demais organizações que dispõem de departamento jurídico.
- Prestar suporte e apoio técnico-administrativo a profissionais da área jurídica.
- Acompanhar, gerenciar e arquivar documentos e processos de natureza jurídica.
- Prestar atendimento receptivo ao público.

Para atuação como Técnico em Serviços Jurídicos, são fundamentais:

- Conhecimentos e saberes relacionados ao direito, de modo a atuar em conformidade com as legislações e diretrizes de órgãos reguladores, como também com as normas de saúde e segurança do trabalho.
- Atuação de forma proativa em atividades de mediação, de resolução de conflitos, de situações-problema e trabalho em equipe, com comunicação clara e cordial e respeito à diversidade.

4.2 Organização Curricular

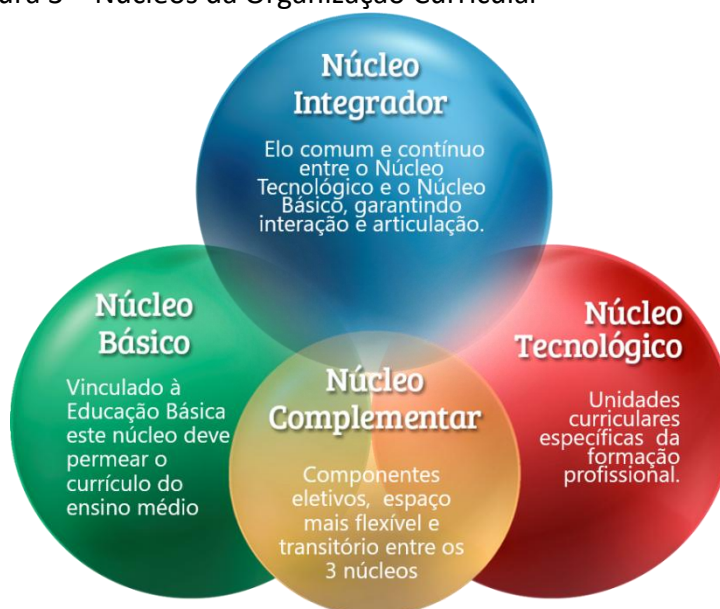
O Curso Técnico em Serviços Jurídicos, na forma integrada ao Ensino Médio, segue os princípios e finalidades da educação profissional contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Ademais, no momento da elaboração do projeto de reformulação do curso, pautou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mais especificamente, tomando como base a resolução CNE/CP Nº 1 de 5 de Janeiro de 2021.

Assim, em consonância com a legislação supracitada, art. 3º, este projeto pedagógico adotou os princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica. Também considerou o art. 8º, em seus incisos, versam sobre critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

Ademais, a organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil dos egressos, que é definido pela explicitação de conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica articulada com o ensino médio na forma integrada, orientada pelo princípio da interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação curricular, será organizada por quatro núcleos: Básico, Integrador, Complementar e Tecnológico.

Figura 3 – Núcleos da Organização Curricular



NÚCLEO TECNOLÓGICO | Carga Horária: 1000h

Refere-se aos métodos, técnicas, e instrumental teórico relativos ao curso Técnico em Serviços Jurídicos. As unidades curriculares específicas da formação profissional são identificadas a partir do perfil do egresso, e instrumentalizam o domínio intelectual dos diversos ramos do Direito, o que compõe o cerne do curso, assim como o domínio dos demais ramos do saber que contemplam as atribuições funcionais previstas para o técnico em serviços jurídicos.

NÚCLEO BÁSICO | Carga Horária: 1800h

Compreende os conhecimentos e as habilidades nas áreas de Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas tecnologias e Ciências da Natureza e



suas tecnologias, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão.

NÚCLEO INTEGRADOR | Carga Horária: 180h

Trata-se de um espaço da organização curricular ao qual se destinam as unidades curriculares que se referem aos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e técnica e que possuem maior área de integração com as demais unidades curriculares do curso em relação ao perfil do egresso.

Tem o objetivo de ser o elo comum entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir formas de interação e articulação entre os diferentes campos de saberes específicos.

NÚCLEO COMPLEMENTAR | Carga Horária: 220h

Refere-se à ampliação, diversificação, complementação de competências e habilidades acerca de conceitos, temas, conteúdos de interesses dos alunos, de modo a favorecer o protagonismo do estudante na escolha do seu itinerário formativo.

Compõe-se de unidades curriculares eletivas complementares que possam focar situações da prática social dos estudantes, oportunizando espaços de diálogo, construção do conhecimento e de tecnologias para o desenvolvimento pessoal e social do educando.

Desse modo, a organização curricular promoverá a integração dos conhecimentos por meio da superação da mera justaposição de saberes. Uma vez que assegura um espaço de intersecção dos conhecimentos da formação geral, da formação profissional e complementar.

4.2.1 Componentes Curriculares

Na perspectiva da educação para o trabalho e considerando o art. 16 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de Janeiro de 2021, que apresenta as formas de desenvolvimento dos cursos técnicos, segue a Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado ao Médio em Serviços Jurídicos.

GRADE CURRICULAR - CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

NÚCLEO	ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	1º ANO				2º ANO				3º ANO				CHT-A
			1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre		2º Semestre		
			AS	CH-A	AS	CH-A	AS	CH-A	AS	CH-A	AS	CH-A	AS	CH-A	
Núcleo Básico	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	3	60	3	60	3	60	3	60	3	60	3	60	360
		Arte	2	40			2	40							80
		Inglês			2	40			2	40					80
		Espanhol	2	40			2	40							80
	Matemática e suas Tecnologias	Educação Física			2	40			2	40					80
		Matemática	3	60	3	60	3	60	3	60	3	60	3	60	360
		Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia			2	40			2	40			2	40
	Física		2	40			2	40			2	40			120
	Química				2	40			2	40			2	40	120
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História			2	40			1	20			2	40	100
		Geografia			2	40			1	20			2	40	100
		Filosofia	2	40			2	40			1	20			100
		Sociologia	2	40			1	20			2	40			100
Carga Horária Total do Núcleo			16	320	18	360	14	300	16	320	12	220	14	280	1800
Núcleo Tecnológico	Introdução às Normas do Direito Brasileiro		2	40											40
	Noções de Direito Processual		3	60											60
	Noções de Direito Constitucional		3	60											60
	Noções de Contabilidade		2	40											40
	Noções de Direito Civil I				3	60									60
	Gestão de Documentos e Arquivo				2	40									40
	Noções de Direito Administrativo				3	60									60
	Noções de Direito Financeiro						2	40							40
	Noções de Direito do Trabalho						3	60							60
	Noções de Direito Previdenciário						3	60							60
	Noções de Direito Penal e Processo Penal						3	60							60
	Noções de Direito Tributário								3	60					60
	Noções de Direito Civil II								3	60					60
	Rotinas Trabalhistas								2	40					40
	Rotinas Administrativas em Serviços Jurídicos										3	60			60
	Gestão de Conflitos										2	40			40
	Prática Processual										3	60			60
Noções de Direito do Consumidor												2	40	40	
Noções de Direito Registral												3	60	60	
Carga Horária Total do Núcleo			10	200	8	160	11	220	8	160	8	160	5	100	1000
Núcleo Integrador	TEMA		AS	CH-A	AS	CH-A	A	CH-A	A	CH-A	A	CH-A	A	CH-A	CHT - A
	Integrador 1. Tópicos atuais em Direito Constitucional		1	20	2	40			1	20	2	40			60
	Integrador 2. Tópicos atuais em legislação trabalhista e previdenciária.														60
	Integrador 3. Tópicos atuais em Direito Penal e Processual Penal.										2	40	1	20	60
Carga Horária Total do Núcleo			1	20	2	40	1	20	2	40	2	40	1	20	180
Núcleo Complementar	Complementar 1. Noções de História e Filosofia do Direito		3	60											60
	Complementar 2. Noções de Direito Ambiental e Agrário				2	40									40
	Complementar 3. Noções de Legislação Penal Especial e Lei dos JECs								2	40					40
	Complementar 4. Noções teóricas de Direito Digital						1	20							20
	Complementar 5. Noções de soluções extrajudiciais de conflitos												2	40	40
	Complementar 6. Noções de Direito Coletivo do Trabalho										2	20			20
Carga Horária Total do Núcleo			3		2		1		2		2		2	220	
Carga Horária Total da Formação Técnica Profissionalizante Integrada			30	500	30	580	27	500	28	500	24	440	22	460	3200
Estágio Profissional Supervisionado (Não Obrigatório)														200	
Total do Curso + Estágio Profissional Supervisionado (Não Obrigatório)														3400	

Seguindo as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normatizações internas do IFPI, o curso ocorrerá em 6 (seis) módulos, correspondente a 6 (seis) semestres letivos com duração estimada de 3 (três) anos, totalizando 3200 horas. A carga horária prevista não inclui estágio curricular supervisionado, neste projeto pedagógico seu caráter é **não obrigatório**, conforme lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e normativas específicas Resolução CONSUP nº 17/2014.

A constituição dos componentes curriculares, considerando a integração entre os conhecimentos, a complexidade dos conteúdos e a integração entre a formação geral e formação técnica, deverá proporcionar que o agrupamento, ordenamento e distribuição dos conhecimentos na matriz explicitem fluidez e organicidade curricular, em movimento para superação da justaposição, sobreposição e fragmentação do conhecimento.

A integração curricular poderá ter as seguintes formas de composição: **Oficinas de Integração; Módulos, Projetos Integradores; Projetos de Ação Comunitária; Eixos temáticos; Práticas Interdisciplinares, Laboratórios, Clubes, Observatórios, Incubadoras, Núcleos de estudos, Núcleos de criação artística, dentre outros compatíveis com os objetivos educacionais propostos e os objetos de estudos selecionados.**

Assim, a organização curricular adotou as orientações, e foram elaboradas as propostas de ementas que se encontram disponíveis no Apêndice I deste documento.

4.2.2 Prática Profissional: Núcleo Tecnológico

A Prática Profissional é uma estratégia educacional favorável para a contextualização dos conhecimentos, significação dos objetos de estudo/conteúdos, flexibilização e integração curricular, abrangendo as diversas configurações da formação profissional vinculadas ao perfil do egresso e que pode se dar tanto em diferentes situações de vivências e aprendizagens que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

Neste documento, a prática profissional é intrínseca ao currículo e faz parte do componente curricular, devendo permeá-lo durante todo o processo de ensino e aprendizagem, não se restringindo a um tempo específico e delimitado do curso, mas ao longo do processo formativo, desde o início até a certificação.

Dessa forma, poderá ser desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, por meio de: situações de vivência, aprendizagem e trabalho tais como: Oficinas, Estudos de caso; Pesquisas individuais e em equipes; Projetos de pesquisa e/ou intervenção; Projetos de extensão; Congressos; Seminários; Semanas de estudo; Monitorias; Visitas técnicas; Simulações de situações problemas; Organização de feiras e eventos; Aulas práticas em laboratórios e em Estágios.

Ademais, a referida prática deve promover a indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; a interdisciplinaridade do curso e da prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular; a contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, pretende-se promover a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso, e proporcionar a flexibilização curricular e a ampliação do

diálogo entre as diferentes áreas de formação, devendo motivar os estudantes em razão de estarem em permanente contato com a prática de trabalho, não apenas na perspectiva da habilitação técnica específica.

Considerando as competências do profissional Técnico em Serviços Jurídicos, o **Primeiro Ano do Ensino Médio** tem por objetivo desenvolver uma base teórica para o estudante formar o alicerce de seus conhecimentos jurídicos. Assim, os alunos terão além disciplinas introdutórias, como “Introdução às Normas do Direito Brasileiro”, “Noções de Direito Processual”, e “Noções de História e Filosofia do Direito”, disciplinas com as quais poderão desenvolver competências jurídicas práticas, como “Noções de Direito Civil I”, que estuda as normas que disciplinam as relações jurídicas privadas, e “Noções de Direito Administrativo”, que rege as atividades da Administração, e, portanto, é fundamental para a atuação do Técnico em Serviços Jurídicos junto ao setor público. O aluno ainda adquirirá conhecimentos colaterais ao Direito, nas disciplinas “Noções de Contabilidade” e “Gestão de Documentos e Arquivo”, que são essenciais para a gestão dos escritórios jurídicos ou repartições públicas nas quais os discentes venham a atuar.

No **Segundo Ano do Ensino Médio** o discente avançará em sua formação jurídica rumo às principais competências jurídicas. As disciplinas “Noções de Direito Financeiro” e “Noções de Direito Tributário” habilitarão os discentes a atuar junto a tribunais de contas e órgãos públicos encarregados das finanças públicas. Por sua vez, as disciplinas “Noções de Direito do Trabalho” e “Noções de Direito Administrativo” habilitarão os discentes a atuar junto à advocacia trabalhista e previdenciária, que estão entre os ramos mais promissores do Direito. A disciplina “Noções de Direito Penal e Processual Penal” desenvolverá as competências necessárias para o técnico em serviços jurídicos atuar junto aos órgãos de segurança pública ou escritórios de advocacia criminal. A disciplina “Noções de Direito Civil II” complementarará a formação jurídica do discente em Direito Civil, possibilitando atuação em escritórios de advocacia voltados para as áreas de Direito de Família ou Sucessões, assim como em órgãos estatais encarregados da tarefa. Por derradeiro, a disciplina “Rotinas Trabalhistas” fornecerá conhecimento contábil para que o técnico em serviços jurídicos possa realizar uma série de cálculos em escritórios de advocacia e contabilidade.

No **Terceiro Ano do Ensino Médio**, o aluno receberá o toque final em seus conhecimentos técnicos, adquirindo conhecimentos mais voltados ao desempenho prático de sua profissão. Neste sentido, a disciplina “Prática Processual” o ensinará a reconhecer e redigir peças processuais, ao tempo em que a disciplina “Rotinas Administrativas em Serviços Jurídicos” lhe ensinará conhecimentos típicos da ciência da Administração, que lhe habilitarão a realizar ou colaborar com a gestão administrativa do escritório jurídico ou repartição em atuar. A disciplina “Gestão de Conflitos” fornecerá uma base de conhecimentos necessária para que o estudante possa atuar como agente ativo na solução pacífica de conflitos. Por seu turno, a disciplina “Noções de Direito do Consumidor” habilitará o aluno a atuar na defesa do consumidor, seja ao lado de profissionais da advocacia, seja em instituições públicas. Por fim, a disciplina “Noções de Direito Registral” habilitará o discente para trabalhar junto aos cartórios ou atuar como correspondente extrajudicial na solução de demandas dos clientes.

Nesse contexto, considerando todas as orientações já citadas neste documento, as propostas de ementas para o Núcleo Tecnológico encontram-se disponíveis no Apêndice deste documento.

4.2.3 Constituição do Núcleo Integrador

O Núcleo Integrador deverá ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as unidades curriculares que se referem aos conhecimentos e habilidades inerentes à formação básica e formação profissional e que possuem maior área de integração com as demais unidades curriculares do curso em relação ao perfil do egresso. Dessa forma, o Núcleo Integrador se caracteriza da seguinte forma:

Objetivo: tem por escopo ser o elo entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir formas de interação e articulação entre os diferentes campos de saberes específicos.

Estruturação: a estruturação do NÚCLEO INTEGRADOR deverá ser orientada pela concepção de EIXO TECNOLÓGICO, o que implica considerar os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do Eixo Tecnológico em que se situa cada curso no sistema de produção social.

Organização curricular: a seleção dos objetos de estudos que comporão as unidades curriculares do NÚCLEO INTEGRADOR poderão contemplar os seguintes temas/conteúdos/habilidades: processos produtivos sociais, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética, profissional, ética da tecnologia, tecnologias emergentes, cidadania, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho, trabalho, tecnologia e poder, convivência com o bioma.

Carga horária máxima: o Núcleo Integrador terá a carga horária total de 180 horas.

As formas de composição para a integração curricular deverão apresentar, no mínimo, a seguinte estrutura:

- Título
- Identificação das áreas de integração curricular /objetos de estudo/temas/conteúdos/habilidades
- Unidades curriculares que serão integradas
- Professores envolvidos na integração curricular
- Público a que se destina
- Justificativa
- Competências e habilidades
- Metodologia
- Recursos didáticos
- Carga horária
- Produto final/culminância
- Avaliação integrada/frequência
- Referenciais

Ademais, os temas integradores sugeridos no presente do PPC, cujas ementas estão no apêndice I, são:

Temas integradores:

Integrador 1. Tópicos atuais em Direito Constitucional.

Integrador 2. Tópicos atuais em Legislação Trabalhista e Previdenciária.

Integrador 3. Tópicos atuais em Direito Penal e Processual Penal.

Assim, considerando todas as orientações já citadas neste documento, as propostas de ementas para o Núcleo Integrador encontram-se disponíveis nas seções seguintes deste plano.

4.2.4 Constituição do Núcleo Complementar

Segundo a LDB 9394/96, Art. 26, “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Conforme a LDB 9394/96, Art. 23; III, poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

Nos termos da Resolução CNE/CEB nº 3/ 2018, Art. 12; § 7º, a critério dos sistemas de ensino, os currículos do ensino médio podem considerar competências eletivas complementares do estudante como forma de ampliação da carga horária do itinerário formativo escolhido, atendendo ao projeto de vida do estudante.

As unidades curriculares eletivas compõem a parte diversificada do currículo escolar e, junto ao currículo formal, ampliam e enriquecem temas relativos aos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade. Esses componentes curriculares possibilitam a aproximação do ensino com os interesses e a realidade dos alunos, como protagonistas de sua própria aprendizagem.

Tais componentes integram a estrutura curricular diversificada e complementar, ampliando a carga horária da formação do aluno para além das cargas horárias mínimas do curso, mediante escolha pelo estudante, a partir de um conjunto de competências e habilidades complementares explícitas no PPC.

As eletivas são de oferecimento obrigatório, com caráter compulsório no que se refere à participação dos alunos, como forma de totalizando a carga horária para integralização curricular.

Não há a obrigatoriedade de os educandos estarem matriculados na mesma série/-turma para cursarem um componente curricular eletivo. A oferta se estende a estudantes de períodos letivos diversos, desde que não exceda o tempo de duração do curso: três anos.

No histórico escolar do aluno constará a relação das eletivas com as respectivas cargas horárias; o desempenho e a frequência do aluno.

A seguir, a relação de disciplinas complementares previstas para este PPC:

Complementar 1. Noções de História e Filosofia do Direito

Complementar 2. Noções de Direito Ambiental e Agrário

Complementar 3. Noções de Legislação Penal Especial e Lei dos JECs

Complementar 4. Noções Teóricas de Direito Digital

Complementar 5. Noções de Direito Coletivo do Trabalho

Por fim, considerando todas as orientações já citadas neste documento, as propostas de ementas para o Núcleo Complementar encontram-se disponíveis no Apêndice deste documento.

4.3 Campo de Atuação

A proposta curricular do Curso Técnico em Serviços Jurídicos Integrado ao Ensino Médio atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9394/96, no Decreto Federal 5.154/04, e no Decreto 90.922/85 que dispõe sobre o exercício da Profissão e demais normas vigentes. Assim, considerando as normatizações supracitadas e a 4ª Ed. do CNCT 2020, o profissional Técnico em Serviços Jurídicos poderá exercer os seguintes níveis de atuação e ambientes de trabalho:

Locais e ambientes de trabalho:

- Escritórios de Advocacia;
- Departamentos Jurídicos;
- Cartórios Judiciais e Extrajudiciais;
- Departamento de Recursos Humanos, Financeiro e Contábil;
- Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC);

Níveis de atuação:

- Suporte técnico especializado;
- Coordenação e liderança de equipes;
- Empreendedor e profissional autônomo.

4.4 Instalações, Laboratórios e Equipamentos

4.4.1 Instalações

O Curso Técnico em Serviços Jurídicos Integrado ao Ensino Médio concentra boa parte da infraestrutura para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas nos Prédios A, B e C do *Campus* Teresina Central, localizado na R. Quintino Bocaiúva, Centro (Norte), Teresina - PI.

No Prédio B encontra-se a Biblioteca Dr. Francisco Montojos, que possui um amplo espaço para estudo com mesas individuais, além de sala de estudos e uma grande quantidade de títulos impressos, bem como livros virtuais, disponibilizados gratuitamente para a leitura on-line por meio da Biblioteca Virtual Universitária (BVU). Esta fonte de pesquisa complementa o acervo de livros impressos da Biblioteca em mais de 40 diferentes áreas como: administração, marketing, engenharia, economia, letras, história, geografia,

matemática, física, computação, educação, gastronomia, turismo, entre outras, todos eles acessíveis 24 horas por dia, durante sete dias, através de qualquer computador conectado à web.

Ademais, o campus conta com 2 (dois) auditórios, 2 (dois) Ginásios Poliesportivos, salas de orientação aos estudantes e centro administrativo.

Para a realização das aulas teóricas deste curso, a instituição disponibiliza no primeiro andar do Prédio C, 03 (três) salas de aula com quarenta conjuntos de carteiras, quadro branco, aparelho de projeção e condicionador de ar em cada uma. Há disponibilidade de um laboratório de informática com 20 computadores para as aulas práticas.

4.4.2 Laboratórios e Equipamentos

No andar B4, o DGN possui um laboratório de informática, com 20 computadores, o que é necessário e suficiente para as aulas práticas do curso.

- **Aulas Práticas – a realizarem-se nos Laboratórios de informática do IFPI. Serão disponibilizados recursos como computadores, vídeos, data show, televisão, quadro de acrílico e pincéis, etc;**

Considerando o decreto no 5.296/2004, para as pessoas portadoras de necessidades especiais, o campus possui infraestrutura disponível para amenizar as barreiras arquitetônicas. Podemos citar: elevadores, pisos acessíveis e rampas de acesso, sanitários adaptados, bem como materiais adaptados para o processo ensino e aprendizagem.

O IFPI Campus Teresina Central também conta com o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas) instituído e disponível às necessidades dos estudantes e servidores bem como de todas as pessoas que buscam esta Instituição de Ensino.

4.5 Perfil de Professores, Instrutores e Técnicos

O Núcleo Docente Básico (NDB) do Curso Técnico em Serviços Jurídicos é composto por 07 (sete) professores da área de Direito. Além disso, o curso conta com o 1 (um) técnico de laboratório. A seguir a relação de servidores que fazem parte do corpo técnico administrativo e NBD.

	DOCENTES	CURRÍCULO LATES
1	Andrea Melo de Carvalho (Doutora)	http://lattes.cnpq.br/5069559409521282
2	Eduardo Fortes Portela de Carvalho (Mestre)	http://lattes.cnpq.br/8320186417934156
3	Flavio Cristiano Costa Oliveira (Mestre)	http://lattes.cnpq.br/9119613399482380
4	Ivanna Kathia Barbosa de Sousa (Mestre)	http://lattes.cnpq.br/9879303866653041
5	Leonardo José Feitosa Neiva (Mestre)	http://lattes.cnpq.br/3528844776672762

6	Narice Flaviana de Souza Alves Barbosa Braz (Especialista)	http://lattes.cnpq.br/5684525587860751
7	Ranyere Nery Gonçalves (Mestre)	http://lattes.cnpq.br/2761372306626542

	SERVIDOR (A)	ÁREA DE FORMAÇÃO
1	MARÍLIA LOPES DE MELO MULLER (Técnico em Assuntos Educacionais)	Licenciado em Pedagogia ou qualquer licenciatura
1	DIEGO JAMES OLIVEIRA SILVA Assistente de Laboratório	Técnico em Informática.

4.6 Critérios e Procedimentos de Avaliação de Aprendizagem

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei Nº 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico. Assim, a Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- Prova escrita;
- Observação contínua;
- Elaboração de portfólio;
- Trabalho individual
- Trabalho coletivo;
- Resolução de exercícios;
- Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- Seminário;
- Relatório;
- Prova prática
- Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

A verificação da aprendizagem nos cursos técnicos integrados ao médio, ofertados na forma seriado semestral, deverá ser expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos. Ademais, vale ressaltar os seguintes pontos da Organização Didática do IFPI:

- Os aspectos qualitativos compreende: assiduidade e pontualidade, realização de atividades escolares, disciplina, participação nas aulas, além de outros critérios definidos pelo professor.
- Os instrumentos de avaliação corrigidos deverão ser devolvidos aos alunos em até sete dias úteis, após a sua realização, a fim de possibilitar-lhes análise, discussão e revisão dos resultados.
- Independentemente do instrumento de avaliação utilizado, o professor deverá registrar o desempenho dos alunos em formulário específico, informando-lhes o resultado obtido.
- As datas das avaliações mensais ficarão a critério do professor, já as bimestrais e exames finais serão previstas no Calendário Acadêmico.
- Os originais dos instrumentos de avaliação bimestral deverão ser entregues às Coordenações de Curso/Área, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, antes da data prevista para aplicação, para que a Coordenação Pedagógica analise-os e dê seu parecer.
- A nota de cada bimestre será a média aritmética simples de todas as avaliações do bimestre, dada pela fórmula:

Média bimestral

$$MB = \frac{AV_1 + AV_2 + AV_3 + \dots + AV_n}{n}$$

Onde:

MB = Média Bimestral;

AV_{1-n} = Avaliações realizadas no bimestre;

n = número de avaliações realizadas.

- Ao final de cada bimestre, o aluno que não obtiver a média 7,0 (sete) terá direito a recuperação contínua e paralela, mediante uma nova avaliação, com valor de zero (0,0) a dez (10,0).
- A Média Anual será obtida pela média aritmética das médias bimestrais, dada pela seguinte fórmula:

Média semestral:

$$MS = \frac{MB_1 + MB_2 + MB_3 + MB_4}{4}$$

Onde:

MS = Média Semestral;

MB_1 = Média do Primeiro bimestre; MB_2 = Média do Segundo bimestre; MB_3 = Média do Terceiro bimestre; MB_4 = Média do Quarto bimestre.

- Será considerado aprovado por média o aluno que obtiver média anual igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista no período letivo.
- Será submetido a uma Prova Final Semestral (PFS) o discente que obtiver média semestral igual ou superior a 2,0 (dois) e inferior a 7,0 (sete).
- A Prova Final Semestral deverá ser elaborada com base nos conteúdos ministrados durante o módulo semestre letivo nos quais o aluno apresentou mais dificuldade de aprendizagem e aplicada de acordo com a organização da Coordenação de Curso e o Calendário Acadêmico.
- O aluno estará aprovado se, após a Prova Final, obtiver Média Final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis), obtida pela média aritmética da Média Anual e da Nota da Prova Final, dada pela seguinte fórmula:

Prova final:
$MF = \frac{MA + PF}{2}$
Onde:
<i>MF</i> = Média Final;
<i>MA</i> = Média Anual;
<i>PF</i> = Nota da Prova Final.

- Será submetido ao Conselho de Classe Final Semestral o aluno que não obtiver Média Final Semestral aprovativa, conforme descrito abaixo: I - nos módulos semestrais iniciais (1º e 2º), não tenha atingido aproveitamento satisfatório em até 50% (cinquenta por cento) das disciplinas/componentes curriculares do módulo semestral; e II - nos módulos semestrais 3º, 4º, 5º e 6º que não tenha atingido aproveitamento satisfatório em até 70% (setenta por cento) das disciplinas/componentes curriculares do módulo semestral. Parágrafo único. Será utilizado como critério de arredondamento o número natural superior ao resultado encontrado.
- Será considerado reprovado por nota o aluno que obtiver média semestral final menor que 6,0 (seis) em qualquer disciplina ou frequência inferior a 75% do total de carga horária prevista no período letivo. Parágrafo único. Ao final do curso, havendo disciplina em pendência, o aluno poderá ser matriculado apenas nas disciplinas que faltam para a integralização do curso. Tal fluxo será dado pelo Programa de Estudos de Recuperação Prolongados.
- Nos Cursos Técnicos Integrados ao Médio, serão desenvolvidos os Estudos de Recuperação de forma contínua e paralela, durante o ano letivo, com o objetivo de corrigir as dificuldades de aprendizagem.
- Os Estudos de Recuperação serão realizados bimestralmente, em turno oposto ao que o aluno estudar ou aos sábados, por meio de atividades escolares planejadas, ministradas e orientadas, pelos professores das disciplinas, culminando com a aplicação de uma prova, no período fixado pelo Calendário Acadêmico

- A média do bimestre será substituída pelo resultado da prova da recuperação bimestral, caso este seja maior.
- Os estudos de recuperação serão organizados pelas Coordenações de Área/Curso e acompanhamento da Direção de Ensino.
- Será admitido regime de progressão parcial para os alunos dos cursos técnicos de nível médio no âmbito do IFPI .
- A progressão parcial é regida por regulamentação específica Nº 09/2019 - Conselho Superior do IFPI.

4.7 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

É direito do estudante requerer à Direção de Ensino do campus aproveitamento de estudos, através de dispensa de disciplina(s) cursada(s) anteriormente, nos termos da Organização Didática.

Critérios para dispensa de disciplinas:

- O estudante terá direito a aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior.
- Para requerer o aproveitamento de estudos, o estudante deverá ter cursado a(s) disciplina(s) e observada a compatibilidade de conteúdos e carga horária em pelo menos 75% dela(s).
- A solicitação poderá ser feita, dentro do prazo estabelecido em calendário, independente de oferta no período.
- Cabe ao Coordenador de Curso/Área e professores específicos do curso analisar os pedidos de aproveitamento de curso.

De acordo com a Lei nº 9394/96, “o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (art. 41).

O Art. 46 Resolução CNE/CP nº 01, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica orienta que:

Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, desde que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional(...)regularmente concluídos em outros cursos;

II - em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

III - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não

formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

4.8 Estágio Profissional Supervisionado

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 1/2004, o estágio é um procedimento didático-pedagógico e uma atividade curricular de competência da instituição de ensino, devendo integrar a proposta pedagógica da escola e o planejamento curricular do curso, sendo, portanto, planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos.

Segundo a lei nº 11.788/2008, no art. 2º, o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinações das diretrizes curriculares e do projeto pedagógico do curso. No parágrafo primeiro do artigo supracitado o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O parágrafo segundo do já citado artigo define o estágio não-obrigatório como aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

No curso técnico de nível médio em Serviços Jurídicos o estágio supervisionado é considerado como uma atividade curricular não obrigatória, com carga horária mínima de 200h, ou seja, desenvolvido como atividade opcional, e celebrado com um termo de compromisso entre educando, a parte concernente do estágio e a instituição de ensino, conforme o inciso II, do art. 3º, da Lei nº 11.785, de 25 de setembro de 2008, cumprindo-se, ainda, as determinações do Regulamento de Estágios dos Cursos de Educação Profissional de Nível Médio deste Instituto Federal do Piauí e a Legislação Específica. As atividades desenvolvidas no estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso e devem ser acompanhados por um professor orientador que, ao final do estágio, receberá do aluno um relatório de estágio. Embora não obrigatório, poderá ser realizado a partir do Módulo I do curso, obedecendo às normas instituídas pelo IFPI. As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

O estágio deverá ser acompanhado por um professor orientador para cada aluno, em função da área de atuação no estágio e das condições de disponibilidade de carga-horária dos professores. São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- a) plano de estágio aprovado pelo professor orientador e pelo professor da disciplina campo de estágio;
- b) reuniões do aluno com o professor orientador;
- c) relatório do estágio supervisionado de ensino.

O estágio caracteriza-se pela experiência da observação, evoluindo para a análise da aplicabilidade de métodos. O princípio da sua realização considerará a iniciativa do estudante e sua disponibilidade de horário. Será realizado em instituições públicas e privadas que tenham condições de propiciar experiência prática, em conformidade com o curso. Este objetiva oportunizar ao aluno: situações-experiência no mundo do trabalho, de forma a

adquirir, reconstruir e aplicar conhecimentos. Caracteriza-se também como uma forma de integração com os setores do processo produtivo, na medida em que estabelece uma relação entre a escola e as empresas. O estágio curricular de habilitação profissional visa, também, transformar-se em instrumento de avaliação e reavaliação do curso, com vistas a atualizações e adequações curriculares, através das informações vindas das empresas em que ocorrem os estágios, bem como dos relatórios finais dos estagiários.

4.9 Monitoria

A monitoria é um braço da educação com característica ensino-aprendizagem, onde estudantes podem ensinar outros alunos desde que supervisionados por um professor. Fazer monitoria durante a formação técnica ajuda a melhorar o currículo e aproxima o estudante da prática da docência.

Os docentes poderão apresentar propostas de monitoria, com número de vagas e horas necessárias. As atividades de Monitoria são regulamentadas pela resolução CONSUP Nº 94/2021.

4.10 Linhas de Pesquisa

A atividade de iniciação científica tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades investigativas e de construção do conhecimento. No Curso Técnico em Serviços Jurídicos Integrado ao Ensino Médio do IFPI – Campus Teresina Central, o foco da atividade de iniciação científica é a pesquisa jurídica, em suas diversas modalidades (pesquisa empírica, dogmática jurídica, sociologia jurídica, pesquisa em História do Direito, etc.).

As atividades de iniciação científica poderão ocorrer de três possibilidades:

- O aluno é voluntário e não recebe remuneração, as regras que norteiam esta atividade de pesquisa são regulamentadas pela Direção de Pesquisa do Campus.
- O aluno recebe bolsa interna do IFPI ou de empresa privada, sendo esta atividade regulamentada pelo Regulamento de Iniciação Científica do Instituto Federal do Piauí e edital próprio.
- O aluno pode receber bolsa da entidade de fomento e deve seguir as regras da entidade.

4.11 Ações de Extensão

A atividade de extensão, previstas na Resolução do CONSUP – nº 131/2022, tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades práticas para a aplicação do conhecimento no Curso Técnico em Serviços Jurídicos Integrado ao Ensino Médio do IFPI – Campus Teresina Central, o foco da atividade é o conhecimento aplicado em prol da resolução de uma problemática local e/ou regional.

Esta prática não versa a complexidade de soluções, mas a análise e contextualização do problema e suas soluções plurais, visando dentre estas, escolher aquela mais adequada para a situação.

4.12 Diplomas e Certificados

Será concedido Diploma de Técnico em Serviços Jurídicos de Nível Médio do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios ao aluno que tendo comprovado o requisito essencial de conclusão do Ensino Fundamental, concluir a carga horária total prevista do curso técnico, estando este apto a prosseguir estudos em nível de educação superior.

5. EMENTAS DAS UNIDADES CURRICULARES

5.1 Ementas das Unidades Curriculares do 1º Ano do Ensino Médio

5.1.1 1º Semestre

5.1.1.1 Núcleo Básico

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA - 60 horas - 3 aulas semanais
Ementa:
Leitura – relação texto e contexto; ideias principais e secundárias; intertextualidade. Produção textual. Gêneros e tipos textuais. Gênero Restritivo. Comunicação e linguagem. O Processo de Comunicação. Funções da linguagem. Literatura Portuguesa – Revisão: Trovadorismo, Humanismo e Classicismo. Literatura de Informação e Literatura Jesuítica no Brasil. Arcadismo.
Referências básicas:
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: Linguagens . Vol. 1. Ensino Médio. 8 ed. São Paulo: Atual. 2012.
DE NICOLA, José. Língua, Literatura e Produção de Textos . Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2011.
FERREIRA, Mauro et al. Novas palavras: língua portuguesa . Ensino médio. 2 ed. São Paulo: FTD, 2011.
Referências complementares:
FERREIRA, Marina. Redação, palavra e arte: Ensino Médio . 3 ed., São Paulo: Atual, 2010.
FERREIRA, Mauro. Redação Comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos,

atividades práticas. São Paulo: FTD, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação.** 16 ed., São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacy. **Comunicação em prosa moderna.** 27 Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: ARTES - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Conceitos de Arte. Arte, Artística e sociedade. As várias linguagens da Arte. Alfabetização visual.

Referências básicas:

ARGAN, Giulio Carlo. **A Arte Moderna.** São Paulo:Cia das Letras, 1992.

ASCHER, M. **Arte Contemporânea.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FCOHEN, Jean-Louis. **Le Corbusier.** Colônia: Tashen, 2007.

COLI, Jorge. **O que é arte.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DONDIS, Donis A.**Sintaxe da linguagem Visual.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: Uma história de amor e ódio.** São Paulo: Cia. das letras, 2001.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte.** São Paulo: Ática, 1990.

Referências complementares:

PROENÇA, Graça. **Descobrimos a História da Arte.** São Paulo: Ática, 2008.

READ, Herbert. **O sentido de arte.** São Paulo: IBRASA, 1978.

TIRAEI, Percival. **Arte brasileira: arte moderna e contemporânea.** São Paulo: companhia Editora Nacional, 2006.

TIRAEI, Percival. **Arte brasileira: Arte Imperial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

TIRAEI, Percival. **Arte popular.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

ZANINI, Walter. **História Geral da Arte no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Walter Moreira Salles, 1999.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção visual**. São Paulo: Pioneira, 1997.

OSTROWER, Fayga. **Universos da Arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1991. PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2001.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: ESPANHOL- 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Estudo das funções da língua espanhola nas quatro habilidades da comunicação (leitura, fala, escrita e compreensão oral). Introdução à cultura espanhola. Gramática básica. Fonética e Fonologias característicos da língua espanhola.

Referências básicas:

BRUNO, F. C. y MENDOZA, M.A. **Hacia el Español: curso de lengua y cultura hispánica – nivel básico**. São Paulo: Saraiva, 2006

FANJUL, Adrian Pablo. **Gramática y Práctica de Español para Brasileños**. Ed. Santillana, 2005.

HERMOSO, A G. **Conjugar es fácil en español**. Madrid: Edelsa, 1997

JACIRA e ROMANOS. **Espanhol Expansión**. Vol. Único. São Paulo: FTD, 2004.

Referências complementares:

MARTIN, Ivan. **Síntesis - curso de lengua española**. Vol. Único - E. Médio. São Paulo: Ática, 2010.

MENÓN, Lorena Mariel; MELONE, Enrique. **Tiempo Español- Lengua y Cultura**. Vol. Único. São Paulo: Atual, 2007.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de español para brasileños**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORÍNIGO, A.M. **Diccionario del Español de América**. Madrid: Anaya, 1993.

HERMOSO A. M. **Gramática de español lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 1995

MILANI, E. M. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 1999.

REAL ACADEMIA. **Diccionario práctico de la lengua española**. Madrid: Espasa, 1998.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
Avaliação física relacionada ao desporto e à saúde (peso, estatura, imc, percentual de gordura corporal, percentual de massa muscular, perímetro ósseo e flexibilidade). Atividade Física, exercício físico, aptidão física, saúde e qualidade de vida (conceitos, características e diferenças). Estudo das qualidades/capacidades físicas básicas relacionadas à saúde e à performance desportiva. Iniciação esportiva aplicada ao basquetebol na escola, histórico, fundamentos, sistemas táticos e principais regras (teoria e prática). Histórico das lutas, lutas enquanto manifestação da cultura corporal do movimento humano, aspectos pedagógicos e técnicos no ambiente escolar. Iniciação esportiva aplicada ao handebol na escola, histórico, fundamentos, sistemas táticos e principais regras (teoria e prática).
Referências básicas:
BREDA, Mauro et al. Pedagogia do esporte aplicado as Lutas . São Paulo: Phorte, 2010 FERNANDES, F., J. A Prática da Avaliação Física: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas, Academias de Ginásticas . 2 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003. TEIXEIRA, Hundson Ventura. Educação física e desportos . São Paulo:Saraiva, 2013.
Referências complementares:
GOODMAN, F. Manual Prático de Artes Marciais . Lisboa: Editora Estampa, 2000. GUARIZE, Mario Roberto. Basquetebol: da iniciação ao jogo . Jundiaí: Fontoura, 2007. MELHEM, Alfredo. Brincando e Aprendendo Basquetebol . Rio de Janeiro: Sprint, 2004. MELHEM, Alfredo. Brincando e aprendendo Handebol . Rio de Janeiro: Sprint, 2004. PABLO, Juan Greco, Juan J. Fernandez Romero (orgs.). Manual de Handebol: da iniciação ao alto nível . São Paulo. Phorte Editora, 2012. DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física no Ensino Médio: diagnósticos, princípios e práticas . São Paulo: Editira Unijuí, 2017.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: MATEMÁTICA - 60 horas - 3 aulas semanais
Ementa:

Noções de Lógica. Conjuntos e conjuntos numéricos. Relações. Funções: definição, domínio, contradomínio e imagem. Funções polinomiais de primeiro e segundo graus. Funções modulares. Funções exponenciais. Funções inversas. Funções compostas.

Referências básicas:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contexto & Aplicações**. Volume Único. 2ª edição. São Paulo-SP. Editora Ática, 2004.

GEOVANNI, José & Roberto Bonjorno. **Matemática: uma Nova Abordagem**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora FTD, 2001.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

Referências complementares:

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI Jr., José Ruy. **Matemática Completa**. Volume Único. São Paulo: FTD, 2002.

PAIVA, Manuel Rodrigues. **Matemática**. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003.

BASSANEZI, Ronaldo C. **Ensino-aprendizagem com Modelagem Matemática: uma nova estratégia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

POLYA, George. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

PONTE, João Pedro; BROCARD, João; OLIVEIRA, Hélio. **Investigações matemáticas na sala de aula**

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: FÍSICA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Mecânica: Sistema Internacional de Unidades, Cinemática, Dinâmica (As Leis de Newton), Hidrostática, Trabalho e Energia.

Referências básicas:

BRASIL. MEC. PCN + - Ensino Médio – **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Física**.

MÁXIMO & ALVARENGA, B. **Curso de Física**. V. 1. 4 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

C. M. Penteado. **Física Conceitos e Aplicações**. V. 1. 1 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
RAMALHO, NICOLAU e TOLEDO. **Os Fundamentos da Física**. Vol.1. 10 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

Referências complementares:

MÁXIMO & ALVARENGA, B. **Física: Contexto e Aplicações**. Vol. 1. 2 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

Helou, Ronaldo Fogo e Newton. **Tópicos de Física 1**, Vol. 1. 16 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

DOCA, R. H.; BISCUOLA, G. J.; VILLAS BÔAS, N. **Tópicos de Física – Volume 1**. – 21 ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

KAZUHITO & FUKU. **Física para o ensino médio**, Vol.1: Mecânica/ 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SAMPAIO, José Luiz & Calçada, Caio Sérgio. **Física Clássica**, Vol. 1: Mecânica, 1 ed. São Paulo: Atual, 2012.

Barreto Filho, Benigno & Silva, Claudio Xavier da. **Física aula por aula**, Vol.1 : Mecânica, 3. ed. São Paulo: FTD, 2016.

Young, H. D. & Freedman, R. A. **Física I, Mecânica**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2016.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: FILOSOFIA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Introdução ao conhecimento filosófico. Desenvolvimento da Filosofia na Grécia Antiga e principais escolas de pensamento gregas. História da Filosofia: um panorama do desenvolvimento da racionalidade humana.

Referências básicas:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofar com textos**. 1 edição. São Paulo: Editora Moderna. Volume Único. 2019.

CONTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Filosofia**: Cotrim & Mirna. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

GALO, Silva. **Filosofia**: experiência do pensamento. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva.

2019.

Referências complementares:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução a filosofia. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** Vol. Único. 3.ed. São Paulo: Ática, 2016.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média.** Vol. 1. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2012.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant.** Vol. 2. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias.** Vol. 3. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1991.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: SOCIOLOGIA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

A Sociologia como ciência. Socialização, sociabilidade, instituições e grupos sociais. Culturas, identidades e educação. Ideologia e indústria cultural.

Referências básicas:

MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. de. **Sociologia hoje.** 1. ed. São Paulo: Ática, 2013.

OLIVEIRA, L. F. de; COSTA, R. C. R. da. **Sociologia para jovens do Século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

Referências complementares:

BAUMAN, Z; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BRYM, Robert J. (*et al.*). **Sociologia:** sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

THORPE, C. et al (Orgs.). **O livro da sociologia.** 1. ed. São Paulo: Globo Livros, 2015.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

5.1.1.2 Núcleo Tecnológico

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO - 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Conceito de Direito. Evolução histórica do Direito. Direito e moral. Direito e justiça. Ramos do Direito. Fontes do Direito. Lei e norma jurídica. Codificação. Noções de processo legislativo.

Referências básicas:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Volume I. Parte geral. 38. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Interpretada**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**: Volume único. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Referências complementares:

CASTRO, Guilherme Couto de. **Direito Civil**: Lições. 6 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

COELHO, Fábio Alexandre. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Comentada**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2016.

GOMES, José Jairo. **Lei de Introdução As Normas do Direito Brasileiro – Lindb**. São Paulo: Atlas, 2016.

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2016.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

A Teoria Geral do Processo. Fontes do Direito Processual. Princípios Gerais do Processo. Aplicação da Lei Processual no Tempo. Aplicação da Lei Processual no Espaço. Da Ação. Do Processo. Do Procedimento. Teoria Geral da Prova. Da Organização Judiciária. Organização Administrativa e Jurídica do Poder Judiciário. Normas disciplinares de funcionamento das instituições jurídicas e do Poder Judiciário.

Referências básicas:

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 44. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira Alves. **Direito Processual Penal: para concursos de técnico e analista**. Coleção Tribunais e MPU. 8. Ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Teoria Geral do Processo**. 4. Ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

Referências complementares:

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. Ed. Editora: Saraiva, 2009.

MONTORO, André Franco. **Introdução à Ciência do Direito**. 30. Ed. Editora: RT, 2013.

TARTUCE, Flávio. **O novo CPC e o direito civil: impactos, diálogos e interações**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Jus Podivm, 2015.

SAID FILHO, Fernando Fortes. **(Re)Pensando o acesso à justiça**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

Direito Constitucional, movimentos constitucionais e Constituição. Poder Constituinte. Organização do Estado. Fundamentos dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988.

Referências básicas:

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – 60 horas – 3 aulas semanais
<p>BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 17, Ed. São Paulo: Saraiva, 2022.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. Salvador: Juspodivm, 2020.</p>
Referências complementares:
<p>TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 35. Ed. Salvador: Juspodvm, 2020.</p> <p>CUNHA JR, Dirley. Curso de direito constitucional. Salvador: Juspodvm, 2021.</p> <p>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 35. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p>

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE CONTABILIDADE – 40 horas – 2 aulas semanais
Ementa:
Contabilidade. Patrimônio. Atos e fatos contábeis. Contas. Demonstrações financeiras. Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado e regimes de contabilidade.
Referências básicas:
<p>CHAGAS. Gilson. Contabilidade Geral Simplificada. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>VELTER, Francisco. Manual de Contabilidade: Teoria e Questões. Luiz Roberto Missagia. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.</p> <p>PINTO, Maikol Nascimento; VASQUEZ, Selma Culturati. Contabilidade Geral: Fundamentos e Práticas. 1 ed. São Paulo: Editora Érica, 2019.</p>
Referências complementares:
<p>IUDICIBUS, Sérgio de , MARION, José Carlos. Curso de Contabilidade para não contadores. São Paulo: Editora Atlas, 2022</p> <p>LEITE, Claudio. Contabilidade básica. Rio de Janeiro: Quile Editora, 2010.</p> <p>PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de contabilidade básica. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>RIBEIRO, Osnir Moura. Contabilidade básica fácil. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. 4 ed. São Paulo:</p>

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE CONTABILIDADE – 40 horas – 2 aulas semanais
Atlas, 2009.

5.1.1.3 Núcleo Integrador

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL - 20 horas - 1 aula semanal
Ementa:
Seminários temáticos e estudos de caso em: direitos humanos e constituição; novas tecnologias e Direito Constitucional; Direito Constitucional comparado; controle de Constitucionalidade e jurisdição constitucional; desafios contemporâneos e reforma constitucional; constituição e políticas públicas.
Unidades curriculares envolvidas:
Noções de Direito Constitucional, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.
Competências da área:
<p>Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.</p> <p>Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.</p>
Habilidades da área:
<p>(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.</p> <p>(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a</p>

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL - 20 horas - 1 aula semanal
Ementa:
Seminários temáticos e estudos de caso em: direitos humanos e constituição; novas tecnologias e Direito Constitucional; Direito Constitucional comparado; controle de Constitucionalidade e jurisdição constitucional; desafios contemporâneos e reforma constitucional; constituição e políticas públicas.
Unidades curriculares envolvidas:
processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.). (EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, e selecionar aquelas que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.
Referências básicas:
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 35. Ed. Salvador: Juspodvm, 2020. CUNHA JR, Dirley. Curso de Direito Constitucional . Salvador: Juspodvm, 2021.
Referências complementares:
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional . 35. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado . 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. SCHMITT, Carl. Teoria de La Constitucion . Madrid: Alianza Editorial, 2011. BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional . 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . Salvador: Juspodivm, 2020. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política . 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional . 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

5.1.2 2º Semestre

5.1.2.1 Núcleo Básico

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA- 60 horas - 3 aulas semanais

Ementa:

Leitura – relação texto e contexto. Produção textual. O gênero narrativo: Poesia Épica, conto, crônica, fábula, anedota, romance, novela. Semântica- Signo linguístico, sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, polissemia e ambiguidade. Estilística- vícios e figuras de linguagem. Literatura: plurissignificação da linguagem literária. Versificação (métrica, rima, escansão). Morfologia: estrutura e formação de palavras. Ortografia.

Referências básicas:

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. Vol. 1. Ensino Médio. 8 ed. São Paulo: Atual. 2012.

DE NICOLA, José. **Língua, Literatura e Produção de Textos**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2011.

FERREIRA, Mauro et al. **Novas palavras: língua portuguesa**. Ensino médio. 2 ed. São Paulo: FTD, 2011.

Referências complementares:

FERREIRA, Marina. **Redação, palavra e arte: Ensino Médio**. 3 ed., São Paulo: Atual, 2010.

FERREIRA, Mauro. **Redação Comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos, atividades práticas**. São Paulo: FTD, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed., São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacy. **Comunicação em prosa moderna**. 27 Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: INGLÊS - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:
Estudo de vocabulário e das estruturas gramaticais da Língua Inglesa. Text Comprehension. Imperative form. Personal Pronouns. Possessive Adjective and Pronouns. Simple Present tense. Articles. Present Continuous. Simple Past and Past Continuous. Prepositions of place. Prepositions of time. Question Words. Adjective Formation. Comparative and Superlatives. Simple Future/ Going to future. Indefinite Pronouns.
Referências básicas:
KENERMAN, Lionel. Passwoed-English dictionary for speakeres of portuguese . São Paulo: Martins Fontes.
MARQUES, Amadeus. Inglês – Ano Brasil . Vol. Único. São Paulo: Ática, 2004.
MARQUES, Amadeus. New Password . São Paulo: Ática, 2000.
MICHAELIS. Dicionário prático: Inglês-Português, Português-Inglês . São Paulo: Melhoramentos, 1987.
MUPHY, Raymond. English Grammar in Use . England: Cambridge Uni- versity Press, 1995.
Referências complementares:
LIBERATO, Wilson. Compact . São Paulo: FTD, 1988.
SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental . São Paulo: Disal, 2005.
MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura, Módulo I . São Paulo: Textonovo, 2001.
MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura, Módulo II . São Paulo: Textonovo, 2001.
GALLO, L. R. Inglês instrumental para informática, Módulo I . São Paulo: Ícone, 2008.
MARINOTTO, D. Reading on info tech . São Paulo: Novatec, 2007.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: MATEMÁTICA - 60 horas - 3 aulas semanais
Ementa:
Funções logarítmicas. Progressões aritméticas e geométricas. Teorema de Tales. Semelhança de triângulos. Triângulos retângulos: relações métricas e razões trigonométricas. Áreas de figuras planas.

Referências básicas:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contexto & Aplicações**. Volume Único. 2ª edição. São Paulo-SP. Editora Ática, 2004.

GEOVANNI, José & Roberto Bonjorno. **Matemática: uma Nova Abordagem**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora FTD, 2001.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

Referências complementares:

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

SILVA, C. X.; BARRETO FILHO, B. **Matemática aula por aula**. 2. ed. renov. São Paulo: FTD, 2005. (Coleção aula por aula).

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI Jr., José Ruy. **Matemática Completa**. Volume Único. São Paulo: FTD, 2002.

PAIVA, Manuel Rodrigues. **Matemática**. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003.

BASSANEZI, Ronaldo C. **Ensino-aprendizagem com Modelagem Matemática: uma nova estratégia**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

POLYA, George. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

PONTE, João Pedro; BROCARD, João; OLIVEIRA, Hélia. **Investigações matemáticas na sala de aula**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: BIOLOGIA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

A Biologia como ciência. Características dos seres vivos. Bioquímica. Origem da vida. Citologia: membrana plasmática, citoplasma e núcleo celular. Cromossomos e divisão celular. Noções de Reprodução e Embriologia animal.

Referências básicas:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia: volume 1: biologia das células**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 368 p.

CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia integrada: volume único**. São Paulo: FTD, 2003. 565 p.

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2010. 784 p.

Referências complementares:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia 1 : biologia das células : origem da vida, citologia e histologia, reprodução e desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2009. 528p.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Conceitos de biologia: Origem da vida, citologia, histologia e embriologia: Vol. 1**. São Paulo: Moderna, 2001. 222 p.

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: volume 1: introdução à biologia e origem da vida, citologia, reprodução e embriologia, histologia**. São Paulo: Saraiva, 2002. 430 p.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **Biologia: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2005. 608 p.

PAULINO, Wilson Roberto. **Biologia: citologia histologia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 320 p.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: QUÍMICA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Conceitos químicos fundamentais. Propriedades da matéria. Modelos atômicos. Tabela periódica. Ligações químicas: intra e intermoleculares. Reações químicas. Funções químicas inorgânicas. Leis das combinações químicas. Cálculos químicos e Estequiometria. Estudo dos gases.

Referências básicas:

FELTRE, Ricardo. **Química Geral. Volume 1**. São Paulo: Moderna. 2008.

LEMBO, Antônio. **Química Geral. Volume 1**. São Paulo: Ática, 1999.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. **Química Geral. Volume 1. V. 1. 3. ed**. São Paulo: Moderna, 2003.

Referências complementares:

REIS, Martha. **Química Geral. Volume 1**. São Paulo: FTD, 2004.

SARDELLA, Antonio. **Química Geral Volume 1**. São Paulo: Ática, 2009. Salvador, Edgard.

Química: Química Geral. Vol. 1. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Brown, T. L.; LeMay, H. E.; Bursten, B. E.; Murphy, C.; Woodward, P. **Química: A Ciência Central.** 14. Ed. São Paulo: Pearson, 2018.

Atkins, P.; de Paula, J. **Atkins, Físico-Química.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. **Química Na abordagem do cotidiano V. 1. 3. ed.** São Paulo: Saraiva, 2015.

USBERCO, João; SPITALERI, Philippe; ALVADOR, Edgard. **Química Volume 1 – Química Geral.** São Paulo: Saraiva. 2014.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: HISTÓRIA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

O trabalho do historiador e a construção da História. Como a história começou? Pré-história e as Origens da humanidade. Antiguidade: Civilizações do Oriente e a antiguidade clássica. O Mediterrâneo medieval: o feudalismo e o Islã. A construção da Idade Moderna: Renascimento, estados modernos e absolutismo, reformas religiosas. África antes e depois da chegada dos europeus. Conhecendo a Ásia. A expansão marítima comercial.

Referências básicas:

MORAES, José. **História Geral e do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2009.

NEVES, Joana. **História Geral: a construção de um mundo globalizado.** São Paulo: Saraiva, 2002.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, GianPaolo. **História Geral e do Brasil, volume 1 .** São Paulo: Scipione, 2010.

Referências complementares:

CONTRIM, Gilberto. **História e consciência do mundo.** São Paulo: Saraiva, 1997.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio.** São Paulo, 2008.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História Geral e Brasil: trabalho, cultura e poder.** São Paulo: Atual, 2004.

SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da história.** São Paulo: Escola Educacional, 2007.

SERACOPI, Gislene e AZEVEDO, Campos. **História.** Volume único. São Paulo: Ática, 2006.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: GEOGRAFIA - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
Os conceitos estruturadores da Geografia e sua aplicação em diferentes contextos. A produção do espaço a partir de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. O espaço geográfico: o aporte físico e humano. A cartografia como instrumento de leitura do espaço.
Referências básicas:
ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. Fronteiras da Globalização . São Paulo: Ática, 2017. BIGOTO, Francisco; MARTINS, Dadá; VITIELO, Márcio. Geografia: soci- edade e cotidiano . São Paulo: Escala educacional, 2013. MORAIS, Paulo Roberto. Geografia Geral e do Brasil . São Paulo: Harbra, 2011.
Referências complementares:
MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização . São Paulo: Scipione, 2016. ROGATA, Alice de Martini; GAUDIO, Soares del. Geografia: ação e trans- formação . São Paulo: Escala educacional, 2016. SANTOS, Douglas. Geografia das redes . São Paulo: Editora do Brasil, 2016. SENE, Eustáquio de. Geografia Geral do Brasil: espaço geográfico e globalizado: ensino médio . São Paulo: Scipione, 2017. VESENTINI, José William. Geografia: o mundo em transição . São Paulo: Ática, 2017.

5.1.2.2 Núcleo Tecnológico

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO CIVIL I – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
Das pessoas. Dos bens. Das sociedades. Do negócio jurídico: conceito e defeitos. Direitos das obrigações: conceito, classificação e modalidades. Dos contratos: conceito e classificação. Contratos em espécie: compra e venda, doação, locação e empréstimo. Das coisas: posse,

propriedade e detenção, direitos reais de garantia. Direitos reais sobre coisas alheias.

Referências básicas:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**. vol. I, 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro**. vol. I. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. I, 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Referências complementares:

FOUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret.
RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao direito e parte geral do código civil**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015
RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2015.
ROSENVALD, Nelson e FARIA, Cristiano Chaves. **Direito civil: Teoria Geral**. Volume I. 16 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. Vol. I. 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVO – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Definição de Gestão de Documentos e seus objetivos. Classificação de documentos e seus métodos. Características e classificação de correspondências. Definição e conceitos de Arquivística. Sistemas e métodos de arquivamento. Dicas de conservação de documentos.

Referências básicas:

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV 2004. 210 Reimpressão 2013.
Manual de Gestão Documental. Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura. Rio de Janeiro. 2016.
VENÂNCIO, Renato Pinto. **Gestão de Documentos em Minas Gerais: Experiências e Perspectivas**. Org. Fino Traço. Minas Gerais. 2021.
FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Referências complementares:

FREIBERGER, Zelia. **Gestão de Documentos e Arquivística**. Escola técnica aberta do Brasil.

Instituto Federal do Paraná. Paraná. 2010.

FREIRE, Caroline. **ARAÚJO, Débora Peixoto de. Técnicas de Arquivamento em Saúde - Série Eixos - Físico.** Editora Érica. São Paulo. 2014.

MARIZ, Anna Carla Almeida. RANGEL. **Tayron Rodrigues. Arquivologia. Temas Centrais em Uma Abordagem Introdutória.** 1ª Edição. FVG. Rio de Janeiro. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental.** São Paulo: Editora FGV, 2008.

MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues. **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória.** São Paulo: Editora FGV, 2020.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

Direito Administrativo. Princípios de Direito Administrativo. Administração Pública. Agentes Públicos. Atos Administrativos. Licitações e contratos administrativos.

Referências básicas:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 25. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo: Completo Para Concursos.** 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BORTOLETO, Leandro. **Coleção Tribunais e MPU - Direito Administrativo - Para Analista.** 3. ed. Rev., amp. e atualizada. Salvador: Juspodivm, 2014.

Referências complementares:

CAVALCANTE FILHO, João Trindade; SCATOLINO, Gustavo. **Manual didático de direito administrativo.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Jus Podivm, 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. **Curso de direito administrativo.** Salvador: Juspodivm, 2016.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo.** 5 ed. Rio de Janeiro: Jus Podivm, 2018.

BORGES, Cyonil; SÁ, Adriel. **Manual de direito administrativo facilitado.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jus Podivm, 2018.

5.1.2.3 Núcleo Integrador

1º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Seminários temáticos e estudos de caso em: direitos humanos e constituição; novas tecnologias e Direito Constitucional; Direito Constitucional comparado; controle de Constitucionalidade e jurisdição constitucional; desafios contemporâneos e reforma constitucional; constituição e políticas públicas.

Unidades curriculares envolvidas:

Noções de Direito Constitucional, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Competências da área:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades da área:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, e selecionar aquelas que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

1º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
Seminários temáticos e estudos de caso em: direitos humanos e constituição; novas tecnologias e Direito Constitucional; Direito Constitucional comparado; controle de Constitucionalidade e jurisdição constitucional; desafios contemporâneos e reforma constitucional; constituição e políticas públicas.
Unidades curriculares envolvidas:
Referências básicas:
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 35. Ed. Salvador: Juspodvm, 2020. CUNHA JR, Dirley. Curso de Direito Constitucional . Salvador: Juspodvm, 2021.
Referências complementares:
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional . 35. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado . 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018. SCHMITT, Carl. Teoria de La Constitucion . Madrid: Alianza Editorial, 2011. BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional . 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . Salvador: Juspodivm, 2020. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política . 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional . 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

5.2 Ementas das Unidades Curriculares do 2º Ano do Ensino Médio

5.2.1 1º Semestre

5.2.1.1 Núcleo básico

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA - 60 horas - 3 aulas semanais
Ementa:

Leitura – relação texto e contexto. Ideias principais e secundárias. Produção textual – texto dissertativo-argumentativo. Tópico frasal. Estrutura do período, do parágrafo e do texto. Competências textuais: competência linguística, fidelidade ao tema e ao gênero, progressão textual, articulação. Literatura: Romantismo e Realismo/Naturalismo; Morfossintaxe: núcleos nominais substantivos e adjetivos.

Referências básicas:

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. Vol. 1. Ensino Médio. 8 ed. São Paulo: Atual. 2012.

DE NICOLA, José. **Língua, Literatura e Produção de Textos**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2011.

FERREIRA, Mauro et al. **Novas palavras: língua portuguesa**. Ensino médio. 2 ed. São Paulo: FTD, 2011.

Referências complementares:

FERREIRA, Marina. **Redação, palavra e arte: Ensino Médio**. 3 ed., São Paulo: Atual, 2010.

FERREIRA, Mauro. **Redação Comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos, atividades práticas**. São Paulo: FTD, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed., São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacy. **Comunicação em prosa moderna**. 27 Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: ARTE - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Estudo dos conceitos fundamentais da História da Arte e Estética, enfocando o contexto sociocultural e histórico, a leitura de obras e o fazer artístico. Valorização do fazer e do fruir arte como forma de conhecer o mundo e reconhecer a diversidade cultural, investigando os diferentes processos, matérias, técnicas e tecnologia aplicadas na produção artística, percebendo a identidade estética e as estratégias visuais. Análise dos elementos constitutivos das obras e objetos de arte: forma, estilo e composição.

Referências básicas:
<p>ARGAN, Giulio Carlo. A Arte Moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1992.</p> <p>ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção visual. São Paulo: Pioneira, 1997.</p> <p>ASCHER, M. Arte Contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 1981.</p> <p>NUNES, Benedito. Introdução à Filosofia da Arte. São Paulo: Ática, 1990.</p>
Referências complementares:
<p>DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1991.</p> <p>FCOHEN, Jean-Louis. Le Corbusier. Colônia: Taschen, 2007.</p> <p>MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: Uma história de amor e ódio. São Paulo: Cia. das letras, 2001.</p> <p>OSTROWER, Fayga. Universos da Arte. Rio de Janeiro: Campus, 1991. PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>PROENÇA, Graça. Descobrimo a História da Arte. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>READ, Herbert. O sentido de arte. São Paulo: IBRASA, 1978.</p> <p>TIRAELI, Percival. Arte brasileira: arte moderna e contemporânea. São Paulo: companhia Editora Nacional, 2006.</p> <p>ZANINI, Walter. História Geral da Arte no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Walter Moreira Salles, 1999.</p>

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: ESPANHOL - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
<p>Estudo das funções básicas da língua espanhola nas quatro habilidades da comunicação (leitura, compreensão oral, escrita e fala). A cultura e os costumes hispano-falantes e suas linguagens. Gramática intermediária através de textos, enfocando os elementos ou categorias já conhecidas.</p>
Referências básicas:
<p>BRUNO, F. C. y MENDOZA, M.A. Hacia el Español: curso de lengua y cultura hispánica – nivel básico. São Paulo: Saraiva, 2006</p> <p>FANJUL, Adrian Pablo. Gramática y Práctica de Español para Brasileños. Ed. Santillana,</p>

2005.

HERMOSO, A G. **Conjugar es fácil en español**. Madrid: Edelsa, 1997

JACIRA e ROMANOS. **Espanhol Expansi3n**. Vol. 3nico. S3o Paulo: FTD, 2004.

MARTIN, Ivan. **S3ntesis - curso de lengua espanh3la**. Vol. 3nico - E. M3dio. S3o Paulo: 3tica, 2010.

Refer3ncias complementares:

MEN3N, Lorena Mariel; MELONE, Enrique. **Tiempo Espa3ol- Lengua y Cultura**. Vol. 3nico. S3o Paulo: Atual, 2007.

MILANI, Esther Maria. **Gram3tica de espa3ol para brasile3os**. 3 ed. S3o Paulo: Saraiva, 2006.

MOR3NIGO, A.M. **Diccionario del Espa3ol de Am3rica**. Madrid: Anaya, 1993.

HERMOSO A. M. **Gram3tica de espa3ol lengua extranjera**. Madrid: Edelsa, 1995

MILANI, E. M. **Gram3tica de espanhol para brasileiros**. S3o Paulo: Saraiva, 1999.

REAL ACADEMIA. **Diccionario pr3ctico de la lengua espanh3la**. Madrid: Espasa, 1998.

2º ANO DO ENSINO M3DIO | 1º Semestre

Disciplina: EDUCA33O F3SICA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Avalia33o f3sica relacionada ao desporto e 3 sa3de (peso, estatura, imc, percentual de gordura corporal, percentual de massa muscular, per3metro 3sseo e flexibilidade). Inicia33o esportiva aplicada ao voleibol na escola, hist3rico, fundamentos, sistemas t3ticos e principais regras (teoria e pr3tica). Inicia33o esportiva aplicada ao futsal na escola, hist3rico, fundamentos, sistemas t3ticos e principais regras (teoria e pr3tica). Hist3rico do Atletismo, fundamentos t3cnicos e t3ticos das corridas, saltos, arremesso e lan3amentos(teoria e pr3tica).

Refer3ncias b3sicas:

BREDA, Mauro et al. **Pedagogia do esporte aplicado as Lutas**. S3o Paulo: Phorte, 2010

FERNANDES, F., J. **A Pratica da Avalia33o F3sica: Testes, Medidas e Avalia33o F3sica em Escolares, Atletas, Academias de Gin3sticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

TEIXEIRA, Hundson Ventura. **Educa33o f3sica e desportos**. S3o Paulo:Saraiva, 2013.

Refer3ncias complementares:

GOODMAN, F. **Manual Prático de Artes Marciais**. Lisboa: Editora Estampa, 2000. GUARIZE, Mario Roberto. **Basquetebol: da iniciação ao jogo**. Jundiaí: Fontoura, 2007.

MELHEM, Alfredo. **Brincando e Aprendendo Basquetebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

MELHEM, Alfredo. **Brincando e aprendendo Handebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

PABLO, Juan Greco, Juan J. Fernandez Romero (orgs.). **Manual de Handebol: da iniciação ao alto nível**. São Paulo. Phorte Editora, 2012.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física no Ensino Médio: diagnósticos, princípios e práticas**. São Paulo: Editira Unijuí, 2017.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: MATEMÁTICA - 60 horas - 3 aulas semanais

Ementa:

Matemática Financeira. Matrizes. Determinantes. Sistemas Lineares. Trigonometria: funções trigonométricas e suas inversas, equações e inequações trigonométricas, lei dos senos e cossenos. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, permutação, combinação e arranjo. Probabilidade: experimento aleatório, espaço amostral e evento; definição; probabilidade condicional; eventos independentes; probabilidade binomial.

Referências básicas:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contexto & Aplicações**. Volume Único. 2ª edição. São Paulo-SP. Editora Ática, 2004.

GEOVANNI, José & Roberto Bonjorno. **Matemática: uma Nova Abordagem**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora FTD, 2001.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

Referências complementares:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI Jr., José Ruy. **Matemática Completa**. Volume Único. São Paulo: FTD, 2002.

PAIVA, Manuel Rodrigues. **Matemática**. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003.

STEWART, James. **Cálculo**. Volume I. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BOYER, Carl B. **História da Matemática**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

ÁVILA, Geraldo. **Cálculo I: funções de uma variável**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: FÍSICA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Termodinâmica, Ondas e Óptica: estudo dos fenômenos térmicos e luminosos, que abrangem o calor, o som e a luz.

Referências básicas:

BRASIL. MEC. PCN + - Ensino Médio – **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Física**.

MÁXIMO & ALVARENGA, B. **Curso de Física**. V. 1. 4 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

C. M. **Física Conceitos e Aplicações**. V. 1. 1 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

RAMALHO JUNIOR, F.; FERRARO, Nicolau G.; SOARES, P. A. Toledo. **Os Fundamentos da Física**. V. 2. 8 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

Referências complementares:

MÁXIMO & ALVARENGA, B. **Física: Contexto & Aplicações**. Vol. 2 – 2 ed. – São Paulo: Editora Scipione, 2016.

Helou, Ronaldo Fogo e Newton. **Tópicos de Física 2**, Vol. 1. – 16 ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

RAMALHO, NICOLAU e TOLEDO. **Os Fundamentos da Física**. Vol.2 – 10 ed. – São Paulo: Editora Moderna, 2009.

DOCA, R. H.; BISCUOLA, G. J.; VILLAS BÔAS, N. **Tópicos de Física – Volume 2**. – 21 ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

KAZUHITO & FUKU. **Física para o ensino médio**, Vol.2: Termologia, óptica e ondulatória. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

SAMPAIO, José Luiz & Calçada, Caio Sérgio. **Física Clássica**, Vol. 2: Termologia, óptica e ondas – 1 ed. – São Paulo: Atual, 2012.

Barreto Filho, Benigno & Silva, Claudio Xavier da. **Física aula por aula: termologia, óptica**

e ondulatória. Vol. 2. – 3. ed. – São Paulo : FTD, 2016.

Young, H. D. & Freedman, R. A. **Física 2, Termodinâmica e ondas**. 14. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2016.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: FILOSOFIA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Ética. Teorias éticas: éticas teleológicas e éticas deontológicas. Introdução à filosofia política. Teoria política: antiguidade clássica, Idade Média e Modernidade. Teorias políticas: liberalismo, comunitarismo. Direitos humanos.

Referências básicas:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofar com textos*. 1 edição. São Paulo: Editora Moderna. Volume Único. 2019.

CONTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. *Filosofia: Cotrim & Mirna*. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

GALO, Silva. *Filosofia: experiência do pensamento*. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2019.

Referências complementares:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução a filosofia**. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. Vol. Único. 3.ed. São Paulo: Ática, 2016.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. Vol. 1. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2012.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant**. Vol. 2. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias**. Vol. 3. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1991.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: SOCIOLOGIA - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Perspectivas sociológicas clássicas. Pensamento social no Brasil. Estrutura social e desigualdades. Trabalho, produção e classes sociais.

Referências básicas:

MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. de. **Sociologia hoje**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2013.

OLIVEIRA, L. F. de; COSTA, R. C. R. da. **Sociologia para jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

Referências complementares:

BAUMAN, Z; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BRYM, Robert J. (*et al.*). **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JUVIN, H.; LIPOVETSKY, G. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri, SP: Manole, 2012.

THORPE, C. et al (Orgs.). **O livro da sociologia**. 1. ed. São Paulo: Globo Livros, 2015.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

5.2.1.2 Núcleo Tecnológico

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Direito financeiro e atividade financeira do Estado. Orçamento público. Leis orçamentárias. Receita pública. Despesa pública. Controle da atividade financeira do Estado.

Referências básicas:

LEITE, Harrison. **Manual de direito financeiro**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Direito financeiro esquematizado**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VILELA, Danilo Vieira. **Direito financeiro**. Salvador: Jus Podivm, 2023.

Referências complementares:

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

LEITE, Harrison. **Manual de direito financeiro**. 7. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito financeiro: Coleção esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro**. 6. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

Introdução ao Direito do Trabalho. Princípios do Direito do trabalho. Relação de Trabalho e Emprego. Contrato Individual do Trabalho. Duração do Trabalho. Remuneração. Das Férias. Aviso Prévio. Término do Contrato de Trabalho.

Referências básicas:

CORREIA, Henrique. **Direito do Trabalho**. 13. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: Relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Referências complementares:

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Direito do Trabalho: material, processual e legislação especial**. 18. Ed. São Paulo: Rideel, 2018.

FREITAS, Cláudio. **Direito Coletivo do Trabalho**. 3. Ed. – São Paulo: Thomson Reuter Brasil, 2023.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 42. Ed. São Paulo: LTr, 2019.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. 8. Ed. São Paulo: Método, 2020.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
Disposições Gerais da Seguridade Social. Da Previdência Social. Do Regime Geral da Previdência Social. Dos beneficiários. Das prestações da Previdência Social.
Referências básicas:
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário . 24. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2019. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário esquematizado . 9ª.ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2019. KERTZMAN, Ivan. Curso de direito Previdenciário . 18. Ed. Salvador: Juspodivm, 2019.
Referências complementares:
CANELLA, Sérgio Eduardo (org.). Direito Previdenciário: atualidades e tendências . Londrina: Thoth, 2019.305 p. CUSCIANO, Dalton Tria. A Trajetória Normativa da Seguridade Social no Brasil . Belo Horizonte. Editora Dialética. 2021. E-book. 166 p. Legislação Previdenciária 2022 - Lei 8.212/91 e lei 8.213/91: Leis de Custeio e de Benefícios da Previdência Social. Wohnrecht, 2022. 183 p. MELO, Luiz F. Vade Mecum Previdenciário (incluindo IN 128/2022 e Portarias): principais normas previdenciárias organizadas por tópicos que facilitam o estudo e rápida consulta . 3400 p. VADE MECUM, JusPodivm:2019. Salvador: JusPodivm, 6.ed.,2019. 2.480 p.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
O Direito Penal. Princípios de Direito Penal e Processual Penal. Teoria geral do crime. Inquérito Policial. Ação Penal. Sujeitos processuais. Provas no processo penal. Noções de procedimento processual penal.
Referências básicas:
SALIM, Alexandre; AZEVEDO, Marcelo André. Direito Penal: para concursos de técnico e analista . Coleção Tribunais e MPU. 10. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021. ALVES, Leonardo Barreto Moreira Alves. Direito Processual Penal: para concursos de técnico e analista . Coleção Tribunais e MPU. 9. Ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Processo Penal e Execução Penal**. Salvador: Juspodivm, 2021.

Referências Complementares:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; LENZA, Pedro (Coord.). **Direito processual penal esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito Penal: Questões fundamentais a doutrina geral do crime**. Portugal, Gestlegal, 2019.

ANDRADE, Mauro Fonseca. **Sistemas Processuais Penais e Seus Princípios Reitores**. São Paulo: Juruá, 2013.

DE JESUS, Damásio. **Direito Penal Volume 1: parte geral**. 37. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

5.2.1.3 Núcleo Integrador

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Seminários temáticos e estudos de caso em: princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho e Direito Previdenciário; Reforma Trabalhista e seus impactos; novos regimes de trabalho: teletrabalho, trabalho intermitente e terceirização; Estrutura e funcionamento das entidades sindicais; saúde e segurança no trabalho; desafios da Previdência Social no Brasil; Reforma da Previdência, desafios e perspectivas futuras.

Unidades curriculares envolvidas:

Noções de Direito do Trabalho, Noções de Direito Previdenciário, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Competências da área:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Seminários temáticos e estudos de caso em: princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho e Direito Previdenciário; Reforma Trabalhista e seus impactos; novos regimes de trabalho: teletrabalho, trabalho intermitente e terceirização; Estrutura e funcionamento das entidades sindicais; saúde e segurança no trabalho; desafios da Previdência Social no Brasil; Reforma da Previdência, desafios e perspectivas futuras.

âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades da área:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Referências básicas:

CANELLA, Sérgio Eduardo (org.). **Direito Previdenciário: atualidades e tendências**. Londrina: Thoth, 2019.305 p.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 42. Ed. São Paulo: LTr, 2019.

Referências complementares:

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Direito do Trabalho: material, processual e legislação especial**. 18. Ed. São Paulo: Rideel, 2018

CUSCIANO, Dalton Tria. **A Trajetória Normativa da Seguridade Social no Brasil**. Belo Horizonte. Editora Dialética. 2021. E-book. 166 p.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA - 20 horas - 1 aula semanal
Ementa:
Seminários temáticos e estudos de caso em: princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho e Direito Previdenciário; Reforma Trabalhista e seus impactos; novos regimes de trabalho: teletrabalho, trabalho intermitente e terceirização; Estrutura e funcionamento das entidades sindicais; saúde e segurança no trabalho; desafios da Previdência Social no Brasil; Reforma da Previdência, desafios e perspectivas futuras.
DE LABOR, Hugo; DE SOCIALE, Fernanda. Previdência Social no Brasil: Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Forense.
DE LGUARIDI, João; CHINONDE, Helena. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito do Trabalho na Constituição de 1988 . São Paulo: Saraiva.
RESENDE, Ricardo. Direito do trabalho . 8. Ed. São Paulo: Método, 2020.

5.2.2 2º Semestre

5.2.2.1 Núcleo Básico

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA - 60 horas - 3 aulas semanais
Ementa:
Leitura – relação texto e contexto. Competências textuais - articulação, coesão e coerência, proposta de intervenção. Literatura-Parnasianismo, Simbolismo e Pré-Modernismo. Morfossintaxe: núcleos verbais e suas expansões: conectores vocabulares e oracionais (conjunções, preposições, pronomes relativos). Interjeição como recurso expressivo.
Referências básicas:
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: Linguagens . Vol. 1. Ensino Médio. 8 ed. São Paulo: Atual. 2012.
DE NICOLA, José. Língua, Literatura e Produção de Textos . Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2011.
FERREIRA, Mauro et al. Novas palavras: língua portuguesa . Ensino médio. 2 ed. São Paulo: FTD, 2011.

Referências complementares:

FERREIRA, Marina. **Redação, palavra e arte: Ensino Médio**. 3 ed., São Paulo: Atual, 2010.

FERREIRA, Mauro. **Redação Comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos, atividades práticas**. São Paulo: FTD, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed., São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacy. **Comunicação em prosa moderna**. 27 Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: Inglês - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Estudo de vocabulário e das estruturas gramaticais da Língua Inglesa. Text Comprehension. Present Perfect. Present Perfect X Simple Past. Present Perfect Continuous Tense. Gerund / Infinitive. Quantifying nouns. Past Perfect / Past Perfect Continuous. Modal Verbs. Tag Questions. Links. Double Links. Conditionals. Passive Voice. Reported Speech. Wishes vs Regrets. Phrasal Verbs.

Referências básicas:

KENERMAN, Lionel. **Passwoed-English dictionary for speakeres of portuguese**. São Paulo: Martins Fontes.

MARQUES, Amadeus. **Inglês – Ano Brasil**. Vol. Único. São Paulo: Ática, 2004.

MARQUES, Amadeus.. **New Password**. São Paulo: Ática, 2000.

MICHAELIS. **Dicionário prático: Inglês-Português, Português-Inglês**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

Referências complementares:

LIBERATO, Wilson. **Compact**. São Paulo: FTD, 1988.

SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: Disal, 2005.

MUNHOZ, R. **Inglês instrumental: estratégias de leitura, Módulo I**. São Paulo: Textonovo, 2001.

MUNHOZ, R. **Inglês instrumental: estratégias de leitura, Módulo II**. São Paulo: Textonovo, 2001.

GALLO, L. R. **Inglês instrumental para informática, Módulo I**. São Paulo: Ícone, 2008.

MARINOTTO, D. **Reading on info tech**. São Paulo: Novatec, 2007.

MUPHY, Raymond. **English Grammar in Use**. England: Cambridge University Press, 1995.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: MATEMÁTICA - 60 horas - 3 aulas semanais

Ementa:

Matemática Financeira. Matrizes. Determinantes. Sistemas Lineares. Trigonometria: funções trigonométricas e suas inversas, equações e inequações trigonométricas, lei dos senos e cossenos. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, permutação, combinação e arranjo. Probabilidade: experimento aleatório, espaço amostral e evento; definição; probabilidade condicional; eventos independentes; probabilidade binomial.

Referências básicas:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contexto & Aplicações**. Volume Único. 2ª edição. São Paulo-SP. Editora Ática, 2004.

GEOVANNI, José & Roberto Bonjorno. **Matemática: uma Nova Abordagem**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora FTD, 2001.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

Referências complementares:

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

SILVA, C. X.; BARRETO FILHO, B. **Matemática aula por aula**. 2. ed. renov. São Paulo: FTD, 2005. (Coleção aula por aula).

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI Jr., José Ruy. **Matemática Completa**. Volume Único. São Paulo: FTD, 2002.

PAIVA, Manuel Rodrigues. **Matemática**. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003.

STEWART, James. **Cálculo**. Volume I. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BOYER, Carl B. **História da Matemática**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

ÁVILA, Geraldo. **Cálculo I: funções de uma variável**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos Fundamentais da Matemática**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

BALDINO, Roberto Ricardo. **A Ética de uma Definição Circular de Número Real**. São Paulo: Bolema, 1997.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: BIOLOGIA - 40 horas - 2 aula semanal

Ementa:

Noções de taxonomia. Vírus. Monera. Protoctista. Fungi. Diversidade vegetal. Diversidade animal. Noções de anatomia e fisiologia humana.

Competência da área de ciências da natureza:

Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.

Referências básicas:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Conceitos de biologia: Origem da vida, citologia, histologia e embriologia: Vol. 1**. São Paulo: Moderna, 2001. 222 p.

CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia integrada: volume único**. São Paulo: FTD, 2003. 565 p.

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2010. 784 p.

Referências complementares:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia: volume 2** . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 368 p.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia 2: Biologia dos organismos**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2009. 528p.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **Biologia: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2005. 608 p.

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2002. 430 p.

PAULINO, Wilson Roberto. **Biologia: citologia histologia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 320 p.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: QUÍMICA - 40 horas - 2 aula semanal

Ementa:

Estudo das soluções. Propriedades coligativas. Termoquímica. Cinética química. Equilíbrio químico. Eletroquímica: pilha e eletrólise. Radioatividade.

Referências básicas:

FELTRE, Ricardo. **Físico-Química. Volume 2**. São Paulo: Moderna. 2008.

LEMBO, Antônio. **Química Geral. Volume 2**. São Paulo: Ática, 1999.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. **Química Geral. Volume 2**. V. 2. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

Referências complementares:

REIS, Martha. **Projeto Múltiplo Química Volume 2**. São Paulo: Editora Ática, 2014.

SARDELLA, Antonio. **Química Volume 2 – Físico Química**. São Paulo: Ática, 2009.

USBERCO, João; SPITALERI, Philippe; ALVADOR, Edgard. **Química Volume 2 – Físico- Química**. São Paulo: Saraiva. 2014.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. **Química na abordagem do cotidiano V. 1**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ATKINS, Peter; JONES, Loretta. **Química: Uma Abordagem Molecular**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2019.

RUSSELL, John B. **Química: A Ciência da Transformação**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: HISTÓRIA - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

A Europa e o Novo Mundo. A exploração do Novo Mundo: formas de trabalho implantadas na América. Apogeu e crise do Antigo Regime. A África nos tempos do tráfico atlântico. A colonização da América: Brasil Colônia e Império. Os povos originários da América. Os povos africanos na América. A Revolução do Haiti. As Independências na América ibérica. Ascensão do liberalismo no Ocidente: revoluções liberais, nacionalismos e socialismo. A Era das Revoluções: O Iluminismo; A Revolução Industrial e A Revolução Francesa.

Referências básicas:

CONTRIM, Gilberto. **História e consciência do mundo**. São Paulo: Saraiva, 1997.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História Geral e Brasil: trabalho, cultura e poder**. São Paulo: Atual, 2004.

MORAES, José. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências complementares:

SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da história**. São Paulo: Escola Educacional, 2007.

SERACOPI, Gislene e AZEVEDO, Campos. **História**. Volume único. São Paulo: Ática, 2006.

NEVES, Joana. **História Geral: a construção de um mundo globalizado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo, 2008.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, GianPaolo. **História Geral e do Brasil**, volume 1. São Paulo: Scipione, 2010.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: GEOGRAFIA - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Relação sociedade e natureza no Brasil. Atividades produtivas e sua interface com os domínios morfoclimáticos (Geologia, Geomorfologia, Clima, Solos, Vegetação e Hidrografia). Industrialização, urbanização e suas consequências socioambientais. As novas ruralidades e os arranjos produtivos no território brasileiro. Sociedade, energia e meio ambiente no Brasil.

Referências básicas:

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Fronteiras da Globalização**.

São Paulo: Ática, 2017.

BIGOTO, Francisco; MARTINS, Dadá; VITIELLO, Márcio. **Geografia: sociedade e cotidiano**. São Paulo: Escala educacional, 2013.

MORAIS, Paulo Roberto. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2011.

Referências complementares:

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2016.

ROGATA, Alice de Martini; GAUDIO, Soares del. **Geografia: ação e transformação**. São Paulo: Escala educacional, 2016.

SANTOS, Douglas. **Geografia das redes**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

SENE, Eustáquio de. **Geografia Geral do Brasil: espaço geográfico e globalizado: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2017.

VESENTINI, José William. **Geografia: o mundo em transição**. São Paulo: Ática, 2017.

5.2.2.2 Núcleo Tecnológico

2º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

Direito Tributário. Conceito de tributo e espécies tributárias. Competência tributária. Limitações Constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária. Crédito tributário. Extinção, exclusão e suspensão do crédito tributário.

Referências básicas:

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. Salvador: Juspodivm, 2021.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 24. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 41. Ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Referências complementares:

BALEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CASSONE, Vitório. **Direito tributário**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de direito tributário**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NEIVA, Leonardo J. F.. **Tributação, democracia e desenvolvimento: o tributo como garantidor da igualdade e da liberdade**. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2017.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
Direito Tributário. Conceito de tributo e espécies tributárias. Competência tributária. Limitações Constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária. Crédito tributário. Extinção, exclusão e suspensão do crédito tributário.
Referências básicas:
SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário . 5. Ed. São Paulo: 2013.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO CIVIL II – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
Responsabilidade civil: conceito. Culpa e responsabilidade; imputabilidade e responsabilidade; tipos de responsabilidade; pressupostos da responsabilidade extracontratual. Direito de Família: conceito, casamento, regime de bens, divórcio, união estável, filiação e alimentos. Direito das Sucessões: conceito, sucessão legítima: herdeiros necessários e facultativos; sucessão testamentária: tipos de testamento e deserdação.
Referências básicas:
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro . 28. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro . 20. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil . Rio de Janeiro: Forense, 2020.
Referências complementares:
FOUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. A Cidade Antiga . São Paulo: Martin Clare, 2009. RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família e das Sucessões do Código Civil . 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015 RODRIGUES, Silvio. Direito Civil . Vol. 6 e 7. São Paulo: Saraiva, 2015. ROSENVALD, Nelson e FARIA, Cristiano Chaves. Curso de Direito Civil: Família . Volume 6. 13. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil . Vol. IV, VI e VII. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2016

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre

Disciplina: ROTINAS TRABALHISTAS – 40 horas – 2 aulas semanais
Ementa:
Juros simples e composto. Desconto simples e composto. Capitalização. Sistemas de Amortização: Sistema Francês (Tabela Price); Sistema de Amortização Constante (SAC); Sistema de Amortização Crescente (SACRE). Tabelas de atualização judicial dos Tribunais Estaduais e Federais. Cálculos trabalhistas. Aplicativos sobre Cálculos Judiciais e Liquidação de Sentença. Admissão do empregado: Carteira de Trabalho e Previdência Social (C.T.P.S.). Livro de Registro de Empregados (L.R.E.); Cadastro Geral e Empregados e Desempregados (CAGED); Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Folha de Pagamento: Cálculos respectivos. Férias: cálculo e comunicação. 13º salário: cálculo. Rescisão de Contrato de Trabalho: verbas e quitação.
Referências Básicas:
<p>CAPELOTTO, Lademir José. Cálculos Trabalhistas. 3a ed. rev., atual. e ampl., Salvador: Editora Juspodivm.2020.</p> <p>GARCIA, Roni Genicolo. Manual de Rotinas Trabalhistas: Problemas Práticos na Atuação Diária. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu de; TCHAKERIAN, Guilherme. Cálculos Trabalhistas: Atualizados de acordo com a Reforma Trabalhista. 1. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.</p> <p>SENA, Randal. Prática Trabalhista e Previdenciária. 6. ed. Ceará: Editora Sena, 2018.</p>
Referências Complementares:
<p>CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Comercial e Financeira Fácil. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>MORGADO, Augusto Cesar; WAGNER, Eduardo; ZANI, Sheila C.. Progressões e Matemática Financeira. SBM, Rio de Janeiro, 4 ed, 2001.</p> <p>GOMES, Elizeu Domingues. Rotinas trabalhistas e previdenciárias. 9ª ed. Belo Horizonte: Lider, 2009</p> <p>GUERRA, Fernando. Matemática Financeira com a HP12C. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.</p> <p>PINTO, Maikol Nascimento; VASQUEZ, Selma Culturati. Contabilidade Geral: Fundamentos e Práticas.1 ed. São Paulo:Editora Érica, 2019.</p>

5.2.3 Núcleo Integrador

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:

Seminários temáticos e estudos de caso em: princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho e Direito Previdenciário; Reforma Trabalhista e seus impactos; novos regimes de trabalho: teletrabalho, trabalho intermitente e terceirização; Estrutura e funcionamento das entidades sindicais; saúde e segurança no trabalho; desafios da Previdência Social no Brasil; Reforma da Previdência, desafios e perspectivas futuras.

Unidades curriculares envolvidas:

Noções de Direito do Trabalho, Noções de Direito Previdenciário, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Competências da área:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades da área:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Referências básicas:

CANELLA, Sérgio Eduardo (org.). **Direito Previdenciário: atualidades e tendências**. Londrina: Thoth, 2019.305 p.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

2º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
Seminários temáticos e estudos de caso em: princípios constitucionais aplicáveis ao Direito do Trabalho e Direito Previdenciário; Reforma Trabalhista e seus impactos; novos regimes de trabalho: teletrabalho, trabalho intermitente e terceirização; Estrutura e funcionamento das entidades sindicais; saúde e segurança no trabalho; desafios da Previdência Social no Brasil; Reforma da Previdência, desafios e perspectivas futuras.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho . 42. Ed. São Paulo: LTr, 2019.
Referências complementares:
ALMEIDA, André Luiz Paes de. Direito do Trabalho: material, processual e legislação especial . 18. Ed. São Paulo: Rideel, 2018
CUSCIANO, Dalton Tria. A Trajetória Normativa da Seguridade Social no Brasil . Belo Horizonte. Editora Dialética. 2021. E-book. 166 p.
DE LABOR, Hugo; DE SOCIALE, Fernanda. Previdência Social no Brasil: Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Forense.
DE LGUARIDI, João; CHINONDE, Helena. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito do Trabalho na Constituição de 1988 . São Paulo: Saraiva.
RESENDE, Ricardo. Direito do trabalho . 8. Ed. São Paulo: Método, 2020.

5.3 Ementas das Unidades Curriculares | 3º Ano do Ensino Médio

5.3.1 1º Semestre

5.3.1.1 Núcleo Básico

3º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA - 60 horas - 3 aulas semanais
Ementa:
Prática de Leitura – relação texto e contexto. Texto dissertativo-argumentativo. Apresentação do problema na introdução textual. Discussão do problema no desenvolvimento do texto dissertativo. Proposta de intervenção para o problema na conclusão do texto dissertativo-argumentativo. Literatura: Modernismo no Brasil - A

Semana de Arte Moderna e a Primeira Geração Modernista; Segunda Geração Modernista - Poesia. Pontuação. Sintaxe de colocação pronominal.

Referências básicas:

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. Vol. 1. Ensino Médio. 8 ed. São Paulo: Atual. 2012.

DE NICOLA, José. **Língua, Literatura e Produção de Textos**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2011.

FERREIRA, Mauro et al. **Novas palavras: língua portuguesa**. Ensino médio. 2 ed. São Paulo: FTD, 2011.

Referências complementares:

FERREIRA, Marina. **Redação, palavra e arte: Ensino Médio**. 3 ed., São Paulo: Atual, 2010.

FERREIRA, Mauro. **Redação Comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos, atividades práticas**. São Paulo: FTD, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed., São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacy. **Comunicação em prosa moderna**. 27 Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: MATEMÁTICA - 60 horas - 3 aulas semanais

Ementa:

Estatística. Geometria Espacial de Posição. Geometria Espacial Métrica. Geometria Analítica Plana: plano cartesiano, distância entre dois pontos, ponto médio de um segmento, condição de alinhamento de três pontos; retas e circunferências. Números Complexos. Equações Algébricas (ou Polinomiais).

Referências básicas:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contexto & Aplicações**. Volume Único. 2ª edição. São Paulo-SP. Editora Ática, 2004.

GEOVANNI, José & Roberto Bonjorno. **Matemática: uma Nova Abordagem**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora FTD, 2001.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

Referências complementares:

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto; GIOVANNI Jr., José Ruy. **Matemática Completa**. Volume Único. São Paulo: FTD, 2002.

PAIVA, Manuel Rodrigues. **Matemática**. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003.

STEWART, James. **Cálculo**. Volume I. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BOYER, Carl B. **História da Matemática**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

ÁVILA, Geraldo. **Cálculo I: funções de uma variável**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: FÍSICA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Estudo dos fundamentos e aplicações da Eletricidade e do Magnetismo (Eletromagnetismo). Tópicos de Física Moderna.

Referências básicas:

BRASIL. MEC. PCN + - Ensino Médio – **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Física**.

MÁXIMO & ALVARENGA, B. **Curso de Física**. V. 1. 4 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

C. M. **Física Conceitos e Aplicações**. V. 1. 1 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

RAMALHO JUNIOR, F.; FERRARO, Nicolau G.; SOARES, P. A. Toledo. **Os Fundamentos da Física**. V. 2. 8 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

Referências complementares:

MÁXIMO & ALVARENGA, B. **Física: Contexto e Aplicações**. Vol. 3. 2 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

Helou, Ronaldo Fogo e Newton. **Tópicos de Física 3**, Vol. 3. 16 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

RAMALHO, NICOLAU e TOLEDO. **Os Fundamentos da Física**. Vol.3. 10 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

DOCA, R. H.; BISCUOLA, G. J.; VILLAS BÔAS, N. **Tópicos de Física – Volume 3**. – 21 ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

KAZUHITO & FUKU. **Física para o ensino médio**, vol. 3: eletricidade, física moderna – 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

SAMPAIO, José Luiz & Calçada, Caio Sérgio. **Física Clássica**, Vol. 3: eletricidade e física moderna – 1 ed. – São Paulo: Atual, 2012.

Barreto Filho, Benigno & Silva, Claudio Xavier da. **Física aula por aula: eletromagnetismo e física moderna**. Vol. 3. – 3. ed. – São Paulo : FTD, 2016.

Young, H. D. & Freedman, R. A. 2016. Física 3, Eletromagnetismo, 14ª ed., Pearson Education do Brasil Ltda.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: FILOSOFIA- 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Teoria do conhecimento: o que é conhecimento; possibilidade do conhecimento, origem e fonte do conhecimento. Desenvolvimento do conhecimento científico: ciência antiga e medieval, ciência moderna, ciência contemporânea. A questão do método. Ciência, sociedade e valores.

Referências básicas:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofar com textos**. 1 edição. São Paulo: Editora Moderna.

Volume Único. 2019.

CONTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Filosofia: Cotrim & Mirna. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

GALO, Silva. Filosofia: experiência do pensamento. 1ª edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2019.

Referências complementares:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução a filosofia. 1ª edição. São Paulo: Editora Moderna. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** Vol. Único. 3.ed. São Paulo: Ática, 2016.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média.** Vol. 1. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2012.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant.** Vol. 2. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1990.

REALE, Giovanni. ANTISERI. Dario. **História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias.** Vol. 3. 5.ed. São Paulo: Paulus, 1991.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: SOCIOLOGIA - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Poder, política e Estado. Desenvolvimento, globalização e neoliberalismo. Democracia, direitos e cidadania. Movimentos Sociais. Território e sociedade. Raça e etnia. Gênero, sexualidades e gerações. Violência e criminalidade.

Referências:

BAUMAN, Z; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BRYM, Robert J. (*et al.*). **Sociologia:** sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MACHADO, I. J. de R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. de. **Sociologia hoje.** 1. ed. São Paulo: Ática, 2013.

OLIVEIRA, L. F. de; COSTA, R. C. R. da. **Sociologia para jovens do Século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

Referências complementares:

APPADURAI, A. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

NAÍM, M. **O fim do poder**: nas salas das diretorias ou no campo de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser? São Paulo: LeYa, 2013.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, J. **Brasil dos humilhados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

5.3.1.2 Núcleo Tecnológico

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: ROTINAS ADMINISTRATIVAS EM SERVIÇOS JURÍDICOS – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

Conceito de Administração. O papel da Administração e do Administrador. O processo administrativo. Noções de estrutura organizacional e gestão e processos administrativos. Noções de Gestão de Pessoas. A liderança e técnicas de gestão. Noções de planejamento. Noções de Sistemas de Informações Gerenciais – SIG. O processo administrativo. Noções de Marketing de serviços, pessoal e profissional.

Referências básicas:

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Administração Geral**. 4 ed. Rio de Janeiro: Manole, 2010.

COBRA, Marcos. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 2020.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 21. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Referências complementares:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de informações gerenciais**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 10. Ed. São Paulo:

Atlas, 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução à revolução digital**. 6. Ed. – 7 reimp. – São Paulo: Atlas, 2010.

GORDON, Judith R; GORDON, STEVEN R. **Sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: GESTÃO DE CONFLITOS – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Técnicas de negociação e gestão de conflitos. Estilos de negociação, métodos e plano de ação para gestão de conflitos. Gerenciamento do comportamento estratégico para lidar com os conflitos. Estratégias de negociação. Mediação e Conciliação como técnicas extrajudiciais de solução de conflitos.

Referências básicas:

DUZERT, Y. & SPINOLA, A. T. S. **Negociação e administração de conflitos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LEWICKI, R. J.; SAUNDERS, D. M.; BARRY, B. **Fundamentos da negociação**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MATOS, F. G. **Negociação e conflito**. São Paulo: Saraiva, 2014.

Referências complementares:

ASSIS, A. F. & STRAUB, A. **Gestão de conflitos: a oportunidade de aprendizagem através da exploração de divergências**. Rev. FAE, jul./dez. (2016), 19(2), 220-231.

BURBRIDGE A. & BURBRIDGE M. **Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. **Negociação e administração de conflitos**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 183 p.

GARBELINE, V. M. P. **Negociação e conflitos**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

RICCI, L.; LIMA, W. F & BEGNAMI, P. S. Gestão de conflitos no ambiente organizacional: uma análise teórica. **Revista Espacios**, (2017), 38(24).

SOBRAL, S. & CAPUCHO, F. A gestão de conflitos nas organizações: conceptualização e diferenças de gênero. **Gestão e Desenvolvimento**, (2019) - 27, 33-54.

Disciplina: PRÁTICA PROCESSUAL – 60 horas – 3 aulas semanais - Módulo II
Ementa:
Sujeitos do processo. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo e procedimento. Recursos. Execução. Tutela cautelar e antecipada. Jurisprudência. Súmula vinculante. Provas. Prática processual civil. Prática processual penal. Prática processual trabalhista.
Referências básicas:
DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil . 22. Ed. 2019. GEDIEL, Claudino de Araujo Júnior. Prática No Processo Civil - Cabimento/ações Diversas, Competência, Procedimentos, Petições e Modelos . 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2022. PARIZATTO, João Roberto. Manual prático do advogado . 18. Ed. São Paulo: Editora Rumo Jurídico, 2021. BARROSO, Darlan; LATIÈRRE, Juliana Francisca. Prática no Processo Civil . 9. Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.
Referências complementares:
ARAUJO JR, Gediel Claudino de. Prática no direito de família . 9 ed. São Paulo: Atlas, 2017. LUZ, Valdemar P.da. Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e criminal . 30. Ed. Barueri: Manole, 2018. MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo . vol I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. NISHIYAMA, Adolfon Mamoru. Prática de direito processual civil: graduação e exame da OAB . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015. CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil . vol I, II e III. 4. Ed. São Paulo: D'Plácido, 2022.

5.3.1.3 Núcleo Integrador

3º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
Estudos de caso e seminários temáticos em: criminalidade organizada e legislação pena; crimes cibernéticos; Direito Penal Econômico; direitos humanos e Direito Penal; reformas legislativas recentes em Direito Penal e Processual Penal; técnicas especiais de investigação.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 1º Semestre

Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Estudos de caso e seminários temáticos em: criminalidade organizada e legislação pena; crimes cibernéticos; Direito Penal Econômico; direitos humanos e Direito Penal; reformas legislativas recentes em Direito Penal e Processual Penal; técnicas especiais de investigação.

Unidades curriculares envolvidas:

Noções de Direito Penal e Processual Penal, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Competências da área:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades da área:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

Referências básicas:

SALIM, Alexandre; AZEVEDO, Marcelo André. **Direito Penal:** para concursos de técnico e analista. Coleção Tribunais e MPU. 10. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira Alves. **Direito Processual Penal:** para concursos de técnico

3º ANO DO ENSINO MÉDIO 1º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - 40 horas - 2 aulas semanais
Ementa:
Estudos de caso e seminários temáticos em: criminalidade organizada e legislação pena; crimes cibernéticos; Direito Penal Econômico; direitos humanos e Direito Penal; reformas legislativas recentes em Direito Penal e Processual Penal; técnicas especiais de investigação.
e analista. Coleção Tribunais e MPU. 9. Ed. Salvador: Juspodivm, 2020. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral . 24. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Processo Penal e Execução Penal . Salvador: Juspodivm, 2021.
Referências complementares:
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal . 12. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; LENZA, Pedro (Coord.). Direito processual penal esquematizado . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito Penal: Questões fundamentais a doutrina geral do crime . Portugal, Gestlegal, 2019. ANDRADE, Mauro Fonseca. Sistemas Processuais Penais e Seus Princípios Reitores . São Paulo: Juruá, 2013. DE JESUS, Damásio. Direito Penal Volume 1: parte geral . 37. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

5.3.2 2º Semestre

5.3.2.1 Núcleo Básico

3º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
Produção textual – Texto dissertativo-argumentativo. Segunda Geração Modernista - Prosa. A Geração de 45 e a Literatura contemporânea. Pontuação. Sintaxe de concordância e de regência. Crase. Ortografia. Semântica.
Referências básicas:

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. Vol. 1. Ensino Médio. 8 ed. São Paulo: Atual. 2012.

DE NICOLA, José. **Língua, Literatura e Produção de Textos**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2011.

FERREIRA, Mauro et al. **Novas palavras: língua portuguesa**. Ensino médio. 2 ed. São Paulo: FTD, 2011.

Referências complementares:

FERREIRA, Marina. **Redação, palavra e arte: Ensino Médio**. 3 ed., São Paulo: Atual, 2010.

FERREIRA, Mauro. **Redação Comercial e administrativa: gramática aplicada, modelos, atividades práticas**. São Paulo: FTD, 1996.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed., São Paulo: Ática, 2006.

GARCIA, Othon Moacy. **Comunicação em prosa moderna**. 27 Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: MATEMÁTICA – 60 horas – 3 aulas semanais

Ementa:

Estatística. Geometria Espacial de Posição. Geometria Espacial Métrica. Geometria Analítica Plana: plano cartesiano, distância entre dois pontos, ponto médio de um segmento, condição de alinhamento de três pontos; retas e circunferências. Números Complexos. Equações Algébricas (ou Polinomiais).

Referências básicas:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: Contexto & Aplicações**. Volume Único. 2ª edição. São Paulo-SP. Editora Ática, 2004.

GIOVANNI, José; BONJORNO, Roberto. **Matemática: uma Nova Abordagem**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora FTD, 2001.

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Atual, 2001.

Referências complementares:

IEZZI, Gelson et al. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Volume 1. 8 ed. São Paulo: Editora Atual, 2004.

SILVA, C. X.; BARRETO FILHO, B. **Matemática aula por aula**. 2. ed. renov. São Paulo: FTD, 2005. (Coleção aula por aula)

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI Jr., José Ruy. **Matemática Completa**. Volume Único. São Paulo: FTD, 2002.

PAIVA, Manuel Rodrigues. **Matemática**. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2003.

STEWART, James. **Cálculo**. Volume I. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BOYER, Carl B. **História da Matemática**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

ÁVILA, Geraldo. **Cálculo I: funções de uma variável**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1994.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: BIOLOGIA – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Genética: Leis de Mendel, grupos sanguíneos, herança do sexo e biotecnologia. Evolução: lamarckismo, darwinismo, teoria sintética da evolução e especiação. Ecologia: conceitos, energia e matéria nos ecossistemas, pirâmides ecológicas, relações ecológicas e poluição ambiental.

Competência da área de ciências da natureza:

Analisar e utilizar interpretações sobre a dinâmica da Vida, da Terra e do Cosmos para elaborar argumentos, realizar previsões sobre o funcionamento e a evolução dos seres vivos e do Universo, e fundamentar e defender decisões éticas e responsáveis.

Referências básicas:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia: volume 2**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 368 p.

CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia integrada: volume único**. São Paulo: FTD, 2003. 565 p.

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2010. 784 p.

Referências complementares:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia 2: Biologia dos organismos**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2009. 528p.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Conceitos de biologia: Origem da vida, citologia, histologia e embriologia: Vol. 1**. São Paulo: Moderna, 2001. 222 p.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **Biologia: volume único**. São Paulo: Saraiva, 2005. 608 p.

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2002. 430 p.

PAULINO, Wilson Roberto. **Biologia: citologia histologia**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 320 p.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: QUÍMICA – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Introdução à Química Orgânica. Estrutura das moléculas orgânicas. Estudo das funções orgânicas. Isomeria: plana e espacial. Estereoquímica. Propriedades dos compostos orgânicos. Reações da Química Orgânica. Polímeros. Compostos Orgânicos de Interesse Biológico.

Referências básicas:

FELTRE, Ricardo. **Química Orgânica. Volume 3**. São Paulo: Moderna-Didática. 2008.

USBERCO, João; SPITALERI, Philippe; ALVADOR, Edgard. **Química Volume – Química Orgânica**. São Paulo: Saraiva. 2014.

LEMBO, Antônio. **Química Orgânica. Volume 3**. São Paulo: Ática, 1999.

Referências complementares:

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. do. **Química Na abordagem do cotidiano V. 1**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

REIS, Martha. **Projeto Múltiplo Química Volume 3**. São Paulo: Editora Ática, 2014.

SARDELLA, Antonio. **Química Volume 3 – Química Orgânica**. São Paulo: Ática, 2009.

SALVADOR, Edgard. **Química. Vol. 3**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BROWN, Theodore L.; LEMAY, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E. **Química: A Ciência Central**. 9.

ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

ATKINS, Peter; DE PAULA, Julio. **Atkins, Físico-Química**. Vol. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: HISTÓRIA – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Neocolonialismo. Proclamação e os primeiros anos da República Brasileira. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Crise de 1929. Era Vargas. A Guerra Fria: o mundo bipolar. O mundo globalizado: redemocratização e globalização. Governos Populistas no Brasil (1946-1964). Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Processo de descolonização da África e Ásia. República Nova no Brasil (1985). Os movimentos sociais dos séculos XX e XXI. O Brasil no século XXI.

Referências básicas:

SERACOPI, Gislene e AZEVEDO, Campos. **História**. Volume único. São Paulo: Ática, 2006.

NEVES, Joana. **História Geral: a construção de um mundo globalizado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, GianPaolo. **História Geral e do Brasil**, volume 1 . São Paulo: Scipione, 2010.

Referências complementares:

CONTRIM, Gilberto. **História e consciência do mundo**. São Paulo: Saraiva, 1997.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo, 2008.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História Geral e Brasil: trabalho, cultura e poder**. São Paulo: Atual, 2004.

MORAES, José. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da história**. São Paulo: Escola Educacional, 2007.

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: GEOGRAFIA – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Conceito de território e novas territorialidades. A produção do espaço no mundo

globalizado. A nova ordem geopolítica internacional. O papel dos blocos econômicos e das organizações internacionais na integração mundial. Conflitos étnicos nacionalistas. As dinâmicas populacionais e movimentos migratórios no Brasil e no mundo.

Competência de ciências da humanas e sociais:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Referências básicas:

MORAIS, Paulo Roberto. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2011.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2016.

SENE, Eustáquio de. **Geografia Geral do Brasil: espaço geográfico e globalizado: ensino médio**. São Paulo: Scipione, 2017.

Referências complementares:

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Fronteiras da Globalização**. São Paulo: Ática, 2017.

BIGOTO, Francisco; MARTINS, Dadá; VITIELO, Márcio. **Geografia: sociedade e cotidiano**. São Paulo: Escala educacional, 2013.

ROGATA, Alice de Martini; GAUDIO, Soares del. **Geografia: ação e transformação**. São Paulo: Escala educacional, 2016.

SANTOS, Douglas. **Geografia das redes**. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

VESENTINI, José William. **Geografia: o mundo em transição**. São Paulo: Ática, 2017.

5.3.2.2 Núcleo Tecnológico

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR – 40 horas – 2 aulas semanais

Ementa:

Direito do Consumidor: noções introdutórias e conceitos básicos. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade civil por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica. Código de Defesa do Consumidor e direitos coletivos. Proteção contratual: cláusulas abusivas; contrato de adesão. Sistema nacional de defesa do consumidor. A Defesa do Consumidor em Juízo.

Referências básicas:
<p>BOLZAN, Fabrício. Direito do consumidor esquematizado. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2014.</p> <p>FILOMENO, José Geraldo Brito. Direitos do consumidor. 15. ed. Atlas: São Paulo, 2018.</p> <p>GARCIA, Leonardo de Medeiros. Código de defesa do consumidor comentado artigo por artigo. 13. ed. Juspodivm: Salvador, 2016.</p> <p>GOMES, Nathália Stivalle. Direito do consumidor. Juspodivum: 2019.</p>
Referências complementares:
<p>MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor. 6. ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2016.</p> <p>NETO, Felipe Peixoto Braga. Manual de direito do consumidor. Juspodivm: Salvador, 2015.</p> <p>TARTUCE, Flávio. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 7. ed. Método: São Paulo, 2018.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Direitos do consumidor. 9. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2017.</p> <p>NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. 14. Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.</p> <p>Benjamin, Antonio Herman V.; Marques, Claudia Lima; Bessa; Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.</p>

3º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO REGISTRAL – 60 horas – 3 aulas semanais
Ementa:
<p>Dos sistemas notarial e registral. Princípios registrais. Dos Notários e Registradores. Do Ingresso na Atividade Notarial e de Registro. Da Responsabilidade Civil e Criminal. Das Incompatibilidades e dos Impedimentos. Dos Direitos e Deveres. Das Infrações Disciplinares e das Penalidades. Registro Civil de Pessoas Naturais. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Registro de Títulos e Documentos. Registro de Imóveis. Tabelionato de Notas. Tabelionato de Protestos.</p>
Referências básicas:
<p>PEDROSO, Regina; LAMANAUSKAS, Milton. Direito notarial e registral atual. São Paulo: Método, 2015.</p> <p>SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro de. Noções fundamentais de direito registral e notarial. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>LOUREIRO, Luiz Guilherme. Manual de direito notarial: da atividade e dos documentos notariais. 4. Ed. Salvador: Juspodivm, 2020.</p>

Referências complementares:

ASSUMPÇÃO, Letícia Franco Maculan. **Função notarial e de registro**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011.

DIP, Ricardo. **Registro de Imóveis: princípios**. Tomo I. São Paulo: Primvs, 2017.

DIP, Ricardo. **Registro de Imóveis: princípios**. Tomo II. São Paulo: Primvs, 2018.

RODRIGUES, Marcelo. **Tratado de registros públicos e direito notarial**. 3. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Instituições de direito civil - registral**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2017.

5.3.2.3 Núcleo Integrador

3º ANO DO ENSINO MÉDIO | 2º Semestre

Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Estudos de caso e seminários temáticos em: criminalidade organizada e legislação pena; crimes cibernéticos; Direito Penal Econômico; direitos humanos e Direito Penal; reformas legislativas recentes em Direito Penal e Processual Penal; técnicas especiais de investigação.

Unidades curriculares envolvidas:

Noções de Direito Penal e Processual Penal, Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Competências da área:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Habilidades da área:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade

3º ANO DO ENSINO MÉDIO 2º Semestre
Disciplina: TÓPICOS ATUAIS EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - 20 horas - 1 aula semanal
Ementa:
Estudos de caso e seminários temáticos em: criminalidade organizada e legislação pena; crimes cibernéticos; Direito Penal Econômico; direitos humanos e Direito Penal; reformas legislativas recentes em Direito Penal e Processual Penal; técnicas especiais de investigação.
socioeconômica. (EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos. (EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Referências básicas:
SALIM, Alexandre; AZEVEDO, Marcelo André. Direito Penal: para concursos de técnico e analista. Coleção Tribunais e MPU. 10. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021. ALVES, Leonardo Barreto Moreira Alves. Direito Processual Penal: para concursos de técnico e analista. Coleção Tribunais e MPU. 9. Ed. Salvador: Juspodivm, 2020. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral. 24. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Processo Penal e Execução Penal. Salvador: Juspodivm, 2021.
Referências complementares:
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 12. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; LENZA, Pedro (Coord.). Direito processual penal esquematizado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito Penal: Questões fundamentais a doutrina geral do crime. Portugal, Gestlegal, 2019. ANDRADE, Mauro Fonseca. Sistemas Processuais Penais e Seus Princípios Reitores. São Paulo: Juruá, 2013. DE JESUS, Damásio. Direito Penal Volume 1: parte geral. 37. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

5.4 EMENTAS DAS UNIDADES CURRICULARES DO NÚCLEO COMPLEMENTAR

1º, 2º ou 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Disciplina: NOÇÕES DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DO DIREITO - 60 horas - 3 aulas semanais

Ementa:

Direito na antiguidade. Direito Romano. História dos sistemas jurídicos não-europeus. Direito europeu medieval. Direito europeu moderno. Direito Canônico. O direito português e suas instituições. História do Direito brasileiro. Escolas do pensamento jurídico filosófico: jusnaturalismo, positivismo jurídico, historicismo jurídico, sociologismo jurídico, normativismo e pós-positivismo.

Referências bibliográficas básicas:

GILSEN, John. **Introdução histórica ao Direito**. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milénio**. Lisboa: Almedina, 2012.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Referências bibliográficas complementares:

BERMAN, Harold J. **Direito e Revolução: A Formação da Tradição Jurídica Ocidental**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2006.

SOUZA, José Pedro Galvão de. **Introdução à História do Direito Político Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1962.

DEI VECCHIO, Giorgio. **História da Filosofia do Direito**. Belo Horizonte: Líder, 2006.

VOEGELIN, Eric. **A natureza do Direito e outros textos jurídicos**. Lisboa: Veja, 1998.

SICHES, Luis Recaséns. **Vida humana, sociedad y Derecho: fundamentación de la filosofía del derecho**. México, La Casa de España en México. 1939.

1º, 2º ou 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Disciplina: NOÇÕES TEÓRICAS DE DIREITO DIGITAL - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Noções gerais do sistema PJ-e. Lei 11.419 de 19/12/2006, que trata da informatização do

processo judicial. Resolução 185/2013/CNJ, que institui o Sistema Processo Eletrônico (PJe). Provimento Conjunto Nº 11, de 16 de Setembro de 2016, que regulamenta o PJe no âmbito de atuação do TJPI. Resolução 121/2010/CNJ, que dispõe sobre a divulgação de dados dos processos eletrônicos na internet (consulta pública).

Referências bibliográficas básicas:

BAIOCCO, Elton. **Processo Eletrônico e sistema processual: o processo civil na sociedade da informação.** São Paulo: Juruá, 2016.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática.** São Paulo: Saraiva, 2015.

RABELO, Tiago Carneiro. **Manual do Processo Judicial Eletrônico - PJE.** São Paulo: Verbo Jurídico, 2019.

Referências bibliográficas complementares:

FEÓLA, Luis Fernando. **Prática Jurídica no PJe/JT.** São Paulo: LRT, 2014.

RODRIGUES, Carlos Alexandre. **Manual do Processo Judicial Eletrônico - PJE.** São Paulo: Imperuim, 2020.

RABELO, Tiago Carneiro. **Processo Judicial Eletrônico & Direito Digital - 1ª Edição.** São Paulo: Riedel, 2023.

FISHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Manual de Direito Digital.** Belém: UFPA, 2018.

SILVA, Maria José. **Direito Digital: Fundamentos e Aplicações.** 2ª ed. São Paulo: GEN, 2023.

ROCHA, Ibraim. **Direito Digital e a Proteção de Dados Pessoais.** 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

1º, 2º ou 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Estudo introdutório ao Direito Ambiental e ao Direito Agrário no Brasil. Fundamentos constitucionais e legais da proteção ao meio ambiente e à atividade rural. Conceitos básicos de sustentabilidade, princípios do Direito Ambiental e Direito Agrário, e a relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental, instrumentos de política ambiental, responsabilidade ambiental e proteção da biodiversidade. Direito Agrário: posse, propriedade e regularização fundiária, contratos

agrários e a função social da propriedade rural.

Referências bibliográficas básicas:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco**. 12. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editores, 2021.

Referências bibliográficas complementares:

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2022.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 23. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 29. Ed. Salvador: Juspodivm, 2023.

FISHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Manual de Direito Agrário**. Belém: UFPA, 2018.

ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Domenico; BENATTI, José Heder; HABER, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. **Manual de Direito Agrário Constitucional: Lições de Direito Agroambiental**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

RIBEIRO, Marcos Vinícius Rocha. **Manual de Direito Agrário**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.

1º, 2º ou 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Disciplina: NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Aspectos penais do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Aspectos penais da Lei de Crimes Hediondos. Racismo e crimes associados. Aspectos penais do Estatuto do Idoso. Aspectos penais da Lei de Trânsito. Lei de Drogas. Aspectos penais do Estatuto do Desarmamento. Lei 9099 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Referências bibliográficas básicas:

CUNHA, Rogério Sanches. **Leis Penais Especiais Comentadas**. Salvador: Juspodivm, 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. Vol. I. São Paulo:

Editora Forense, 2023.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Legislação Criminal Especial - Volume único**. alvador: Juspodivm, 2023.

Referências bibliográficas complementares:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. Vol. II. São Paulo: Editora Forense, 2023.

CAPEZ, Fernando. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

GONÇALVES, Victor Eduardo. **Legislação Penal Especial - Coleção Esquemático**. 10 Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

SILVA, José Eduardo. **Direito Penal Especial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

SILVA, Maria José. **Legislação Penal Especial: Análise e Aplicação**. 2ª ed. São Paulo: GEN, 2023.

MORAES, Carlos Roberto. **Direito Penal Especial: Teoria e Prática**. 5ª ed. São Paulo: GEN, 2024.

1º, 2º ou 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Disciplina: NOÇÕES DE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO - 20 horas - 1 aula semanal

Ementa:

Breve evolução histórica. Princípios específicos: princípio da liberdade sindical, princípio da autoregulação; limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada e princípio da boa-fé, lealdade e transparência entre os negociantes. Organização sindical brasileira. Negociação coletiva: convenção e acordo coletivo; possibilidades e limites da negociação coletiva pós-reforma trabalhista (artigos 611-A e 611-B da CLT). Greve: evolução histórica; conceito; modalidades de greve; greve abusiva; direitos, deveres e responsabilidades dos grevistas e do empregador; o “lockout”. Comissão de Conciliação Prévia. Representação dos empregados nas empresas.

Referências básicas:

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho: de acordo com a reforma trabalhista**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2019.

CARVALHO, Francilio Bibio Trindade. **Direito Coletivo do Trabalho**. 1. Ed. São Paulo: Editora Mizuno, 2023.

CORREIA, Henrique. **Direito do Trabalho**. 13. Ed. Salvador: Juspodivm, 2021

Referências complementares:

CORREIA, Henrique. **Súmulas, OJs do TST e Recursos repetitivos - Comentadas e organizadas por Assunto**. 11. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023. 2000 p.

FREITAS, Cláudio. **Direito Coletivo do Trabalho**. 3. Ed. – São Paulo: Thomson Reuter Brasil, 2023.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: Relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sonia Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 42. Ed. São Paulo: LTr, 2019.

1º, 2º ou 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Disciplina: NOÇÕES DE SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS - 40 horas - 2 aulas semanais

Ementa:

Comunicação e conflito: conceito. Evolução histórica das formas de resolução de conflitos. Modelos extrajudiciais de soluções de conflitos. Justiça restaurativa.

Referências bibliográficas básicas:

AZEVEDO, André Gomma. et al. **Manual de mediação judicial do Conselho Nacional de Justiça de acordo com a Lei 13.140/15 (Lei de Mediação), a Lei 13.105/15 – Código de Processo Civil e a Emenda 2 da Resolução 125/10**. 6ª Edição, Brasília/DF.

CAHALI, Francisco. **Curso de arbitragem**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

ZANETI JR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Justiça multiportas**. Belo Horizonte: Jus Podivm, 2023.

Referências bibliográficas complementares:

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Meios extrajudiciais de solução de conflitos: manual dos MESC**s. São Paulo: Manole editora, 2024.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação:**

conciliação e negociação. São Paulo: Saraiva jur, 2022.

NERY, Carlos Felipe de Aguiar. **O custo da justiça no Brasil e a crise dos números:** a importância da solução extrajudicial de conflitos no combate à litigiosidade. São Paulo: Dialética editora, 2023.

Referências complementares:

MAIA NETO, Francisco. **Arbitragem – a solução extrajudicial de conflitos.** Belo Horizonte: Del Rey editora, 2008

RAICHER, Marcia. **Primeiras lições sobre meios alternativos de solução de conflitos.** São Paulo: Scortecci editora, 2021.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis.** Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: um comentário a Lei nº 9.307/96.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGLIOLI, José Osir et al. **Mediação e solução de conflitos: Teoria e prática.** São Paulo: editora Atlas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei n. 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Orientações Gerais. DASE/SEB/MEC e CEAD/FE/UNB. Brasília, 2005.

_____. Resolução CNE/CEB n. 01/2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

_____. Parecer CNE/CEB n. 11/2008. Trata da proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília/DF: 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO Piauí (IFPI). Projeto político-pedagógico do IFPI. INSTITUTO FEDERAL DO Piauí (IFPI). Organização Didática do IFPI.

Documento Digitalizado Público

MINUTA PPC de Serviços Jurídicos - INTEGRADO

Assunto: MINUTA PPC de Serviços Jurídicos - INTEGRADO
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI, em 26/02/2025 15:30:57.

Este documento foi armazenado no SUAP em 26/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 623629

Código de Autenticação: 5cffff754d



Documento Digitalizado Público

Serviços jurídicos Integrado

Assunto: Serviços jurídicos Integrado
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:25:24.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629960

Código de Autenticação: 0f45754346





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 18/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Aprova a Criação do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: contribuições da cultura negra na educação do sul do Piauí , no IFPI, a partir do primeiro semestre de 2025, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:55:46.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 332731
Código de Autenticação: 117263d335





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI
Projeto de Curso de Aperfeiçoamento em Educação
Escolar Quilombola

Dados Cadastrais	
Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CNPJ	10.806.496/0001-49
Endereço	Av. Pres. Jânio Quadros, 330 - Santa Isabel, Teresina - PI,64053-390
Contatos	(86) 3131-1408 / (86) 3131-1430
Curso	Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: Contribuições da cultura negra na educação do sul do Piauí
Nível	Aperfeiçoamento
Modalidade	Presencial
Carga Horária	Total: 180 h
Meta Física	120 cursistas
Custeio	R\$ 120.000,00
Local de Realização	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí –IFPI, Campi Oeiras, Paulistana, São João do Piauí e São Raimundo Nonato
Data de início	Dezembro de 2024
Data de término	Outubro de 2025
Coordenador do Curso	Ozael de Moura Costa Professor EBTT e-mail: ozael.moura@ifpi.edu.br Telefone: (86) 99563-7259
Pró-Reitoria responsável	Pró-reitora de Ensino do IFPI: Odimógenes Soares Lopes e-mail: proreitoria.ensino@ifpi.edu.br Telefone: (86) 3131-1436

1 Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: Contribuições da cultura negra na educação do sul do Piauí

A presente proposta visa contribuir no processo de formação continuada de professores/as, gestores/as, coordenadores/as e lideranças quilombolas das escolas e comunidades quilombolas do sul do Piauí, local que abriga o maior território quilombola oficialmente delimitados no estado, Lagoas; compreendendo os municípios piauienses Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, Lourenço do Piauí, Várzea Branca e

São Raimundo Nonato; que apresentou a 3ª. maior população efetivamente quilombola do Brasil, com 5.042 quilombolas, ficando atrás apenas dos territórios quilombolas de Alcântara (MA), com 9.344 quilombolas, e o território quilombola que engloba as comunidades de Alto Itacuruçá, Baixo Itacuruçá e Bom Remédio (PA), com 5.638 quilombolas (IBGE, 2023).

A proposta visa a atender os dois municípios que contam com as maiores populações quilombolas do estado que são São Raimundo Nonato, com 2.384 quilombolas, cerca de 7,52% da população e São João do Piauí, com 2.152 quilombolas, cerca de 6,79% da população quilombola do estado, além dessas cidades, outras, que figuram entre as maiores populações quilombolas do estado, tais como Fartura do Piauí, Vázea Branca, São João da Varjota, Queimada Nova e Campo Alegre do Fidalgo serão atendidas com a iniciativa. Ao todo, no Piauí, foram recenseadas 31.686 pessoas como quilombolas, um total de 8.411 pessoas reside efetivamente em territórios quilombolas oficialmente delimitados, o que dá cerca de 26,54% do total de quilombolas ou, aproximadamente, 1 a cada 4 quilombolas recenseados no estado. Portanto, 23.275 quilombolas piauienses, cerca de 73,46%, residiam fora dos territórios quilombolas oficialmente delimitados (IBGE, 2023).

Além disso, é importante ressaltar que o IFPI é a única instituição de ensino superior, na região, a oferecer curso de aperfeiçoamento na temática, que funciona desde 2023. O IFPI também possui o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e um grupo de pesquisa GEPRETAS, registrado no CNPq. A Instituição vem atuando junto às comunidades do território a partir de diversos eixos, em especial, por seus projetos de pesquisa e extensão. Desde a fundação do campus São João do Piauí, o Instituto é parceiro da Kizomba, evento realizado no mês de novembro na comunidade que chega em 2024 a sua 18ª edição.

O IFPI campus São João do Piauí, campus Oeiras e o campus Paulistana oferecem o ensino médio integrado ao curso técnicos em Agropecuária e o curso subsequente ao ensino médio em Agropecuária. Além disso, São João oferta a Licenciatura em Ciências Biológicas e o Bacharelado em Engenharia Agrônômica, único na região do estado, Paulistana conta com a Licenciatura em Química e o Bacharelado em Zootecnia. Os campi São Raimundo Nonato e Oeiras da Instituição, oferecem os cursos de Licenciatura em Física, e o primeiro ainda oferta Matemática e conta com o curso Tecnólogo em Gastronomia que promove iniciativas de valorização e promoção da cultura e tradições dos povos quilombolas da região.

Em parceria com o IFPI, somam-se, ainda, a Embrapa Meio-Norte, a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, Superintendência de Igualdade Racial e Povos Originários – SUIRPO e a Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas que têm desenvolvido ações em conjunto no território.

2 Justificativa

A Educação Escolar Quilombola é um tipo de educação voltada especificamente para as comunidades remanescentes de quilombos que frequentam escolas públicas. Esse tipo de educação busca promover a cultura, as tradições e a história dessas comunidades, oferecendo um currículo que inclui conteúdos e metodologias que consideram as particularidades dessas comunidades.

Segundo o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, os quilombos são "grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". As comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional, tanto no campo quanto nas cidades.

A Educação Escolar Quilombola é garantida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelecem a necessidade de se garantir e proteger a diversidade cultural e étnica do país, incluindo as comunidades remanescentes de quilombos.

Para implementar uma educação escolar quilombola, é necessário levar em consideração as características específicas de cada comunidade, como a língua falada, as tradições, os costumes, a religiosidade e a história. O currículo deve ser desenvolvido a partir do conhecimento prévio dos estudantes e de suas vivências, buscando incluir elementos da cultura quilombola nas diferentes disciplinas.

Além disso, a formação de professores é uma condição *sine qua non* para o sucesso da Educação Escolar Quilombola. É importante que os professores tenham formação específica para trabalhar com as comunidades quilombolas, conhecendo a cultura e as tradições dessas comunidades, e que sejam capazes de utilizar metodologias de ensino que valorizem a diversidade cultural.

Essa Educação é uma ferramenta importante para a promoção da igualdade social e para a preservação da cultura e da identidade das comunidades remanescentes de quilombos. É fundamental que o Estado e a sociedade valorizem e respeitem a diversidade cultural e promovam o acesso à educação de qualidade para todas as comunidades, incluindo as comunidades quilombolas.

Além das características já mencionados, a Educação Escolar Quilombola também busca promover a inclusão e a equidade social, considerando as desigualdades históricas e as

que sobreviveram como comunidades remanescentes de quilombos. Essas comunidades, muitas vezes, enfrentam desafios como a falta de acesso à infraestrutura adequada, o preconceito racial e a exclusão social.

Nesse sentido, a educação escolar quilombola tem como objetivo garantir o acesso à educação de qualidade para essas comunidades, promovendo a inclusão social e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

A implementação da educação escolar quilombola envolve também a participação das próprias comunidades na elaboração e na execução do projeto pedagógico. Essa participação é fundamental para que a escola se torne um espaço de construção coletiva do conhecimento e para que a cultura e a história das comunidades sejam valorizadas e preservadas.

Outra característica importante da Educação Escolar Quilombola é a valorização do conhecimento tradicional. Muitas vezes, essas comunidades possuem saberes que são transmitidos de geração em geração e que são fundamentais para a preservação da cultura e da identidade quilombola. Por isso, é importante que esses saberes sejam reconhecidos e incluídos no processo educativo.

Em resumo, a educação escolar quilombola é uma modalidade de educação que busca promover a inclusão, a equidade e a valorização da cultura e da história das comunidades remanescentes de quilombos. Para isso, é necessário considerar as particularidades de cada comunidade, garantir a formação de professores qualificados e a participação das comunidades no processo educativo.

Segundo dados do Censo Populacional 2022, no Piauí existem 215 comunidades quilombolas em 73 municípios. São 31.384 quilombolas vivendo em território piauiense, onde pelo menos uma pessoa quilombola reside em 77 municípios.

O reconhecimento público de uma orientação educacional específica dirigido às comunidades quilombolas é fruto da luta política travada pelos movimentos sociais negro, bem como da própria constituição de um movimento de povos quilombolas no país. Nesse direcionamento, é significativo observarmos que a Educação Escolar Quilombola atualmente se constitui como modalidade de ensino da Educação Básica, especificação esta oriunda das deliberações retiradas da Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília, em 2010.

A partir das deliberações e orientações da CONAE, em 2012 foram aprovados o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, de 5 de junho de 2012, e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar

Quilombola na Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes, a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

A Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, tendo como princípios: o respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; a proteção das manifestações da cultura afro-brasileira; a valorização da diversidade étnico-racial; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação e; o conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais quilombolas (BRASIL, CNE/CEB N°08/2012).

Segundo essas diretrizes, as políticas de Educação Escolar Quilombola devem ser efetivadas por meio da articulação entre os diferentes sistemas de ensino, definindo-se no âmbito do regime de colaboração. Cabe aos estados a oferta da Educação Escolar Quilombola do Ensino Médio, com condições estruturais para seu funcionamento. Além de garantir a formação inicial e continuada de professores/professoras quilombolas, em regime de cooperação com a União, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, CNE/CEB N°08/2012, Art.58).

Visando a organização e a eficácia do atendimento ao direito à educação diferenciada garantida aos povos remanescentes de quilombolas, principalmente no que tange a sua oferta e funcionamento, quanto à estrutura e a qualidade efetivamente preconizada nos documentos normativos e a desenvolvida pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, tem-se o Parecer CNE/CEB nº 8/2020 aprovado em 10 de dezembro de 2020, que dispõe sobre Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da qualidade das Escolas Quilombolas, expressando as reais condições de oferta dessa modalidade e discutindo os procedimentos operacionais que efetivem a garantia dessa política pública de acordo com os marcos legais vigentes.

Segundo dados do Censo Escolar 2022, atualmente existem 333 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, no Piauí, totalizando o atendimento a 10.478 estudantes quilombolas na educação básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental, público-alvo do Programa Educação Escolar Quilombola, são 3.093 matrículas, em 401

escolas de 129 municípios piauienses.

Na área de abrangência de atuação desse projeto, existem 182 comunidades quilombolas, com uma população aproximada de 5.500 famílias, distribuídas por 28 municípios. São 57 escolas em que estudam 470 quilombolas nos anos iniciais do ensino fundamental.

3 Objetivos Geral e Específicos

Geral: Proporcionar uma formação específica e diferenciada de professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental (multisseriadas ou não), em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes quilombolas.

Específicos:

1. Ofertar 180h de curso de aperfeiçoamento, em regime presencial e no sistema de alternância, para 4 turmas de 30 professores da rede municipal do estado do Piauí, que atuam em escolas que atendem estudantes quilombolas.
2. Possibilitar suporte aos professores para a organização do trabalho pedagógico que leve em consideração a especificidade da Educação Escolar Quilombola;
3. Identificar problemáticas significativas da metodologia do ensino nas classes multisseriadas e apresentar proposições ao trabalho docente e à aprendizagem dos estudantes quilombolas;
4. Contribuir para o fortalecimento da Educação Quilombola no ambiente escolar, considerando sua especificidade e entendendo-a enquanto conhecimento historicamente construído;
5. Promover o desenvolvimento técnico e político para a gestão, planejamento, execução e avaliação de processos pedagógicos para uma educação, específica e diferenciada, que reconheça e valorize a história de resistência, a identidade étnica, os modos de existir, ensinar e aprender das comunidades quilombolas;
6. Colaborar para o desenvolvimento de experiências pedagógicas e produção de estratégias educativas que reconheçam e valorizem as práticas culturais, memória coletiva, línguas remanescentes, marcos civilizatórios, acervos e repertórios orais, tecnologias e formas de produção e trabalho dos povos e sujeitos quilombolas.

4 Metodologia e Estrutura do Curso

4.1 Metodologia

O curso será organizado conforme a orientação do Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), onde encontram-se reunidos os conceitos, as regras e os procedimentos para a ação e seu funcionamento, assim como as etapas de criação, operacionalização, monitoramento e os parâmetros que fundamentam sua criação, gestão e execução, mas sem perder o entendimento das especificidades e de que cada ação perpassa por uma adequação das orientações ao contexto e às realidades encontradas nas escolas quilombolas do Piauí.

O curso de **Formação continuada de professores** terá o princípio da alternância como sua base metodológica, uma vez compreendido que a pedagogia da alternância atende, de forma exitosa, carecimentos próprios da realidade do campo ao proporcionar, a partir de sua estrutura, uma constante troca de saberes através da integração entre a teoria e a prática, entre a sociedade e a natureza. A alternância será dividida em 100h/aulas de carga horária para *tempo universidade*/TUE e 50h/aulas de carga horária para o *tempo escola-comunidade*/TEC, sendo as demais horas restantes destinadas a realização dos Círculos de Saberes e Seminários. Todo o curso confere um somatório de 180 horas-aula, organizados de forma a atender 120 professores atuantes no atendimento aos sujeitos quilombolas. Serão formadas 04 turmas com 25 cursistas, organizadas a partir dos *Campi* /IFPI de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Oeiras e Paulistana, pois foi nesse recorte espacial identificada uma considerável concentração de comunidades quilombolas. A formação será dividida em 3 momentos distintos: 01 Curso/oficina, dividido em 5 módulos de 30h cada (considerando a alternância do tempo universidade e tempo escola-comunidade), totalizando 150h; 4 Círculos de Saberes de 4h cada, totalizando 16h e; 02 seminários de 7h cada, totalizando 14h.

Acerca dos **Módulos dos Cursos/oficinas**, os dois primeiros módulos foram pensados a partir de um referencial histórico-político-cultural e os outros três ancorados na atuação direta do professor em sala de aula e suas metodologias, ambos momentos desenvolvidos de forma integrada e contextualizadas aliados a um suporte didático/pedagógico que respeita e reconhece as especificidades. Cada módulo será dividido em 20h para *tempo universidade*, momento articulado pelo professor formador e 10h destinadas ao *tempo escola-comunidade*, sob a supervisão do tutor responsável, que acompanhará e orientará os estudantes em suas atividades dentro das escolas. O tutor deverá apresentar um relatório ao final de cada

experiência do *tempo-comunidade-escola*. Conforme organização do sistema de alternância a estrutura dos módulos vai apresentar os seguintes eixos curriculares (módulos): 1-Território, identidade e cultura; 2 - Educação antirracista; 3 - Princípios e Fundamentos da Educação escolar Quilombola; 4 –Metodologias Educacionais para uma educação popular e 5 - Alfabetização/letramento e Matemática.

No que se refere ao **Círculos de Saberes**, entende-se um momento de troca e diálogo junto aos sujeitos quilombolas para vivenciar suas realidades e contextos culturais, no intuito e na expectativa de resguardar o direito as comunidades quilombolas em participar efetivamente do processo de construção de toda e qualquer ação que venha afetar diretamente seus modos de existir. Sabendo que não existe separatividade entre escola e comunidade quando se trata de Educação Escolar Quilombola e fortalecidos na premissa “Nada para Nós sem Nós”, os Círculos de Saberes se apresentam como uma etapa para subsidiar a construção de um currículo e um processo educativo que seja específico e intercultural. Devem participar dos círculos de saberes os professores cursistas, os tutores e os sujeitos quilombolas, sejam eles lideranças comunitárias, mestres de saberes/de cultura ou membros da comunidade em geral. É previsto a realização de 4 Círculos de Saberes em cada um dos polos/turma do projeto, cada um deles com 4h, perfazendo um total de 16h de vivências com os sujeitos.

Serão realizados dois **seminários**, cada um com 7h de duração, o primeiro para a abertura e lançamento do projeto, que terá como objetivo a realização de uma palestra de abertura sobre a Educação Escolar Quilombola e o alinhamento de informações importantes e necessárias para um bom desenvolvimento das ações e; o segundo seminário, para o encerramento do processo de formação, onde será realizada um balanço geral entre as ações que tiveram maior e menor êxito durante sua realização. Deverão estar presentes todos os envolvidos no processo de formação, estudantes, tutores, professores formadores e coordenadores.

Os Cursos e os Círculos de Saberes serão realizados por turma e os Seminários serão de abrangência total da formação, conforme discriminado abaixo:

Nº Ord	Atividade	Unidade	Quantidade	Público por atividade
01	Curso	Un	04	30 cursistas
02	Círculos de Saberes	Un	16	30 cursistas

03	Seminário	Un	02	120 cursistas
----	-----------	----	----	---------------

No que se refere aos dias de encontro, fica estabelecido que a preferência é pelos finais de semana: sexta, sábado e domingo (8h, 8h e 4h de atividades respectivamente), para que nem professores, nem os estudantes sejam, consideravelmente, prejudicados em sua rotina de trabalho e estudos, contudo, permitir que o calendário se mantenha também flexível, podendo ser adaptado de acordo com a necessidade de cada região, para assim atender as exigências de uma educação verdadeiramente diferenciada.

A **avaliação** das ações do Programa será realizada ao longo de todo o processo formativo, de forma integrada, com vistas a subsidiar as decisões da equipe do Programa e fornecer dados para a construção do relatório final, conforme especificado a seguir:

1. Reuniões: serão realizadas sistematicamente, objetivando promover uma maior articulação entre a equipe responsável pela formação;
2. Visitas: são executadas sistematicamente com vistas a conhecer, in loco, as contribuições da formação para a ressignificação da prática educativa.

O processo avaliativo do Curso incluirá, ainda, a adoção de um instrumento a ser elaborado pelos professores formadores, com questões referentes aos seguintes aspectos: infraestrutura, conteúdo, coordenação e participação do processo formativo de todos os envolvidos no curso.

Este instrumento será aplicado após a realização de cada um dos módulos, pois entende-se que a avaliação representa responsabilidade coletiva e particular, tendo como eixo a auto-avaliação para a superação das falhas e para novas aprendizagens.

Os cursistas também produzirão um relato de experiência sobre as contribuições do Programa para a ressignificação da prática educativa.

4.2 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de formação continuada do Programa Educação Escolar Quilombola é fundamentada na proposta metodológica da Pedagogia da Alternância, assim como nos pressupostos legais que tratam da Educação Escolar Quilombola. A expectativa é proceder com a formação de um profissional crítico-reflexivo e coautor do processo pedagógico, a partir da práxis educativa do movimento dialético: ação-reflexão-ação.

A Pedagogia da Alternância não é só um procedimento das ações pedagógicas, pois

tem a intencionalidade de valorizar no processo educativo as manifestações sociais, principalmente as reivindicações de direitos da comunidade, como é o caso da educação dentro das expectativas da Educação do Campo. A Pedagogia da Alternância trabalha em dois momentos: tempo- universidade e tempo-comunidade.

Durante o tempo-universidade, os educadores cursistas participarão de momentos de discussão com base em referencial teórico que contemple as especificidades da educação do campo, da educação escolar quilombola, das classes multisseriadas e o trabalho com as diversas áreas do conhecimento, bem como desenvolverão, com orientação dos professores formadores/pesquisadores, oficinas de planejamento do trabalho pedagógico e elaboração de materiais didáticos/pedagógicos para a potencialização desse trabalho.

A partir desses estudos e oficinas desenvolvidos no tempo-universidade, serão elaboradas, no coletivo, atividades a serem implementadas no tempo-comunidade, sob orientação do Professor Formador e Supervisor de Curso, e no espaço profissional dos educadores cursistas. O tempo- universidade seguinte será, também, um momento de sistematização, síntese e consolidação do que foi desenvolvido no tempo-comunidade. A Estrutura Curricular básica, de todo o Projeto, se expressará da seguinte forma:

1º Momento:

Seminário Temático (Abertura) – 7h Temas: Educação Escolar Quilombola.

2º Momento:

Desenvolvimento dos Módulos – 150h

Temas: 1-Território, identidade e cultura; 2 - Educação antirracista; 3 - Princípios e Fundamentos da Educação escolar Quilombola; 4 – Metodologias Educacionais para uma educação popular e 5 - Alfabetização/letramento e Matemática.

3º Momento:

Círculos de Saberes - 16h

4º Momento:

Seminário Temático (Encerramento) – 7h

Temas: Exposição de trabalhos e experiências de intervenção dos cursistas.

Mod	Tema	Ementa	C/H
01	Território, identidade e cultura do povo Quilombola	Ancestralidade do povo quilombola; territorialidade e identidade quilombola; cultura e patrimônio cultural quilombola; Lutas e resistência históricas do povo quilombola.	20h TU 10h TEC
02	Educação Antirracista	Colorismo; Interseccionalidade; Contra- colonialismo; Racismo Estrutural e Recreativo; Lugar de Fala e Apropriação Cultural; Empoderamento.	20h TU 10h TEC

03	Princípios e Fundamentos da Educação Escolar Quilombola.	Marcos Legais; Educação diferenciada e intercultural; Território, comunidade quilombola e escola; Mestres de saberes, griôs e a EQ; EQ e aBNCC; Trilha para uma pedagogia específica; memória, tradição e EQ; (algum recorte sobre a religiosidade/casas de terreiro)	20h TU 10h TEC
04	Metodologias/práticas pedagógicas para uma educação popular.	Educação popular; Pedagogia do oprimido; teatro do oprimido; pedagogia de projetos (...); Método dialético; Círculos de cultura;	20h TU 10h TEC
05	Alfabetização/letramento Matemática.	Linguagens e práticas de letramento na Educação do Campo e Quilombola; Práxis de educação lógico-matemática para o trabalho e a vida quilombola; etno-matemática	20h TU 10h TEC

5 Meta física e custo unitário

O público alvo são 120 profissionais da educação (docentes, gestoras(es) e coordenadoras(es) pedagógicos) da Rede Pública de Educação Básica, (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) que atuam em Escolas Quilombolas do Piauí.

6 Valor total estimado do projeto

O valor total estimado de execução do projeto é de R\$ 120.000,00.

7 Vigência do projeto

Início	Término
<u>12/2024</u>	<u>10/2025</u>

8 Cronograma de atividades e subatividades do projeto

Atividades/Subatividades	Período
Planejamento	
Elaboração do projeto do Curso.	outubro/24
Tramitação e aprovação do projeto do Curso.	outubro e novembro/24
Definição da equipe pedagógica, administrativa e tecnológica.	Novembro e dezembro/24
Preparação	
Processo seletivo	janeiro/25
Matrículas	fevereiro/25
Desenvolvimento	
Solenidade de abertura e início das aulas	fevereiro/25

Desenvolvimento do curso.	março a agosto/25
Relatório parcial (SECADI).	setembro/25
Finalização	
Relatório final e parecer de cumprimento do objeto	outubro/25

9 Forma de execução

Responsáveis pelo projeto

CONCEDENTE – Ministério de Educação (MEC)

PROPONENTE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

10 Proposta orçamentária

a) Despesa com pagamento de pessoa jurídica

Descrição do item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
Pagamento de Serviços de Impressão e material para Cursistas ¹	Fatura	01	12.000,00	R\$ 12.000,00
Pagamento de Refeição para docentes e cursistas ²	Fatura	04	Custo por R\$ 50,00 por Cursista/Encontros nos quatro polos	R\$ 78.000,00
Confecção de camisas para docentes, Forum EEQ e cursistas	Fatura	01	Custo R\$ 30,00 por pessoa (total de 200 pessoas)	R\$ 6.000,00
Itens para deslocamento: combustível para realizar curso na comunidade	fatura	04	Custo das 04 viagens: R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Total				R\$ 101.000,00

b. Despesa com Material de Consumo - Consumo - Pessoa Jurídica

¹ Serão adquiridos módulos com textos impressos indicados na bibliografia e/ou autorais, ao valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais) por cursista. $120 \times R\$ 100,00 = 12.000,00$.

² Conforme proposta, este curso terá treze encontros no Tempo-IF. Esses encontros ocorrerão quinzenalmente das 8 às 17 horas. Nesse sentido, tais encontros necessitam de 3 refeições por encontro (café, almoço, lanche) ao valor unitário estimado de R\$50,00 por cursista. Sendo o seguinte cálculo: $13 \text{ encontros} \times 120 \text{ cursistas} = 1.560 \text{ refeições no polo para todo o curso} = R\$78.000,00$. Para cada polo será contratada uma pessoa jurídica para fornecimento da alimentação.

Descrição do item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
Material de expediente ³	Fatura	01	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00
Total				R\$ 2.880,00

c. Despesa com diárias e passagens

Descrição do item	Quantidade de Diárias ou Passagens	Valor Unitário Médio	Total
Diárias para Coordenação Adjunta, Coordenação de Curso, Supervisor de Curso, Professores Formadores e Membros do Fórum de Educação Escolar Quilombola ⁴	30 diárias	R\$ 364,00	R\$ 10.920,00
Passagens terrestres ⁵	80	R\$ 65,00	R\$ 5.200,00
Total			R\$ 16.120,00

i. Plano de Aplicação

Natureza da Despesa		Valor
Código	Descrição	
339039	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 120.000,00
Total Geral		R\$ 120.000,00

Cronograma de desembolso (R\$) – descentralizador e executor

Tipo	Parcelas	Mês	Ano	Valor
Descentralizado	01	Dezembro	2024	R\$ 120.000,00

³ Material de Expediente a ser usado nos polos, principalmente nas oficinas de experimentação didática, com valor estimado de R\$ 2.880,00, em todo o período.

⁴ As diárias serão destinadas à Coordenação Adjunta, Coordenação de Curso, Supervisor de Curso, Professores Formadores, Tutores e Membros do Fórum de Educação Escolar Quilombola para participarem de reuniões e/ou das etapas nos polos.

⁵ Passagens terrestres destinadas aos encontros e participação da equipe nas atividades de cada Polo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 set.2024

BRASIL. Ministério da Educação/ FNDE. **Resolução nº 2**, de 28 de abril de 2008. Institui as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 20 set.2024

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Quilombolas Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 20 set.2024


NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, abr/2001. p. 27-42.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 8** de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393> Acesso em: 20 set.2024

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2022** aprovado em 9 de novembro de 2022 - Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393> Acesso em: 20 set.2024.

Ozael de Moura Costa

COORDENADOR DO PROJETO

Documento assinado digitalmente
 OZAEI DE MOURA COSTA
Data: 12/11/2024 17:25:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento Digitalizado Público

Projeto Aperfeiçoamento Educação Escolar Quilombola

Assunto: Projeto Aperfeiçoamento Educação Escolar Quilombola
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI, em 29/11/2024 17:25:47.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/11/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 580327

Código de Autenticação: b1f66e0534



Documento Digitalizado Público

Educação Escolar Quilombola

Assunto: Educação Escolar Quilombola
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:30:51.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629970

Código de Autenticação: 795c740520





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 19/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Aprova a Criação do Curso de Especialização Escola da Terra, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a Criação do Curso de Especialização Escola da Terra, no IFPI, a partir do primeiro semestre de 2025, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 10:57:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 332721

Código de Autenticação: 812ecdf2e9





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PIAUI

PROJETO DE CURSO | Plano de Trabalho – Oferta 2024

I. IDENTIFICAÇÃO	
Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
CNPJ:	10.806.496/0001-49
Endereço:	Av. Pres. Jânio Quadros, 330 - Santa Isabel, Teresina - PI, 64053-390
Contatos:	Telefone: (86) 3131-1409 / (86) 98821-4863
Curso:	Educação do Campo e Quilombola (Ação Escola da Terra: Programa Práticas Pedagógicas em Classes Multisseriadas da Educação Escolar do Campo)
Nível:	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> - Especialização
Modalidade:	Presencial/Regime de Alternância (Tempo Universidade – Tempo Escola/Comunidade)
Carga Horária:	Total: 495 horas - Alternância Pedagógica TU/TEC
	Presencial (Tempo-Universidade): 257 h/a
	Tempo-Escola/Comunidade: 103 h/a
Meta Física:	60 vagas para Professores da Educação Básica - Escolas do Campo, que possuem certificação em curso de aperfeiçoamento (mínimo de 180) Programa Escola da Terra/MEC/IFPI
Custeio:	R\$ 120.000,00
Local de Realização:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campi São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Oeiras e Paulistana
Municípios de abrangência	Municípios participantes da primeira edição do Programa Escola da Terra (Aperfeiçoamento) no sul do Piauí
Atividades com prof. Cursistas	Out/2024 a Nov./2025
Vigência do projeto/TED	Set./2024 a Dez./2025
Coordenador do Curso:	Emanuel Alcântara da Silva - CPF: 013.686.243-83 (86) 98821-4863 / E-mail: emanuel.alcantara@ifpi.edu.br
Vinculação do projeto na IES:	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI) (86) 3131-1409 /E-mail: propi@ifpi.edu.br
Informações sobre Oferta	Nova oferta - referência 2024

II. OBJETO E JUSTIFICATIVA

Trata-se de um Termo de Execução Descentralizada (TED) para prover recursos/custeio para realização de curso de formação continuada de professores da educação básica do campo e de territórios quilombolas em nível de especialização *lato sensu* nos termos previstos neste projeto. O TED será vinculado à Coordenação Geral de Educação do Campo - CGEC/DIPECEI/SECADI/MEC (concedente) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI (proponente), em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí - SEDUC e secretarias municipais, no âmbito do Programa Escola da Terra.

A educação escolar quilombola é um tipo de educação voltada especificamente para as comunidades remanescentes de quilombos que frequentam escolas públicas. Esse tipo de educação busca promover a cultura, as tradições e a história dessas comunidades, oferecendo um currículo que inclui conteúdos e metodologias que consideram as particularidades dessas comunidades.

A educação escolar quilombola é garantida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelecem a necessidade de se garantir e proteger a diversidade cultural e étnica do país, incluindo as comunidades remanescentes de quilombos.

Para implementar uma educação escolar quilombola, é necessário levar em consideração as características específicas de cada comunidade, como a língua falada, as tradições, os costumes, a religiosidade e a história. O currículo deve ser desenvolvido a partir do conhecimento prévio dos estudantes e de suas vivências, buscando incluir elementos da cultura quilombola nas diferentes disciplinas.

Além disso, a formação de professores é um aspecto fundamental para o sucesso da educação escolar quilombola. É importante que os professores tenham formação específica para trabalhar com as comunidades quilombolas, conhecendo a cultura e as tradições dessas comunidades, e que sejam capazes de utilizar metodologias de ensino que valorizem a diversidade cultural.

A educação escolar quilombola é uma ferramenta importante para a promoção da igualdade social e para a preservação da cultura e da identidade das comunidades remanescentes de quilombos. É fundamental que o Estado e a sociedade valorizem e respeitem a diversidade cultural e promovam o acesso à educação de qualidade para todas as comunidades, incluindo as comunidades quilombolas.

Além dos aspectos já mencionados, a educação escolar quilombola também busca promover a inclusão e a equidade social, considerando as desigualdades históricas e as que sobreviveram como comunidades remanescentes de quilombos. Essas comunidades, muitas vezes, enfrentam desafios como a falta de acesso à infraestrutura adequada, o preconceito racial e a exclusão social.

Nesse sentido, a educação escolar quilombola tem como objetivo garantir o acesso à educação de qualidade para essas comunidades, promovendo a inclusão social e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

A implementação da educação escolar quilombola envolve também a participação das próprias comunidades na elaboração e na execução do projeto pedagógico. Essa participação é fundamental para que a escola se torne um espaço de construção coletiva do conhecimento e

para que a cultura e a história das comunidades sejam valorizadas e preservadas.

Outro aspecto importante da educação escolar quilombola é a valorização do conhecimento tradicional. Muitas vezes, essas comunidades possuem saberes que são transmitidos de geração em geração e que são fundamentais para a preservação da cultura e da identidade quilombola. Por isso, é importante que esses saberes sejam reconhecidos e incluídos no processo educativo.

Em resumo, a educação escolar quilombola é uma modalidade de educação que busca promover a inclusão, a equidade e a valorização da cultura e da história das comunidades remanescentes de quilombos. Para isso, é necessário considerar as particularidades de cada comunidade, garantir a formação de professores qualificados e a participação das comunidades no processo educativo.

Segundo dados do Censo Populacional 2022, no Piauí existem 215 comunidades quilombolas em 73 municípios. São 31.384 quilombolas vivendo em território piauiense, onde pelo menos uma pessoa quilombola reside em 77 municípios.

O reconhecimento público de uma orientação educacional específica dirigido às comunidades quilombolas é fruto da luta política travada pelos movimentos sociais negro, bem como da própria constituição de um movimento de povos quilombolas no país. Nesse direcionamento, é significativo observarmos que a Educação Escolar Quilombola atualmente se constitui como modalidade de ensino da Educação Básica, especificação esta oriunda das deliberações retiradas da Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília, em 2010.

A partir das deliberações e orientações da CONAE, em 2012 foram aprovados o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, de 5 de junho de 2012, e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. De acordo com tais Diretrizes, a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

A Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, tendo como princípios: o respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional; a proteção das manifestações da cultura afro-brasileira; a valorização da diversidade étnico-racial; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação e; o conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais quilombolas (BRASIL, CNE/CEB N°08/2012).

Segundo essas diretrizes, as políticas de Educação Escolar Quilombola devem ser efetivadas por meio da articulação entre os diferentes sistemas de ensino, definindo-se no âmbito do regime de colaboração. Cabe aos estados a oferta da Educação Escolar Quilombola do Ensino Médio, com condições estruturais para seu funcionamento. Além de garantir a formação inicial e continuada de professores/professoras quilombolas, em regime de cooperação com a União, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, CNE/CEB N°08/2012, Art.58).

Visando a organização e a eficácia do atendimento ao direito à educação diferenciada garantida aos povos remanescentes de quilombolas, principalmente no que tange a sua oferta e funcionamento, quanto à estrutura e a qualidade efetivamente preconizada nos documentos normativos e a desenvolvida pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, tem-se o Parecer CNE/CEB nº 8/2020 aprovado em 10 de dezembro de 2020, que dispõe sobre Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da qualidade das Escolas Quilombolas, expressando as reais condições de oferta dessa modalidade e discutindo os procedimentos operacionais que efetivem a garantia dessa política pública de acordo com os marcos legais vigentes.

Segundo dados do Censo Escolar 2022, atualmente existem 333 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos, no Piauí, totalizando o atendimento a 10.478 estudantes quilombolas na educação básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental, público-alvo do Programa Escola da Terra, são 3.093 matrículas, em 401 escolas de 129 municípios piauienses.

Na área de abrangência de atuação desse projeto, existem 182 comunidades quilombolas, com uma população aproximada de 5.500 famílias, distribuídas por 28 municípios. São 57 escolas onde estudam 470 quilombolas nos anos iniciais do ensino fundamental.

A oferta de formação continuada pelo Instituto Federal do Piauí pode, portanto, fortalecer as relações desta instituição com as escolas de Educação Básica, contribuindo, sobremaneira, para uma formação mais condizente com as necessidades das escolas e dos estudantes por elas atendidos, bem como para contribuir com o aprimoramento das práticas educativas, sobretudo a prática docente. Em consonância, portanto, com a missão da IFPI de "promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais", com a legislação que rege a educação nacional, em especial aquela que trata especificamente da Educação do Campo, este projeto propõe a oferta da 1ª edição do curso de formação continuada na área da Educação do Campo, em nível de pós-graduação *lato sensu*, com foco no aprimoramento das práticas pedagógicas, para 60 (sessenta) professores que atuam em escolas de Educação Quilombola, de modo a aprofundar estudos e dar sequência a seu processo de profissionalização docente, já iniciado no aperfeiçoamento Escola da Terra.

III. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- Especializar professores que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental (multisseriadas ou não), em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes quilombolas.

3.2 Objetivos específicos

- Ofertar 360h de curso de especialização, em regime presencial e no sistema de alternância, para 4 turmas de professores da rede municipal do estado do Piauí, que atuam em escolas que atendem estudantes quilombolas.
- Possibilitar suporte aos professores para a organização do trabalho pedagógico que leve em consideração a especificidade da Educação Escolar Quilombola;

- Identificar problemáticas significativas da metodologia do ensino nas classes multisseriadas e apresentar proposições ao trabalho docente e à aprendizagem dos estudantes quilombolas;
- Contribuir para o fortalecimento da Educação Quilombola no ambiente escolar, considerando sua especificidade e entendendo-a enquanto conhecimento historicamente construído;
- Promover o desenvolvimento técnico e político para a gestão, planejamento, execução e avaliação de processos pedagógicos para uma educação, específica e diferenciada, que reconheça e valorize a história de resistência, a identidade étnica, os modos de existir, ensinar e aprender das comunidades quilombolas;
- Colaborar para o desenvolvimento de experiências pedagógicas e produção de estratégias educativas que reconheçam e valorizem as práticas culturais, memória coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, acervos e repertórios orais, tecnologias e formas de produção e trabalho dos povos e sujeitos quilombolas.

IV. BENEFICIÁRIOS

O curso é destinado a formar 60 (sessenta) educadores e educadoras que atuam em escolas de Educação Escolar Quilombola, que concluíram a ação formativa Escola da Terra no Piauí, em nível de aperfeiçoamento. Para tanto, esse público deverá ter a certificação da referida ação formativa (Aperfeiçoamento); possuir ensino superior completo; ser, preferencialmente, efetivo da respectiva rede de educação; e estar em pleno exercício na docência ou na gestão em escolas localizadas em quilombos.

Atendendo a regulamentação presente no inciso IV, parágrafo 3º, do Art. 9º da Resolução Normativa nº 84/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI alinhada com a Resolução Normativa nº 1/2020 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, que trata da previsão as cotas institucionais estabelecidas pelo CONSUP, a política de ações afirmativas para negros, pretos e pardos, indígenas e pessoas com deficiência - PCD, nos cursos de Pós-Graduação do IFPI.

V. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas de Educação Quilombola, na modalidade presencial, organizado em alternância de tempos/espços formativos, observa as determinações legais presentes na LDB, nas Resoluções Normativas nº 1/2020, de 5 de dezembro de 2020, e nº 84/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 3 de novembro de 2021, Resolução CNE/CEB nº 01/2002, Resolução CNE/CEB nº 02/2008, Resolução CNE/CEB nº 08/2012 e Resolução CNE/CP nº 02/2019.

A Matriz Curricular do Curso estruturar-se-á a partir de oito componentes curriculares, articulados entre si, cujo foco é o aprimoramento das práticas pedagógicas dos educadores e educadoras de escolas do/no campo e quilombolas. Por isso, a opção pela Pedagogia da Alternância como princípio e forma de organização do trabalho pedagógico neste Curso de Especialização, cujos estudos e atividades desenvolvidos no Tempo Universidade (TU) ganharão sentido e significado a partir das atividades realizadas no Tempo Escola/Comunidade (TC), que retornarão ao TU seguinte para serem socializadas, problematizadas e discutidas. No Quadro 1 estão descritos os componentes curriculares com as respectivas cargas horárias e créditos.

Quadro 1- Estrutura curricular do Curso de Especialização

Disciplina/Atividade	C.H.	
	TU	TC
Fundamentos pedagógicos da Educação do Campo e Quilombola	30	12
Território, identidade e cultura do povo Quilombola *	30	12
Educação Antirracista	30	12
Princípios e Fundamentos da Educação Escolar Quilombola I *	30	12
Metodologias/práticas pedagógicas para uma educação popular	30	12
Alfabetização/letramento Matemática	30	12
Princípios e Fundamentos da Educação Escolar Quilombola II	30	12
TCC	47	19

Fonte: Comissão de elaboração do PPC (2024)

*Disciplinas a serem dispensadas após apresentação do certificado do Programa Escola da Terra, em nível de aperfeiçoamento, com total de 80h.

5.1 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Curso de Especialização Educação do Campo e Quilombola (Ação Escola da Terra: Programa Práticas Pedagógicas em Classes Multisseriadas da Educação Escolar do Campo) do IFPI contemplará um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) individual, elaborado no formato de artigo científico, resultante de uma pesquisa intervenção realizada na escola com a produção de material didático-pedagógico a ser utilizado em escolas do/no campo.

O TCC será orientado pelo corpo docente do curso. Contudo, tendo em vista a quantidade de alunos, serão selecionados outros especialistas da área para colaborar nessa atividade, conforme definição da Secadi/MEC. Esse trabalho, terá a carga-horária de 47 (quarenta e sete) horas de Tempo Universidade (TU) e 19 (dezenove) horas de Tempo Comunidade (TC).

O artigo deve apresentar referencial teórico consistente, argumentação clara e explícita e correção de linguagem, além de descrever analiticamente o processo de intervenção na escola e de produção e aplicação do material didático-pedagógico. Caberá à equipe pedagógica do Curso elaborar documento específico para normatização do TCC, conforme definições constantes em seu projeto pedagógico.

Após a produção, o artigo será defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros. A equipe pedagógica do curso organizará, ao final do curso, um seminário de defesas dos TCC, como forma de apresentação pública e avaliação dos trabalhos.

VI. DESENVOLVIMENTO DO CURSO

6.1 Metodologia

O curso será organizado conforme a orientação do Manual de Gestão da Escola da Terra, onde encontram-se reunidos os conceitos, as regras e os procedimentos para a ação “Escola da Terra” e seu funcionamento, assim como as etapas de criação, operacionalização, monitoramento e os parâmetros que fundamentam sua criação, gestão e execução, mas sem perder o entendimento das especificidades e de que cada ação perpassa por uma adequação das orientações ao contexto e às realidades encontradas nas escolas do campo e escolas quilombolas do Piauí.

A Educação do Campo e Quilombola constituem-se como um referencial teórico-metodológico específico para o norteamento das práticas pedagógicas de escolas do campo. Sendo um paradigma em construção, que visa um modelo de educação diferente do que tradicionalmente mantém-se como hegemônico nas escolas, é um desafio materializá-lo na prática educativa, pois exige uma articulação consciente entre teoria e prática.

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância é uma opção metodológica adequada na medida em que permite que o processo formativo se dê numa relação estreita e direta entre o estudo dos referenciais teóricos e as práticas que se desenvolvem no contexto profissional do(a) educador(a).

A Pedagogia da Alternância, no âmbito da Universidade, desenvolve-se pela articulação entre dois tempos/espços formativos: Tempo Universidade e Tempo Escola/Comunidade. O intuito é que se consiga realizar, no curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas de Educação Quilombola, a alternância integrativa real ou copolativa, que, conforme Queiroz (2004), é desenvolvida através da estreita conexão entre a vida socioprofissional e acadêmica em uma unidade de tempos formativos.

O objetivo dessa organização metodológica é uma formação integral, em que os conhecimentos teóricos aprimorem a prática e esta faça avançar a produção de conhecimentos teóricos, numa sequência de aprendizagens que acontece de forma coletiva. Para o alcance desse objetivo, esta proposta sugere que os processos educativos promovam a integração entre a universidade e as escolas do/no campo de educação básica.

Essa integração permite que as experiências trazidas pelos(as) educadores(as) sejam expandidas, que a especificidade do contexto de atuação do professor seja assegurada, resultando em transformações na prática docente, já que o processo formativo põe em movimento a materialização dos princípios e práticas da Educação do Campo e Quilombola.

Assim, os componentes curriculares estão separados para o desenvolvimento do curso apenas por uma questão didática, pois o planejamento da formação se dará de forma integrada, com o diálogo contínuo entre esses diversos componentes, de forma que a alternância seja copolativa.

As atividades do Tempo Universidade serão encontros mensais realizados nos Campi do IFPI de São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Oeiras e Paulistana nos dias de quinta, sexta e sábado, onde serão trabalhadas as 30h de cada componente curricular, por meio de atividades, como:

- a) Exposição dialogada dos conteúdos mediada por slides, vídeos, imagens, etc;
- b) Leitura, sistematização e discussão de textos que discutam as temáticas de cada componente curricular;
- c) Realização de seminários, visando proporcionar consistência teórica acerca da prática educativa pretendida/desenvolvida;
- d) Oficinas pedagógicas para planejamento de projetos e sequências didáticas e para produção de materiais didáticos e pedagógicos elaborados a partir das proposições da Educação do Campo e Quilombola ;
- e) Intercâmbios de experiências e aulas de campo.

Cada componente curricular terá 12h destinadas ao desenvolvimento do Tempo Escola/Comunidade, que consiste na realização de uma atividade na escola, no espaço socioprofissional dos(as) educadores(as) cursistas, acompanhada presencial ou virtualmente, por amostragem, por professores formadores e socializada no TU seguinte. O intuito dessa atividade é o diagnóstico de realidade, aplicação de projetos e sequências didáticas planejadas no TU, levantamento e reflexão de problemas educacionais das escolas do campo, proposição de formas de resolução de situações-problema com a comunidade escolar, desenvolvimento de intervenções e registro de resultados.

Assim, diversos recursos serão utilizados, como projetor de multimídia, textos, livros, quadro de acrílico, vídeos, músicas, material de consumo (papel, cola, tesoura, hidrocor, etc), jogos, dentre outros. Será produzida pela equipe docente apostila com conteúdos e atividades referentes a cada componente curricular.

6.2 Carga horária e periodicidade

O curso está organizado com uma carga horária total de 294 (duzentas e noventa e quatro) horas destinadas ao estudo das disciplinas, traduzidas em exposições dialogadas, seminários, oficinas, visitas e orientações, transversalizadas pela Pedagogia da Alternância, com enfoque em dois tempos/espços formativos: o Tempo Universidade e o Tempo Escola/Comunidade; e 66 (sessenta e seis) horas destinadas a um Trabalho de Conclusão de Curso.

Das 360 horas, 80 (oitenta) horas serão dispensadas, mediante a apresentação do certificado do Programa Escola da Terra, em nível de aperfeiçoamento, conforme definições parágrafo segundo do Artigo 49 da Resolução Normativa nº 84/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, que tratam sobre ao aproveitamento de estudos em Cursos de Especialização, permitindo o direito de pleitear o aproveitamento de até 30% (trinta por cento) das disciplinas ou atividades do curso, sendo vedado o aproveitamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O curso terá duração de 15 (quinze) meses, compreendendo o período de setembro/2024 a dezembro/2025, com aulas mensais, divididas em dois tempos/espços distintos, mas articulados entre si, denominados Tempo Universidade e Tempo Escola/Comunidade, conforme os pressupostos da Pedagogia da Alternância como forma de organização didático-pedagógica. A partir da efetivação do aproveitamento de estudos, esse tempo de duração do Curso será reduzido em quatro meses.

As aulas (TU) serão realizadas uma vez por mês, em dias de quinta, sexta e sábado, cumprindo, a cada encontro, um total de 30 horas no espaço da Universidade. Após cada encontro, será proposta uma atividade equivalente a 12 horas, que será cumprida no TC (espaço socioprofissional dos discentes - escola).

VII. EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO

Os profissionais que comporão a equipe de desenvolvimento/formação no âmbito da Instituto Federal do Piauí – IFPI - devem ter experiência comprovada na educação básica, bem como com processos de formação de professores no ensino superior, preferencialmente que seja docentes de universidades e institutos federais, universidades públicas estaduais e de universidades públicas municipais. Admitem-se professores efetivos da rede estadual e/ou municipal se tiverem nível de formação mínimo em mestrado. Além disso, todos estão imersos em estudos, pesquisas e práticas docentes em Educação do Campo. No Quadro 2 estão especificados dados referentes à equipe de formação.

VIII. AVALIAÇÃO

8.1 Avaliação da Aprendizagem

Em âmbito educacional, a avaliação é um processo que possibilita diagnóstico da realidade, acompanhamento processual das mudanças e análise de resultados. Essas etapas são cruciais para o aprimoramento da prática educativa.

No Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo e Quilombola (Ação Escola da Terra: Programa Práticas Pedagógicas em Classes Multisseriadas da Educação Escolar do Campo), a avaliação da aprendizagem será compreendida como uma atividade que se refere à reflexão coletiva sobre o trabalho desenvolvido com vistas a verificar se os objetivos estão sendo alcançados, à melhoria da atuação da equipe formadora e da aprendizagem dos cursistas.

Considerando o fato de que o Curso de Especialização se constitui de duas dimensões formativas: o Tempo Universidade e o Tempo Escola/Comunidade, o processo de avaliação da aprendizagem abrangerá e articulará a construção/socialização de conhecimentos e saberes nesses dois tempos, tendo caráter diagnóstico, formativo e somatório.

O processo de avaliação de cada componente curricular, incluirá, no mínimo, três avaliações (duas realizadas no Tempo-Universidade e uma realizada no Tempo-Comunidade), considerando-se a assimilação progressiva, a participação efetiva nos trabalhos e o domínio do conjunto da matéria.

Cada componente curricular explicitará, em seu plano de ensino, os procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação, devendo incluir a observação dos seguintes aspectos:

- Assiduidade e pontualidade nas aulas; cumprimento de regras e prazos; engajamento e colaboração na realização das atividades propostas; compreensão e atendimento dos objetivos das atividades; desempenho individual e coletivo;
- Qualidade dos trabalhos produzidos, postura profissional e auto avaliação;
- Frequência de, no mínimo, 75% da carga horária total do Tempo Universidade e a entrega do trabalho de Tempo Escola/Comunidade, que equivalerá à presença de 12h da disciplina.

Em síntese, os processos avaliativos desenvolvidos no âmbito do curso obedecerão às determinações das Resoluções Normativas nº 1/2020, de 5 de dezembro de 2020, e nº 84/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 3 de novembro de 2021.

8.2 Autoavaliação do Curso

A execução de todas as etapas do projeto será acompanhada continuamente pela equipe pedagógica, com a participação ativa de todos os envolvidos, de modo que as dificuldades que, porventura, apareçam no decorrer do processo sejam sanadas com a máxima brevidade para que não comprometam o andamento das ações previstas. Assim como todo o processo de implementação das ações, o acompanhamento será um trabalho compartilhado, justo, que respeite a unidade e, sobretudo, seja informatizado, para criar possibilidades de publicação de seus resultados.

Também serão realizadas três reuniões sistematizadas de avaliação durante todo o processo de implementação, com o intuito de ser analisada coletivamente a necessidade de replanejamento das ações. O processo de avaliação compreenderá não apenas a expressão oral dos participantes mas também a coleta de informações por meio de questionários a serem criados no Google Formulários que subsidiarão o acompanhamento das ações e os momentos sistematizados de avaliação.

IX. CERTIFICAÇÃO

Compete à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) da UFPI cancelar o Certificado e cuidar para a sua emissão, após entrega do Relatório Final do Curso.

O certificado de conclusão de curso conferirá o título de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico em Escolas do/no Campo, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidas pela lei brasileira perante à formação superior em nível de pós-graduação *lato sensu*.

X. CRONOGRAMA	
Atividades/Subatividades	Período / mês
1. Planejamento	
1.1. Elaboração do projeto do curso	Abr. e Mai./2024
1.2. Definição da coordenação do curso, equipe técnico-pedagógica e administrativa	Jun./2024
1.3. Tramitação e aprovação do projeto do curso	Jun./2024
1.4. Elaboração de material didático	Jul. a Ago/2024
2. Preparação	
2.1. Lançamento e divulgação do Edital de seleção de cursistas	Set./2024
2.2. Fase de inscrições	Set./2024
2.3. Seleção de cursistas e tutores	Set./2024
2.4. Inserção de cursistas no SISFOR	Set./2024
2.5. Fase de matrículas	Set./2024
3. Desenvolvimento	
3.1. Aula inaugural	Out/2024
3.2. Desenvolvimento do Curso: Tempo Universidade (Encontros presenciais) e Tempo Escola/Comunidade	Out./2024 a Out./2025
3.3. Seminário de Defesas de TCC e compartilhamento de materiais produzidos	Nov./2025
3.4. Encerramento com cursistas	Nov./2025
4. Finalização	
4.1 Certificação	Dez./2025
4.2 Relatório final e parecer de cumprimento do objeto	Dez./2025

XI. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO DO CURSO

Detalhamento das despesas de custeio

DIÁRIAS					
Item	Descrição	Quantidade Profissionais	Quantidade Diárias	Valor Unitário	Total
1	Deslocamento para atividades de acompanhamento do Tempo Comunidade	8	16	R\$ 335,00	R\$ 42.880,00
2	Deslocamento para atividades de reuniões técnicas e/ou participação em eventos nos municípios	3	3	R\$ 335,00	R\$ 3.015,00
3	Deslocamento para reuniões técnicas em Brasília e/ou Visita Técnica Equipe MEC	1	3	R\$ 380,00	R\$ 1.140,00
Total					R\$ 47.035,00
TRANSPORTE E PASSAGEM					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Passagem para reuniões técnicas em Brasília e/ou Visita Técnica Equipe MEC	Passagem	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
2	Locação de automóvel acompanhamento do TC, reuniões e eventos	Diárias	30	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
3	Locação de ônibus para evento	Diárias	2	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Total					R\$ 27.000,00
SERVIÇOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Reprografia de material para uso administrativo e didático	Impressão	19330	R\$ 0,50	R\$ 9.665,00
2	Serviço de fornecimento de lanche para 70 pessoas durante as 6 sessões do TU	Lanche	420	R\$ 15,00	R\$ 6.300,00
3	Serviço de fundação de apoio	Serviço	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Total					R\$ 27.965,00
MATERIAL DE CONSUMO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
2	Kit de Material de escritório, com resmas de papel, canetas, lápis, grampo, fita colante etc.	Kit	6	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00
3	Kits de materiais para evento, com bolsa de pano, bloco de notas, caneta, copo e crachá	Kit	300	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
Total					R\$ 18.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 120.000,00

11.1 Justificativa das despesas de custeio do quadro anterior

ORD	ITEM	JUSTIFICATIVA
1	1.1 Diárias	Pagamento de diárias para custeio pessoal de despesas com alimentação e hospedagem para deslocamento da equipe formadora no acompanhamento das atividades pedagógicas no Tempo Escola/Comunidade, participação em reuniões técnico-pedagógicas, orientações presenciais e seminários, além de diárias para convidados e/ou palestrantes para a aula inaugural e/ou seminário final do Curso.
2	2.1 Passagens aéreas	Aquisição de passagens aéreas para convidados e/ou palestrantes para a aula inaugural ou seminário final do Curso.
3	3.1 Material de consumo	Custeio de material de apoio didático para as atividades administrativas e pedagógicas. Aquisição de combustível para deslocamento da equipe formadora e de cursistas durante atividades do Curso. Custeio de alimentação dos cursistas (60 participantes) e convidados (5 participantes por seminário) durante atividades do Curso de Especialização.
4	4.1 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	Locação de veículo para deslocamento da equipe formadora no acompanhamento das atividades pedagógicas no Tempo Escola/Comunidade, participação em reuniões técnico-pedagógicas, orientações presenciais e seminários. Contratação de serviços gráficos para diagramação e impressão de materiais didáticos de apoio às disciplinas destinados aos 60 cursistas, bem como para diagramação e impressão dos materiais a serem produzidos pelos cursistas durante o TCC, sob orientação dos professores formadores pesquisadores, que serão destinados às escolas do campo dos municípios beneficiados com a ação Escola da Terra.

XII. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>.
 Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Portaria n. 579/2013**. Institui a Escola da Terra. Disponível em:
http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_579_de_02_de_julho_de_2013_institu_escola_da_terra.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.
 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação/ FNDE. **Resolução nº 2**, de 28 de abril de 2008. Institui as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 8** de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393>

BRASIL Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2022** aprovado em 9 de novembro de 2022 - Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393>

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011.


NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, abr/2001. p. 27-42.

QUEIROZ, J. B. P. **Construção das escolas famílias no Brasil: ensino médio e educação profissional**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RODRIGUES, H. C. C.; BONFIN, H. C. C. **A Educação do Campo e seus aspectos legais**. 2017. Disponível em: [25287_12546.pdf \(bruc.com.br\)](https://bruc.com.br/25287_12546.pdf). Acesso em: 6 jun.2024.

XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os itens serão adquiridos, bem como os serviços a serem prestados, seguirão o disposto na Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 14.133, no qual institui normas para licitação e contratos da Administração pública.

Documento assinado digitalmente
 EMANUEL ALCANTARA DA SILVA
 Data: 23/07/2024 15:43:37-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Emanuel Alcântara da Silva

Coordenador do Projeto

Documento Digitalizado Público

Especialização Escola da Terra

Assunto: Especialização Escola da Terra
Assinado por: Nalva Sousa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nalva Maria Rodrigues de Sousa, DIRETOR(A) - CD4 - DIETEC-IFPI**, em 17/03/2025 15:29:35.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 629967

Código de Autenticação: 8eeb9e0511





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 20/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Revoga as Resoluções nºs 87/2024 e 89/2024, do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas, **ad referendum**:

I - a Resolução nº 87, do Conselho Superior, de 26 de agosto de 2024; e

II - a Resolução nº 89, do Conselho Superior, de 26 de agosto de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:22:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 341622

Código de Autenticação: bd38d22a75





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 21/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso de Qualificação Profissional em Relações Étnico-Raciais, na modalidade EaD, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o Curso de Qualificação Profissional em Relações Étnico-Raciais: uma proposta formativa, EaD, no IFPI, campus Teresina Central, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO
Teresina Central	Praça da Liberdade, 1597, Centro CEP: 64000-040	Relações Étnico-Raciais: uma proposta formativa	200	180 h	Resolução nº 13/2025

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:23:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 341109

Código de Autenticação: 5e07eb2005





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 22/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus de Paulistana.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet, na forma concomitante/subsequente, no IFPI, campus de Paulistana, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	EIXO TECNOLÓGICO	CURSO	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO
Paulistana	Rodovia BR 407, S/N, Centro - CEP: 64.750-000	Informação e Comunicação	Informática para Internet	1000h	Resolução nº 15/2025

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:24:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 340524

Código de Autenticação: 9209fd75e8





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 23/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra, nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum** o funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra - semiárido, nos campi do IFPI, a partir do primeiro semestre de 2025, conforme descrição abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Paulistana	Rodovia BR 407, S/N, Centro - CEP: 64.750-000	Escola da Terra	120	180 h	Resolução nº 14/2025
Pio IX	PI 142, Km 02, CEP: 64.660-000			180 h	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:25:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 340441
Código de Autenticação: 32a6fa3a53





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 24/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Mineração, na modalidade EaD, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Piripiri.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Mineração, EaD, no IFPI, campus Piripiri, a partir do primeiro semestre de 2025, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	EIXO TECNOLÓGICO	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO
Piripiri	Av. Rio dos Matos, S/N, Bairro Germano, CEP: 64.260-000	Mineração	Recursos Naturais	1200 h	RESOLUÇÃO 29/2024

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:25:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339472

Código de Autenticação: 128450c078





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 26/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Serviços Jurídicos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Serviços Jurídicos, na Forma Integrada, no IFPI, Campus Teresina Central, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	EIXO TECNOLÓGICO	CURSO	FORMA DE ENSINO	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Teresina Central	Praça da Liberdade, 1597, Centro CEP: 64000-040	Gestão e Negócios	Serviços Jurídicos	Integrada	3200 h	Resolução nº 17/2025

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:26:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339375
Código de Autenticação: 8688f7292b





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 27/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Cuidados de Idosos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Cuidados de Idosos, Subsequente, no IFPI, no Campus Teresina Central, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	EIXO TECNOLÓGICO	CURSO	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO
Teresina Central	Praça da Liberdade, 1597, Centro CEP: 64000-040	Ambiente e Saúde	Cuidados de Idosos	800h	Resolução nº 16/2025

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:27:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 339373

Código de Autenticação: 7cf49c3382





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 28/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Floriano.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração, no IFPI, Campus Floriano, a partir do primeiro semestre de 2025, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	EIXO TECNOLÓGICO	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO
Floriano	Rua Francisco Urquiza Machado, 462, Bairro Campo Velho - CEP: 64.808-475.	Administração	Gestão e negócios	3000 h	Resolução nº 78/2019

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:27:46.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 332811

Código de Autenticação: 2b3f1f042c





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 29/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola, nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando o processo nº23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: contribuições da cultura negra na educação do sul do Piauí, nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a partir do primeiro semestre de 2025, conforme descrição abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Oeiras	Rua Projetada, s/n, Bairro Uberaba II, Oeiras (PI) - CEP: 64.500-000	Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: Contribuições da cultura negra na educação do sul do Piauí	120	180 h	Resolução nº 18/2025
Paulistana	Rodovia BR 407, S/N, Centro - CEP: 64.750-000				
São João do Piauí	Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, São João do Piauí/ PI, CEP 64.760-000.				
São Raimundo Nonato	Rodovia BR 020, S/N, Bairro Primavera - CEP: 64.670-000				

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:28:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 332735

Código de Autenticação: 9136001129





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 30/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento do Curso de Especialização Escola da Terra, nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso de Especialização Escola da Terra, nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a partir do primeiro semestre de 2025, conforme descrição abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Oeiras	Rua Projetada, s/n, Bairro Uberaba II, Oeiras (PI) - CEP: 64.500-000	Escola da Terra	60	495 h	Resolução nº 19/2025
Paulistana	Rodovia BR 407, S/N, Centro - CEP: 64.750-000				
São João do Piauí	Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, São João do Piauí/ PI, CEP 64.760-000.				
São Raimundo Nonato	Rodovia BR 020, S/N, Bairro Primavera - CEP: 64.670-000				

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 18/03/2025 17:29:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 332726

Código de Autenticação: 6b988f50ba





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 31/2025 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de março de 2025.

Autoriza o funcionamento dos Cursos Técnicos de Nível Médio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Central.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.000903/2025-81,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na forma concomitante/subsequente, no IFPI, Campus Teresina Central, conforme descrito abaixo:

CAMPUS	ENDEREÇO	CURSO	EIXO TECNOLÓGICO	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO/REFORMULAÇÃO
Teresina Central	Praça da Liberdade, 1597, Centro - CEP: 64000-040	Segurança do Trabalho	Segurança	1200 h	Resolução nº 30/2024
		Serviços Jurídicos	Gestão e Negócios	800 h	Resolução nº 85/2024

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 19/03/2025 09:47:50.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 340549

Código de Autenticação: ff7d154045

